

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado, especialmente, pela realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, e subsequente resgate da totalidade das ações que remanesceram em circulação após a oferta, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" e saída do Novo Mercado da B3, realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis.

Em 30 de setembro de 2020, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que concluíram a segunda etapa do plano de integração da CPFL Renováveis mediante a Reestruturação Societária das empresas do Grupo CPFL ("Reestruturação Societária") a cisão parcial da CPFL Geração com a versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total, pela CPFL Renováveis, da CPFL Centrais Geradoras Ltda. ("CPFL Centrais Geradoras") e o aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração. A Reestruturação Societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas. A nova estrutura gera fortalecimento das estruturas administrativas e traz sinergias para o grupo.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbação de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de

medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid-19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

3. Desempenho operacional

A CPFL Renováveis possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHes) e é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH/CGH e solar.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.986 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHes (830 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 43 PCHs (473 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 6 CGHs (4 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos 2 projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, composto pelos parques Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021, cerca de 2,5 anos antes da data prevista inicialmente no projeto.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.338 milhões em 2020, representando um aumento de 14,5% (R\$ 295 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 140 milhões em 2020, representando um aumento de 21,5% (R\$ 25 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.199 milhões em 2020, representando um aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 1.464 milhões em 2020, representando um aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões), devido ao aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões) na receita líquida e uma variação de R\$ 45 milhões na Equivalência Patrimonial. Este resultado foi parcialmente compensado pelos seguintes aumentos: (i) de 6,3% (R\$ 20 milhões) no custo com Energia Elétrica; e (ii) de 8,8% (R\$ 35 milhões) em PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada), decorrente dos seguintes efeitos:

- ✓ Redução de 5,5% (R\$ 6 milhões) nas despesas com Pessoal;
- ✓ Aumento de 43,5% (R\$ 9 milhões) nas despesas com Material;
- ✓ Redução de 7,2% (R\$ 15 milhões) nas despesas com Serviços de Terceiros;
- ✓ Aumento de 70,1% (R\$ 46 milhões) em Outros Custos/Despesas Operacionais;
- ✓ Despesas de R\$ 1 milhão em Entidade de Previdência Privada.

| <i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i> | | |
|--|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 |
| Lucro Líquido | 806.006 | 107.024 |
| Depreciação e Amortização | 599.145 | 645.722 |
| Resultado Financeiro | 300.404 | 403.634 |
| Contribuição Social | (57.517) | 17.836 |
| Imposto de Renda | (184.247) | 29.316 |
| EBITDA | 1.463.792 | 1.203.532 |

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 806 milhões em 2020, representando um aumento de 653,1% (R\$ 699 milhões), refletindo o aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões) no EBITDA, a redução de 7,2% (R\$ 47 milhões) na depreciação e amortização, a variação de R\$ 289 milhões nas contas de Imposto de Renda e Contribuição Social e a redução de 25,6% (R\$ 103 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 4.084 milhões, uma redução de 18,4%.

5. Investimentos

Em 2020, foram investidos R\$ 271 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de Sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em 3 pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de Sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de Riscos e Oportunidades, Inovação, Engajamento e Divulgação.

Gestão Ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e requisitos legais, direcionando os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Também realiza projetos como monitoramentos dos meios físicos e bióticos, compensações ambientais e diversas ações de educação ambiental.

Relacionamento com a Comunidade: a empresa possui um Programa de Transformação Social junto a comunidades do entorno dos empreendimentos, com projetos nas frentes de (i) Segurança Hídrica, para promover o acesso à água nas residências e atividades produtivas; (ii) Compromissos com gerações futuras, visando o bem-estar, desde a gestação, passando pela primeira infância até a fase adulta; e (iii) Cadeias produtivas, fomentando a construção de legados produtivos. Em 2020, o investimento foi de R\$ 438 mil. Em implementação, destacam-se ações com comunidades do entorno do Completo Eólico Gameleira, realizadas através do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer uma boa relação. As ações sociais realizadas em 2020 abrangeram 6 comunidades no entorno do empreendimento e tiveram um investimento de cerca de R\$ 150 mil.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 524 pessoas, que representa 85% do quadro de colaboradores. Foram 4.273 horas totais de treinamento, sendo dessas 735 horas de treinamento em formato online.

7. Auditores independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

| Natureza | Contratação | Duração |
|---|--------------------|-------------------|
| Asseguração de <i>covenants</i> financeiros | 10/03/2020 | Exercício de 2020 |
| Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) | 10/03/2020 | Exercício de 2020 |

Contratamos um total de R\$ 138 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 10,7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 201.793 | 106.327 | 366.476 | 232.632 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio | 12 | 75.907 | 89.798 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 10.770 | 15.703 | 17.836 | 46.761 |
| Outros tributos a compensar | 9 | 40.695 | 25.351 | 114.395 | 52.168 |
| Derivativos | 31 | 60.338 | - | 60.338 | - |
| Outros ativos | 11 | 97.892 | 33.093 | 222.367 | 118.447 |
| Total do circulante | | 673.684 | 371.738 | 1.416.887 | 1.312.372 |
| Não circulante | | | | | |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 7 | 8.582 | 63.313 | 13.130 | 568.498 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 68.294 | 41.744 | 204.998 | 150.210 |
| Coligadas, controladas e controladora | 28 | 238.558 | - | - | - |
| Depósitos judiciais | 19 | 2.320 | 514 | 16.590 | 14.118 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 43.730 | 25.584 | 74.104 | 32.320 |
| Outros tributos a compensar | 9 | - | - | 3.580 | 3.580 |
| Derivativos | 31 | 27.741 | - | 27.741 | - |
| Créditos fiscais diferidos | 10 | - | - | 1.237 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 528.914 | 274.399 | - | - |
| Outros ativos | 11 | 24.978 | 10.960 | 56.602 | 69.157 |
| Investimentos | 12 | 6.491.017 | 6.238.267 | 171.129 | - |
| Imobilizado | 13 | 1.677.751 | 772.707 | 7.888.374 | 7.172.083 |
| Intangível | 14 | 871.559 | 863.210 | 2.394.934 | 2.486.385 |
| Total do não circulante | | 9.983.445 | 8.290.699 | 10.852.418 | 10.496.351 |
| Total do ativo | | 10.657.129 | 8.662.437 | 12.269.305 | 11.808.723 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 139.496 | 84.861 | 179.479 | 136.717 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 230.111 | 131.479 | 272.016 | 404.779 |
| Debêntures | 17 | 8.294 | 201.019 | 8.294 | 212.251 |
| Entidade de previdência privada | 34 | 3.149 | - | 3.149 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 878 | - | 32.832 | 25.395 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | 56.475 | 16.839 | 67.678 | 25.945 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 28 | 2.026.115 | 533.944 | 2.084.052 | 422.082 |
| Dividendos | 28 | 188.218 | - | 188.708 | 478 |
| Contas a pagar de aquisições | | 9.838 | 7.901 | 9.838 | 7.901 |
| Provisões | 19 | - | - | 19.946 | 24.485 |
| Obrigações estimadas com pessoal | | 10.423 | 6.902 | 10.423 | 6.902 |
| Adiantamentos | 20 | 98.070 | 67.263 | 444.640 | 248.883 |
| Outras contas a pagar | 21 | 40.119 | 13.654 | 75.279 | 29.922 |
| Total do circulante | | 2.811.185 | 1.063.860 | 3.396.333 | 1.545.741 |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 2.756 | 1.005 | 120.116 | 104.206 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 468.098 | 659.450 | 686.135 | 2.896.675 |
| Debêntures | 17 | 1.121.326 | 1.402.384 | 1.121.326 | 1.491.001 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 28 | 168.367 | 658.533 | - | - |
| Entidade de previdência privada | 34 | 49.298 | - | 49.298 | - |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | - | - | 839 | 805 |
| Débitos fiscais diferidos | 10 | 108.861 | 268.288 | 669.882 | 826.239 |
| Provisões | 19 | 59.916 | 63.216 | 223.388 | 228.823 |
| Provisão para perda em investimento | 12 | 41 | 295 | - | - |
| Adiantamentos | 20 | 786 | - | 24.626 | 43.248 |
| Outras contas a pagar | 21 | 2.093 | 972 | 7.308 | 25.565 |
| Total do não circulante | | 1.981.542 | 3.054.142 | 2.902.917 | 5.616.562 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 22 | 4.032.292 | 3.698.060 | 4.032.292 | 3.698.060 |
| Reserva de capital | | 590.379 | 592.347 | 590.379 | 592.347 |
| Reservas de lucros | | 962.778 | 224.956 | 962.778 | 224.956 |
| Resultado abrangente acumulado | | 278.954 | 29.070 | 278.954 | 29.070 |
| | | 5.864.403 | 4.544.433 | 5.864.403 | 4.544.433 |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | | - | - | 105.653 | 101.987 |
| Total do patrimônio líquido | | 5.864.403 | 4.544.433 | 5.970.055 | 4.646.421 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 10.657.129 | 8.662.437 | 12.269.305 | 11.808.723 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita operacional líquida | 24 | 588.678 | 409.577 | 2.198.696 | 1.928.011 |
| Custo com serviços | | | | | |
| Custo com energia elétrica | 25 | (182.925) | (135.136) | (339.928) | (319.634) |
| Custo com operação | | (129.427) | (113.913) | (689.167) | (726.527) |
| Depreciação e amortização | | (87.104) | (69.355) | (440.352) | (478.638) |
| Outros custos com operação | 26 | (42.323) | (44.558) | (248.815) | (247.889) |
| Lucro operacional bruto | | 276.326 | 160.528 | 1.169.601 | 881.850 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | 26 | (34) | (20) | (61) | (28) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | - | - | (27) | - |
| Outras despesas com vendas | | (34) | (20) | (34) | (28) |
| Despesas gerais e administrativas | | (129.549) | (137.391) | (141.100) | (154.085) |
| Depreciação e amortização | | (9.048) | (7.844) | 2.213 | (7.857) |
| Outras despesas gerais e administrativas | 26 | (120.501) | (129.547) | (143.313) | (146.228) |
| Outras despesas operacionais | | (98.090) | (72.624) | (209.151) | (169.924) |
| Amortização de intangível da concessão | | (64.430) | (64.432) | (161.006) | (159.227) |
| Outras despesas operacionais | 26 | (33.660) | (8.192) | (48.145) | (10.697) |
| Resultado do serviço | | 48.651 | (49.507) | 819.289 | 557.812 |
| Resultado de participações societárias | 12 | 629.640 | 401.934 | 45.357 | - |
| Resultado financeiro | 27 | | | | |
| Receitas financeiras | | 28.352 | 36.940 | 98.805 | 172.658 |
| Despesas financeiras | | (207.901) | (301.666) | (399.208) | (576.292) |
| | | (179.549) | (264.726) | (300.404) | (403.634) |
| Lucro antes dos tributos | | 498.742 | 87.701 | 564.243 | 154.176 |
| Contribuição social | 10 | 77.873 | 1.708 | 57.517 | (17.836) |
| Imposto de renda | 10 | 215.881 | 7.220 | 184.247 | (29.316) |
| | | 293.754 | 8.928 | 241.763 | (47.152) |
| Lucro líquido do exercício | | 792.496 | 96.628 | 806.006 | 107.024 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | | | | 792.496 | 96.628 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores | | | | 13.510 | 10.396 |
| Lucro líquido por ação | 23 | | | | |
| Lucro líquido básico por ação - R\$ | | | | 1,45 | 0,19 |
| Lucro líquido diluído por ação - R\$ | | | | 1,45 | 0,16 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>2020</u> | <u>2019</u> | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
| Lucro líquido do exercício | 792.496 | 96.628 | 806.006 | 107.024 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado: | | | | |
| - Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários | (22.768) | - | (22.768) | - |
| - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | 294 | - | 294 | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>770.022</u> | <u>96.628</u> | <u>783.532</u> | <u>107.024</u> |
| Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores | | | 770.022 | 96.628 |
| Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores | | | 13.510 | 10.396 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

| | Reserva de lucros | | | | | | Resultado abrangente acumulado | | | | | Total | Participação de acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|-------------------|--------------------|---------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-----------------|--|------------------|-------------------|------------------|--|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reforço de capital de giro | Reserva de incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Custo atribuído | Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | Perdas atuariais | Lucros acumulados | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 3.398.048 | 592.347 | 6.413 | 26.840 | 91.393 | - | - | 32.753 | - | - | - | 4.147.794 | 103.377 | 4.251.171 |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 96.628 | 96.628 | 10.396 | 107.024 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 96.628 | 96.628 | 10.396 | 107.024 |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 4.831 | 22.949 | 72.530 | - | - | (3.683) | - | - | (96.628) | - | - | - |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | (3.683) | - | - | 3.683 | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | 4.831 | - | - | - | - | - | - | - | (4.831) | - | - | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | 22.949 | - | - | - | - | - | - | (22.949) | - | - | - |
| Constituição de reserva de reforço de capital de giro | - | - | - | - | 72.530 | - | - | - | - | - | (72.530) | - | - | - |
| Transações de capital com os acionistas | 300.012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 300.012 | (11.786) | 288.226 |
| Aumento de capital | 300.012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 300.012 | 111 | 300.123 |
| Dividendos distribuídos a não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11.897) | (11.897) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 3.698.060 | 592.347 | 11.244 | 49.789 | 163.924 | - | - | 29.070 | - | - | - | 4.544.434 | 101.987 | 4.646.421 |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | - | 294 | (22.768) | 792.496 | 770.022 | 13.510 | 783.532 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 792.496 | 792.496 | 13.510 | 806.006 |
| Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | - | (22.768) | - | (22.768) |
| Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | 294 | - | - | 294 | - | 294 |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 39.625 | - | (116.120) | 116.120 | - | (9.482) | - | - | (30.143) | - | - | - |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | (9.482) | - | - | 9.482 | - | - | - |
| Constituição de reserva de incentivos | - | - | - | - | (116.120) | 116.120 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | 39.625 | - | - | - | - | - | - | - | (39.625) | - | - | - |
| Transações de capital com os acionistas | 334.232 | (1.968) | - | (49.789) | (318) | - | 748.303 | 316.359 | - | (34.519) | (762.354) | 549.947 | (9.844) | 540.102 |
| Alteração em participação sem alteração no controle | - | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | 6.563 | 6.568 |
| Resgate de ações | - | (1.973) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.973) | - | (1.973) |
| Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 124.232 | - | - | - | - | - | - | 316.359 | - | (34.519) | 173.849 | 579.921 | - | 579.921 |
| Aumento de capital direto por controladora | 210.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 210.000 | - | 210.000 |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | (318) | - | 748.303 | - | - | - | (747.985) | - | - | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (188.218) | (188.218) | (16.410) | (204.628) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | (49.789) | - | - | - | - | - | - | - | (49.789) | - | (49.789) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.032.292 | 590.379 | 50.869 | - | 47.486 | 116.120 | 748.303 | 335.947 | 294 | (57.287) | - | 5.864.403 | 105.653 | 5.970.055 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Lucro antes dos tributos | 498.742 | 87.701 | 564.243 | 154.176 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | | | |
| Depreciação e amortização | 160.584 | 141.631 | 598.465 | 645.722 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 5.256 | (167) | 20.098 | 46 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 27 | - |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | (4.304) | 258.944 | 289.644 | 422.989 |
| Despesa (receita) com entidade de previdência privada | 1.173 | - | 1.173 | - |
| Resultado de participações societárias | (629.640) | (401.934) | (45.357) | - |
| Perda na baixa de ativo não circulante | 19.982 | 8.176 | 15.426 | 10.202 |
| Outros | - | - | (8.679) | - |
| | 51.793 | 94.351 | 1.435.040 | 1.233.135 |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | (34.042) | (46.689) | (100.687) | 8.504 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos | 408.512 | 418.927 | - | - |
| Tributos a compensar | (123.126) | (1.938) | (186.213) | (27.396) |
| Depósitos judiciais | 224 | 72 | 100 | 50 |
| Adiantamentos de fornecedores | (30.493) | (7.377) | (30.342) | (11.568) |
| Outros ativos operacionais | 17.170 | 9.874 | (18.874) | (58.525) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | 51.297 | 29.501 | 53.582 | 51.753 |
| Outros tributos e contribuições sociais | 47.789 | 2.852 | 63.588 | (6.485) |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada | (706) | - | (706) | - |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (31) | (957) | (47) | (1.317) |
| Adiantamentos de clientes | 31.597 | (4.265) | 177.135 | 32.228 |
| Outros passivos operacionais | (47.687) | (75.453) | (13.865) | (41.301) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | 372.297 | 418.898 | 1.378.711 | 1.179.078 |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (95.867) | (132.866) | (208.464) | (354.550) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (59) | - | (75.464) | (86.544) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 276.371 | 286.032 | 1.094.783 | 737.984 |
| Atividades de investimentos | | | | |
| Aumento de capital em investidas | (552.809) | (23.385) | - | - |
| Redução de capital em subsidiárias | 592.940 | 184.073 | - | - |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária | 22.641 | - | 1.890 | - |
| Aquisições de imobilizado | (77.855) | (30.354) | (262.804) | (128.124) |
| Adições de Intangível | (8.113) | (5.989) | (8.350) | (6.032) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações) | (12.133) | (246.914) | (389.683) | (782.390) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates) | 104.276 | 297.270 | 1.088.999 | 361.655 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (257.372) | (270.182) | - | - |
| Mútuos concedidos a controladas e coligadas | (552.068) | 125 | - | - |
| Recebimento de mútuos com controladas e coligadas | 316.660 | - | - | - |
| Outros | (1.968) | - | (1.968) | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos | (425.801) | (95.356) | 428.084 | (554.891) |
| Atividades de financiamentos | | | | |
| Aumento de capital por acionistas não controladores | (5.859) | - | (5.859) | - |
| Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | (877.751) | (77.964) | (454.232) | (1.008) |
| Captação de empréstimos e debêntures | 120.000 | 837.996 | 123.000 | 836.352 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures | (917.896) | (1.002.386) | (3.280.791) | (1.466.947) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 12 | - | 12 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (49.789) | - | (66.188) | (15.494) |
| Aumento de caixa em função de aumento de participação societária | - | - | 6.563 | - |
| Liquidação de operações com derivativos | 2.004 | - | 2.004 | - |
| Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | 2.000.000 | - | 2.067.048 | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 270.709 | (242.342) | (1.608.455) | (647.085) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 121.279 | (51.666) | (85.588) | (463.992) |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 57.586 | 109.252 | 412.579 | 876.571 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| 1 - Receita | 738.108 | 540.358 | 2.606.555 | 2.289.576 |
| 1.1 Receita de venda de energia e serviços | 654.114 | 475.634 | 2.338.311 | 2.042.953 |
| 1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios | 83.995 | 64.724 | 268.271 | 246.624 |
| 1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (27) | - |
| 2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros | (399.179) | (305.038) | (905.408) | (840.938) |
| 2.1 Custo com energia elétrica | (200.135) | (148.146) | (354.736) | (328.384) |
| 2.2 Material | (58.158) | (28.301) | (129.888) | (86.256) |
| 2.3 Serviços de terceiros | (96.242) | (114.895) | (335.762) | (384.504) |
| 2.4 Outros | (44.644) | (13.696) | (85.022) | (41.794) |
| 3 - Valor adicionado bruto (1+2) | 338.929 | 235.320 | 1.701.147 | 1.448.638 |
| 4 - Retenções | (160.582) | (141.631) | (599.145) | (645.722) |
| 4.1 Depreciação e amortização | (96.152) | (77.199) | (438.139) | (486.495) |
| 4.2 Amortização do intangível de concessão | (64.430) | (64.432) | (161.006) | (159.227) |
| 5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4) | 178.347 | 93.689 | 1.102.002 | 802.916 |
| 6 - Valor adicionado recebido em transferência | 659.261 | 440.671 | 145.726 | 175.534 |
| 6.1 Receitas financeiras | 29.621 | 38.737 | 100.369 | 175.534 |
| 6.2 Equivalência patrimonial | 629.640 | 401.934 | 45.357 | - |
| 7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6) | 837.608 | 534.360 | 1.247.728 | 978.451 |
| 8 - Distribuição do valor adicionado | | | | |
| 8.1 Pessoal e encargos | 54.316 | 66.370 | 93.052 | 97.588 |
| 8.1.1 Remuneração direta | 29.653 | 41.505 | 68.177 | 72.582 |
| 8.1.2 Benefícios | 19.282 | 17.485 | 19.485 | 17.550 |
| 8.1.3 F.G.T.S | 5.381 | 7.381 | 5.390 | 7.456 |
| 8.2 Impostos, taxas e contribuições | (228.436) | 60.152 | (99.402) | 169.964 |
| 8.2.1 Federais | (228.436) | 60.152 | (99.694) | 169.095 |
| 8.2.2 Estaduais | - | - | 292 | 869 |
| 8.3 Remuneração de capital de terceiros | 219.232 | 311.210 | 448.070 | 603.875 |
| 8.3.1 Juros | 207.562 | 301.347 | 398.803 | 575.817 |
| 8.3.2 Aluguéis | 11.670 | 9.863 | 49.267 | 28.058 |
| 8.4 Remuneração de capital próprio | 792.496 | 96.628 | 806.008 | 107.024 |
| 8.4.1 Lucro do exercício | 44.193 | 96.628 | 41.295 | 107.024 |
| 8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto) | 748.303 | - | 764.713 | - |
| | 837.608 | 534.360 | 1.247.728 | 978.451 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

| Empreendimentos da Companhia | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|-------------------------------------|---|-------------|--------------|
| Bons Ventos | 50,0 | 07/03/2003 | 30 anos |
| Canoa Quebrada | 57,0 | 10/12/2002 | 30 anos |
| Enacel | 31,5 | 12/11/2002 | 30 anos |
| Taíba Albatroz | 16,5 | 23/12/2002 | 30 anos |
| Icaraizinho | 54,6 | 27/08/2002 | 30 anos |
| Praia Formosa | 105,0 | 04/06/2002 | 30 anos |
| Total | 314,6 | | |

Além dos empreendimentos acima, com as reestruturações ocorridas no exercício, conforme nota 1.6, a Companhia passou a deter:

- concessões que se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas das usinas hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco (2,4 MW) e Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogadas;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de concessão iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de concessão iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A UHE Macaco Branco encerrou suas operações em dezembro de 2020, devido as obras pela futura represa de Pedreira, projeto do governo do Estado de São Paulo, para garantir a segurança hídrica da região de Campinas.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|---------|--------------|
| Minas Gerais | | | | | | | | | | | |
| SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 12/1999 | 30 anos | Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 23,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2") | Sociedade limitada | Direta 100% | 29,9 | 11/2015 | 35 anos | | | | | | |
| SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,0 | 01/2000 | 30 anos | | | | | | |
| Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 24,0 | 05/2002 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 20,0 | 08/2002 | 30 anos | | | | | | |
| SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 11,0 | 01/2000 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 9,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 7,5 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| Mato Grosso e Rio Grande do Sul | | | | | | | | | | | |
| CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 7,0 | (**) | | | | | | | |
| Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 19,4 | 05/2004 | 30 anos | | | | | | |
| | | | | | | | | | Total | | 453,1 |

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritys, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 39 em operação (994 MW) e 4 em construção (81 MW), somando um total de capacidade instalada de 1.075,6 MW:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|------------|---------|
| Palmares do Sul (RS) | | | | | | Parazinho (RN) | | | | | |
| Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 28/02/2011 | 35 anos | Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Eurus V Energias Renováveis Ltda. ("Eurus V") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 27/03/2013 | 30 anos |
| Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI") | Sociedade limitada | Direta 100% | 8,0 | 25/08/2010 | 35 anos |
| Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 22/03/2011 | 35 anos | Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 05/08/2010 | 35 anos |
| Aracati (CE) | | | | | | João Câmara (RN) | | | | | |
| Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 13,7 | 19/06/2002 | 30 anos | Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Itarema (CE) | | | | | | Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV") | | | | | |
| Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 04/08/2014 | 35 anos | Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 30/07/2010 | 35 anos |
| Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 23,1 | 23/07/2014 | 35 anos | Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 11/10/2010 | 35 anos |
| Outras localidades (CE) | | | | | | DESA Morro dos Ventos IX S.A. ("Morro dos Ventos IX") | | | | | |
| Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 05/06/2002 | 30 anos | DESA Morro dos Ventos IX S.A. ("Morro dos Ventos IX") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 28/07/2010 | 35 anos |
| Edifica Paracuru Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 28/08/2002 | 30 anos | João Câmara (RN) | | | | | |
| Touros (RN) | | | | | | DESA Eurus I S.A. ("Eurus I") | | | | | |
| Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 01/04/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |
| Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ursula") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 27,3 | 31/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("São Martinho") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,7 | 21/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 18/04/2011 | 35 anos |
| São Miguel do Gostoso (RN) | | | | | | Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III") | | | | | |
| Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Santo Dimas") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 16,1 | 29/09/2011 | 35 anos |
| São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 10/03/2015 | 30 anos | SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 29/09/2011 | 35 anos |
| | | | | | | SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca") | | | | | |
| | | | | | | SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos I S.A. ("Morro dos Ventos I") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos II S.A. ("Morro dos Ventos II") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos III S.A. ("Morro dos Ventos III") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos IV S.A. ("Morro dos Ventos IV") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos VI S.A. ("Morro dos Ventos VI") | | | | | |
| | | | | | | Total | | | | | |
| | | | | | | 994,0 | | | | | |

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Os mencionados no quadro abaixo, já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com conclusão das obras e início de operação previstos para janeiro de 2024, cuja capacidade instalada prevista é de 69,3 MW.

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|------------|---------|
| Touros (RN) | | | | |
| SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95,1% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 90% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

| <u>Empreendimento</u> | <u>Tipo de sociedade</u> | <u>Participação societária</u> | <u>Localização (UF)</u> | <u>Capacidade de energia instalada (MW)</u> | <u>Data</u> | <u>Prazo</u> |
|--|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|---|-------------|--------------|
| SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada") | Sociedade limitada | Direta 100% | Minas Gerais | 50,0 | 29/10/2012 | 30 anos |
| SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana") | Sociedade limitada | Direta 100% | Paraná | 50,0 | 14/02/2012 | 30 anos |
| CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa") | Sociedade limitada | Direta 100% | Rio Grande do Norte | 40,0 | 15/05/2002 | 30 anos |
| CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 45,0 | 24/09/2009 | 30 anos |
| CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 40,0 | 21/05/1999 | 30 anos |
| CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 74,3 | 16/12/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 25,0 | 03/05/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 70,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Total | | | | 394,3 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| <u>Empreendimento</u> | <u>Tipo de sociedade</u> | <u>Participação societária</u> | <u>Atividade preponderante</u> | <u>Investidas</u> |
|---|--|--------------------------------|--|---|
| Sociedades de participação | | | | |
| PCH Holding S.A. ("PCH Holding") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Anvored, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca |
| SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho. |
| Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, Cherobim Energética e Varginha Energética, Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI. |
| Outros empreendimentos operacionais | | | | |
| SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos | (*) |
| Outros empreendimentos sem atividade produtiva | | | | |
| SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande") | Sociedade limitada | Direta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Cherobim Energética Ltda. ("Cherobim Energética") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Varginha Energética S/A ("Varginha Energética") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | Comercialização de energia elétrica | (*) |

(*) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(**) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

1.6 Reestruturações Societárias

1.6.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| Ativo | | Passivo | |
|---|------------------|--|----------------|
| Circulante | 194.156 | Circulante | 340.960 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 84.999 | Empréstimos e financiamentos | 191.697 |
| Derivativos | 77.728 | Outros impostos, taxas e contribuições | 104.282 |
| Outros Tributos a compensar | 22.897 | Outros passivos circulante | 44.981 |
| Outros Créditos | 8.532 | Não Circulante | 203.817 |
| Não Circulante | 1.125.563 | Débitos fiscais diferidos | 172.288 |
| Imobilizado | 922.332 | Outros passivos não circulante | 31.530 |
| Investimentos | 125.772 (a) | Total Passivo | 544.777 |
| Intangível | 75.579 | Efeito líquido oriundo da cisão | (210.824) (b) |
| Outros ativos não circulante | 1.880 | Acervo Líquido | 564.117 |
| Total Ativo | 1.319.719 | | |

(a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.

(b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|----------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 564.117 |
| Capital Social | 108.139 |
| Resultado abrangente acumulado | 281.839 |
| Lucros Acumulados | 174.139 |

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.6.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.6.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|---------------|--|---------------|
| Circulante | 2.846 | Circulante | 5.475 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.890 | Fornecedores | 59 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 40 | Outros impostos, taxas e contribuições | 30 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 370 | Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 5.356 |
| Outros Tributos a compensar | 513 | Outros passivos circulante | 31 |
| Outros Créditos | 32 | Total Passivo | 5.475 |
| Não Circulante | 18.436 | Acervo Líquido | 15.806 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 2.959 | | |
| Imobilizado | 15.360 | | |
| Intangível | 3 | | |
| Outros Ativos não circulante | 114 | | |
| Total Ativo | 21.281 | | |

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|---------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 15.806 |
| Capital Social | 16.093 |
| Lucros Acumulados | (287) |

1.6.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | 30/11/2020 | | | <u>Passivo</u> | 30/11/2020 | | |
|--|----------------|----------------|---------------|---|----------------|----------------|---------------|
| | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia | | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia |
| Circulante | 24.192 | - | 4 | Circulante | - | 9 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20.720 | - | - | Outras Contas a Pagar | - | 9 | 1 |
| Dividendos a receber | 3.408 | - | - | Não Circulante | 21.354 | 1 | - |
| Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar | 64 | - | - | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 1 | - |
| Não Circulante | 230.990 | 172 | - | Débitos fiscais diferidos | 21.354 | - | - |
| Investimentos | 230.990 | - | - | Total Passivo | 21.354 | 10 | 1 |
| Imobilizado | - | 172 | - | Acervo Líquido | 233.828 | 163 | 3 |
| Total Ativo | 255.182 | 172 | 4 | | | | |

1.6.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|----------------|---|----------------|
| Circulante | 4.949 | Circulante | 4.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 37 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | Outros impostos, taxas e contribuições | 2 |
| Dividendos a receber | 4.786 | Dividendo e juros sobre capital próprio | 4.207 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 48 | Outros passivos circulante | 5 |
| Outros Tributos a compensar | 8 | Não Circulante | 36.057 |
| Não Circulante | 276.479 | Adiantamento para futuro aumento de capital | 36.057 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 4.086 | Total Passivo | 40.309 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 60 | Acervo Líquido | 241.119 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 33.200 | | |
| Investimentos | 239.133 | | |
| Total Ativo | 281.428 | | |

1.6.5 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.137.501 e R\$ 1.961.420 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2021, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.7 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscam minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus.

No Brasil, tendo como objetivo minimizar as perdas de vidas e evitar danos econômicos, como perda de empregos e sobrevivência de empresas, a política fiscal tem sido amplamente utilizada, à medida que o aumento no gasto público no curto prazo se faz necessário. Com esse entendimento os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública, e dispensou o governo do cumprimento da meta permitindo uma política fiscal mais ativa, que representa a princípio, um certo desvio temporário da consolidação fiscal que se encontrava o país. Apesar do estado de calamidade pública deixar de ser reconhecido em dezembro de 2020, medidas sanitárias e econômicas adicionais têm sido adotadas visando minimizar os eventuais impactos negativos decorrentes da pandemia.

Adicionalmente, diversos governos vêm intensificando medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica. Além disso, as medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, com probabilidades de gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo prazos.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento e aprovação de vacinas, a curva referente ao número médio de mortes diárias causadas pelo vírus e novos casos de contaminação, em algumas regiões, sofreu fortes oscilações e apresenta dificuldades para declinar. Até o dia 26 de janeiro de 2021, o Brasil registrou mais de 218 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 2 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e apresentado resultados positivos, inclusive com alguns países iniciando campanhas de vacinação. No entanto, ao analisar de forma conjuntural, os resultados positivos com a vacina, eventuais riscos de suprimentos de recursos e impactos econômicos e sanitários, tudo indica uma possível mudança estrutural, e talvez temporária no médio prazo na economia e comportamento humano de forma generalizada.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;

- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, até o presente momento, entende não ser aplicável a renegociação de cláusulas contratuais específicas com seus credores e seguiu com os planos de financiamento aprovado para o exercício de 2020. Adicionalmente, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Nossas geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes. O percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações é inferior a 7,7%, e não representa um risco potencial para o negócio. No entanto até o momento todas realizaram os pagamentos na sua integralidade.

Como descrito acima, as notificações dos clientes referem-se à eventual necessidade de adequação de seus contratos, em função de uma possível retração macroeconômica e a conseqüente redução de consumo de energia. A expectativa da Administração é que medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e conseqüentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais. Adicionalmente, a Administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes a serem contemplados em suas demonstrações financeiras.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos).
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela

Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa, BAESA que foi integrada a CPFL Energias Renováveis S.A. com a reestruturação societária (vide nota 1.6.1 b), que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.19.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. |
| Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, o Grupo reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 16.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1% a 16,27%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 28.

3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização

financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo foi de 3,77% (3,22% em 2019) baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 14.

3.9 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("*EAD*" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Benefícios a empregados

Com a reestruturação societária citada na nota 1.6, a Companhia passou a possuir benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada

possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.17 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as

alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e

- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo

para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Saldos bancários | 176.672 | 19.545 | 224.693 | 158.806 |
| Aplicações financeiras | 2.193 | 38.041 | 102.298 | 253.773 |
| Títulos de crédito privado (a) | - | 464 | 11.092 | 6.570 |
| Fundos de investimento (b) | 2.193 | 37.577 | 91.206 | 206.801 |
| Operações compromissadas e debêntures (c) | - | - | - | 40.402 |
| Total | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de 96,82% aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 98,11% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (97,08% em 31 de dezembro de 2019).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,03% do CDI (94,61% em 31 de dezembro de 2019).
- c) Em 2019, no consolidado, representa valores aplicados no Fundo Atlânticas (têm como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez), no Fundo BNB Institucional e no Fundo XP Top CDB. A taxa de remuneração média é 94,61% do CDI na data do balanço.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Através de fundos de investimentos | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |
| Total | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |

Em 31 de dezembro de 2020 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

| Agente financeiro | Tipo de aplicação | Vencimento | Indexador | Remuneração | Controladora | |
|-------------------|--------------------|------------|-----------|-------------|--------------|---------------|
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - | 21.727 |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 | 41.586 |
| | | | | | 8.582 | 63.313 |

| Agente financeiro | Tipo de aplicação | Vencimento | Indexador | Remuneração | Consolidado | |
|-------------------|-----------------------|------------|-----------|-------------|---------------|----------------|
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Banco do Brasil | Fundo aberto | Indefinido | Diversos | - | - | 4.760 |
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - | 31.244 |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 | 60.552 |
| Bradesco | (FIC) Federal | Indefinido | Diversos | 84,28% | 4.450 | 38.158 |
| Citibank | Fundo Citi Cash Blue | Indefinido | Diversos | - | - | 5.331 |
| Itaú | Fundo Soberano | Indefinido | Diversos | 90,13% | 99 | 427.203 |
| Itaú | CDB Op. Compromissada | Diversos | DI | - | - | 1.250 |
| | | | | | 13.130 | 568.498 |

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludes, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

(8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| | Controladora | | | | | Consolidado | | | | |
|---|------------------|-------------|---------------|----------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Saldos vincendos | Vencidos | | Total | | Saldos vincendos | Vencidos | | Total | |
| | | até 90 dias | > 90 dias | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | até 90 dias | > 90 dias | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | 3.649 | 558 | 72 | 4.280 | 5.935 | 3.342 | 74.430 | 8.590 | 86.362 | 62.535 |
| Concessionárias e permissionárias | 135.328 | - | 58.159 | 193.487 | 100.392 | 249.241 | 17.685 | 13.203 | 280.129 | 170.085 |
| Outros | 4.050 | - | - | 4.050 | - | - | 12 | 24 | 37 | 12 |
| | 143.027 | 558 | 58.232 | 201.817 | 106.327 | 252.583 | 92.127 | 21.817 | 366.527 | 232.632 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | (25) | - | | | | (51) | - |
| Total | | | | 201.793 | 106.327 | | | | 366.476 | 232.632 |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 | - | - | 204.999 | 204.999 | 150.210 |
| | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 | - | - | 204.999 | 204.999 | 150.210 |
| Total | | | | 68.294 | 41.744 | | | | 204.999 | 150.210 |

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de

energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

| | Consumidores, concessionárias e permissionárias | Outros ativos (nota 11) | Total |
|--|---|----------------------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2019 | - | - | - |
| Reestruturação societária | (25) | (352) | (377) |
| Provisão revertida (constituída) liquida | (27) | - | (27) |
| Saldo em 31/12/2020 | (51) | (352) | (403) |
| Circulante | (51) | (352) | (403) |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(9) IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | |
| Antecipações de contribuição social - CSLL | - | - | 744 | 474 |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ | 312 | - | 1.760 | 1.638 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.455 | 15.703 | 15.332 | 44.649 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.767 | 15.703 | 17.836 | 46.761 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 7.681 | 10.349 | 57.496 | 22.148 |
| ICMS a compensar | 837 | 817 | 6.285 | 5.836 |
| Programa de integração social - PIS | 7.190 | 2.507 | 10.575 | 4.131 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 24.864 | 11.568 | 37.313 | 19.315 |
| Instituto nacional de seguridade social - INSS | 1 | - | 16 | - |
| Outros | 122 | 109 | 2.709 | 738 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 | 25.351 | 114.395 | 52.168 |
| Total circulante | 51.461 | 41.053 | 132.228 | 98.929 |
| Não circulante | | | | |
| Contribuição social a compensar - CSLL | - | - | 27 | 36 |
| Imposto de renda a compensar - IRPJ | 43.733 | 25.584 | 74.077 | 32.284 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.733 | 25.584 | 74.104 | 32.320 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | - | - | 50 | 50 |
| Outros | - | - | 3.530 | 3.530 |
| Outros tributos a compensar | - | - | 3.580 | 3.580 |
| Total não circulante | 43.733 | 25.584 | 77.687 | 35.900 |

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Crédito (Débito) de contribuição social</u> | | | | |
| Bases negativas | 94.119 | 23.234 | 94.119 | 23.234 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (125.493) | (94.252) | (274.086) | (241.944) |
| Subtotal | (31.374) | (71.018) | (179.966) | (218.710) |
| <u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u> | | | | |
| Prejuízos fiscais | 261.305 | 64.539 | 261.305 | 64.539 |
| Benefício fiscal do intangível incorporado | 9.800 | - | 9.800 | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (348.592) | (261.809) | (759.784) | (672.068) |
| Subtotal | (77.487) | (197.270) | (488.679) | (607.529) |
| Total | (108.861) | (268.288) | (668.645) | (826.239) |
| Total crédito fiscal | 91.079 | 95.562 | 159.653 | 95.562 |
| Total débito fiscal | (199.940) | (363.850) | (828.299) | (921.801) |

Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | | | | | | | | |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 159 | 442 | - | - | 159 | 442 | - | - |
| Provisão relacionada a pessoal | 502 | 1.395 | - | - | 502 | 1.395 | - | - |
| Derivativos - regime de caixa | (5.383) | (14.953) | - | - | (5.383) | (14.953) | - | - |
| Marcação a mercado - Derivativo | (181) | (503) | - | - | (181) | (503) | - | - |
| Marcação a mercado - Dívidas | (66) | (185) | - | - | (66) | (185) | - | - |
| Depreciação acelerada incentivada | (22.966) | (63.795) | (23.845) | (66.237) | (22.966) | (63.795) | (23.845) | (66.237) |
| Outras diferenças temporárias | 968 | 2.689 | (614) | (1.706) | 968 | 2.689 | (614) | (1.707) |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado | | | | | | | | |
| Perdas atuariais | 162 | 450 | - | - | 162 | 450 | - | - |
| Marcação a mercado - Derivativos | 21 | 60 | - | - | 21 | 60 | - | - |
| Marcação a mercado - Dívidas | (62) | (171) | - | - | (62) | (171) | - | - |
| Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído | (40.438) | (112.327) | - | - | (40.438) | (112.327) | - | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios: | | | | | | | | |
| Impostos diferidos - ativo: | | | | | | | | |
| Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos) | 13.583 | 37.731 | 14.770 | 41.027 | 16.965 | 47.125 | 18.344 | 50.955 |
| Impostos diferidos - passivo: | | | | | | | | |
| Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído | (13.652) | (37.922) | (15.203) | (42.231) | (18.323) | (50.897) | (19.177) | (53.270) |
| Intangível - direito de exploração/autorização | (58.142) | (161.505) | (69.359) | (192.663) | (205.445) | (569.116) | (216.651) | (601.809) |
| Total | (125.493) | (348.592) | (94.252) | (261.809) | (274.086) | (759.784) | (241.944) | (672.068) |

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| | Controladora | | | |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | | 2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 498.742 | 498.742 | 87.701 | 87.701 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Resultado de participações societárias | (719.730) | (719.730) | (401.934) | (401.934) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 192.988 | 194.228 | - | - |
| Base de cálculo | (28.000) | (26.760) | (314.233) | (314.233) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Débito fiscal apurado | 2.519 | 6.691 | 28.281 | 78.558 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 75.354 | 209.190 | (26.573) | (71.338) |
| Total | 77.873 | 215.881 | 1.708 | 7.220 |
| Corrente | (1.780) | (5.240) | - | - |
| Diferido | 79.653 | 221.121 | 1.708 | 7.220 |

| | Consolidado | | | |
|---|--------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | | 2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 564.243 | 564.243 | 154.176 | 154.176 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Resultado de participações societárias | (45.357) | (45.357) | - | - |
| Efeito regime lucro presumido | (473.293) | (545.421) | (312.337) | (368.786) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 126.374 | 102.983 | 15.283 | 15.165 |
| Base de cálculo | 171.967 | 76.448 | (142.878) | (199.445) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (15.476) | (19.112) | 12.859 | 49.861 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 72.993 | 203.359 | (30.695) | (79.176) |
| Total | 57.517 | 184.247 | (17.836) | (29.315) |
| Corrente | (29.290) | (62.901) | (32.932) | (73.724) |
| Diferido | 86.807 | 247.148 | 15.096 | 44.409 |

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 333.955, refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 267.652; (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 242; e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 66.545.

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 507.560 (R\$ 734.373 em 31 de dezembro de 2019), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 68.383 e R\$ 99.461 em 31 de dezembro de 2019. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Prejuízo Fiscal e Base Negativa: Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e em virtude de estudo de recuperabilidade do ano, em consequência da reestruturação societária. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

| | 2020 | |
|--|----------------|----------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Perdas/(ganhos) atuariais | 18.732 | 18.732 |
| Base de cálculo | 18.732 | 18.732 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Tributos apurados (*) | - | - |
| Baixa de créditos fiscais constituídos - reflexo incorporação | 1.069 | 2.967 |
| Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | 1.069 | 2.967 |
| Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros | (445) | (445) |
| Custo atribuído de ativo imobilizado | 14.363 | 14.363 |
| Subtotal | 13.918 | 13.918 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Tributos apurados | (1.253) | (3.479) |
| Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | (184) | (512) |

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para os ganhos atuariais, por não haver expectativa de realização.

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| Consolidado | |
|--------------------|----------------|
| 2021 | 52.201 |
| 2022 | 41.943 |
| 2023 | 37.313 |
| 2024 | 43.437 |
| 2025 | 52.693 |
| 2026 A 2028 | 127.836 |
| Total | 355.424 |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(11) OUTROS ATIVOS

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Créditos a receber | - | - | 22.008 | 2.634 | - | - | 32.301 | 24.416 |
| Créditos a receber - rateios | 53.920 | 21.736 | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamentos - Fundação CESP | 282 | - | 134 | - | 282 | - | 134 | - |
| Adiantamentos - fornecedores | 200 | 383 | - | - | 90.166 | 38.287 | - | - |
| Ordens em curso | - | 926 | - | - | - | 926 | - | - |
| Serviços prestados a terceiros | 572 | 572 | - | - | - | - | - | - |
| Estoque | 8.931 | 930 | - | - | 44.721 | 16.386 | - | - |
| Contratos de pré-compra de energia | - | - | - | - | 13.548 | 12.775 | 7.751 | 10.432 |
| Despesas antecipadas | 3.657 | 3.005 | 2.837 | 598 | 14.810 | 20.332 | 3.318 | 1.067 |
| Repactuação GSF | - | - | - | - | - | 1.716 | - | - |
| Adiantamentos a funcionários | 1.034 | 520 | - | - | 1.034 | 520 | - | - |
| Indenizações de sinistros | - | - | - | - | 2.015 | - | - | - |
| Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco | 12.257 | - | - | - | 12.257 | - | - | - |
| Outros | 17.390 | 5.022 | - | 7.728 | 43.886 | 27.506 | 13.098 | 33.242 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) | (352) | - | - | - | (352) | - | - | - |
| Total | 97.892 | 33.093 | 24.978 | 10.960 | 222.367 | 118.447 | 56.602 | 69.157 |

Créditos a receber : Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 19.090 (R\$ 11.206 em 31 de dezembro de 2019) .Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2019) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2019) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Estoque – Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 44.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas do grupo e consumo próprio, classificados como almoxarifado no total de R\$ 44.028.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(12) INVESTIMENTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial | | | | |
| Pelo patrimônio líquido da controlada | 5.418.718 | 5.213.596 | 170.166 | - |
| Subtotal | 5.418.718 | 5.213.596 | 170.166 | - |
| Mais valia de ativos, líquidos | 1.072.299 | 1.024.671 | 962 | - |
| Total | 6.491.017 | 6.238.267 | 171.129 | - |

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

| Controladora | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Investimentos | Participação no Capital % | 31/12/2020 | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial | | |
| Alto Irani | 100% | 114.043 | 2.114 | 47.748 | 23.727 | 47.748 | 63.399 | 23.726 | 22.461 |
| Atlântica I | 100% | 99.186 | 43.081 | 86.147 | 10.750 | 86.147 | 75.397 | 10.750 | 7.064 |
| Atlântica II | 100% | 101.407 | 42.895 | 82.016 | 10.758 | 82.016 | 71.257 | 10.758 | 5.975 |
| Atlântica IV | 100% | 108.792 | 45.781 | 81.560 | 11.009 | 81.560 | 68.457 | 11.009 | 6.400 |
| Atlântica V | 100% | 114.114 | 50.579 | 97.264 | 8.520 | 97.264 | 88.745 | 8.520 | 5.957 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | - | 45.357 | - |
| Baixa Verde | 95% | 342 | 432 | 312 | (42) | 181 | 148 | (40) | (61) |
| Bio Alvorada | 100% | 171.317 | 48.912 | 145.706 | 6.966 | 145.706 | 136.649 | 6.966 | 2.278 |
| Bio Burity | 100% | 87.180 | 72.070 | 79.506 | 10.795 | 79.506 | 144.380 | 10.795 | 9.509 |
| Bio Coopcana | 100% | 138.534 | 50.853 | 117.094 | 15.536 | 117.094 | 100.284 | 15.536 | 6.431 |
| Bio Ester | 100% | 97.941 | 43.512 | 83.434 | 23.275 | 83.434 | 79.159 | 23.275 | 1.861 |
| Bio Formosa | 100% | 120.692 | 70.991 | 86.359 | 14.782 | 76.214 | 94.678 | 14.782 | 5.283 |
| Bio Ipe | 100% | 19.077 | 14.349 | 16.123 | 5.057 | 16.123 | 26.426 | 5.057 | 5.224 |
| Bio Pedra | 100% | 168.305 | 129.950 | 169.025 | 37.995 | 169.025 | 244.585 | 37.995 | 36.632 |
| Bioenergia | 100% | 63.195 | 47.439 | 54.910 | 10.085 | 54.910 | 59.457 | 10.085 | 9.252 |
| Boa Vista 2 | 100% | 285.447 | 125.635 | 127.437 | 4.195 | 127.437 | 94.442 | 4.195 | (3.361) |
| Cachoeira Grande | 100% | 145 | 6.632 | 145 | 2 | 145 | 143 | 2 | 6 |
| Cajueiro | 95% | 573 | 199 | 567 | (28) | 288 | 294 | (26) | (50) |
| Chimay Empreendimentos | 100% | 122.574 | 48.021 | 89.449 | 39.264 | 89.449 | 90.170 | 39.264 | 22.055 |
| Costa Branca (b) | 95% | 91.060 | 21.639 | 59.499 | 5.141 | 54.666 | - | 3 | - |
| Costa das Dunas | 95,145% | 103.504 | 77.601 | 78.507 | 92 | 74.194 | 4.614 | 82 | (96) |
| Pedra Cheirosa I | 100% | 171.356 | 141.500 | 147.540 | (13.731) | 147.540 | 82.771 | (13.730) | (6.092) |
| Dobrevê | 100% | 1.058.972 | 758.916 | 821.365 | 76.334 | 814.017 | 884.490 | 76.680 | 51.728 |
| Eólica Paracuru | 100% | 42.345 | 22.230 | 32.970 | 18.287 | 32.970 | 24.221 | 19.144 | 19.281 |
| Eólica Holding | 100% | - | - | - | 22.098 | - | 219.130 | 22.098 | 13.586 |
| Eurus VI | 100% | 29.965 | 22.580 | 23.147 | 338 | 23.147 | 37.397 | 338 | 649 |
| Farol de Touros | 90% | 85.392 | 30.262 | 30.404 | - | 26.998 | 3.825 | (42) | (97) |
| Figueira Branca | 100% | 36.772 | 14.474 | 14.316 | 176 | 14.316 | 1.623 | 176 | (286) |
| Gameleira | 100% | 55.225 | 24.048 | 23.881 | 2 | 23.881 | 3.530 | 2 | (143) |
| Jayaditya Empreendimentos | 100% | 45.090 | 2.082 | 15.193 | 15.440 | 15.193 | 11.600 | 15.440 | 5.098 |
| Juremas (b) | 90% | 61.033 | 17.138 | 36.230 | 3.914 | 32.890 | - | 5 | - |
| Macacos (b) | 90% | 77.996 | 20.234 | 45.407 | 4.512 | 41.134 | - | 7 | - |
| Mohini Empreendimentos | 100% | 57.578 | 1.269 | 21.395 | 30.885 | 21.395 | 20.885 | 30.885 | 18.330 |
| Navegantes (a) | 95% | 5 | 366 | (2) | (46) | - | - | (43) | (36) |
| PCH Holding | 100% | 380.363 | 315.693 | 376.145 | 85.203 | 376.145 | 464.882 | 85.203 | 69.745 |
| PCH Holding 2 | 100% | - | - | - | 26.251 | - | 98.918 | 26.251 | 19.275 |
| Pedra Preta (b) | 100% | 84.926 | 20.969 | 57.959 | 7.420 | 53.057 | - | 4 | - |
| Penedo | 100% | - | - | - | - | (0) | 173 | (12) | (2) |
| Plano Alto | 100% | 73.823 | 1.527 | 25.042 | 17.101 | 25.042 | 30.852 | 17.101 | 16.495 |
| Pedra Cheirosa II | 100% | 153.623 | 114.500 | 132.915 | (2.542) | 132.915 | 83.958 | (2.543) | (4.353) |
| Rosa dos Ventos | 100% | 46.145 | 15.740 | 33.739 | 9.286 | 33.739 | 20.912 | 9.327 | 7.898 |
| Santa Clara I | 100% | 141.848 | 113.777 | 122.003 | 5.852 | 122.003 | 147.959 | 5.852 | 6.459 |
| Santa Clara II | 100% | 113.297 | 85.198 | 93.010 | 5.673 | 93.010 | 134.478 | 5.673 | 6.234 |
| Santa Clara III | 100% | 117.489 | 88.770 | 97.670 | 7.055 | 97.670 | 136.184 | 7.055 | 7.491 |
| Santa Clara IV | 100% | 108.332 | 80.722 | 87.062 | 4.882 | 87.062 | 138.599 | 4.882 | 5.637 |
| Santa Clara V | 100% | 111.192 | 82.976 | 90.434 | 6.084 | 90.434 | 139.645 | 6.084 | 6.505 |
| Santa Clara VI | 100% | 106.855 | 79.445 | 84.130 | 3.586 | 84.130 | 137.827 | 3.586 | 4.125 |
| Campos dos Ventos II (b) | 100% | 111.432 | 46.402 | 52.699 | 1.654 | 52.699 | - | - | - |
| Salto Góes | 100% | 110.031 | 76.400 | 95.370 | 13.616 | 95.370 | 61.282 | 13.616 | 13.631 |
| Santa Cruz | 100% | 24.286 | 29.920 | 24.117 | (31) | 24.117 | 729 | (33) | (33) |
| Santa Luzia (b) | 100% | 181.740 | 89.314 | 174.866 | 34.670 | 174.866 | - | 6.684 | - |
| SILF Cinco | 100% | 78.120 | 42.662 | 56.007 | 11.212 | 56.007 | 29.076 | 11.722 | 11.888 |
| Solar I (a) | 100% | 4.098 | 33 | - | 230 | - | - | 230 | (356) |
| Sul Centrais Elétricas | 100% | 28.953 | 14.183 | 17.677 | 599 | 17.677 | 18.208 | 599 | 2.555 |
| Tombo (a) | 100% | - | - | - | 5 | - | - | 5 | - |
| Turbina 16 | 100% | 1.145.519 | 635.875 | 903.351 | 67.399 | 903.351 | 836.452 | 67.399 | 35.777 |
| Turbina 17 | 100% | 64.393 | 51.903 | 52.669 | 871 | 52.669 | 1.305 | 871 | 298 |
| Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada | | 8.066.772 | 4.382.172 | 5.972.026 | 848.256 | 5.418.718 | 5.213.596 | 698.612 | 454.107 |
| Amortização de ágio, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | | (57.315) | (40.566) |
| Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | | (10.242) | (10.242) |
| Amortização de juros capitalizados | | | | | | | | (1.415) | (1.365) |
| Total | | | | | | 5.418.718 | 5.213.596 | 629.640 | 401.934 |

- (a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.
(b) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir da data de incorporação (vide nota 1.6.3 e 1.6.4)

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.315 (R\$ 40.566 no ano de 2019) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

| Investimentos | Participação no Capital % | Consolidado | | | | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial |
|------------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | | |
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | | |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | 45.357 |
| Total | | | | | | 170.166 | 45.357 |

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

| Investimento | Investimento em 31/12/2018 | Aumento / Integralização de capital | Redução de Capital | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2019 |
|---------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|
| | | | | | | | | |
| Alto Irani | 54.201 | - | - | - | - | 22.461 | (13.264) | 63.399 |
| Atlântica I | 70.010 | - | - | - | - | 7.064 | (1.678) | 75.397 |
| Atlântica II | 66.701 | - | - | - | - | 5.975 | (1.419) | 71.257 |
| Atlântica IV | 62.456 | 1.121 | - | - | - | 6.400 | (1.520) | 68.457 |
| Atlântica V | 84.277 | - | - | - | - | 5.957 | (1.489) | 88.745 |
| Baixa Verde | 160 | 49 | - | - | - | (61) | - | 148 |
| Bio Alvorada | 134.941 | - | - | - | - | 2.278 | (570) | 136.649 |
| Bio Burity | 138.023 | - | - | - | - | 9.509 | (3.152) | 144.380 |
| Bio Coopcana | 92.487 | 3.271 | - | - | - | 6.431 | (1.905) | 100.284 |
| Bioenergia | 50.205 | - | - | - | - | 9.252 | - | 59.457 |
| Bio Ester | 77.298 | - | - | - | - | 1.861 | - | 79.159 |
| Bio Formosa | 86.638 | 2.757 | - | - | - | 5.283 | - | 94.678 |
| Bio Ipê | 31.169 | - | - | (61) | - | 5.224 | (9.907) | 26.426 |
| Bio Pedra | 221.237 | - | - | (249) | - | 36.632 | (13.035) | 244.585 |
| Boa Vista 2 | 97.804 | - | - | - | - | (3.361) | - | 94.442 |
| Cachoeira Grande | 137 | - | - | - | - | 6 | - | 143 |
| Cajueiro | 344 | - | - | - | - | (50) | - | 294 |
| Chimay | 113.071 | - | (23.617) | - | - | 22.055 | (21.339) | 90.170 |
| Costa das Dunas | 4.251 | 459 | - | - | - | (96) | - | 4.614 |
| Dobrevê Energia | 842.456 | 12.508 | - | - | - | 51.728 | (22.204) | 884.488 |
| Eólica Holding | 205.544 | - | - | - | - | 13.586 | - | 219.130 |
| Eólica Paracuru | 19.518 | - | - | - | - | 19.281 | (14.578) | 24.221 |
| Eurus VI | 36.998 | - | - | (22) | - | 649 | (227) | 37.398 |
| Farol de Touros | 3.413 | 509 | - | - | - | (97) | - | 3.825 |
| Figueira Branca | 1.632 | 277 | - | - | - | (286) | - | 1.623 |
| Gameleira | 3.429 | 243 | - | - | - | (143) | - | 3.530 |
| Navegantes | - | - | - | - | 36 | (36) | - | - |
| Jayaditya | 36.030 | - | (18.740) | - | - | 5.098 | (10.789) | 11.600 |
| Mohini | 71.418 | - | (49.663) | - | - | 18.330 | (19.199) | 20.885 |
| PCH Holding | 475.212 | - | - | - | - | 69.745 | (80.075) | 464.882 |
| PCH Holding 2 | 83.581 | 880 | - | - | - | 19.275 | (4.819) | 98.918 |
| Pedra Cheirosa I | 88.863 | - | - | - | - | (6.092) | - | 82.771 |
| Pedra Cheirosa II | 88.311 | - | - | - | - | (4.353) | - | 83.958 |
| Penedo | 175 | - | - | - | - | (2) | - | 173 |
| Plano Alto | 28.821 | - | - | - | - | 16.495 | (14.464) | 30.852 |
| Rosa dos Ventos | 26.976 | - | - | - | - | 7.898 | (13.962) | 20.912 |
| Salto Góes | 80.448 | - | - | - | - | 13.631 | (32.796) | 61.282 |
| Santa Clara I | 143.527 | - | - | (238) | - | 6.459 | (1.789) | 147.959 |
| Santa Clara II | 130.175 | - | - | (215) | - | 6.234 | (1.717) | 134.478 |
| Santa Clara III | 130.881 | - | - | (185) | - | 7.491 | (2.003) | 136.184 |
| Santa Clara IV | 134.739 | - | - | (146) | - | 5.637 | (1.632) | 138.599 |
| Santa Clara V | 135.052 | - | - | (138) | - | 6.505 | (1.774) | 139.645 |
| Santa Clara VI | 135.220 | - | - | (110) | - | 4.125 | (1.407) | 137.828 |
| Santa Cruz | 467 | 295 | - | - | - | (33) | - | 729 |
| SILF Cinco | 31.058 | - | - | - | - | 11.888 | (13.870) | 29.076 |
| Solar 1 | 86 | - | - | - | 270 | (356) | - | - |
| Sul Centrais Elétricas | 17.325 | - | - | - | - | 2.555 | (1.671) | 18.208 |
| Turbina 16 | 992.716 | - | (183.544) | - | - | 35.777 | (8.497) | 836.452 |
| Turbina 17 | 7 | 1.000 | - | - | - | 298 | - | 1.305 |
| Subtotal do investimento | 5.329.492 | 23.369 | (275.564) | (1.364) | 306 | 454.107 | (316.751) | 5.213.596 |
| Navegantes * | (3) | 16 | - | - | (36) | - | - | (23) |
| Solar 1 * | - | - | - | - | (270) | - | - | (270) |
| Tombo * | (2) | - | - | - | - | - | - | (2) |
| Total do investimento | (5) | 16 | - | - | (306) | - | - | (295) |

| Controladora | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|---|-----------------|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|
| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Aumento / (Redução) Integralização de capital | Outros | Reestruturação societária | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2020 |
| Alto Irani | 63.399 | - | - | - | - | - | 23.726 | (39.378) | 47.748 |
| Atlântica I | 75.397 | - | - | - | - | - | 10.750 | - | 86.147 |
| Atlântica II | 71.257 | - | - | - | - | - | 10.758 | - | 82.016 |
| Atlântica IV | 68.457 | 2.093 | - | - | - | - | 11.009 | - | 81.560 |
| Atlântica V | 88.745 | - | - | - | - | - | 8.520 | - | 97.264 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | - | - | - | 124.809 | - | - | 45.357 | - | 170.166 |
| Baixa Verde | 148 | 72 | - | - | - | - | (40) | - | 181 |
| Bio Alvorada | 136.649 | 3.800 | - | - | - | - | 6.966 | (1.709) | 145.706 |
| Bio Buriti | 144.380 | (63.300) | - | - | - | - | 10.795 | (12.369) | 79.506 |
| Bio Coopcana | 100.284 | 5.800 | - | - | - | - | 15.536 | (4.526) | 117.094 |
| Bio Ester | 79.159 | - | - | - | - | - | 23.275 | (19.000) | 83.434 |
| Bio Formosa | 94.678 | (23.100) | (10.145) | - | - | - | 14.782 | - | 76.214 |
| Bio Ipê | 26.426 | (11.900) | - | - | (59) | - | 5.057 | (3.400) | 16.123 |
| Bio Pedra | 244.585 | (75.300) | - | - | (250) | - | 37.995 | (38.004) | 169.025 |
| Bioenergia | 59.457 | (4.300) | - | - | - | - | 10.085 | (10.332) | 54.910 |
| Boa Vista 2 | 94.442 | 28.800 | - | - | - | - | 4.195 | - | 127.437 |
| Cachoeira Grande | 143 | - | - | - | - | - | 2 | - | 145 |
| Cajueiro | 294 | 20 | - | - | - | - | (26) | - | 288 |
| Campos dos Ventos II | - | - | - | 52.699 | - | - | - | - | 52.699 |
| Chimay | 90.170 | (13.900) | - | - | - | - | 39.264 | (26.085) | 89.449 |
| Costa Branca | - | 54 | - | 55.835 | - | - | 3 | (1.225) | 54.666 |
| Costa das Dunas | 4.614 | 69.497 | - | - | - | - | 82 | - | 74.194 |
| Dobrevê Energia | 884.488 | 11.557 | - | - | (118.009) | - | 76.680 | (40.699) | 814.017 |
| Eólica Holding | 219.130 | - | - | (241.229) | - | - | 22.098 | - | - |
| Eólica Paracuru | 24.221 | - | - | - | - | - | 19.144 | (10.395) | 32.970 |
| Eurus VI | 37.398 | (13.915) | - | - | (26) | - | 338 | (648) | 23.147 |
| Farol de Touros | 3.825 | 23.214 | - | - | - | - | (42) | - | 26.998 |
| Figueira Branca | 1.623 | 12.517 | - | - | - | - | 176 | - | 14.316 |
| Gameleira | 3.530 | 20.349 | - | - | - | - | 2 | - | 23.881 |
| Navegantes | - | 65 | - | - | - | (22) | (43) | - | - |
| Jayaditya | 11.600 | - | - | - | - | - | 15.440 | (11.847) | 15.193 |
| Juremas | - | - | - | 33.771 | - | - | 5 | (886) | 32.890 |
| Macacos | - | - | - | 42.150 | - | - | 7 | (1.023) | 41.134 |
| Mohini | 20.885 | (9.000) | - | - | - | - | 30.885 | (21.374) | 21.395 |
| PCH Holding | 464.882 | (120.500) | - | - | - | - | 85.203 | (53.440) | 376.145 |
| PCH Holding 2 | 98.918 | 123.115 | - | (233.828) | - | - | 26.251 | (14.456) | - |
| Pedra Cheirosa I | 82.771 | 78.500 | - | - | - | - | (13.730) | - | 147.540 |
| Pedra Cheirosa II | 83.958 | 51.500 | - | - | - | - | (2.543) | - | 132.915 |
| Pedra Preta | - | 54 | - | 54.678 | - | - | 4 | (1.679) | 53.057 |
| Penedo | 173 | 2 | - | (163) | - | - | (12) | - | - |
| Plano Alto | 30.852 | - | - | - | - | - | 17.101 | (22.911) | 25.042 |
| Rosa dos Ventos | 20.912 | 3.500 | - | - | - | - | 9.327 | - | 33.739 |
| Salto Góes | 61.282 | 25.400 | - | - | - | - | 13.616 | (4.929) | 95.370 |
| Santa Clara I | 147.959 | (25.412) | - | - | (249) | - | 5.852 | (6.148) | 122.003 |
| Santa Clara II | 134.478 | (41.007) | - | - | (225) | - | 5.673 | (5.909) | 93.010 |
| Santa Clara III | 136.184 | (38.316) | - | - | (194) | - | 7.055 | (7.058) | 97.670 |
| Santa Clara IV | 138.599 | (50.945) | - | - | (153) | - | 4.882 | (5.321) | 87.062 |
| Santa Clara V | 139.645 | (48.999) | - | - | (144) | - | 6.084 | (6.152) | 90.434 |
| Santa Clara VI | 137.828 | (53.044) | - | - | (116) | - | 3.586 | (4.125) | 84.130 |
| Santa Cruz | 729 | 23.422 | - | - | - | - | (33) | - | 24.117 |
| Santa Luzia | - | - | - | 168.183 | - | - | 6.684 | - | 174.866 |
| SILF Cinco | 29.076 | 18.600 | - | - | - | - | 11.722 | (3.392) | 56.007 |
| Solar 1 | - | - | - | - | - | (230) | 230 | - | - |
| Sul Centrais Elétricas | 18.208 | - | - | - | - | - | 599 | (1.130) | 16.677 |
| Turbina 16 | 836.452 | - | - | - | - | - | 67.399 | (500) | 903.351 |
| Turbina 17 | 1.305 | 50.878 | - | - | - | - | 871 | (385) | 52.669 |
| Total dos investimentos | 5.213.596 | (40.131) | (10.145) | 56.905 | (119.426) | (252) | 698.606 | (380.435) | 5.418.718 |
| Navegantes * | (23) | - | - | - | - | 22 | - | - | (1) |
| Solar 1 * | (270) | - | - | - | - | 230 | - | - | (40) |
| Tombo * | (2) | - | - | (3) | - | - | 5 | - | - |
| Total da provisão para perdas com investimentos | (295) | - | - | (3) | - | 252 | 5 | - | (41) |

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

| Consolidado | | | | |
|------------------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------|
| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Reestruturação societária | Resultado de equivalência patrimonial | Investimento em 31/12/2020 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | - | 124.809 | 45.357 | 170.166 |
| Total dos investimentos | - | 124.809 | 45.357 | 170.166 |

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, o Grupo reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 14.

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

| Controladas | Dividendos | |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Alto Irani | 1.718 | 5.920 |
| Atlântica I | - | 870 |
| Atlântica II | - | 863 |
| Atlântica IV | - | 6.184 |
| Atlântica V | - | 935 |
| Baesa | 1 | - |
| Bio Alvorada | - | 570 |
| Bio Ipê | - | 2.800 |
| Boa Vista 2 | 10.200 | 12 |
| Costa Branca | 4.532 | - |
| Desa Eólica | 5.887 | - |
| Dobrevê Energia | 40.590 | 28.100 |
| Eólica Paracuru | - | 4.005 |
| Jayaditya | - | 2.200 |
| Juremas | 2.354 | - |
| Macacos | 1.028 | - |
| PCH Holding | 3.000 | 1.881 |
| PCH Holding 2 | - | 4.485 |
| PCH Participações | - | 10.607 |
| Pedra Cheirosa I | - | 77 |
| Pedra Cheirosa II | - | 101 |
| Pedra Preta | 1.685 | - |
| Rosa dos Ventos | - | 3.112 |
| Santa Luzia | 1.900 | - |
| Siif Cinco | 1.982 | 2.608 |
| Sul Centrais Elétricas | 1.030 | - |
| Turbina 16 | - | 14.468 |
| | 75.907 | 89.798 |

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 168.226 a título de dividendos referente ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 121.316 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 96.278 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 4.814 como dividendo mínimo obrigatório. Além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 408.512 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

| Controladas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Atlântica IV | 7.300 | 2.093 |
| Atlântica II | 1.000 | - |
| Baixa Verde | 24 | 53 |
| Boa Vista 2 | - | 39.000 |
| Cajueiro | - | 20 |
| Campos dos Ventos II | 33.200 | - |
| Costa Branca | 17.986 | - |
| Costa das Dunas | - | 17.589 |
| Dobrevê Energia | 111.450 | 1.157 |
| Eólica Holding | - | 617 |
| Farol de Touros | 26.487 | 16.210 |
| Figueira Branca | 12.045 | 8.432 |
| Gameleira | 29.599 | 11.248 |
| Juremas | 12.244 | - |
| Macacos | 20.798 | - |
| Navegantes | - | 65 |
| PCH Holding 2 | - | 123.115 |
| Pedra Preta | 14.780 | - |
| Santa Cruz | - | 3.922 |
| Turbina 16 | 242.001 | - |
| Turbina 17 | - | 50.878 |
| | 528.914 | 274.399 |

12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outros | Total |
|--|---------------------|----------------|----------------|--------------------|---------------|---------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 4.081 | 2.761 | 3.556 | 4.056 | 85.702 | 1.832 | 101.987 |
| Participação acionária e no capital votante | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 40,00% | 5 a 10% | |
| Resultado atribuído aos acionistas não controladores | 293 | 227 | 267 | 408 | 12.310 | 7 | 13.510 |
| Aumento de capital | 67 | 10 | 13 | 71 | - | 6.402 | 6.563 |
| Dividendos | - | - | - | - | (16.410) | - | (16.410) |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.441 | 2.997 | 3.835 | 4.535 | 81.601 | 8.241 | 105.653 |
| Participação acionária e no capital votante | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 40,00% | 5 a 10% | |

12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são como segue:

| | 31/12/2020 | | | | | |
|-------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|--------|---------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Ativo circulante | 5.293 | 3.420 | 4.319 | 6.359 | 10.470 | 102.647 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 379 | 277 | 320 | 266 | 2.918 | 19.727 |
| Ativo não circulante | 83.805 | 55.999 | 71.562 | 76.450 | 88.636 | 85.849 |
| Passivo circulante | 9.447 | 9.337 | 7.643 | 8.040 | 4.340 | 53.516 |
| Outros passivo financeiros | 9.447 | 9.337 | 7.643 | 8.040 | 4.340 | 53.516 |
| Passivo não circulante | 22.114 | 15.467 | 24.946 | 18.927 | - | 26.511 |
| Outros passivo financeiros | 22.114 | 15.467 | 24.946 | 18.927 | - | 26.511 |
| Patrimônio líquido | 57.537 | 34.615 | 43.292 | 55.842 | 94.767 | 108.469 |

| | 31/12/2019 | | | | | |
|--|--------------|---------|---------|-------------|--------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Ativo circulante | 4.856 | 4.112 | 5.405 | 5.101 | 7.702 | 16.327 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.507 | 1.362 | 1.991 | 1.066 | 566 | 6.505 |
| Ativo não circulante | 106.359 | 70.688 | 91.588 | 100.998 | 89.858 | 31.130 |
| Passivo circulante | 10.164 | 7.239 | 8.907 | 9.776 | 2.927 | 3.700 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 4.878 | 3.600 | 4.850 | 4.739 | - | - |
| Outros passivo financeiros | 5.286 | 3.639 | 4.057 | 5.037 | 2.927 | 3.700 |
| Passivo não circulante | 48.458 | 35.942 | 48.251 | 47.228 | - | 33.937 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 44.852 | 33.119 | 44.617 | 43.591 | - | - |
| Outros passivo financeiros | 3.606 | 2.823 | 3.634 | 3.637 | - | 33.937 |
| Patrimônio líquido | 52.593 | 31.619 | 39.836 | 49.096 | 94.634 | 9.819 |

| | 2020 | | | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Receita operacional líquida | 16.144 | 10.941 | 15.169 | 17.037 | 48.025 | - |
| Custo e despesa operacional | (3.689) | (2.202) | (4.408) | (3.623) | (1.100) | (243) |
| Depreciação e amortização | (3.830) | (2.620) | (3.329) | (3.403) | (4.953) | - |
| Receita de juros | 2.570 | 1.165 | 1.817 | 2.412 | 73 | 223 |
| Despesa de juros | (4.684) | (2.631) | (3.635) | (3.649) | (9) | (68) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (1.378) | (724) | (1.081) | (1.347) | (1.561) | (19) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 5.160 | 3.930 | 4.533 | 7.440 | 40.526 | (65) |

| | 2019 | | | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Receita operacional líquida | 17.282 | 11.446 | 15.160 | 17.568 | 46.897 | - |
| Custo e despesa operacional | (4.409) | (3.000) | (4.254) | (3.811) | (4.294) | (375) |
| Depreciação e amortização | (3.782) | (2.582) | (3.268) | (3.354) | (7.186) | - |
| Receita de juros | 5.969 | 2.736 | 4.323 | 5.812 | 721 | 5 |
| Despesa de juros | (9.052) | (5.125) | (7.429) | (8.516) | (306) | (3) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (2.559) | (1.274) | (1.932) | (2.515) | (1.719) | - |
| Lucro (prejuízo) líquido | 3.448 | 2.202 | 2.600 | 5.183 | 34.113 | (368) |

12.4.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, que partir da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, passou a ser controlado em conjunto pela CPFL Energias Renováveis S.A., são como segue:

| | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------------|-------------------|
| | <u>Baesa</u> |
| Ativo circulante | 88.780 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.338 |
| Ativo não circulante | 1.062.369 |
| Passivo circulante | 74.542 |
| Outros passivo financeiros | 74.542 |
| Passivo não circulante | 396.099 |
| Outros passivo financeiros | 396.099 |
| Patrimônio líquido | 680.508 |

| | <u>2020</u> |
|----------------------------------|--------------|
| | <u>Baesa</u> |
| Receita operacional líquida | 296.078 |
| Custo e despesa operacional | 61.621 |
| Depreciação e amortização | (51.701) |
| Receita de juros | 1.248 |
| Despesa de juros | (85.357) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (75.762) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 146.090 |

12.5 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

(13) IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | | | Total |
|--|---------------|-------------------------------------|---|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|------------------|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | |
| Saldo em 31/12/2018 | 4.152 | - | 88.846 | 619.583 | 607 | 1.408 | 82.457 | 797.053 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 142.364 | 1.223.490 | 809 | 2.101 | 82.457 | 1.455.414 |
| Depreciação acumulada | (41) | - | (53.518) | (603.907) | (202) | (693) | - | (658.361) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 58.735 | 58.735 |
| Baixas | - | - | - | (17.552) | (213) | - | (165) | (17.930) |
| Transferências | - | - | 17.407 | 38.155 | 241 | 168 | (55.971) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | (71) | (71) |
| Depreciação | (4) | - | (8.333) | (65.142) | (131) | (132) | - | (73.741) |
| Baixa da depreciação | - | - | - | 8.573 | 87 | - | - | 8.661 |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.147 | - | 97.920 | 583.617 | 591 | 1.444 | 84.985 | 772.704 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 159.771 | 1.244.092 | 837 | 2.269 | 84.988 | 1.496.151 |
| Depreciação acumulada | (46) | - | (61.852) | (660.474) | (246) | (825) | - | (723.443) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 77.855 | 77.855 |
| Baixas | (189) | (1.344) | (13.954) | (25.516) | (114) | (20) | - | (41.137) |
| Transferências | - | - | 12.405 | 5.972 | - | 220 | (18.597) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.971 | 3.971 |
| Depreciação | (5) | (3.116) | (11.610) | (76.664) | (147) | (162) | - | (91.703) |
| Baixa da depreciação | - | 929 | 685 | 16.550 | 18 | 12 | - | 18.194 |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940 | 467.527 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.327 | 2.287.646 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (245.288) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | (1.349.782) |
| Saldo em 31/12/2020 | 18.894 | 218.708 | 255.283 | 1.028.564 | 954 | 1.805 | 153.544 | 1.677.751 |
| Custo histórico | 18.945 | 466.183 | 547.521 | 2.630.280 | 2.650 | 5.360 | 153.544 | 3.824.484 |
| Depreciação acumulada | (51) | (247.476) | (292.238) | (1.601.716) | (1.696) | (3.556) | - | (2.146.733) |
| Taxa média de depreciação 2020 | 4,52% | 2,84% | 4,83% | 13,67% | 14,29% | 6,27% | | |
| Taxa média de depreciação 2019 | 1% | 0% | 16,27% | 15,36% | 14,29% | 6,27% | | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------------------------|---|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|------------------|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total |
| Saldo em 31/12/2018 | 144.991 | 856.814 | 582.658 | 5.726.794 | 648 | 3.064 | 139.615 | 7.454.584 |
| Custo histórico | 183.418 | 1.287.038 | 836.066 | 7.946.776 | 1.042 | 6.193 | 139.615 | 10.400.148 |
| Depreciação acumulada | (38.427) | (430.224) | (253.408) | (2.219.982) | (394) | (3.129) | - | (2.945.564) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 240.594 | 240.594 |
| Baixas | - | (5) | (31.080) | (22.349) | (213) | - | (8) | (53.655) |
| Transferências | 603 | 15.744 | 48.146 | 69.211 | 260 | 390 | (134.354) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | (1.333) | (8.249) | (6.968) | 12.395 | - | (40) | 2.170 | (2.025) |
| Depreciação | (7.911) | (55.031) | (37.768) | (380.522) | (151) | (372) | - | (481.755) |
| Baixa da depreciação | - | 5 | 2.231 | 11.353 | 87 | - | - | 13.676 |
| Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação | (5) | - | 21 | 645 | - | - | - | 661 |
| Saldo em 31/12/2019 | 136.345 | 809.279 | 557.240 | 5.417.528 | 632 | 3.043 | 248.017 | 7.172.083 |
| Custo histórico | 182.688 | 1.294.527 | 846.164 | 8.006.034 | 1.090 | 6.543 | 248.017 | 10.585.063 |
| Depreciação acumulada | (46.343) | (485.249) | (288.924) | (2.588.506) | (458) | (3.500) | - | (3.412.981) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 262.804 | 262.804 |
| Baixas | (1.041) | (3.686) | (33.173) | (37.884) | (114) | (40) | - | (75.938) |
| Transferências | 852 | 2.135 | 69.395 | 27.445 | - | 264 | (100.092) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.930 | 3.930 |
| Depreciação | (2.142) | (26.991) | (33.058) | (373.085) | (167) | (416) | - | (435.859) |
| Baixa da depreciação | 40 | 1.814 | 691 | 21.077 | 18 | 24 | - | 23.664 |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940 | 467.527 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.155 | 2.287.474 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (245.288) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | (1.349.782) |
| Saldo em 31/12/2020 | 148.994 | 1.004.789 | 730.932 | 5.579.683 | 975 | 3.185 | 419.814 | 7.888.373 |
| Custo histórico | 197.440 | 1.778.757 | 1.283.287 | 9.501.883 | 3.084 | 9.791 | 419.814 | 13.194.056 |
| Depreciação acumulada | (48.445) | (773.968) | (552.355) | (3.922.200) | (2.109) | (6.606) | - | (5.305.682) |
| Taxa média de depreciação 2020 | 5,67% | 5,80% | 4,72% | 5,88% | 14,40% | 6,44% | | |
| Taxa média de depreciação 2019 | 3,86% | 3,89% | 3,88% | 4,44% | 13,25% | 9,18% | | |

O imobilizado em curso na controladora de R\$ 153.544 (R\$ 84.985 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente a obras de manutenção em unidades operacionais. No consolidado, o imobilizado em curso de R\$ 419.814 (R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente às obras da controladora e aos projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 139.746 (R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019) cuja previsão de entrada em operação está para o segundo trimestre de 2021, antecipando a entrega em cerca de 2,5 anos do prazo oficial estabelecido pela ANEEL.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 818.561 (R\$ 3.908.099 em 31 de dezembro de 2019).

13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(14) INTANGÍVEL

| | Controladora | | |
|---------------------------------------|--|--------------------------------------|----------------|
| | Direito de concessão | | Total |
| | Adquirido em combinações de negócio | Outros ativos intangíveis | |
| Saldo em 31/12/2018 | 902.019 | 23.018 | 925.038 |
| Custo histórico | 916.736 | 32.402 | 949.139 |
| Amortização acumulada | (14.717) | (9.384) | (24.101) |
| | - | 5.987 | 5.987 |
| Adições | - | 5.987 | 5.987 |
| Amortização | (64.431) | (3.455) | (67.886) |
| Baixa e transferência - outros ativos | - | 71 | 71 |
| | - | 71 | 71 |
| Saldo em 31/12/2019 | 837.588 | 25.621 | 863.209 |
| Custo histórico | 916.736 | 38.460 | 955.196 |
| Amortização acumulada | (79.148) | (12.839) | (91.987) |
| | - | 8.113 | 8.113 |
| Adições | - | 8.113 | 8.113 |
| Amortização | (64.430) | (4.451) | (68.881) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (2.493) | (3.971) | (6.464) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | 3 | 75.584 |
| | - | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 846.245 | 25.314 | 871.559 |
| Custo histórico | 1.766.660 | 42.689 | 1.809.349 |
| Amortização acumulada | (920.416) | (17.374) | (937.790) |

| | Consolidado | | | Total |
|---------------------------------------|--|--|--------------------------------------|------------------|
| | Direito de concessão | | Outros ativos intangíveis | |
| | Adquirido em combinações de negócio | UBP/Intangível de concessão | | |
| Saldo em 31/12/2018 | 2.602.625 | - | 40.333 | 2.642.958 |
| Custo histórico | 3.637.662 | - | 61.483 | 3.699.145 |
| Amortização acumulada | (1.035.037) | - | (21.150) | (1.056.187) |
| | - | - | 6.030 | 6.030 |
| Adições | - | - | 6.030 | 6.030 |
| Amortização | (159.227) | - | (4.741) | (163.968) |
| Transferência de imobilizado | - | - | 1.365 | 1.365 |
| | - | - | 1.365 | 1.365 |
| Saldo em 31/12/2019 | 2.443.398 | - | 42.987 | 2.486.385 |
| Custo histórico | 3.637.662 | - | 68.878 | 3.706.540 |
| Amortização acumulada | (1.194.264) | - | (25.891) | (1.220.155) |
| | - | 8.679 | 8.350 | 17.029 |
| Adições | - | 8.679 | 8.350 | 17.029 |
| Amortização | (161.006) | - | (5.698) | (166.704) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (13.430) | - | (3.930) | (17.360) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | - | 3 | 75.584 |
| | - | - | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 2.344.542 | 8.679 | 41.712 | 2.394.934 |
| Custo histórico | 4.040.580 | 8.679 | 73.386 | 4.122.644 |
| Amortização acumulada | (1.696.037) | - | (31.673) | (1.727.710) |

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como (i) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios; e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

| | Consolidado | | | | | | |
|---|------------------|-----------------------|------------------|------------------|------------|---------------------------|--|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | Taxa de amortização anual | |
| | Custo Histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Intangível adquirido em combinações de negócio | | | | | | | |
| Intangível adquirido não incorporado | | | | | | | |
| Alto Irani | 171.016 | (76.686) | 94.330 | 102.474 | 4,76% | 4,75% | |
| Anvored | 38.086 | (17.190) | 20.896 | 22.649 | 4,60% | 4,62% | |
| Atlântica I | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,13% | 3,79% | |
| Atlântica II | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Atlântica IV | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Atlântica V | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Baixa Verde | 4.981 | - | 4.981 | 4.981 | - | - | |
| Barra da Paciência | 82.973 | (50.741) | 32.232 | 35.813 | 4,32% | 4,33% | |
| Bio Ester | 15.874 | (7.780) | 8.094 | 9.037 | 5,94% | 5,84% | |
| Boa Vista 2 | 74.049 | (4.834) | 69.216 | 71.536 | 3,13% | 3,13% | |
| Cajueiro | 7.823 | - | 7.823 | 7.823 | - | - | |
| Campo dos Ventos I | 3.642 | (603) | 3.038 | 3.175 | 3,75% | 4,07% | |
| Campo dos Ventos II | 5.576 | (1.255) | 4.321 | 4.492 | 3,07% | 3,26% | |
| Campo dos Ventos III | 3.642 | (613) | 3.029 | 3.165 | 3,74% | 4,04% | |
| Campo dos Ventos V | 3.642 | (603) | 3.038 | 3.175 | 3,75% | 4,07% | |
| Cocais Grande | 29.297 | (15.285) | 14.012 | 15.569 | 5,31% | 5,28% | |
| Corrente Grande | 49.995 | (30.289) | 19.706 | 21.876 | 4,34% | 4,34% | |
| Costa Branca | 49.482 | (10.251) | 39.232 | 40.750 | 3,07% | 3,03% | |
| Costa das Dunas | 5.278 | - | 5.278 | 5.278 | - | - | |
| Eólica Paracuru | 234.646 | (102.717) | 131.929 | 143.238 | 4,82% | 4,83% | |
| Eurus I | 65.603 | (13.038) | 52.565 | 54.640 | 3,10% | 3,09% | |
| Eurus III | 65.603 | (13.038) | 52.565 | 54.640 | 3,10% | 3,09% | |
| Eurus VI | 1.311 | (336) | 975 | 1.015 | 3,02% | 3,92% | |
| Farol de Touros | 4.060 | - | 4.060 | 4.060 | - | - | |
| Figueira Branca | 2.436 | - | 2.436 | 2.436 | - | - | |
| Figueirópolis | 6.672 | (2.142) | 4.529 | 4.869 | 5,09% | 5,28% | |
| Gamaleira | 3.248 | - | 3.248 | 3.248 | - | - | |
| Juremas | 40.751 | (8.464) | 32.288 | 33.542 | 3,08% | 3,03% | |
| Ludesa | 132.579 | (45.549) | 87.030 | 94.242 | 5,44% | 5,39% | |
| Macacos | 53.384 | (11.087) | 42.296 | 43.939 | 3,08% | 3,07% | |
| Mata Velha | 25.463 | (7.294) | 18.169 | 19.760 | 5,19% | 5,17% | |
| Morro dos Ventos I | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,16% | |
| Morro dos Ventos II | 3.169 | (561) | 2.608 | 2.707 | 2,41% | 2,64% | |
| Morro dos Ventos III | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos IV | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos VI | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos IX | 53.150 | (10.821) | 42.329 | 44.051 | 3,17% | 3,20% | |
| Ninho da Águia | 29.297 | (15.285) | 14.012 | 15.569 | 5,31% | 5,28% | |
| Paioi | 58.594 | (26.756) | 31.838 | 34.567 | 4,66% | 4,62% | |
| Pedra Cheirosa I | 30.773 | (4.380) | 26.394 | 37.019 | 4,07% | 3,12% | |
| Pedra Cheirosa II | 32.772 | (3.940) | 28.832 | 33.299 | 3,43% | 3,43% | |
| Pedra Preta | 53.390 | (11.060) | 42.330 | 43.968 | 3,07% | 3,04% | |
| Plano Alto | 127.249 | (57.060) | 70.189 | 76.249 | 4,76% | 4,76% | |
| Rosa dos Ventos | 67.741 | (25.249) | 42.492 | 46.187 | 5,45% | 5,45% | |
| Salto Góes | 55.442 | (16.198) | 39.243 | 41.247 | 3,61% | 3,61% | |
| Santa Clara I | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,16% | |
| Santa Clara II | 5.229 | (1.340) | 3.889 | 4.047 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara III | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara IV | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara V | 5.229 | (1.334) | 3.896 | 4.053 | 3,00% | 3,06% | |
| Santa Clara VI | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Luzia | 88.167 | (25.597) | 62.570 | 65.414 | 3,23% | 3,21% | |
| Santa Mônica | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,33% | |
| Santa Ursula | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,33% | |
| Santo Dimas | 5.963 | (894) | 5.069 | 5.288 | 3,67% | 3,77% | |
| São Benedito | 5.963 | (909) | 5.054 | 5.272 | 3,66% | 3,74% | |
| São Domingos | 5.963 | (887) | 5.076 | 5.285 | 3,50% | 3,26% | |
| São Gonçalo | 32.226 | (16.739) | 15.487 | 17.192 | 5,29% | 5,30% | |
| São Martinho | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,74% | |
| SIF Cinco | 139.766 | (61.678) | 78.088 | 84.878 | 4,86% | 4,85% | |
| Varginha | 26.367 | (13.757) | 12.610 | 14.012 | 5,31% | 5,28% | |
| Varzea Alegre | 21.973 | (11.464) | 10.509 | 11.676 | 5,31% | 5,37% | |
| Subtotal | 2.273.919 | (775.622) | 1.498.298 | 1.605.810 | | | |
| Intangível adquirido já incorporado - recomposto | | | | | | | |
| Eólica de Icarazinho | 353.069 | (154.556) | 198.512 | 215.528 | 4,82% | 4,82% | |
| Eólica de Formosa | 227.113 | (100.224) | 126.889 | 137.923 | 4,86% | 4,86% | |
| BVP Geradora | 760.029 | (312.273) | 447.756 | 484.137 | 4,79% | 4,79% | |
| Semesa | 426.450 | (353.363) | 73.087 | - | 2,34% | - | |
| Subtotal | 1.766.660 | (920.416) | 846.245 | 837.588 | | | |
| Total | 4.040.580 | (1.696.037) | 2.344.542 | 2.443.398 | | | |

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 UBP/Intangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.8, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 8.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%. Vide notas explicativas 14.1 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(15) FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Circulante</u> | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 100.513 | 55.393 | 87.589 | 50.487 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 122 | 239 | 786 | 1.277 |
| Materiais e serviços | 38.861 | 29.229 | 91.105 | 84.953 |
| Total | 139.496 | 84.861 | 179.479 | 136.717 |
| <u>Não circulante</u> | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | - | 1.005 | 117.360 | 104.206 |
| Materiais e serviços | 2.756 | - | 2.756 | - |
| Total | 2.756 | 1.005 | 120.116 | 104.206 |

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------------|----------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Amortização o principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Mensuradas ao custo | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | |
| Pré Fixado | 262.997 | (47.654) | 20.167 | (18.217) | 217.292 |
| Pós Fixado | | | | | |
| TJLP | 607.901 | (73.620) | 24.089 | (24.756) | 533.614 |
| CDI | 44.170 | (44.000) | 1.489 | (1.659) | - |
| IGPM | 51.663 | (11.142) | 6.161 | (4.076) | 42.606 |
| Total ao custo | 966.731 | (176.417) | 51.906 | (48.708) | 793.512 |
| Gastos com captação (*) | (3.058) | - | 475 | - | (2.583) |
| Total | 963.673 | (176.417) | 52.381 | (48.708) | 790.929 |
| Circulante | 174.291 | | | | 131.479 |
| Não Circulante | 789.382 | | | | 659.450 |

| Modalidade | Controladora | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|----------------|---------------------------|-----------------------|--|---------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 217.292 | - | - | (216.232) | 6.950 | - | (8.010) | - |
| TJLP e TLP | 533.614 | - | - | (191.086) | 29.341 | - | (29.991) | 341.877 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 793.512 | - | - | (419.886) | 48.672 | - | (41.497) | 380.799 |
| Gastos com captação (*) | (2.583) | - | - | - | 2.454 | - | - | (129) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 790.929 | 120.000 | 191.697 | (419.886) | 51.043 | 10.651 | (46.224) | 698.208 |
| Circulante | 131.479 | | | | | | | 230.111 |
| Não Circulante | 659.450 | | | | | | | 468.098 |

| Modalidade | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|----------------|-----------------------|----------------------------------|------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | |
| Pré Fixado | 543.240 | - | (75.312) | 37.114 | (40.692) | 464.351 |
| TJLP | 2.893.885 | - | (289.277) | 226.875 | (205.807) | 2.625.676 |
| IPCA | 32.785 | - | (711) | 1.473 | (1.735) | 31.813 |
| CDI | 267.793 | - | (105.200) | 6.997 | (11.809) | 157.781 |
| IGPM | 51.888 | - | (11.141) | 5.936 | (4.077) | 42.606 |
| Total ao custo | 3.789.591 | - | (481.641) | 278.395 | (264.120) | 3.322.227 |
| Gastos com captação (*) | (22.302) | (1.103) | - | 2.632 | - | (20.773) |
| Total | 3.767.289 | (1.103) | (481.641) | 281.027 | (264.120) | 3.301.454 |
| Circulante | 476.262 | | | | | 404.779 |
| Não Circulante | 3.291.027 | | | | | 2.896.675 |

| Consolidado | | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|----------------|---------------------------|-----------------------|--|---------------------|------------------|---------------------|
| Modalidade | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 464.351 | - | - | (462.424) | 15.087 | - | (17.013) | - |
| TJLP e TLP | 2.625.676 | 3.000 | - | (2.146.844) | 119.294 | - | (126.173) | 474.954 |
| IPCA | 31.813 | - | - | (31.706) | 804 | - | (911) | - |
| CDI | 157.781 | - | - | (26.000) | 3.929 | - | (5.868) | 129.842 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 3.322.227 | 3.000 | - | (2.679.542) | 151.495 | - | (153.461) | 643.718 |
| Gastos com captação (*) | (20.773) | - | - | - | 17.667 | - | - | (3.106) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 3.301.454 | 123.000 | 191.697 | (2.679.542) | 169.079 | 10.651 | (158.188) | 958.150 |
| Circulante | 404.779 | | | | | | | 272.016 |
| Não Circulante | 2.896.675 | | | | | | | 686.135 |

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | Consolidado | | Faixa de vencimento | Garantia |
|--|-----------------------------------|----------------|------------------|---------------------|--|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Mensuradas ao custo - Moeda Nacional | | | | | |
| Pré fixado | | | | | |
| FINEM | Pré fixado de 2,5% a 4,5% | - | 41.963 | 2014 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid |
| FINAME | Pré fixado de 2,5% a 5,5% | - | 30.179 | 2012 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid |
| BNB | Pré fixado de 9,5% a 10,14% | - | 392.209 | 2012 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis |
| | | - | 464.351 | | |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | | | | | |
| FINEM | TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5% (a) | 474.288 | 2.623.868 | 2012 a 2039 | (i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária |
| FINEP | TJLP + 5% | 666 | 1.808 | 2019 a 2021 | Fiança Bancária |
| | | 474.954 | 2.625.676 | | |
| IPCA | | | | | |
| BNB | IPCA + 2,08% | - | 31.813 | 2038 | Fiança Bancária |
| CDI | | | | | |
| Empréstimos bancários | 105% do CDI e CDI + 1,9% (b) | 129.843 | 157.781 | 2016 a 2023 | Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis |
| IGPM | | | | | |
| Empréstimos bancários | IGPM + 8,63% | 38.922 | 42.606 | 2023 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação |
| Total moeda nacional | | 643.719 | 3.322.227 | | |
| Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira | | | | | |
| Dólar | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | US\$ + de (2,07% a 3,29%) | 319.277 | - | 2021 a 2025 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Marcação a mercado | | (1.739) | - | | |
| Total moeda estrangeira | | 317.538 | - | | |
| Gastos com captação (*) | | (3.106) | (20.773) | | |
| Total | | 958.150 | 3.301.454 | | |

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636, contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 4.375.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------|---------------------|--------------------|
| 2022 | 54.970 | 54.970 |
| 2023 | 100.024 | 148.626 |
| 2024 | 89.482 | 149.109 |
| 2025 | 89.482 | 96.482 |
| 2026 | 40.915 | 47.914 |
| 2027 a 2031 | 95.467 | 102.467 |
| 2032 a 2036 | - | 34.793 |
| 2037 a 2041 | - | 34.115 |
| 2042 a 2046 | - | 19.900 |
| Subtotal | 470.340 | 688.376 |
| Marcação a mercado | (2.242) | (2.242) |
| Total | 468.098 | 686.134 |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

| <u>Indexador</u> | <u>Variação acumulada %</u> | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|------------------|-----------------------------|-------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>2020</u> | <u>2019</u> | <u>% da dívida</u> | | <u>% da dívida</u> | |
| | | | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| IGP-M | 23,14 | 7,30 | 5,57 | 7,43 | 4,06 | 1,52 |
| TJLP | 4,87 | 6,30 | 48,95 | 92,57 | 49,25 | 92,86 |
| CDI | 2,78 | 5,97 | 45,48 | - | 46,69 | 5,62 |
| | | | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Principais adições no exercício

No exercício de 2020, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

| Modalidade Empresa | Montantes R\$ mil | | | Pagamento de juro | Amortização de Principal | Destinação do recurso | Encargo financeiro anual | Taxa efetiva anual | Taxa efetiva com derivativos | |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|---|-------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------|------------------------------|--|
| | Total aprovado | Liberado em 2020 | Liberado líquido dos gastos de captação | | | | | | | |
| TJLP - BNDES | 144.500 | 3.000 | 3.000 | Mensal | Mensal a partir de dezembro de 2019 | Investimento | TLPJ + 2,52% | TJLP + 3,27% | Não se aplica | |
| Moeda Estrangeira Lei 4131 | | | | | | | | | | |
| CPFL Renováveis | 120.000 | 120.000 | 120.000 | Semestral | Anual a partir de fevereiro de 2023 | Capital de Giro | USD + 2,07% | USD + 1,96% | CDI + 0,80% | |
| | 264.500 | 123.000 | 123.000 | | | | | | | |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.422.987 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Pós fixado | | | | | | |
| TJLP | 370.732 | - | (54.821) | 25.724 | (3.750) | 337.885 |
| CDI | 914.924 | 838.000 | (753.343) | 70.112 | (73.049) | 996.644 |
| IPCA | 270.431 | - | (16.140) | 33.767 | (7.360) | 280.699 |
| Total ao custo | 1.556.087 | 838.000 | (824.304) | 129.603 | (84.158) | 1.615.228 |
| Gastos com captação (*) | (18.484) | (229) | - | 6.887 | - | (11.826) |
| Total | 1.537.603 | 837.771 | (824.304) | 136.490 | (84.158) | 1.603.402 |
| Circulante | 285.931 | | | | | 201.019 |
| Não circulante | 1.251.672 | | | | | 1.402.384 |

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 337.885 | (345.010) | 9.238 | (2.111) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.672 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.615.228 | (498.010) | 65.532 | (49.643) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (11.825) | - | 8.339 | - | (3.486) |
| Total | 1.603.403 | (498.010) | 73.871 | (49.643) | 1.129.619 |
| Circulante | 201.019 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.402.384 | | | | 1.121.326 |

| Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Modalidade | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Pós fixado | | | | | | |
| TJLP | 481.100 | - | (70.761) | 33.386 | (4.732) | 438.993 |
| CDI | 1.060.614 | 838.000 | (898.405) | 74.773 | (78.338) | 996.644 |
| IPCA | 270.431 | - | (16.140) | 33.768 | (7.360) | 280.699 |
| Total ao custo | 1.812.145 | 838.000 | (985.306) | 141.927 | (90.429) | 1.716.336 |
| Gastos com captação (*) | (20.599) | (228) | - | 7.745 | - | (13.082) |
| Total | 1.791.545 | 837.772 | (985.306) | 149.672 | (90.429) | 1.703.254 |
| Circulante | 343.731 | | | | | 212.251 |
| Não circulante | 1.447.814 | | | | | 1.491.001 |

| Modalidade | Consolidado | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 438.991 | (448.249) | 12.001 | (2.744) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.671 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.716.334 | (601.249) | 68.294 | (50.276) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (13.082) | - | 9.596 | - | (3.486) |
| Total | 1.703.252 | (601.249) | 77.890 | (50.276) | 1.129.619 |
| Circulante | 212.251 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.491.001 | | | | 1.121.326 |

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | Consolidado | | Vencimento | Garantias |
|--|-------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Mensurado ao custo - Pós fixado | | | | | |
| TJLP | TJLP + 1% | - | 438.993 | 2009 a 2029 | Alienação fiduciária |
| CDI | De 106,00% a 110% do CDI | (a) 840.117 | 996.644 | 2020 a 2023 | Não existem garantias |
| IPCA | IPCA + 4,42 a 5,8% | (b) 292.988 | 280.699 | 2021 a 2027 | Fiança da CPFL Energia |
| | | 1.133.105 | 1.716.336 | | |
| | Custos de captação (*) | (3.486) | (13.082) | | |
| | Total | 1.129.619 | 1.703.252 | | |
| | Total | 1.129.619 | 1.703.252 | | |

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, para as captações realizadas no exercício de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora e Consolidado</u> |
|--------------------------|-----------------------------------|
| 2022 | 763.812 |
| 2023 | 357.514 |
| Total | 1.121.326 |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.474 de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Circulante</u> | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | - | - | 22.344 | 17.077 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 878 | - | 10.488 | 8.318 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 | - | 32.832 | 25.395 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 309 | 348 | 1.593 | 2.746 |
| Programa de integração social - PIS | 5.132 | 2.454 | 6.582 | 3.262 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 22.297 | 9.941 | 27.524 | 13.705 |
| Outros | 28.738 | 4.096 | 31.979 | 6.232 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 | 16.839 | 67.678 | 25.945 |
| Total Circulante | 57.353 | 16.839 | 100.509 | 51.340 |
| <u>Não circulante</u> | | | | |
| ICMS a pagar | - | - | 839 | 805 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | - | - | 839 | 805 |
| Total Não circulante | - | - | 839 | 805 |

O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|---|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1) | 6.474 | 928 | - | - | 38.432 | 24.979 |
| Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2) | 53.442 | 62.288 | 19.946 | 24.485 | 184.955 | 203.844 |
| Total | 59.916 | 63.216 | 19.946 | 24.485 | 223.388 | 228.823 |

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

| | Consolidado | | | |
|---------------------|--|---------------------|--|---------------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais |
| Trabalhistas | 8.077 | 1.923 | 2.270 | 1.567 |
| Cíveis | 26.718 | 3.435 | 20.679 | 3.351 |
| Fiscais | 3.637 | 11.149 | 2.029 | 9.200 |
| Outros | - | 83 | - | - |
| Total | 38.432 | 16.590 | 24.979 | 14.118 |

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | | | | | | |
|--------------|---------------------|---------------|----------------|-------------|-----------------------|------------------------|--------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualização monetária | Combinação de negócios | Incorporação | Saldo em 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 2.270 | 5.418 | (3) | - | 123 | - | 269 | 8.077 |
| Cíveis | 20.679 | 17.056 | (3.092) | (47) | (6.990) | (890) | - | 26.718 |
| Fiscais | 2.029 | 3.636 | - | - | - | (2.029) | 1 | 3.637 |
| Total | 24.979 | 26.110 | (3.095) | (47) | (6.867) | (2.919) | 270 | 38.432 |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

| | Consolidado | | |
|------------------|------------------|------------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Trabalhistas | 3.373 | 2.613 | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras |
| Cíveis | 381.890 | 343.785 | Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias |
| Fiscais | 1.379.283 | 344.594 | Imposto de renda e contribuição social (nota 18) |
| Fiscais - Outros | 968.376 | 465.258 | INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social |
| Regulatórios | 3.964 | 3.590 | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |
| Total | 2.736.886 | 1.159.840 | |

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006

referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

| | Controladora | | | | 31/12/2019 |
|--------------------------|---------------|---------------|-------------------------|--|---------------|
| | 31/12/2018 | Adições | Ajuste a valor presente | Efeitos da revisão da taxa de desconto | |
| Desmobilização de ativos | 29.235 | 16.571 | 4.672 | 11.811 | 62.288 |
| Total | 29.235 | 16.571 | 4.672 | 11.811 | 62.288 |

| Controladora | | | | |
|--------------------------|-------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |
| Total | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |

| Consolidado | | | | | | | |
|--------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2018 | Adições | Pagamentos | Baixas | Atualização monetária | Ajuste a valor presente | 31/12/2019 |
| Desmobilização de ativos | 108.711 | 43.377 | - | (28.848) | 12.570 | 67.513 | 203.323 |
| Custos socioambientais | 24.039 | 1.579 | (1.964) | - | 1.352 | - | 25.006 |
| Total | 132.750 | 44.956 | (1.964) | (28.848) | 13.923 | 67.513 | 228.329 |
| Circulante | 22.489 | | | | | | 24.485 |
| Não Circulante | 110.261 | | | | | | 203.844 |

| Consolidado | | | | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Pagamentos | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 203.323 | - | (32.400) | 13.906 | 184.829 |
| Custos socioambientais | 25.006 | (6.244) | - | 1.309 | 20.071 |
| Total | 228.329 | (6.244) | (32.400) | 15.215 | 204.900 |
| Circulante | 24.485 | | | | 19.946 |
| Não Circulante | 203.844 | | | | 184.955 |

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Biomassa | - | - | 7.640 | 7.334 |
| Eólicas | 98.856 | 67.263 | 383.738 | 225.343 |
| Pequenas Centrais Hidrelétricas | - | - | 77.888 | 59.454 |
| | 98.856 | 67.263 | 469.266 | 292.131 |
| Total do circulante | 98.070 | 67.263 | 444.640 | 248.883 |
| Total do não circulante | 786 | - | 24.626 | 43.248 |

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|---------------|---------------|----------------|------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Consumidores e Concessionárias | 1.317 | 1.123 | - | - | 14.743 | 242 | - | - |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 104 | - | - | - | 326 | 4.003 | 3.558 | - |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*) | 6 | - | - | - | 6 | - | - | - |
| Folha de pagamento | 1.588 | 1.459 | - | - | 1.588 | 1.487 | - | - |
| Participação nos lucros | 13.281 | 10.397 | 2.093 | 972 | 13.281 | 10.749 | 2.093 | 972 |
| Taxas regulamentares | 22.211 | - | - | - | 22.219 | 33 | - | - |
| Outros | 1.611 | 674 | - | - | 23.116 | 13.408 | 1.657 | 24.593 |
| Total | 40.118 | 13.653 | 2.093 | 972 | 75.279 | 29.922 | 7.308 | 25.565 |

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

| Acionistas | Quantidade de ações | | | |
|------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | Ordinárias | Participação % | Ordinárias | Participação % |
| CPFL Geração de Energia S.A. | 301.937.337 | 50,85% | 277.251.717 | 53,18% |
| CPFL Energia S.A. | 291.845.167 | 49,15% | 243.771.824 | 46,76% |
| Demais acionistas | - | - | 291.550 | 0,06% |
| Total | 593.782.504 | 100,00% | 521.315.091 | 100,00% |

Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, o capital social da CPFL Renováveis passou a ser de R\$ 4.032.292 com emissão de 72.575.424 novas ações.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração (“Ofertante”) adquiriu

183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 ("AGE"), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remaneceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 3.698.060 em 31 de dezembro de 2019), representado por 593.782.504 (521.315.091 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em decorrência das reestruturações societárias, houve aumento de capital conforme abaixo (vide nota 1.6):

- 1 - Aumento de capital no montante de R\$ 210.000, mediante a capitalização de créditos advindos do acervo cindido da CPFL Geração;
- 2 – Aumento de capital no montante de R\$ 108.139, mediante a incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A.
- 3 – Aumento de capital no montante de R\$ 16.093, mediante a incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22. 3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 962.778 (R\$ 224.956 em 31 de dezembro de 2019), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 50.869 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2019); ii) Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro de R\$ 47.486 (R\$ 163.924 em 31 de dezembro de 2019); iii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 748.303, constituído da seguinte forma: R\$ 747.985 a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2020 da Companhia, e R\$ 318, conforme conversão parcial da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 188.218, declarados a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 335.947, sendo R\$ 316.359, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 57.287, sendo R\$ 34.519, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2); e R\$ 22.768 de perda atuarial; e
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 no montante de R\$ 294.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2020 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 792.496 |
| (+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.482 |
| (+) Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 173.849 |
| Lucro base para destinação | 975.827 |
| Reserva legal | (39.625) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (188.218) |
| Dividendos adicionais propostos | (747.985) |

(23) LUCRO POR AÇÃO

Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do resultado por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-------------|-------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 96.628 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações em poder dos acionistas | 545.470.895 | 513.827.439 |
| Lucro por ação - básico | 1,45 | 0,19 |
| Numerador | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 96.628 |
| Efeito dilutivo de debêntures conversíveis | - | (13.772) |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 82.856 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações em poder dos acionistas | 545.470.895 | 513.827.439 |
| Lucro por ação - diluído | 1,45 | 0,16 |

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita de operações com energia elétrica | | | | |
| Hidrelétrica | 161.544 | - | 161.544 | - |
| Biomassa | - | - | 304.074 | 286.065 |
| Eólicas | 479.587 | 471.802 | 1.280.470 | 1.180.740 |
| Pequenas Centrais Hidrelétricas | 9 | - | 577.436 | 569.834 |
| Solar | - | - | 426 | 386 |
| Fornecimento de energia elétrica | 641.140 | 471.802 | 2.323.950 | 2.037.025 |
| Outras receitas e rendas | 12.974 | 3.832 | 14.362 | 5.927 |
| Total da receita operacional bruta | 654.114 | 475.634 | 2.338.311 | 2.042.952 |
| Deduções da receita operacional | | | | |
| ICMS | - | - | (292) | - |
| PIS | (11.447) | (7.848) | (23.481) | (18.941) |
| COFINS | (52.726) | (36.148) | (108.258) | (87.338) |
| Reserva global de reversão - RGR | - | - | (152) | - |
| Programa de P & D e eficiência energética | (25) | - | (25) | - |
| CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (85) | - | (789) | - |
| Outros | (1.153) | (22.061) | (6.618) | (8.663) |
| | (65.436) | (66.057) | (139.615) | (114.942) |
| Receita operacional líquida | 588.678 | 409.577 | 2.198.696 | 1.928.011 |

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Energia comprada para revenda | 171.214 | 120.927 | 246.426 | 224.924 |
| Crédito de PIS e COFINS | (14.524) | (10.601) | (12.065) | (5.997) |
| Subtotal | 156.690 | 110.326 | 234.361 | 218.927 |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | 28.921 | 27.219 | 108.310 | 103.460 |
| Crédito de PIS e COFINS | (2.686) | (2.408) | (2.743) | (2.753) |
| Subtotal | 26.236 | 24.811 | 105.567 | 100.707 |
| Total | 182.925 | 135.136 | 339.928 | 319.634 |

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---|---------------------------|---------------|------------------------------|-------------|---------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
| | Custo com operação | | Despesas operacionais | | | | | | Total | |
| | | | Vendas | | Gerais e administrativas | | Outros | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal | 2.325 | 1 | - | - | 67.459 | 83.464 | - | - | 69.784 | 83.465 |
| Entidade de previdência privada | 1.173 | - | - | - | - | - | - | - | 1.173 | - |
| Material | 13.026 | 8.083 | - | - | 3.051 | 2.352 | - | - | 16.077 | 10.435 |
| Serviços de terceiros | 19.359 | 29.671 | 34 | 20 | 36.138 | 35.180 | - | - | 55.531 | 64.871 |
| Outros | 6.440 | 6.803 | - | - | 13.854 | 8.551 | 33.660 | 8.192 | 53.954 | 23.546 |
| Arrendamentos e aluguéis | 6.326 | 5.439 | - | - | 3.719 | 4.424 | - | - | 10.045 | 9.863 |
| Publicidade e propaganda | - | - | - | - | 423 | 560 | - | - | 423 | 560 |
| Legais, judiciais e indenizações | - | - | - | - | 5.659 | 739 | - | - | 5.659 | 739 |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | - | - | - | - | - | - | 33.588 | 8.192 | 33.588 | 8.192 |
| Outros | 114 | 1.364 | - | - | 4.053 | 2.828 | 72 | - | 4.239 | 4.192 |
| Total | 42.323 | 44.558 | 34 | 20 | 120.501 | 129.547 | 33.660 | 8.192 | 196.519 | 182.317 |

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---------------------------|----------------|------------------------------|-------------|---------------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Custo com operação | | Despesas operacionais | | | | | | Total | |
| | | | Vendas | | Gerais e administrativas | | Outros | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal | 39.022 | 30.195 | - | - | 69.523 | 84.675 | - | - | 108.545 | 114.870 |
| Entidade de previdência privada | 1.173 | - | - | - | - | - | - | - | 1.173 | - |
| Material | 24.549 | 18.195 | - | - | 5.063 | 2.441 | - | - | 29.612 | 20.636 |
| Serviços de terceiros | 143.644 | 156.847 | 34 | 28 | 44.823 | 46.322 | - | - | 188.501 | 203.197 |
| Outros | 40.426 | 42.652 | - | - | 23.904 | 12.790 | 48.145 | 10.697 | 112.475 | 66.139 |
| Arrendamentos e aluguéis | 22.449 | 18.759 | - | - | 6.203 | 7.150 | - | - | 28.652 | 25.909 |
| Publicidade e propaganda | 88 | - | - | - | 440 | 552 | - | - | 528 | 552 |
| Legais, judiciais e indenizações | - | - | - | - | 11.872 | 2.149 | - | - | 11.872 | 2.149 |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | - | - | - | - | - | - | 47.369 | 10.697 | 47.369 | 10.697 |
| Amortização de prêmio pago - GSF | 4.909 | 3.926 | - | - | - | - | - | - | 4.909 | 3.926 |
| Outros | 12.980 | 19.967 | - | - | 5.389 | 2.939 | 776 | - | 19.145 | 22.906 |
| Total | 248.815 | 247.889 | 34 | 28 | 143.313 | 146.228 | 48.145 | 10.697 | 440.306 | 404.842 |

(27) RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receitas | | | | |
| Rendas de aplicações financeiras | 5.807 | 15.604 | 32.723 | 73.216 |
| Atualizações monetárias, juros e multas | 8.692 | 1.320 | 7.211 | 2.363 |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras | (1.269) | (1.797) | (1.564) | (2.877) |
| Receita decorrente de liquidações CCEE | 14.083 | 20.496 | 50.753 | 89.510 |
| Outros | 1.038 | 1.317 | 9.680 | 10.446 |
| Total | 28.352 | 36.940 | 98.805 | 172.658 |
| Despesas | | | | |
| Encargos de dívidas | (101.754) | (155.299) | (221.760) | (372.548) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (25.538) | (35.210) | (27.894) | (48.471) |
| Juros sobre contratos de mútuo | (63.490) | (69.991) | (43.798) | (25.601) |
| Atualização de débitos fiscais | (2.223) | (578) | (3.064) | (1.241) |
| Ajuste a valor presente | (4.261) | (4.672) | (15.217) | (13.925) |
| Comissoes, encargos e tarifas bancarias | (5.252) | (10.727) | (10.945) | (21.167) |
| Despesa decorrente de liquidações CCEE | (4.465) | (21.731) | (15.163) | (81.883) |
| Pré pagamento de dívidas | (767) | (10) | (29.949) | (545) |
| Outros | (151) | (3.449) | (31.418) | (10.912) |
| Total | (207.901) | (301.666) | (399.208) | (576.292) |
| Resultado financeiro | (179.548) | (264.726) | (300.402) | (403.634) |

Foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de despesa com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até Dezembro de 2021, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.084.052, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1%.

| Ativo | | Passivo | | |
|--|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| SPE Bio Alvorada S.A. | 20.908 | State Grid Power Participações S.A. | 2.025.022 | - |
| SPE Bio Coopcana S.A. | 19.393 | CPFL Energia S.A. | - | 422.379 |
| Ventos de Santo Dimas SA. | 17.037 | PCH Holding S.A. | - | 87.672 |
| São Benedito Energias S.A | 15.455 | CIA Hidroel Figueirópolis | 79.644 | 77.549 |
| MATA VELHA ENERGÉTICA S.A | 14.942 | SPE Alto Irani S.A. | 56.490 | 76.285 |
| São Domingos Energias S.A | 14.047 | Santa Clara VI Energ. Ren | - | 51.652 |
| Campo dos Ventos I | 13.403 | Santa Clara IV Energ. Ren | - | 49.608 |
| Santa Úrsula Energias S.A | 13.296 | CPFL Bio Pedra Ltda. | - | 67.695 |
| Santa Mônica Energias S.A | 12.133 | Santa Clara V Energ Renov | - | 47.713 |
| SPE Salto Góes S.A. | 11.972 | Santa Clara II Energ. Ren | - | 39.931 |
| Campo dos Ventos III | 11.337 | CPFL Bio Burity Ltda. | - | 35.772 |
| ATLANTICA IV PQ EOLICO SA | 9.848 | SPE Plano Alto S.A. | 33.326 | 32.449 |
| Campo dos Ventos V | 8.940 | Santa Clara III Energ Ren | - | 37.312 |
| Pedra Cheirosa I S.A. | 6.805 | Santa Clara I Energ Renov | - | 24.745 |
| ATLANTICA II PQ EOLICO SA | 6.556 | Eólica Paracuru SA | - | 46.691 |
| DESA EURUS III S.A. | 6.245 | Siif Cinco SA | - | 12.912 |
| Ventos de São Martinho SA | 6.031 | Eurus VI Energ Renováveis | - | 13.549 |
| Pedra Cheirosa II S.A. | 5.925 | SPE Ninho da Águia S.A. | - | 13.250 |
| Campo dos Ventos II S/A | 3.148 | CPFL Bio Ipê Ltda. | - | 12.394 |
| ATLANTICA I PQ EOLICO SA. | 3.139 | Pedra Cheirosa II S.A. | - | 8.566 |
| ATLANTICA V PQ EOLICO SA. | 2.985 | SPE Avoredo Energia S.A. | - | 8.748 |
| SPE Varginha Energia S.A. | 2.839 | SPE Cocais Grande E. S.A. | - | 6.493 |
| DESA Morro dos Ven II S.A | 2.795 | SPE São Gonçalo S.A. | - | 5.871 |
| CIA Energé Novo Horizonte | 2.417 | SPE Barra Paciência S.A. | - | 3.396 |
| DESA Morro dos Ven IX S.A | 2.199 | SPE Varginha Energia S.A. | - | 3.159 |
| DESA Morro dos Ven III S. | 1.880 | Outras controladas | - | 6.686 |
| DESA EURUS I S.A. | 1.869 | Total | 2.194.481 | 1.192.477 |
| DESA Morro dos Ven IV S.A | 991 | Circulante | 2.026.115 | 533.944 |
| DESA Morro dos Ven I S.A. | 20 | Não Circulante | 168.367 | 658.533 |
| Total | 238.558 | | | |

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.

- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 8.304 (R\$ 12.057 em 2019), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|------------|---------------|-------|
| | PASSIVO | | DESPESA/CUSTO | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 2020 | 2019 |
| Compra e venda de energia e encargos | | | | |
| Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China) | - | (61) | 10.908 | 8.842 |
| Araraquara Transmissora de Energia S.A. | - | - | 66 | 80 |
| Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia S.A. | - | - | 15 | 17 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | - | (15) | 1.770 | 1.958 |
| Canarana Transmissoras de Energia S.A. | - | - | 181 | 206 |
| Catxere Transmissora de Energia S.A. | - | - | 176 | 203 |
| Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. | - | - | 308 | 325 |
| Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. | - | - | 121 | 206 |
| Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. | - | - | 281 | 296 |
| Iracema Transmissora de Energia S.A. | - | - | 75 | 78 |
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | - | - | 700 | 759 |
| Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. | - | - | 105 | 114 |
| Linhas de Transmissão do Itatim S.A. | - | - | 143 | 165 |
| Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A. | - | - | 13 | 14 |
| Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. | - | - | 16 | 17 |
| Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. | - | - | 585 | 618 |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A. | - | - | 425 | 437 |
| Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. | - | (6) | 1.137 | 1.164 |
| Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. | - | - | 120 | 133 |
| Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. | - | - | 322 | 305 |
| Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. | - | - | 107 | 119 |
| Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. | - | - | 393 | 429 |
| Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. | - | - | 107 | 118 |
| Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. | - | (41) | 3.742 | 1.083 |

(29) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

| Descrição | Ramo da apólice | 31/12/2020 |
|------------------------|--|-------------------|
| Ativo imobilizado | Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco | 2.408.465 |
| Transporte | Nacional e Internacional | 69.101 |
| Automóveis | Cobertura Compreensiva | - |
| Responsabilidade civil | Geral, Obras Civas Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA | 140.000 |
| Pessoas | Vidas em grupo e acidentes pessoais | 124.060 |
| Garantia | Seguro Garantia | 559.707 |
| Outros | Outros | 150.000 |
| Total | | 3.451.334 |

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Competia, até 30 de dezembro de 2020 ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia competia, até 30 de dezembro de 2020, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações

financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas possuem uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | Nota explicativa | Categoria / Mensuração | Nível (*) | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | | 31/12/2020 | | 31/12/2020 | |
| | | | | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (a) | Nível 2 | 178.865 | 178.865 | 326.991 | 326.991 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | (a) | Nível 1 | 7.426 | 7.426 | 308.482 | 308.482 |
| Derivativos | 29 | (a) | Nível 2 | 88.079 | 88.079 | 88.079 | 88.079 |
| Total | | | | 274.370 | 274.370 | 723.552 | 723.552 |
| Passivo | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | (b) | Nível 2 (***) | 380.671 | 380.899 | 640.613 | 638.504 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**) | 16 | (a) | Nível 2 | 317.538 | 317.538 | 317.538 | 317.538 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | (b) | Nível 2 | 1.129.619 | 1.123.401 | 1.129.619 | 1.123.401 |
| Total | | | | 1.827.828 | 1.821.838 | 2.087.770 | 2.079.443 |

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.739 em 2020.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. O Grupo possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial

líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que os derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia | Valores de mercado (contábil) | | Valores justos, líquidos | Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾ | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nacional |
|--|-------------------------------|----------|--------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|----------|
| | Ativo | Passivo | | | | | | | |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo | | | | | | | | | |
| Hedge variação cambial | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | US\$ + de 2,07% a 3,29% | 104,8% CDI ou CDI + 0,8% | Abr/21 a fev/25 | 232.705 |
| Total | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | | | | |
| Circulante | 60.338 | | | | | | | | |
| Não circulante | 27.741 | | | | | | | | |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nomenclal refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------------|---------------------|--|----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Atualização monetária e cambial e marcação a mercado | Liquidação | Saldo em 31/12/2020 |
| Derivativos | | | | |
| Valores a custo, líquidos | | | | |
| Para dívidas designadas a valor justo | - | 87.447 | (2.004) | 85.443 |
| Marcação a mercado (*) | - | 2.636 | - | 2.636 |
| Total | - | 90.083 | (2.004) | 88.079 |

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado | Ganho (Perda) no resultado abrangente |
|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| | 2020 | 2020 |
| Variação cambial | 11.674 | - |
| Marcação a mercado | 919 | (238) |
| | 12.593 | (238) |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

| Instrumentos | Exposição (a) | Risco | Consolidado | | |
|--|----------------------|--------------|--------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | | | Receita (despesa) | | |
| | | | Depreciação cambial (b) | Apreciação cambial de 25%(c) | Apreciação cambial de 50%(c) |
| Instrumentos financeiros passivos | (317.537) | | (6.587) | 74.444 | 155.475 |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | 325.141 | | 6.745 | (76.227) | (159.198) |
| | 7.604 | baixa dolar | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Total | 7.604 | | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Efeitos no resultado abrangente acumulado | | | 14 | (160) | (335) |
| Efeitos no resultado do período | | | 144 | (1.623) | (3.388) |

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30, e a depreciação cambial de 2,07% do dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos | Exposição | Risco | Consolidado | | | Elevação/Redução de índice em 25% (b) | Elevação/Redução de índice em 50% (b) |
|---|--------------------|------------|-----------------|---------------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | | taxa no período | taxa cenário provável (a) | Cenário provável | | |
| Instrumentos financeiros ativos | 134.519 | | | | 3.968 | 4.960 | 5.952 |
| Instrumentos financeiros passivos | (3.054.011) | | | | (90.093) | (112.617) | (135.140) |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | (237.062) | | | | (6.993) | (8.742) | (10.490) |
| | (3.156.554) | alta CDI | 2,78% | 2,95% | (93.118) | (116.399) | (139.678) |
| Instrumentos financeiros passivos | (38.922) | | | | 1.425 | 1.781 | 2.137 |
| | (38.922) | alta IGP-M | 23,14% | -3,66% | 1.425 | 1.781 | 2.137 |
| Instrumentos financeiros passivos | (474.954) | | | | (20.850) | (26.063) | (31.276) |
| | (474.954) | alta TJLP | 4,87% | 4,39% | (20.850) | (26.063) | (31.276) |
| Instrumentos financeiros passivos | (292.988) | | | | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| | (292.988) | alta IPCA | 4,52% | 4,63% | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| Total | (3.963.418) | | | | (126.108) | (157.638) | (189.165) |
| Efeitos no resultado abrangente acumulado | | | | | (7) | (9) | (11) |
| Efeitos no resultado do exercício | | | | | (126.101) | (157.629) | (189.154) |

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 8 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

| 31/12/2020 | Nota Explicativa | Consolidado | | | | | | Total |
|---|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | | Menos de 1 mês | 1-3 meses | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | |
| Fornecedores | 15 | 179.479 | - | - | 120.116 | - | - | 299.595 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | 29.604 | 20.816 | 271.713 | 549.175 | 387.742 | 511.443 | 1.770.493 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | 8.536 | - | 30.136 | 1.193.082 | - | - | 1.231.754 |
| Taxas regulamentares | | 22.219 | - | - | - | - | - | 22.219 |
| Outros | 20 | 14.750 | - | - | - | - | - | 14.750 |
| Consumidores e concessionárias | | 14.743 | - | - | - | - | - | 14.743 |
| EPE / FNDCT / PROCEL | | 7 | - | - | - | - | - | 7 |
| Total | | 254.587 | 20.816 | 301.849 | 1.862.373 | 387.742 | 511.443 | 3.338.810 |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------|------------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Transações oriundas de incorporação: | | | | |
| Contas a receber | 87.973 | - | 87.973 | - |
| Dividendos e JCP a receber | 3.987 | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | - | - | - |
| Impostos a recuperar | 23.685 | - | 23.506 | - |
| Derivativos | 77.728 | - | 77.728 | - |
| Outros créditos | 8.997 | - | 8.997 | - |
| Depósitos judiciais | 1.746 | - | 1.746 | - |
| Baixas de AFAC em subsidiárias | 2.858 | - | - | - |
| Investimentos em joint ventures | 125.772 | - | 125.772 | - |
| Baixa de investimentos em subsidiárias | 4.990 | - | - | - |
| Imobilizado líquido de depreciação | 937.862 | - | 937.690 | - |
| Intangível líquido de amortização | 75.583 | - | 75.583 | - |
| Fornecedores | 5.089 | - | 5.089 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 190.222 | - | 190.222 | - |
| Impostos diferidos passivo | 192.874 | - | 171.519 | - |
| Previdência privada | 33.574 | - | 28.802 | - |
| Obrigações tributárias | 126.554 | - | 126.513 | - |
| Obrigações trabalhistas | 3.021 | - | 3.021 | - |
| Outros passivos | 13.275 | - | 18.042 | - |
| Provisões para contingências | 270 | - | 270 | - |
| Empréstimos com controladas e controladora | 1.269 | - | 5.356 | - |
| | 1.917.401 | - | 1.887.829 | - |
| Outras transações: | | | | |
| Transferência entre imobilizado e intangível | 3.971 | 71 | 3.930 | 1.366 |
| Transferência de aplicações financeiras para cauções | - | 7.825 | - | 7.815 |
| Transferência entre imobilizado e outros créditos | - | 926 | - | 926 |
| Dividendos deliberados com controladas | 375.623 | 316.751 | - | - |
| Dividendos deliberados com minoritários | - | - | 65.946 | 11.897 |
| Provisão para perda de investimentos | 254 | 290 | - | - |
| Aumento de capital com AFACs com controladas | - | 4.217 | - | - |
| Aumento de capital com AFACs de minoritários | - | - | - | 111 |
| Aumento de capital com AFACs | - | 300.012 | - | 300.012 |
| Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários | - | - | - | 81 |
| Pagamento de mútuo com dividendos com controladas | - | 91.488 | - | - |
| Provisão de custos socioambientais no imobilizado | - | 28.382 | - | 83.620 |
| Reversão de custos socioambientais no imobilizado | (13.106) | - | (32.400) | - |

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

| Obrigações contratuais em 31/12/2020 | Duração | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|----------------|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------------|------------------|
| Arrendamentos e aluguéis | 29 anos | 25.139 | 50.434 | 42.714 | 287.590 | 405.877 |
| Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico | 26 anos | 11.610 | 24.309 | 25.838 | 164.767 | 226.523 |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | 31 anos | 123.372 | 245.510 | 243.313 | 3.740.181 | 4.352.376 |
| Projetos de construção de usina | 2 anos | 201.243 | 168.100 | - | - | 369.343 |
| Total | | 361.364 | 488.353 | 311.865 | 4.192.538 | 5.354.119 |

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas.

(34) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

34.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

34.2 Movimentações dos planos de benefício definido

| | |
|---|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 175.300 |
| Valor justo dos ativos do plano | (122.879) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 52.421 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>) | - |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 52.421 |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano, conforme laudo Mercer, já contempla CPFL Geração até setembro de 2020 e CPFL Renováveis a partir de 01 de outubro de 2020, e são como segue:

| | |
|---|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019 | 152.254 |
| Custo do serviço corrente bruto | 108 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 11.274 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 22.053 |
| Benefícios pagos no ano | (10.371) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020 | 175.300 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019 | (105.914) |
| Rendimento esperado no ano | (8.400) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Contribuições de patrocinadoras | (3.037) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.899) |
| Benefícios pagos no ano | 10.371 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020 | (122.879) |

34.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| | |
|---|---------------|
| Passivo atuarial líquido em 30/09/2020 | 33.638 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 704 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício | (1.330) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 34.578 |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.151) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2020 | 52.421 |
| Outras contribuições | 26 |
| Total passivo | 52.447 |
| Circulante | 3.149 |
| Não Circulante | 49.298 |

34.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384. Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento

| | |
|--------------|-----------------------|
| 2021 | 13.321 |
| 2022 | 13.578 |
| 2023 | 13.850 |
| 2024 | 14.074 |
| 2025 a 2030 | <u>87.983</u> |
| Total | <u>142.806</u> |

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

34.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 são como segue:

| | 2021 |
|--|-------------------------|
| | <u>estimadas</u> |
| Custo do serviço | 149 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 13.019 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (9.141) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | <u>4.027</u> |

| | 2020 |
|--|--------------------------|
| | <u>realizadas</u> |
| Custo do serviço | 108 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 11.274 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (8.400) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | <u>2.982</u> |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

| | <u>31/12/2020</u> |
|--|---|
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: | 7,72% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano: | 7,72% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários: | 5,31% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: | 3,75% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima): | 3,75% a.a. |
| Tábua biométrica de mortalidade geral: | AT-2000 (-10) |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez: | Light fraca (-30) |
| Taxa de rotatividade esperada: | ExpR_2012 |
| Probabilidade de ingresso na aposentadoria: | Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres |

34.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

| | <u>2020</u> |
|---|-------------|
| Renda fixa | 77% |
| Títulos públicos federais | 65% |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1% |
| Títulos privados (instituições não financeiras) | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 2% |
| Outros investimentos de renda fixa | 9% |
| Renda variável | 18% |
| Fundos de investimento em ações | 18% |
| Investimentos estruturados | 1% |
| Fundos de participação | - |
| Fundos imobiliários | - |
| Fundos de investimento multimercado | 1% |
| Cotados em mercado ativo | 96% |
| Imóveis | 1% |
| Operações com participantes | 1% |
| Outros ativos | 1% |
| Depósitos judiciais e outros | 1% |
| Não cotados em mercado ativo | 3% |

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

| | Meta para 2021 |
|------------------------------|-----------------------|
| Renda Fixa | 77,6% |
| Renda variável | 18,6% |
| Imóveis | 2,3% |
| Empréstimos e financiamentos | 1,5% |
| Investimentos estruturados | 0,0% |
| Investimentos no exterior | 0,0% |
| | 100,00% |

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência determinarem a alocação de recursos de cada plano e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios, o planejamento de desinvestimento em ativos menos líquidos e o plano de realocação dos recursos advindos dos vencimentos dos títulos presentes no portfólio atual.

34.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

| | <u>Aumento (redução)</u> | <u>CPFL Renováveis</u> |
|--------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Taxa de desconto nominal* | -0,25 p.p. +0,25 p.p. | 4.457 (4.263) |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano -1 ano | (4.525) 4.504 |

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

34.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(35) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.2.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BO WEN
Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Vice-presidente

KARIN REGINA LUCHESI
YUNWEI LIU
FUTAO HUANG
EDUARDO DOS SANTOS SOARES

Conselheiros

DIRETORIA

FUTAO HUANG
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

FLÁVIO MARTINS RIBEIRO
Diretor de Engenharia Interino e Operação e
Manutenção Eólica, Biomassa e Solar

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Diretor de Engenharia e Obras

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente Assistente

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Demonstrações financeiras

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativos

Conforme divulgado nas notas explicativas 10.1 e 10.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 355.424 mil na controladora e no consolidado, relativo a imposto de renda (R\$ 261.305 mil) e contribuição social (R\$ 94.119 mil) diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela Administração sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar se forem aplicadas diferentes premissas para a projeção dos lucros tributáveis e a capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor recuperável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como os aspectos legais e formais que podem determinar a dedutibilidade ou não desses valores, sendo baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do tributos diferidos e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) com o apoio de nossas especialistas em avaliação, entendimento e validação das principais premissas utilizadas pela Administração nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das receita, custos e despesas, comparando, quando disponível, com outras fontes externas, bem como a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Administração; (ii) o envolvimento de nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise da adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais, e nos efeitos sobre a base fiscal das reversões das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos tributos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 05 de março de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 10 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



| DECLARAÇÃO | STATEMENT |
|---|---|
| <p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Campinas, 10 de março de 2021.</p> | <p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renováveis S.A, a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S on the financial statements of CPFL Energias Renováveis, for the year ended December 31, 2020;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energias Renováveis, for the year ended December 31, 2020;</p> <p>Campinas, March 10, 2021.</p> |

Huang Futao
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2020**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

A CPFL Renováveis atua no segmento de geração de energia elétrica, focada nos empreendimentos de energia renovável do grupo CPFL Energia. A capacidade instalada da CPFL Renováveis e suas controladas é de 2.987 MW em operação, além de 2 projetos em construção: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021.

Cabe destacar ainda que o ano de 2020 foi marcado, especialmente, pela realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, e subsequente resgate da totalidade das ações que remanesceram em circulação após a oferta, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" e saída do Novo Mercado da B3, realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis.

Foi concluída então a segunda etapa do plano de integração da CPFL Renováveis mediante a Reestruturação Societária das empresas do Grupo CPFL ("Reestruturação Societária") a cisão parcial da CPFL Geração com a versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total, pela CPFL Renováveis, da CPFL Centrais Geradoras Ltda. ("CPFL Centrais Geradoras") e o aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração.

Em 2020, a CPFL Renováveis cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Neste relatório, os números de determinados projetos da CPFL Renováveis não serão considerados por se tratar de autorizações de exploração, e não concessões ou permissões¹.

¹ Os empreendimentos da CPFL Renováveis, em sua maioria, operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica. Somente as empresas Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., Mohini

Desempenho Operacional

Em 31/12/2020, a CPFL Renováveis detinha **854 MW** de potência instalada em operação, dos quais **681 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **173 MW** por meio da participação proporcional na SPE, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador – Características Físicas

| Usina | Potência Instalada (MW) | Garantia Física (MW Médios) | Propriedade | Potência Instalada (MW) Proporc. | Garantia Física (MW Médios) Proporc. | Início de Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
|--|-------------------------|-----------------------------|-------------|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|-----------------------|
| Integral e Compartilhada | 1.299 | 647 | | 681 | 338 | | |
| UHE Macaco Branco | 2,36 | 1,66 | 100% | 2,36 | 1,66 | 01/01/1911 | 31/12/2042 |
| UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) | 18,06 | 5,79 | 100% | 18,06 | 5,79 | 01/01/1925 | 31/12/2042 |
| UHE Cariobinha ¹ | - | - | 100% | - | - | 01/01/1936 | 19/11/2027 |
| UHE Serra da Mesa ² | 1.275 | 637,50 | 51,54% | 657,14 | 328,57 | 30/04/1998 | 30/09/2040 |
| UTE Carioba (OCA 2) ³ | - | - | 100% | - | - | 01/01/1954 | 19/11/2027 |
| CGH Santa Alice | 0,62 | 0,41 | 100% | 0,62 | 0,41 | 01/01/1907 | Indeterminado* |
| CGH Lavrinha | 0,33 | 0,24 | 100% | 0,33 | 0,24 | 01/01/1947 | Indeterminado* |
| CGH São José | 0,79 | 0,24 | 100% | 0,79 | 0,24 | 01/01/1934 | Indeterminado* |
| CGH Turvinho | 0,80 | 0,25 | 100% | 0,80 | 0,25 | 01/01/1912 | Indeterminado* |
| CGH São Sebastião | 0,68 | 0,53 | 100% | 0,68 | 0,53 | 01/01/1925 | Indeterminado* |
| CGH Pinheirinho | 0,67 | 0,48 | 100% | 0,67 | 0,48 | 01/01/1911 | Indeterminado* |
| Sociedade de Propósito Específico | 690 | 372,80 | | 172,54 | 93,22 | | |
| UHE Barra Grande | 690 | 372,80 | 25,0059% | 172,54 | 93,22 | 01/11/2005 | 14/05/2036 |
| Total | 1.989 | 1.020 | | 854 | 431 | | |

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.
- 2) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

* Potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas serem registrados junto à ANEEL.

A Companhia possui 2 projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, composto pelos parques Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021 foram investidos **R\$ 271 milhões**, destinados principalmente à construção destes projetos.

A garantia física - considerando a participação da CPFL em cada projeto - é de **3.789 GWh/ano** em 2020 (ano bissexto), conforme quadro a seguir:

Garantia Física

Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., subsidiárias da CPFL Renováveis, figuram como concessionárias de serviço público e divulgam suas próprias Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Garantia Física Realizada e Esperada

| Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Controladora | | | | | | |
| Integral e Compartilhada | 2.970 | 2.962 | 2.962 | 2.962 | 2.970 | 2.962 |
| UHE Macaco Branco | 14,58 | 14,54 | 14,54 | 14,54 | 14,58 | 14,54 |
| UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) | 50,86 | 50,72 | 50,72 | 50,72 | 50,86 | 50,72 |
| UHE Cariobinha ¹ | - | - | - | - | - | - |
| UHE Serra da Mesa ² | 2.886,14 | 2.878,25 | 2.878,25 | 2.878,25 | 2.886,14 | 2.878,25 |
| UTE Carioba (OCA 2) ³ | - | - | - | - | - | - |
| CGH Santa Alice | 3,60 | 3,59 | 3,59 | 3,59 | 3,60 | 3,59 |
| CGH Lavrinha | 2,11 | 2,10 | 2,10 | 2,10 | 2,11 | 2,10 |
| CGH São José | 2,08 | 2,08 | 2,08 | 2,08 | 2,08 | 2,08 |
| CGH Turvinho | 2,20 | 2,19 | 2,19 | 2,19 | 2,20 | 2,19 |
| CGH São Sebastião | 4,66 | 4,64 | 4,64 | 4,64 | 4,66 | 4,64 |
| CGH Pinheirinho | 4,22 | 4,20 | 4,20 | 4,20 | 4,22 | 4,20 |
| Não Controladora | | | | | | |
| Sociedade de Propósito Específico | 819 | 817 | 817 | 817 | 819 | 817 |
| UHE Barra Grande | 818,86 | 816,62 | 816,62 | 816,62 | 818,86 | 816,62 |
| Consolidado | 3.789 | 3.779 | 3.779 | 3.779 | 3.789 | 3.779 |

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.
- 2) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Em **31/12/2020**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio de contratos no ACR (Ambiente de Contratação Regulado), o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

| Usina | Modelo de Negócio em 1º/jan/2020 | Preço no ACR em 1º/jan/2020 | Data e índice de reajuste no ACR |
|--|--|-------------------------------|----------------------------------|
| Integral e Compartilhada | | | |
| UHE Macaco Branco | 100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013 | RAG anual de R\$ 1.719.289,36 | IPCA em 1º/Jul |
| UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) | 100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013 | RAG anual de R\$ 8.427.422,58 | IPCA em 1º/Jul |
| UHE Cariobinha ¹ | | | |
| UHE Serra da Mesa ² | | | |
| UTE Carioba (OCA 2) ³ | | | |
| CGH Santa Alice | Em 01/06/2019, a Central Geradora Santa Alice passou a ser explorada como Geração Distribuída, sendo desde então remunerada por meio de contrato de arrendamento (10 anos) para o consumidor final da energia produzida. | | |
| CGH Lavrinha | | | |
| CGH São José | | | |
| CGH Turvinho | A energia gerada destes empreendimentos é negociada em operações no Mercado de Curto Prazo. | | |
| CGH São Sebastião | | | |
| CGH Pinheirinho | | | |
| Sociedade de Propósito Específico | | | |
| UHE Barra Grande | 28,5% ACR com vcto. em 2036 e 2038 e 71,5% no ACL | R\$ 102,52/MWh | IGPM em 08/abr e 23/out |

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.
- 2) A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028.
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Renováveis em base da controladora, sendo a Usina Hidroelétrica (UHE) de Serra da Mesa o principal ativo do portfólio.

1) Aquisição de 2 talhas para a Chaminé de equilíbrio.

A Usina Serra da Mesa possui duas talhas elétricas para movimentação de peças e das comportas da chaminé de equilíbrio em caso de manutenção ou substituição desses equipamentos.

Essas talhas encontram-se em final de via útil, devido ao seu tempo de operação, que é de aproximadamente 20 anos e das condições internas do ambiente onde estão instaladas e pela ação dos gases provenientes da ferrobactéria presente na água do reservatório.

Assim sendo, se fez necessária a aquisição de novas talhas para continuar garantindo a manutenção dos equipamentos da chaminé de equilíbrio de forma segura e eficiente.

2) Aquisição de rele de falha a terra no rotor

A Usina Serra da Mesa possui três geradores elétricos síncronos em operação.

Para a adequada proteção desses geradores, além de outros reles, há um rele específico para a proteção contra a falha a terra no rotor do gerador. Essa proteção é feita atualmente através de um rele UNS 3020 do fabricante ABB. Portanto, existem 3 reles em operação.

Essa aquisição se fez necessária para reposição do estoque de sobressalentes do almoxarifado da Usina.

3) Aquisição de válvula para sistema ATB da UG02

A Usina Serra da Mesa possui um sistema de retro lavagem que tem por objetivo manter os tubos dos trocadores de calor sempre limpos dentro das recomendações normais de uso.

Mantendo-se os tubos sempre limpos, consegue-se o máximo de rendimento do trocador, pois a condição de trabalho passa a ser otimizada, eliminando-se principalmente paradas para limpeza e manutenção.

O Sistema é composto de uma válvula de reversão de 4 vias que é instalada para permitir a reversão de fluxo do fluido dentro dos Trocadores de Calor do Gerador (TCGs).

A reversão programada de fluxo ocorre várias vezes ao dia, movimentando as escovas que estão instaladas em cada tubo do Trocador de Calor, acarretando assim, no arrancamento das deposições que ainda não estão sedimentadas. Este procedimento prolonga o período

de funcionamento dos Trocadores de Calor – Radiadores do Gerador - sem a necessidade de paradas para limpeza, além de aumentar a vida útil.

Durante a parada da UG02 constatou-se que a válvula de reversão de fluxo desse sistema apresentava trincas em sua estrutura. Foi efetuado um reparo emergencial e temporário, que possibilitou o retorno da UG02 em operação comercial.

Assim sendo, se fez necessária a aquisição de uma nova válvula para substituição na UG02.

4) Aquisição de disjuntor de campo

O sistema de excitação das Unidades Geradoras da Usina Serra da Mesa possui dois disjuntores de campo operando em paralelo. Esses disjuntores tem a finalidade de desligar a excitação do gerador em caso de emergência ou desligamento forçado da Unidade Geradora.

Como a Usina possui apenas um disjuntor de campo sobressalente e cada Gerador possui 02 disjuntores em operação, caso haja alguma falha ou explosão que cause danos em ambos os disjuntores, não será possível o retorno dessa Unidade até que os mesmos sejam reparados. O tempo de aquisição ou reparo dos disjuntores está estimado em aproximadamente 120 dias.

Assim sendo, foi feita a aquisição de mais um disjuntor de campo sobressalente, de forma a garantir o retorno da Usina em caso de falha nos disjuntores de campo.

5) Melhorias no sistema de ventilação do painel de excitação da UG01

O painel de excitação de excitação das Unidades Geradoras da UHE Serra da Mesa possui um sistema de arrefecimento através de um trocador de calor ar/agua. Esse sistema vem apresentando diversos problemas, tais como constantes paradas para limpeza nos tubos de passagem de água, umidificação da parte interna do painel devido a condensação de vapor de água e vazamentos de água.

As constantes paradas para a correção dessas falhas afetam diretamente os índices de disponibilidade da Usina e a segurança operativa da Unidade Geradora.

Assim sendo, foi contratada uma empresa especializada para fornecimento de materiais e serviços para as devidas melhorias e adequações para a solução definitiva desses problemas.

6) Modernização e reforma no barramento de excitação da UG02

Os barramentos de excitação das Unidades Geradoras da UHE Serra da Mesa estão em operação há mais de 20 anos (desde sua entrada em operação comercial) e por isso seus principais componentes estão desgastados e deteriorados, trazendo riscos para a operação dessas Unidade Geradoras.

Assim sendo, foram modernizados e reformados toda o sistema de isolamento dos barramentos rígidos, blindado e flexíveis AC e DC entre a saída do trafo de excitação e disjuntor de campo, contemplando testes e ensaios.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2020, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: **(I)** Sistema de Gestão de Segurança de Barragens e **(II)** LGPD.

Desempenho econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2020, a receita operacional líquida da CPFL Renováveis atingiu **R\$ 576 milhões**.

As despesas operacionais totalizaram **R\$ 519 milhões** em 2020, com destaque para a Energia Elétrica Comprada para Revenda, que foi de **R\$ 157 milhões**.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 209 milhões**. O EBITDA calculado para efeitos regulatórios, não contempla os efeitos do resultado de participações societárias (equivalência patrimonial).

Em 2020, o lucro líquido foi de **R\$ 797 milhões**.

Investimentos: Em 2020, foram investidos **R\$ 78 milhões**, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

Captações de recursos: Em 2020, para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captação de recursos via Lei 4.131 (R\$ 120 milhões).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Em 28 de setembro de 2020, a Administração aprovou a reversão da Reserva de Lucros a Realizar, saldo oriundos de reservas de incentivos fiscais, no montante de R\$ 49.789 mil, com base nas destinações do lucro líquido dos exercícios de 2018 e 2019.

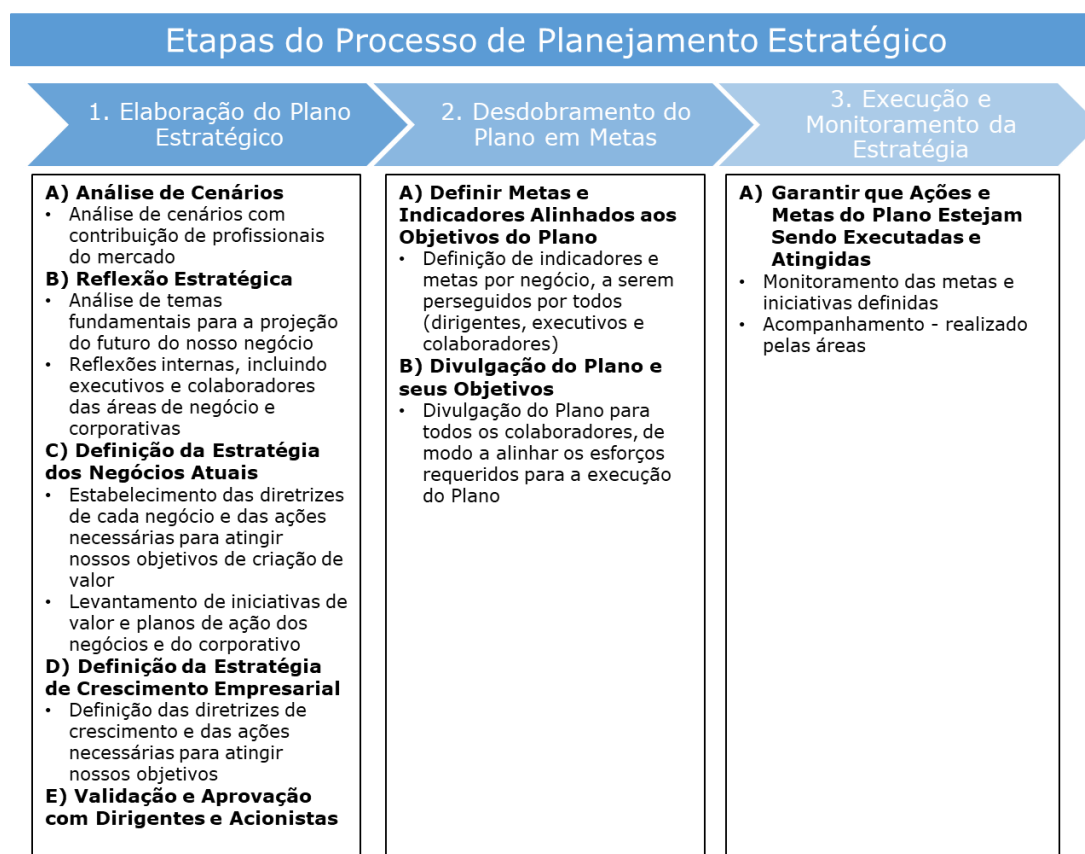
Em dezembro de 2020, com base no lucro do exercício, foi constituído o dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 188.218 mil, referente ao exercício de 2020.

Foram pagos em 2020 o montante de R\$ 49.789 mil referente a dividendos.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da CPFL Renováveis era de R\$ 4.032.292 mil, composto por 593.782.504 (quinhentos e noventa e três milhões,

setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Planejamento Empresarial – Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Empresarial e administra a elaboração das estratégias para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs); incluindo a Vice-Presidência de Operações de Mercado (VPM), que abrange o Negócio Geração. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno

Embasados em seminários, fóruns de discussões e palestras, o mapeamento dos direcionadores do macroambiente, das tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas ocorre a partir da análise de cenários durante a elaboração do Plano Estratégico, contribuindo para a consolidação do diagnóstico de ambiente externo.

O mesmo trabalho é realizado internamente, a partir da atualização das principais iniciativas, metas e indicadores do ciclo anterior. Nesse momento, também, avaliam-se os resultados e objetivos operacionais e financeiros.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

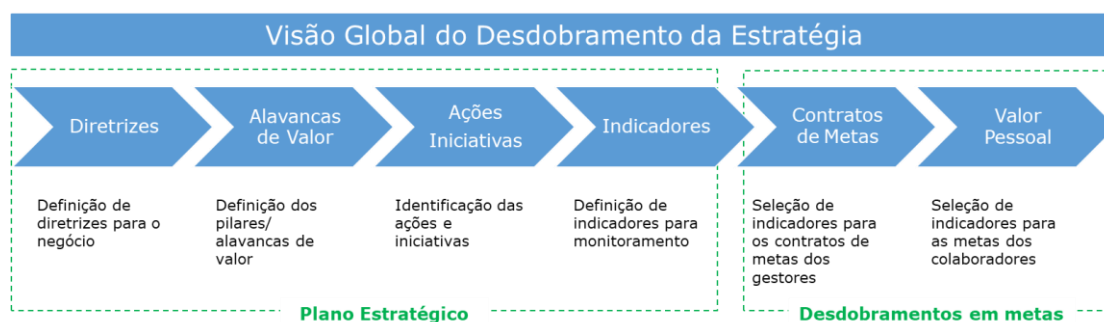
Elaboração da Estratégia

O processo de materialização da estratégia inicia-se através da reflexão dos cenários e oportunidades junto aos executivos, passando pela definição das diretrizes de negócio, das iniciativas de valor e dos planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação desse estudo no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho de Administração.

Desdobramento em Metas

A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados do ano anterior e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Posteriormente, o desdobramento do Plano em cada área acontece por meio do envolvimento das equipes de cada diretoria nos planos de ação. O acompanhamento dos negócios acontece nas reuniões mensais que visam garantir o atingimento dos resultados.



Divulgação Planejamento Estratégico

As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Campanhas internas –*banners* e cartazes em diversos locais;
- Apresentação de vídeo – expondo as principais diretrizes do Plano Estratégico da Empresa;
- Apresentações formais nas áreas – reuniões com grupos de liderança para reforço do Plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os *stakeholders* através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia

São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio, a aderência as iniciativas e metas estabelecidas no plano estratégico, além de possíveis mudanças de conjuntura que possam impactar o planejamento do grupo e dos negócios.

Recursos humanos: Em 2020 a CPFL Renováveis investiu cerca de R\$ 780 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2020, tivemos **+2.300 participações** em treinamentos, com pelo menos **8 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade: A CPFL Renováveis mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia elaborou um Plano de Sustentabilidade abrangendo todos os seus negócios, com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade –, em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, definindo compromissos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.cpfl.com.br/relatorioanual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Renováveis em números

| Mercado | 2020 |
|---|----------------|
| Número de usinas em operação | 12 |
| Capacidade Instalada (MW) | 854 |
| Financeiros | 2020 |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 641.140 |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 576.904 |
| Margem operacional do serviço líquida (%) | 10,0% |
| EBITDA OU LAJIDA | 209.233 |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 797.662 |
| Lucro líquido por lote de mil ações | 798 |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 5.520.002 |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 14,5% |

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Renováveis. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Renováveis.

Campinas, 30 de abril de 2021.

A Administração

Demonstrações contábeis regulatórias

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A CPFL Energias Renováveis S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Sumário

| | |
|---|----|
| ATIVO | 5 |
| PASSIVO..... | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 8 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PL..... | 9 |
| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA..... | 10 |
| (1) CONTEXTO OPERACIONAL..... | 11 |
| (2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS..... | 21 |
| (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS | 23 |
| (4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO | 29 |
| (5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 29 |
| (6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS..... | 29 |
| (7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS..... | 30 |
| (8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS | 30 |
| (9) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS..... | 31 |
| (10) TRIBUTOS DIFERIDOS..... | 32 |
| (11) OUTROS ATIVOS..... | 35 |
| (12) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA..... | 36 |
| (13) IMOBILIZADO..... | 41 |
| (14) INTANGÍVEL..... | 42 |
| (15) FORNECEDORES..... | 44 |
| (16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 44 |
| (17) DEBÊNTURES..... | 47 |
| (18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER..... | 49 |
| (19) PROVISÕES..... | 49 |
| (20) ADIANTAMENTOS | 53 |
| (21) OUTRAS CONTAS A PAGAR | 53 |
| (22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 53 |
| (23) RECEITA / INGRESSO | 56 |
| (24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA..... | 56 |
| (25) PESSOAL E ADMINISTRADORES | 57 |
| (26) RESULTADO FINANCEIRO..... | 58 |
| (27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 58 |
| (28) SEGUROS..... | 62 |
| (29) GESTÃO DE RISCOS..... | 62 |
| (30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS..... | 64 |
| (31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA..... | 68 |
| (32) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA | 69 |
| (33) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO | 74 |
| (34) EVENTOS SUBSEQUENTES | 78 |

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota Explicativa | 31/12/2020 |
|---|-----------------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 178.865 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 7.426 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 201.793 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio | 12 | 75.907 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 10.770 |
| Outros tributos a compensar | 9 | 40.695 |
| Derivativos | 30 | 60.338 |
| Outros ativos | 11 | 97.892 |
| Total do circulante | | 673.683 |
| Não circulante | | |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 7 | 8.582 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 68.294 |
| Coligadas, controladas e controladora | 27 | 238.558 |
| Depósitos judiciais | 19 | 2.320 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 43.730 |
| Derivativos | 30 | 27.741 |
| Créditos fiscais diferidos | 10 | 91.079 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 528.914 |
| Outros ativos | 11 | 24.978 |
| Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 12 | 6.880.310 |
| Participações Societárias Permanentes | | 5.384.871 |
| Propriedade para investimento - Bens de Renda | | 423.139 |
| Ágio de Incorporação | | 1.072.299 |
| Imobilizado | 13 | 784.077 |
| Intangível | 14 | 871.559 |
| Total do não circulante | | 9.570.143 |
| Total do ativo | | 10.243.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | 31/12/2020 |
|---|-------------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Fornecedores | 15 | 139.496 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 230.111 |
| Debêntures | 17 | 8.294 |
| Entidade de previdência privada | 32 | 3.149 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 878 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | 56.475 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 27 | 2.026.115 |
| Dividendos | 27 | 188.218 |
| Contas a pagar de aquisições | | 9.838 |
| Obrigações estimadas com pessoal | | 10.423 |
| Adiantamentos | 20 | 98.070 |
| Outras contas a pagar | 21 | 40.119 |
| Total do circulante | | 2.811.186 |
| Não circulante | | |
| Fornecedores | 15 | 2.756 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 468.098 |
| Debêntures | 17 | 1.121.326 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 27 | 168.367 |
| Entidade de previdência privada | 32 | 49.298 |
| Débitos fiscais diferidos | 10 | 39.958 |
| Provisões | 19 | 59.916 |
| Provisão para perda em investimento | 12 | 41 |
| Adiantamentos | 20 | 786 |
| Outras contas a pagar | 21 | 2.093 |
| Total do não circulante | | 1.912.639 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 22 | 4.032.292 |
| Reserva de capital | | 590.379 |
| Reservas de lucros | | 954.621 |
| Resultado abrangente acumulado | | (57.288) |
| Total do patrimônio líquido | | 5.520.002 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 10.243.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | <u>Nota Explicativa</u> | <u>2020</u> |
|---|-----------------------------|------------------|
| Receita / Ingresso | 23 | 641.140 |
| Suprimento de Energia Elétrica | | 615.728 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | 25.413 |
| Tributos | | (62.973) |
| PIS-PASEP | | (11.233) |
| COFINS | | (51.740) |
| Encargos - Parcela "A" | | (1.263) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (25) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (85) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | | (1.153) |
| Receita Líquida / Ingresso Líquido | | 576.904 |
| Gastos Operacionais | | (182.926) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 24 | (156.690) |
| Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição | 24 | (26.236) |
| Custos Gerenciáveis - Parcela "B" | | |
| Pessoal e Administradores | 25 | (69.784) |
| Entidade de previdência privada | 25 | (1.173) |
| Material | | (16.077) |
| Serviços de Terceiros | | (55.531) |
| Arrendamento e Aluguéis | | (10.045) |
| Seguros | | (2.419) |
| Provisões | | (38.848) |
| Tributos | | (776) |
| Depreciação e Amortização | | (87.354) |
| Amortização de Ágio | | (64.430) |
| Gastos Diversos | | (1.866) |
| Outras Receitas Operacionais | | 11.774 |
| Resultado da Atividade | | 57.448 |
| Equivalência Patrimonial | 12.1.1 | 629.309 |
| Resultado Financeiro | 26 | (180.010) |
| Receitas Financeiras | | 28.352 |
| Despesas Financeiras | | (208.362) |
| Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro | | 506.747 |
| Despesa com Impostos sobre o Lucro | 10 | 290.914 |
| Resultado Líquido do Exercício | | 797.662 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

| | <u>2020</u> |
|---|------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 797.662 |
| Outros resultados abrangentes | |
| Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado: | |
| - Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários | (22.768) |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>774.894</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| | Reserva de lucros | | | | | | Resultado abrangente acumulado | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido | |
|--|-------------------|--------------------|---------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|------------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reforço de capital de giro | Reserva de incentivos fiscais | Dividendos | | | Perdas atuariais |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 3.698.060 | 592.347 | 11.244 | 49.789 | 160.084 | - | - | - | - | 4.511.524 |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | 797.662 | 774.894 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 797.662 | 797.662 |
| Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | - | (22.768) |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 39.625 | - | (120.437) | 116.120 | - | - | (35.308) | - |
| Constituição de reserva de incentivos | - | - | - | - | (116.120) | 116.120 | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | 39.625 | - | - | - | - | - | (39.625) | - |
| Reversão de reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório | - | - | - | - | (4.317) | - | - | - | 4.317 | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transações de capital com os acionistas | 334.232 | (1.968) | - | (49.789) | (318) | - | 748.303 | (34.519) | (762.354) | 233.587 |
| Alteração em participação sem alteração no controle | - | 5 | - | - | - | - | - | - | - | 5 |
| Resgate de ações | - | (1.973) | - | - | - | - | - | - | - | (1.973) |
| Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 124.232 | - | - | - | - | - | - | (34.519) | 173.849 | 263.561 |
| Aumento de capital direto por controladora | 210.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | 210.000 |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | (318) | - | 748.303 | - | (747.985) | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | (188.218) | (188.218) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | (49.789) | - | - | - | - | - | (49.789) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.032.292 | 590.379 | 50.869 | - | 39.329 | 116.120 | 748.303 | (57.288) | - | 5.520.002 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

| | <u>2020</u> |
|--|------------------|
| Lucro antes dos tributos | 506.747 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | |
| Depreciação e amortização | 151.787 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 5.256 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | (3.843) |
| Despesa (receita) com entidade de previdência privada | 1.173 |
| Resultado de participações societárias | (629.309) |
| Perda na baixa de ativo não circulante | 19.982 |
| | <u>51.793</u> |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | (34.042) |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos | 408.512 |
| Tributos a compensar | (123.126) |
| Depósitos judiciais | 224 |
| Adiantamentos de fornecedores | (30.493) |
| Outros ativos operacionais | 17.170 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | |
| Fornecedores | 51.297 |
| Outros tributos e contribuições sociais | 47.789 |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada | (706) |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (31) |
| Adiantamentos de clientes | 31.597 |
| Outros passivos operacionais | (47.687) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | 372.297 |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (95.867) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (59) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 276.371 |
| Atividades de investimentos | |
| Aumento de capital em investidas | (552.809) |
| Redução de capital em subsidiárias | 592.940 |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária | 22.641 |
| Aquisições de imobilizado | (77.855) |
| Adições de Intangível | (8.113) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações) | (12.133) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates) | 104.276 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (257.372) |
| Mútuos concedidos a controladas e coligadas | (552.068) |
| Recebimento de mútuos com controladas e coligadas | 316.660 |
| Outros | (1.968) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos | (425.801) |
| Atividades de financiamentos | |
| Aumento de capital por acionistas não controladores | (5.859) |
| Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | (877.751) |
| Captação de empréstimos e debêntures | 120.000 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures | (917.896) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (49.789) |
| Aumento de caixa em função de aumento de participação societária | - |
| Liquidação de operações com derivativos | 2.004 |
| Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | 2.000.000 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 270.709 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 121.279 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 57.586 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 178.865 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.137.501 e R\$ 1.961.420 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2021, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.

- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de Power Purchase Agreement - PPAs e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que compram energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Recolocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2. Autorizações de exploração

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

| Empreendimentos da Companhia | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|-------------------------------------|---|-------------|--------------|
| Bons Ventos | 50,0 | 07/03/2003 | 30 anos |
| Canoa Quebrada | 57,0 | 10/12/2002 | 30 anos |
| Enacel | 31,5 | 12/11/2002 | 30 anos |
| Taíba Albatroz | 16,5 | 23/12/2002 | 30 anos |
| Icaraizinho | 54,6 | 27/08/2002 | 30 anos |
| Praia Formosa | 105,0 | 04/06/2002 | 30 anos |
| Total | 314,6 | | |

Além dos empreendimentos acima, com as reestruturações ocorridas no exercício, conforme nota 1.6, a Companhia passou a deter:

- Concessões que se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas das usinas hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco (2,4 MW) e Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogadas;
- Parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de concessão iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de concessão iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A UHE Macaco Branco encerrou suas operações em dezembro de 2020, devido as obras pela futura represa de Pedreira, projeto do governo do Estado de São Paulo, para garantir a segurança hídrica da região de Campinas.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.3. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|---|--|-------------------------|--------------------------------------|---------|---------|
| Minas Gerais | | | | | | Paraná | | | | | |
| SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 12/1999 | 30 anos | Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 23,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2") | Sociedade limitada | Direta 100% | 29,9 | 11/2015 | 35 anos | | | | | | |
| SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,0 | 01/2000 | 30 anos | Santa Catarina | | | | | |
| Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 24,0 | 05/2002 | 30 anos | SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 21,0 | 10/2002 | 30 anos |
| SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | SPE Anoredo Energia Ltda. ("Anoredo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 13,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 20,0 | 08/2002 | 30 anos | Ludesa Energética S.A. ("Ludesa") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 60% | 30,0 | 12/2002 | 30 anos |
| SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 11,0 | 01/2000 | 30 anos | SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 16,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 9,0 | 12/1999 | 30 anos | SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes") | Sociedade limitada | Direta 100% | 20,0 | 08/2010 | 30 anos |
| SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 7,5 | 12/1999 | 30 anos | Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 28,5 | 12/2007 | 35 anos |
| Mato Grosso e Rio Grande do Sul | | | | | | São Paulo | | | | | |
| CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 7,0 | (**) | | Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 38,1 | | |
| Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 19,4 | 05/2004 | 30 anos | Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,2 | | |
| | | | | | | Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,5 | | |
| | | | | | | Total | | | 453,1 | | |

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.4. Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 39 em operação (994 MW) e 4 em construção (81 MW), somando um total de capacidade instalada de 1.075,6 MW:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|------------|---------|
| Palmares do Sul (RS) | | | | | | Parazinho (RN) | | | | | |
| Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 28/02/2011 | 35 anos | Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Eurus V Energias Renováveis Ltda. ("Eurus V") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 27/03/2013 | 30 anos |
| Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 8,0 | 25/08/2010 | 35 anos |
| Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 22/03/2011 | 35 anos | Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 05/08/2010 | 35 anos |
| Aracati (CE) | | | | | | João Câmara (RN) | | | | | |
| Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 13,7 | 19/06/2002 | 30 anos | DESA Eurus I S.A. ("Eurus I") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 20/04/2011 | 35 anos |
| Itarema (CE) | | | | | | São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | |
| Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 04/08/2014 | 35 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |
| Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 23,1 | 23/07/2014 | 35 anos | Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Outras localidades (CE) | | | | | | Touros (RN) | | | | | |
| Sif Cinco Geração e Comercialização de Energia Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 05/06/2002 | 30 anos | Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 18/04/2011 | 35 anos |
| Touros (RN) | | | | | | São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | |
| Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 01/04/2014 | 30 anos | SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 16,1 | 29/09/2011 | 35 anos |
| Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ursula") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 27,3 | 31/03/2014 | 30 anos | SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 29/09/2011 | 35 anos |
| Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,7 | 21/03/2014 | 30 anos | SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 14/10/2011 | 35 anos |
| São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | | Touros (RN) | | | | | |
| Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 20,7 | 14/10/2011 | 35 anos |
| São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | DESA Morro dos Ventos I S.A. ("Morro dos Ventos I") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 28,8 | 28/07/2010 | 35 anos |
| São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 10/03/2015 | 30 anos | DESA Morro dos Ventos II S.A. ("Morro dos Ventos II") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 29,2 | 14/06/2012 | 35 anos |
| | | | | | | Touros (RN) | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos III S.A. ("Morro dos Ventos III") | | | | | |
| | | | | | | Sociedade por ações de capital fechado | | | | | |
| | | | | | | Indireta 100% | | | | | |
| | | | | | | 28,8 | | | | | |
| | | | | | | 05/08/2010 | | | | | |
| | | | | | | 35 anos | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos IV S.A. ("Morro dos Ventos IV") | | | | | |
| | | | | | | Sociedade por ações de capital fechado | | | | | |
| | | | | | | Indireta 100% | | | | | |
| | | | | | | 28,8 | | | | | |
| | | | | | | 05/08/2010 | | | | | |
| | | | | | | 35 anos | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos VI S.A. ("Morro dos Ventos VI") | | | | | |
| | | | | | | Sociedade por ações de capital fechado | | | | | |
| | | | | | | Indireta 100% | | | | | |
| | | | | | | 28,8 | | | | | |
| | | | | | | 28/07/2010 | | | | | |
| | | | | | | 35 anos | | | | | |
| | | | | | | Total | | | | | |
| | | | | | | 994,0 | | | | | |

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Os mencionados no quadro abaixo, já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com conclusão das obras e início de operação previstos para janeiro de 2024, cuja capacidade instalada prevista é de 69,3 MW.

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|------------|---------|
| Touros (RN) | | | | |
| SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95,1% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 90% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |

1.5. Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Localização (UF) | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|--|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|---|-------------|--------------|
| SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada") | Sociedade limitada | Direta 100% | Minas Gerais | 50,0 | 29/10/2012 | 30 anos |
| SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana") | Sociedade limitada | Direta 100% | Paraná | 50,0 | 14/02/2012 | 30 anos |
| CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa") | Sociedade limitada | Direta 100% | Rio Grande do Norte | 40,0 | 15/05/2002 | 30 anos |
| CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 45,0 | 24/09/2009 | 30 anos |
| CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 40,0 | 21/05/1999 | 30 anos |
| CPFL Bio Burity Ltda. ("Bio Burity") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 74,3 | 16/12/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 25,0 | 03/05/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 70,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Total | | | | 394,3 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Burity a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.6. Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.7. Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Atividade preponderante | Investidas |
|---|--|--------------------------------|--|--|
| Sociedades de participação | | | | |
| PCH Holding S.A. ("PCH Holding") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Avaredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca |
| SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho. |
| Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludes, Mata Velha, Cherobim Energética e Varginha Energética, Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI. |
| Outros empreendimentos operacionais | | | | |
| SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos | (*) |
| Outros empreendimentos sem atividade produtiva | | | | |
| SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande") | Sociedade limitada | Direta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Cherobim Energética Ltda. ("Cherobim Energética") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Varginha Energética S/A ("Varginha Energética") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | Comercialização de energia elétrica | (*) |

(*) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(**) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor"). Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

1.8. Reestruturações Societárias

1.8.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas ("UHEs"), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS") e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|---|------------------|--|----------------|
| Circulante | 194.156 | Circulante | 340.960 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 84.999 | Empréstimos e financiamentos | 191.697 |
| Derivativos | 77.728 | Outros impostos, taxas e contribuições | 104.282 |
| Outros Tributos a compensar | 22.897 | Outros passivos circulante | 44.981 |
| Outros Créditos | 8.532 | Não Circulante | 203.817 |
| Não Circulante | 1.125.563 | Débitos fiscais diferidos | 172.288 |
| Imobilizado | 922.332 | Outros passivos não circulante | 31.530 |
| Investimentos | 125.772 (a) | Total Passivo | 544.777 |
| Intangível | 75.579 | Efeito líquido oriundo da cisão | (210.824) (b) |
| Outros ativos não circulante | 1.880 | Acervo Líquido | 564.117 |
| Total Ativo | 1.319.719 | | |

- (a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.
- (b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Patrimônio Líquido | 564.117 |
| Capital Social | 108.139 |
| Resultado abrangente acumulado | 281.839 |
| Lucros Acumulados | 174.139 |

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.8.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.8.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|---------------|--|---------------|
| Circulante | 2.846 | Circulante | 5.475 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.890 | Fornecedores | 59 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 40 | Outros impostos, taxas e contribuições | 30 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 370 | Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 5.356 |
| Outros Tributos a compensar | 513 | Outros passivos circulante | 31 |
| Outros Créditos | 32 | Total Passivo | 5.475 |
| Não Circulante | 18.436 | Acervo Líquido | 15.806 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 2.959 | | |
| Imobilizado | 15.360 | | |
| Intangível | 3 | | |
| Outros Ativos não circulante | 114 | | |
| Total Ativo | 21.281 | | |

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|---------------------------|---------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 15.806 |
| Capital Social | 16.093 |
| Lucros Acumulados | (287) |

1.8.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | 30/11/2020 | | | <u>Passivo</u> | 30/11/2020 | | |
|--|----------------|----------------|---------------|---|----------------|----------------|---------------|
| | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia | | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia |
| Circulante | 24.192 | - | 4 | Circulante | - | 9 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20.720 | - | 4 | Outras Contas a Pagar | - | 9 | 1 |
| Dividendos a receber | 3.408 | - | - | Não Circulante | 21.354 | 1 | - |
| Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar | 64 | - | - | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 1 | - |
| Não Circulante | 230.990 | 172 | - | Débitos fiscais diferidos | 21.354 | - | - |
| Investimentos | 230.990 | - | - | Total Passivo | 21.354 | 10 | 1 |
| Imobilizado | - | 172 | - | Acervo Líquido | 233.828 | 163 | 3 |
| Total Ativo | 255.182 | 172 | 4 | | | | |

1.8.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|----------------|---|----------------|
| Circulante | 4.949 | Circulante | 4.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 37 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | Outros impostos, taxas e contribuições | 2 |
| Dividendos a receber | 4.786 | Dividendo e juros sobre capital próprio | 4.207 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 48 | Outros passivos circulante | 5 |
| Outros Tributos a compensar | 8 | Não Circulante | 36.057 |
| Não Circulante | 276.479 | Adiantamento para futuro aumento de capital | 36.057 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 4.086 | Total Passivo | 40.309 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 60 | Acervo Líquido | 241.119 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 33.200 | | |
| Investimentos | 239.133 | | |
| Total Ativo | 281.428 | | |

1.9 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações contábeis regulatórias. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscam minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus.

No Brasil, tendo como objetivo minimizar as perdas de vidas e evitar danos econômicos, como perda de empregos e sobrevivência de empresas, a política fiscal tem sido amplamente utilizada, à medida que o aumento no gasto público no curto prazo se faz necessário. Com esse entendimento os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública, e dispensou o governo do cumprimento da meta permitindo uma política fiscal mais ativa, que representa a princípio, um certo desvio temporário da consolidação fiscal que se encontrava o país. Apesar do estado de calamidade pública deixar de ser reconhecido em dezembro de 2020, medidas sanitárias e econômicas adicionais têm sido adotadas visando minimizar os eventuais impactos negativos decorrentes da pandemia.

Adicionalmente, diversos governos vêm intensificando medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica. Além disso, as medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, com probabilidades de gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo prazos.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento e aprovação de vacinas, a curva referente ao número médio de mortes diárias causadas pelo vírus e novos casos de contaminação, em algumas regiões, sofreu fortes oscilações e apresenta dificuldades para declinar. Até o dia 26 de janeiro de 2021, o Brasil registrou mais de 218 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 2 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e apresentado resultados positivos, inclusive com alguns países iniciando campanhas de vacinação. No entanto, ao analisar de forma conjuntural, os resultados positivos com a vacina, eventuais riscos de suprimentos de recursos e impactos econômicos e sanitários, tudo indica uma possível mudança estrutural, e talvez temporária no médio prazo na economia e comportamento humano de forma generalizada.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;
- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, até o presente momento, entende não ser aplicável a renegociação de cláusulas contratuais específicas com seus credores e seguiu com os planos de financiamento aprovado para o exercício de 2020. Adicionalmente, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Nossas geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes. O percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações é inferior a 7,7%, e não representa um risco potencial para o negócio. No entanto até o momento todas realizaram os pagamentos na sua integralidade.

Como descrito acima, as notificações dos clientes referem-se à eventual necessidade de adequação de seus contratos, em função de uma possível retração macroeconômica e a consequente redução de consumo de energia. A expectativa da Administração é que medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e consequentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais. Adicionalmente, a Administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes a serem contemplados em suas demonstrações contábeis regulatórias.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias .

(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações Contábeis regulatórias. Há diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira, e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa nº35, para melhor entendimento do leitor.

Conforme demonstrado na nota 1.8, a Companhia passou a ter a obrigação de entrega das demonstrações contábeis regulatórias a partir de setembro de 2020, por isso os saldos de anos anteriores não estão sendo apresentados, sendo que os mesmos podem ser identificados nas demonstrações financeiras societárias disponíveis no site da Companhia (ri.cpflrenovaveis.com.br).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 30 de abril de 2021. Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado e intangível.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis regulatórias que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos).
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2020 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 13).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem. Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Instrumentos financeiros

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. |
| Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 16.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

3.6 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

3.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis regulatórias como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------------|------------------------------|
| Saldos bancários | 176.672 |
| Aplicações financeiras | <u>2.193</u> |
| Fundos de investimento (a) | <u>2.193</u> |
| Total | <u><u>178.865</u></u> |

- a) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,03% do CDI (94,61% em 31 de dezembro de 2019).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Títulos e valores mobiliários | |
| Através de fundos de investimentos | <u>7.426</u> |
| Total | <u><u>7.426</u></u> |

Em 31 de dezembro de 2020 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

| <u>Agente financeiro</u> | <u>Tipo de aplicação</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Indexador</u> | <u>Remuneração</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------|--------------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 |
| | | | | | 8.582 |

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludes, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

(8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| | <u>Saldos</u> | <u>Vencidos</u> | | <u>Total</u> | |
|---|------------------|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>vincendos</u> | <u>até 90 dias</u> | <u>> 90 dias</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Circulante | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | 3.649 | 558 | 72 | 4.280 | 5.935 |
| Concessionárias e permissionárias | 135.328 | - | 58.159 | 193.487 | 100.392 |
| Outros | 4.050 | - | - | 4.050 | - |
| | 143.027 | 558 | 58.232 | 201.817 | 106.327 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | (25) | - |
| Total | | | | 201.793 | 106.327 |
| Não circulante | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 |
| | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 |
| Total | | | | 68.294 | 41.744 |

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

| | Consumidores, concessionárias e permissionárias | Outros ativos (nota 11) | Total |
|--|--|--|--------------|
| Saldo em 31/12/2019 | - | - | - |
| Reestruturação societária | (25) | (352) | (377) |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (27) | - | (27) |
| Saldo em 31/12/2020 | (51) | (352) | (403) |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(9) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|
| <u>Circulante</u> | |
| Antecipações de contribuição social - CSLL | - |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ | 312 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.455 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.767 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 7.681 |
| ICMS a compensar | 837 |
| Programa de integração social - PIS | 7.190 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 24.864 |
| Instituto nacional de seguridade social - INSS | 1 |
| Outros | 122 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 |
| Total circulante | 51.461 |
| <u>Não circulante</u> | |
| Contribuição social a compensar - CSLL | - |
| Imposto de renda a compensar - IRPJ | 43.733 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.733 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | - |
| Outros | - |
| Outros tributos a compensar | - |
| Total não circulante | 43.733 |

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(10) TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|----------------------|
| <u>Crédito (Débito) de contribuição social</u> | |
| Bases negativas | 94.119 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | <u>(83.145)</u> |
| Subtotal | 10.974 |
| <u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u> | |
| Prejuízos fiscais | 261.305 |
| Benefício fiscal do intangível incorporado | 9.800 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | <u>(230.959)</u> |
| Subtotal | 40.147 |
| Total | <u>51.121</u> |
| | |
| Total crédito fiscal | 91.079 |
| Total débito fiscal | (39.958) |

Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

| | 31/12/2020 | |
|---|-----------------|------------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | | |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 159 | 442 |
| Provisão relacionada a pessoal | 502 | 1.395 |
| Derivativos - regime de caixa | (5.383) | (14.953) |
| Marcação a mercado - Derivativo | (160) | (443) |
| Marcação a mercado - Dívidas | (128) | (356) |
| Depreciação acelerada incentivada | (22.966) | (63.795) |
| Outras diferenças temporárias | 968 | 2.689 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado | | |
| Perdas atuariais | 162 | 450 |
| Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído | - | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios: | | |
| Impostos diferidos - ativo: | | |
| Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos) | 13.583 | 37.731 |
| Impostos diferidos - passivo: | | |
| Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído | (11.740) | (32.616) |
| Intangível - direito de exploração/autorização | (58.142) | (161.505) |
| Total | (83.145) | (230.959) |

10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020:

| | 2020 | |
|---|----------------|----------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 506.747 | 506.747 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | |
| Resultado de participações societárias | (629.309) | (629.309) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 192.988 | 194.228 |
| Base de cálculo | 70.426 | 71.666 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Débito fiscal apurado | 6.338 | 17.917 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 70.783 | 195.877 |
| Total | 77.121 | 213.794 |
| Corrente | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 78.901 | 219.033 |

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 333.955, refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 267.652; (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 242; e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 66.545.

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 507.560, por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 68.383. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Prejuízo Fiscal e Base Negativa: Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e em virtude de estudo de recuperabilidade do ano, em consequência da reestruturação societária. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| Consolidado | |
|-------------|----------------|
| 2021 | 52.201 |
| 2022 | 41.943 |
| 2023 | 37.313 |
| 2024 | 43.437 |
| 2025 | 52.693 |
| 2026 A 2028 | 127.836 |
| Total | <u>355.424</u> |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(11) OUTROS ATIVOS

| | <u>Circulante</u> <u>31/12/2020</u> | <u>Não</u> <u>circulante</u> <u>31/12/2020</u> |
|--|--|--|
| Créditos a receber | - | 22.008 |
| Créditos a receber - rateios | 53.920 | - |
| Adiantamentos - Fundação CESP | 282 | 134 |
| Adiantamentos - fornecedores | 200 | - |
| Serviços prestados a terceiros | 572 | - |
| Estoque | 8.931 | - |
| Despesas antecipadas | 3.657 | 2.837 |
| Adiantamentos a funcionários | 1.034 | - |
| Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco | 12.257 | - |
| Outros | 17.390 | - |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) | (352) | - |
| Total | <u>97.892</u> | <u>24.978</u> |

Créditos a receber : Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 19.090. Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.842 conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém

provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Estoque – Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 44.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas do grupo e consumo próprio, classificados como almoxarifado no total de R\$ 44.028.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(12) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

12.1 Participações Societárias Permanentes

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|
| Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial Pelo patrimônio líquido da controlada | 5.384.871 |
| Subtotal | 5.384.871 |
| Ágio de Incorporação | 1.072.299 |
| Total | 6.457.170 |

12.1.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

| Investimentos | Participação no Capital % | 31/12/2020 | | | | 31/12/2020 | 31/12/2020 |
|--|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial |
| Alto Irani | 100% | 114.043 | 2.114 | 47.748 | 23.727 | 47.748 | 23.726 |
| Atlântica I | 100% | 99.186 | 43.081 | 86.147 | 10.750 | 86.147 | 10.750 |
| Atlântica II | 100% | 101.407 | 42.895 | 82.016 | 10.758 | 82.016 | 10.758 |
| Atlântica IV | 100% | 108.792 | 45.781 | 81.560 | 11.009 | 81.560 | 11.009 |
| Atlântica V | 100% | 114.114 | 50.579 | 97.264 | 8.520 | 97.264 | 8.520 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | 45.357 |
| Baixa Verde | 95% | 342 | 432 | 312 | (42) | 181 | (40) |
| Bio Alvorada | 100% | 171.317 | 48.912 | 145.706 | 6.966 | 145.706 | 6.966 |
| Bio Buriti | 100% | 87.180 | 72.070 | 79.506 | 10.795 | 79.506 | 10.795 |
| Bio Coopcana | 100% | 138.534 | 50.853 | 117.094 | 15.536 | 117.094 | 15.536 |
| Bio Ester | 100% | 97.941 | 43.512 | 83.434 | 23.275 | 83.434 | 23.275 |
| Bio Formosa | 100% | 120.692 | 70.991 | 86.359 | 14.782 | 76.214 | 14.782 |
| Bio Ipe | 100% | 19.077 | 14.349 | 16.123 | 5.057 | 16.123 | 5.057 |
| Bio Pedra | 100% | 168.305 | 129.950 | 169.025 | 37.995 | 169.025 | 37.995 |
| Bioenergia | 100% | 63.195 | 47.439 | 54.910 | 10.085 | 54.910 | 10.085 |
| Boa Vista 2 | 100% | 285.447 | 125.635 | 127.437 | 4.195 | 127.437 | 4.195 |
| Cachoeira Grande | 100% | 145 | 6.632 | 145 | 2 | 145 | 2 |
| Cajueiro | 95% | 573 | 199 | 567 | (28) | 288 | (26) |
| Chimay Empreendimentos | 100% | 89.535 | 48.021 | 67.667 | 33.780 | 67.667 | 33.780 |
| Costa Branca (b) | 95% | 91.060 | 21.639 | 59.499 | 5.141 | 54.666 | 3 |
| Costa das Dunas | 95,145% | 103.504 | 77.601 | 78.507 | 92 | 74.194 | 82 |
| Pedra Cheirosa I | 100% | 171.356 | 141.500 | 147.540 | (13.731) | 147.540 | (13.730) |
| Dobrevê | 100% | 1.058.972 | 758.916 | 821.365 | 76.334 | 814.017 | 76.680 |
| Eólica Paracuru | 100% | 42.345 | 22.230 | 32.970 | 18.287 | 32.970 | 19.144 |
| Eólica Holding | 100% | - | - | - | 22.098 | - | 22.098 |
| Eurus VI | 100% | 29.965 | 22.580 | 23.147 | 338 | 23.147 | 338 |
| Farol de Touros | 90% | 85.392 | 30.262 | 30.404 | - | 26.998 | (42) |
| Figueira Branca | 100% | 36.772 | 14.474 | 14.316 | 176 | 14.316 | 176 |
| Gameleira | 100% | 55.225 | 24.048 | 23.881 | 2 | 23.881 | 2 |
| Jayaditya Empreendimentos | 100% | 32.168 | 2.082 | 6.716 | 15.204 | 6.716 | 15.204 |
| Juremas (b) | 90% | 61.033 | 17.138 | 36.230 | 3.914 | 32.890 | 5 |
| Macacos (b) | 90% | 77.996 | 20.234 | 45.407 | 4.512 | 41.134 | 7 |
| Mohini Empreendimentos | 100% | 55.587 | 1.269 | 20.110 | 32.895 | 20.110 | 32.895 |
| Navegantes (a) | 95% | 5 | 366 | (2) | (46) | - | (43) |
| PCH Holding | 100% | 380.363 | 315.693 | 376.145 | 85.203 | 376.145 | 85.203 |
| PCH Holding 2 | 100% | - | - | - | 26.251 | - | 26.251 |
| Pedra Preta (b) | 100% | 84.926 | 20.969 | 57.959 | 7.420 | 53.057 | 4 |
| Penedo | 100% | - | - | - | - | (0) | (12) |
| Plano Alto | 100% | 73.823 | 1.527 | 25.042 | 17.101 | 25.042 | 17.101 |
| Pedra Cheirosa II | 100% | 153.623 | 114.500 | 132.915 | (2.542) | 132.915 | (2.543) |
| Rosa dos Ventos | 100% | 46.145 | 15.740 | 33.739 | 9.286 | 33.739 | 9.327 |
| Santa Clara I | 100% | 141.848 | 113.777 | 122.003 | 5.852 | 122.003 | 5.852 |
| Santa Clara II | 100% | 113.297 | 85.198 | 93.010 | 5.673 | 93.010 | 5.673 |
| Santa Clara III | 100% | 117.489 | 88.770 | 97.670 | 7.055 | 97.670 | 7.055 |
| Santa Clara IV | 100% | 108.332 | 80.722 | 87.062 | 4.882 | 87.062 | 4.882 |
| Santa Clara V | 100% | 111.192 | 82.976 | 90.434 | 6.084 | 90.434 | 6.084 |
| Santa Clara VI | 100% | 106.855 | 79.445 | 84.130 | 3.586 | 84.130 | 3.586 |
| Campos dos Ventos II (b) | 100% | 111.432 | 46.402 | 52.699 | 1.654 | 52.699 | - |
| Salto Góes | 100% | 110.031 | 76.400 | 95.370 | 13.616 | 95.370 | 13.616 |
| Santa Cruz | 100% | 24.286 | 29.920 | 24.117 | (31) | 24.117 | (33) |
| Santa Luzia (b) | 100% | 181.740 | 89.314 | 174.866 | 34.670 | 174.866 | 6.684 |
| SILF Cinco | 100% | 78.120 | 42.662 | 56.007 | 11.212 | 56.007 | 11.722 |
| Solar I (a) | 100% | 4.098 | 33 | - | 230 | - | 230 |
| Sul Centrais Elétricas | 100% | 25.411 | 14.183 | 15.375 | (656) | 15.375 | (656) |
| Tombo (a) | 100% | - | - | - | 5 | - | 5 |
| Turbina 16 | 100% | 1.145.519 | 635.875 | 903.351 | 67.399 | 903.351 | 67.399 |
| Turbina 17 | 100% | 64.393 | 51.903 | 52.669 | 871 | 52.669 | 871 |
| Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada | | 8.015.279 | 4.382.172 | 5.938.180 | 843.291 | 5.384.871 | 693.646 |
| Amortização de ágio, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | (57.315) |
| Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | (5.607) |
| Amortização de juros capitalizados | | | | | | | (1.415) |
| Total | | | | | | 5.384.871 | 629.309 |

- (a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.
(b) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir da data de incorporação (vide nota 1.6.3 e 1.6.4)

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.315 é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Aumento / (Redução) Integralização de capital | Outros | Reestruturação societária | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2020 | |
|--|-------------------------------------|---|-----------------|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------------------|------------------|
| G039 | Alto Irani | 63.399 | - | - | - | - | 23.726 | (39.378) | 47.748 | |
| G060 | Atlântica I | 75.397 | - | - | - | - | 10.750 | - | 86.147 | |
| G061 | Atlântica II | 71.257 | - | - | - | - | 10.758 | - | 82.016 | |
| G062 | Atlântica IV | 68.457 | 2.093 | - | - | - | 11.009 | - | 81.560 | |
| G063 | Atlântica V | 88.745 | - | - | - | - | 8.520 | - | 97.264 | |
| G900 | BAESA-Energética Barra Grande S. A. | - | - | 124.809 | - | - | 45.357 | - | 170.166 | |
| G052 | Baixa Verde | 148 | 72 | - | - | - | (40) | - | 181 | |
| G059 | Bio Alvorada | 136.649 | 3.800 | - | - | - | 6.966 | (1.709) | 145.706 | |
| G017 | Bio Burity | 144.380 | (63.300) | - | - | - | 10.795 | (12.369) | 79.506 | |
| G064 | Bio Coopcana | 100.284 | 5.800 | - | - | - | 15.536 | (4.526) | 117.094 | |
| G085 | Bio Ester | 79.159 | - | - | - | - | 23.275 | (19.000) | 83.434 | |
| G014 | Bio Formosa | 94.678 | (23.100) | (10.145) | - | - | 14.782 | - | 76.214 | |
| G015 | Bio Ipê | 26.426 | (11.900) | - | - | (59) | 5.057 | (3.400) | 16.123 | |
| G016 | Bio Pedra | 244.585 | (75.300) | - | - | (250) | 37.995 | (38.004) | 169.025 | |
| G003 | Bioenergia | 59.457 | (4.300) | - | - | - | 10.085 | (10.332) | 54.910 | |
| G043 | Boa Vista 2 | 94.442 | 28.800 | - | - | - | 4.195 | - | 127.437 | |
| G044 | Cachoeira Grande | 143 | - | - | - | - | 2 | - | 145 | |
| G053 | Cajueiro | 294 | 20 | - | - | - | (26) | - | 288 | |
| G021 | Campos dos Ventos II | - | - | 52.699 | - | - | - | - | 52.699 | |
| G026 | Chimay | 73.872 | (13.900) | - | - | - | 33.780 | (26.085) | 67.667 | |
| G048 | Costa Branca | - | 54 | 55.835 | - | - | 3 | (1.225) | 54.666 | |
| G054 | Costa das Dunas | 4.614 | 69.497 | - | - | - | 82 | - | 74.194 | |
| H019 | Dobrevê Energia | 884.488 | 11.557 | - | (118.009) | - | 76.680 | (40.699) | 814.017 | |
| H008 | Eólica Holding | 219.130 | - | (241.229) | - | - | 22.098 | - | - | |
| G074 | Eólica Paracuru | 24.221 | - | - | - | - | 19.144 | (10.395) | 32.970 | |
| G007 | Eurus VI | 37.398 | (13.915) | - | - | (26) | 338 | (648) | 23.147 | |
| G055 | Farol de Touros | 3.825 | 23.214 | - | - | - | (42) | - | 26.998 | |
| G056 | Figueira Branca | 1.623 | 12.517 | - | - | - | 176 | - | 14.316 | |
| G057 | Gameleira | 3.530 | 20.349 | - | - | - | 2 | - | 23.881 | |
| G058 | Navegantes | - | 65 | - | - | (22) | (43) | - | - | |
| G028 | Jayaditya | 3.359 | - | - | - | - | 15.204 | (11.847) | 6.716 | |
| G049 | Juremas | - | - | 33.771 | - | - | 5 | (886) | 32.890 | |
| G050 | Macacos | - | - | 42.150 | - | - | 7 | (1.023) | 41.134 | |
| G027 | Mohini | 17.590 | (9.000) | - | - | - | 32.895 | (21.374) | 20.111 | |
| H006 | PCH Holding | 464.882 | (120.500) | - | - | - | 85.203 | (53.440) | 376.145 | |
| H007 | PCH Holding 2 | 98.918 | 123.115 | (233.828) | - | - | 26.251 | (14.456) | - | |
| G071 | Pedra Cheirosa I | 82.771 | 78.500 | - | - | - | (13.730) | - | 147.540 | |
| G075 | Pedra Cheirosa II | 83.958 | 51.500 | - | - | - | (2.543) | - | 132.915 | |
| G051 | Pedra Preta | - | 54 | 54.678 | - | - | 4 | (1.679) | 53.057 | |
| G045 | Penedo | 173 | 2 | (163) | - | - | (12) | - | - | |
| G040 | Plano Alto | 30.852 | - | - | - | - | 17.101 | (22.911) | 25.042 | |
| G086 | Rosa dos Ventos | 20.912 | 3.500 | - | - | - | 9.327 | - | 33.739 | |
| G041 | Salto Góes | 61.282 | 25.400 | - | - | - | 13.616 | (4.929) | 95.370 | |
| G008 | Santa Clara I | 147.959 | (25.412) | - | (249) | - | 5.852 | (6.148) | 122.003 | |
| G009 | Santa Clara II | 134.478 | (41.007) | - | (225) | - | 5.673 | (5.909) | 93.010 | |
| G010 | Santa Clara III | 136.184 | (38.316) | - | (194) | - | 7.055 | (7.058) | 97.670 | |
| G011 | Santa Clara IV | 138.599 | (50.945) | - | (153) | - | 4.882 | (5.321) | 87.062 | |
| G012 | Santa Clara V | 139.645 | (48.999) | - | (144) | - | 6.084 | (6.152) | 90.434 | |
| G013 | Santa Clara VI | 137.828 | (53.044) | - | (116) | - | 3.586 | (4.125) | 84.130 | |
| G046 | Santa Cruz | 729 | 23.422 | - | - | - | (3) | - | 24.117 | |
| G083 | Santa Luzia | - | - | 168.183 | - | - | 6.684 | - | 174.866 | |
| G082 | SILF Cinco | 29.076 | 18.600 | - | - | - | 11.722 | (3.392) | 56.007 | |
| H010 | Solar 1 | - | - | - | - | (230) | 230 | - | - | |
| G002 | Sul Centrais Elétricas | 17.162 | - | - | - | - | (656) | (1.130) | 15.376 | |
| H012 | Turbina 16 | 836.452 | - | - | - | - | 67.399 | (500) | 903.351 | |
| H013 | Turbina 17 | 1.305 | 50.878 | - | - | - | 871 | (385) | 52.669 | |
| Total dos investimentos | | 5.184.715 | (40.130) | (10.145) | 56.905 | (119.425) | (252) | 693.640 | (380.435) | 5.384.872 |
| G058 | Navegantes * | (23) | - | - | - | 22 | - | - | (1) | |
| H010 | Solar 1 * | (270) | - | - | - | 230 | - | - | (40) | |
| G047 | Tombo * | (2) | - | (3) | - | - | 5 | - | - | |
| Total da provisão para perdas com investimentos | | (295) | - | (3) | - | - | 252 | 5 | (41) | |

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, a Companhia reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 14.

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações contábeis regulatórias estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

| Controladas | Dividendos |
|------------------------|----------------------|
| | 31/12/2020 |
| Alto Irani | 1.718 |
| Baesa | 1 |
| Boa Vista 2 | 10.200 |
| Costa Branca | 4.532 |
| Desa Eólica | 5.887 |
| Dobrevê Energia | 40.590 |
| Juremas | 2.354 |
| Macacos | 1.028 |
| PCH Holding | 3.000 |
| Pedra Preta | 1.685 |
| Santa Luzia | 1.900 |
| Siif Cinco | 1.982 |
| Sul Centrais Elétricas | 1.030 |
| | <u>75.907</u> |

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 168.226 a título de dividendos referente ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 121.316 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 96.278 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 4.814 como dividendo mínimo obrigatório. Além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 408.512 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

| | AFAC |
|----------------------|-------------------|
| Controladas | 31/12/2020 |
| Atlântica IV | 7.300 |
| Atlântica II | 1.000 |
| Baixa Verde | 24 |
| Campos dos Ventos II | 33.200 |
| Costa Branca | 17.986 |
| Dobrevê Energia | 111.450 |
| Farol de Touros | 26.487 |
| Figueira Branca | 12.045 |
| Gameleira | 29.599 |
| Juremas | 12.244 |
| Macacos | 20.798 |
| Pedra Preta | 14.780 |
| Turbina 16 | 242.001 |
| | 528.914 |

12.4 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para a Companhia.

12.5 Propriedade para Investimento – Bens de Renda

| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Total |
|---|--------------|---|---|----------------------------|------------------------|----------------|
| Saldo incorporação em 30/09/2020 | 4.675 | 144.131 | 66.587 | 217.397 | 69 | 432.859 |
| Custo histórico incorporação | 4.675 | 311.759 | 156.014 | 488.563 | 567 | 961.577 |
| Depreciação acumulada incorporação | - | (167.628) | (89.427) | (271.166) | (498) | (528.718) |
| Baixa | - | (99) | - | (2.855) | - | (2.954) |
| Depreciação | - | (2.203) | (1.012) | (3.574) | (5) | (6.794) |
| Baixa da depreciação | - | - | - | 28 | - | 28 |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.675 | 141.829 | 65.575 | 210.997 | 64 | 423.139 |
| Custo histórico | 4.675 | 311.660 | 156.014 | 485.708 | 567 | 958.623 |
| Depreciação acumulada | - | (169.831) | (90.439) | (274.711) | (503) | (535.484) |

(13) IMOBILIZADO

| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total |
|--|-----------------|--|--|------------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 4.147 | - | 97.920 | 583.617 | 591 | 1.444 | 84.988 | 772.707 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 159.771 | 1.244.092 | 837 | 2.269 | 84.988 | 1.496.150 |
| Depreciação acumulada | (46) | - | (61.852) | (660.474) | (246) | (825) | - | (723.443) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 77.855 | 77.855 |
| Baixas | (189) | (1.344) | (13.956) | (25.516) | (114) | (20) | - | (41.140) |
| Transferências | - | - | 12.405 | 5.972 | - | 220 | (18.597) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | 99 | - | 2.827 | - | - | 3.971 | 6.897 |
| Depreciação | (5) | (33) | (9.103) | (66.672) | (147) | (150) | - | (76.110) |
| Baixa da depreciação | - | 929 | 685 | 16.550 | 18 | 12 | - | 18.194 |
| Reestruturação Societária - custo | 3.996 | 8.006 | 6.072 | 22.819 | 2.028 | 1.724 | 5.327 | 49.973 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (4.213) | (4.192) | (12.932) | (1.422) | (1.540) | - | (24.299) |
| Saldo em 31/12/2020 | 7.949 | 3.443 | 89.830 | 526.667 | 954 | 1.690 | 153.544 | 784.077 |
| Custo histórico | 8.000 | 6.761 | 164.291 | 1.250.222 | 2.751 | 4.193 | 153.544 | 1.589.763 |
| Depreciação acumulada | (51) | (3.317) | (74.462) | (723.556) | (1.797) | (2.503) | - | (805.686) |

O imobilizado em curso na controladora de R\$ 153.530 refere-se principalmente a obras de manutenção em unidades operacionais.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 818.561.

13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(14) INTANGÍVEL

| | <u>Direito de concessão</u> Adquirido em combinações de negócio | Outros ativos intangíveis | Total |
|---------------------------------------|--|------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 837.588 | 25.621 | 863.209 |
| Custo histórico | 916.736 | 38.460 | 955.196 |
| Amortização acumulada | (79.148) | (12.839) | (91.987) |
| Adições | - | 8.113 | 8.113 |
| Amortização | (64.430) | (4.451) | (68.881) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (2.493) | (3.971) | (6.464) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 846.245 | 25.314 | 871.559 |
| Custo histórico | 1.766.660 | 42.689 | 1.809.349 |
| Amortização acumulada | (920.416) | (17.374) | (937.790) |

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

| | 31/12/2020 | | | Taxa de amortização anual |
|---|------------------|--------------------------|----------------|---------------------------------|
| | Custo Histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | 31/12/2020 |
| Intangível adquirido já incorporado - recomposto | | | | |
| Eólica de Icarazinho | 353.069 | (154.556) | 198.512 | 4,82% |
| Eólica de Formosa | 227.113 | (100.224) | 126.889 | 4,86% |
| BVP Geradora | 760.029 | (312.273) | 447.756 | 4,79% |
| Semesa | 426.450 | (353.363) | 73.087 | 2,34% |
| Total | 1.766.660 | (920.416) | 846.245 | |

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 UBPIntangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.8, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 8.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%. Vide notas explicativas 14.1 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes a passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(15) FORNECEDORES

| | Controladora |
|----------------------------------|---------------------|
| | 31/12/2020 |
| Circulante | |
| Suprimento de energia elétrica | 100.513 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 122 |
| Materiais e serviços | 38.861 |
| Total | 139.496 |
| Não circulante | |
| Suprimento de energia elétrica | - |
| Materiais e serviços | 2.756 |
| Total | 2.756 |

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | | | | Saldo em 31/12/2020 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|------------------------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 217.292 | - | - | (216.232) | 6.950 | - | (8.010) | - |
| TJLP e TLP | 533.614 | - | - | (191.086) | 29.341 | - | (29.991) | 341.877 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 793.512 | - | - | (419.886) | 48.672 | - | (41.497) | 380.799 |
| Gastos com captação (*) | (2.583) | - | - | - | 2.454 | - | - | (129) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 790.929 | 120.000 | 191.697 | (419.886) | 51.043 | 10.651 | (46.224) | 698.208 |
| Circulante | 131.479 | | | | | | | 230.111 |
| Não Circulante | 659.450 | | | | | | | 468.098 |

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | | 31/12/2020 | Faixa de vencimento | Garantia |
|--|-------------------------------|-----|----------------|---------------------|--|
| Mensuradas ao custo - Moeda Nacional | | | | | |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | | | | | |
| FINEM | TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5% | (a) | 341.877 | 2012 a 2039 | (i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária |
| | | | 341.877 | | |
| IPCA | | | | | |
| IGPM | | | | | |
| Empréstimos bancários | IGPM + 8,63% | | 38.922 | 2023 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação |
| Total moeda nacional | | | 380.799 | | |
| Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira | | | | | |
| Dólar | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | US\$ + de (2,07% a 3,29%) | | 319.277 | 2021 a 2025 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Marcação a mercado | | | (1.739) | | |
| Total moeda estrangeira | | | 317.538 | | |
| Gastos com captação (*) | | | (129) | | |
| Total | | | 698.208 | | |

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636, contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 4.375.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> |
|--------------------------|---------------------|
| 2022 | 54.970 |
| 2023 | 100.024 |
| 2024 | 89.482 |
| 2025 | 89.482 |
| 2026 | 40.915 |
| 2027 a 2031 | 95.467 |
| Subtotal | 470.340 |
| Marcação a mercado | (2.242) |
| Total | 468.098 |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

| <u>Indexador</u> | <u>Varição acumulada %</u> | <u>Controladora</u> | |
|------------------|----------------------------|---------------------|-------------------|
| | | <u>% da dívida</u> | |
| | | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| | <u>2020</u> | | |
| IGP-M | 23,14 | 5,57 | 7,43 |
| TJLP | 4,87 | 48,96 | 92,57 |
| CDI | 2,78 | 45,46 | - |
| | | <u>100,00</u> | <u>100,00</u> |

Principais adições no exercício

No exercício de 2020, a Companhia obteve novas liberações de empréstimos e financiamentos.

| <u>Modalidade Empresa</u> | <u>Montantes R\$ mil</u> | | | <u>Pagamento de juro</u> | <u>Amortização de Principal</u> | <u>Destinação do recurso</u> | <u>Encargo financeiro anual</u> | <u>Taxa efetiva anual</u> | <u>Taxa efetiva com derivativos</u> |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------|--|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| | <u>Total aprovado</u> | <u>Liberado em 2020</u> | <u>Liberado líquido dos gastos de captação</u> | | | | | | |
| TJLP - BNDES | 144.500 | 3.000 | 3.000 | Mensal | Mensal a partir de dezembro de 2019 | Investimento | TLPJ + 2,52% | TJLP + 3,27% | Não se aplica |
| Moeda Estrangeira Lei 4131 | | | | | | | | | |
| CPFL Renováveis | 120.000 | 120.000 | 120.000 | Semestral | Anual a partir de fevereiro de 2023 | Capital de Giro | USD + 2,07% | USD + 1,96% | CDI + 0,80% |
| | <u>264.500</u> | <u>123.000</u> | <u>123.000</u> | | | | | | |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.422.987 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 337.885 | (345.010) | 9.238 | (2.111) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.672 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.615.228 | (498.010) | 65.532 | (49.643) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (11.825) | - | 8.339 | - | (3.486) |
| Total | 1.603.403 | (498.010) | 73.871 | (49.643) | 1.129.619 |
| Circulante | 201.019 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.402.384 | | | | 1.121.326 |

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| <u>Modalidade</u> | <u>Encargos financeiros anuais</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Garantias</u> |
|--|------------------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------|
| Mensurado ao custo - Pós fixado | | | | |
| CDI | De 106,00% a 110% do CDI | (a) 840.117 | 2020 a 2023 | Não existem garantias |
| IPCA | IPCA + 4,42 a 5,8% | (b) 292.988 | 2021 a 2027 | Fiança da CPFL Energia |
| | | <u>1.133.105</u> | | |
| | Custos de captação (*) | (3.486) | | |
| | Total | <u>1.129.619</u> | | |
| | Total | <u>1.129.619</u> | | |

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, para as captações realizadas no exercício de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> |
|--------------------------|-------------------------|
| 2022 | 763.812 |
| 2023 | 357.514 |
| Total | <u>1.121.326</u> |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.474 de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | <u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|--|
| Circulante | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | - |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 878 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 |
| | |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 309 |
| Programa de integração social - PIS | 5.132 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 22.297 |
| Outros | 28.738 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 |
| | |
| Total Circulante | 57.353 |

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

| | <u>Não circulante</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|--|
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1) | 6.474 |
| Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2) | 53.442 |
| Total | 59.916 |

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

| Controladora | | |
|---------------------|---|--------------------------------|
| 31/12/2020 | | |
| | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais |
| Trabalhistas | 6.485 | 613 |
| Cíveis | (10) | (8) |
| Fiscais | (1) | 1.716 |
| Outros | - | - |
| Total | 6.474 | 2.320 |

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | | | | | Saldo em 31/12/2020 |
|--------------|--------------------------------|----------------|------------------|-------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualização monetária | Combinação de negócios | Incorporação | |
| Trabalhistas | 928 | 5.221 | - | - | 65 | - | 269 | 6.484 |
| Cíveis | - | 7.037 | - | (47) | (7.000) | - | - | (10) |
| Fiscais | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Total | 928 | 12.259 | - | (47) | (6.935) | - | 270 | 6.474 |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas

questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

| <u>Controladora</u> | | |
|---------------------|----------------|--|
| <u>31/12/2020</u> | | |
| Trabalhistas | 492 | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras |
| Cíveis | 204 | Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias |
| Fiscais | 348.335 | Imposto de renda e contribuição social (nota 18) |
| Regulatórios | 3.719 | INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social |
| Total | 352.750 | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis regulatórias continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro

de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

| | Controladora | | | |
|--------------------------|---------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |
| Total | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2020 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

| | Controladora | |
|---------|---------------------|--|
| | 31/12/2020 | |
| Eólicas | 98.857 | |
| | 98.857 | |

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | |
|----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não circulante |
| | 31/12/2020 | 31/12/2020 |
| Consumidores e Concessionarias | 1.317 | - |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 104 | - |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*) | 6 | - |
| Folha de pagamento | 1.588 | - |
| Participação nos lucros | 13.281 | 2.093 |
| Taxas regulamentares | 22.211 | - |
| Outros | 1.611 | - |
| Total | 40.118 | 2.093 |

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

| | Quantidade de ações | |
|------------------------------|----------------------------|---------------------|
| | 31/12/2020 | |
| Acionistas | Ordinárias | Participação |
| | | % |
| CPFL Geração de Energia S.A. | 301.937.337 | 50,85% |
| CPFL Energia S.A. | 291.845.167 | 49,15% |
| Demais acionistas | - | - |
| Total | 593.782.504 | 100,00% |

Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, o capital social da CPFL Renováveis passou a ser de R\$ 4.032.292 com emissão de 72.575.424 novas ações.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração,

acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" ("OPA Conversão de Registro") e saída do Novo Mercado ("OPA Saída do Novo Mercado", e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, "OPA" e "Leilão", respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração ("Ofertante") adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 ("AGE"), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 3.698.060 em 31 de dezembro de 2019), representado por 593.782.504 (521.315.091 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em decorrência das reestruturações societárias, houve aumento de capital conforme abaixo (vide nota 1.6):

- 1 - Aumento de capital no montante de R\$ 210.000, mediante a capitalização de créditos advindos do acervo cindido da CPFL Geração;
- 2 – Aumento de capital no montante de R\$ 108.139, mediante a incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A.
- 3 – Aumento de capital no montante de R\$ 16.093, mediante a incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o ICPC 09 (R2) / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 962.778 (R\$ 224.956 em 31 de dezembro de 2019), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 50.869 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2019); ii) Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro de R\$ 47.486 (R\$ 163.924 em 31 de dezembro de 2019); iii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 748.303, constituído da seguinte forma: R\$ 747.985 a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2020 da Companhia, e R\$ 318, conforme conversão parcial da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 188.218, declarados a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 335.947, sendo R\$ 316.359, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 57.287, sendo R\$ 34.519, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o CPC 33 (R2); e R\$ 22.768 de perda atuarial; e
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o CPC 48 no montante de R\$ 294.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido societário do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2020 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 792.496 |
| (+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.482 |
| (+) Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 173.849 |
| Lucro base para destinação | 975.827 |
| Reserva legal | (39.625) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (188.218) |
| Dividendos adicionais propostos | (747.985) |

(23) RECEITA / INGRESSO

| | <u>R\$ mil</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|
| | <u>2020</u> |
| Suprimento de energia elétrica | |
| Suprimento de Energia Elétrica | 615.728 |
| Energia elétrica de curto prazo | 25.413 |
| Total da receita / ingresso | <u><u>641.140</u></u> |

(24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

| | <u>Controladora</u> |
|--|-----------------------|
| | <u>2020</u> |
| Energia comprada para revenda | 171.214 |
| Crédito de PIS e COFINS | (14.524) |
| Subtotal | <u>156.690</u> |
| | |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | 28.921 |
| Crédito de PIS e COFINS | (2.686) |
| Subtotal | <u>26.236</u> |
| | |
| Total | <u><u>182.925</u></u> |

(*) Conta de energia de reserva

(25) PESSOAL E ADMINISTRADORES

| Pessoal e Administradores | 2020 |
|---|---------------|
| <u>Pessoal</u> | |
| Remuneração | 58.853 |
| Encargos | 19.806 |
| Previdência privada - Corrente | 169 |
| Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial | 2.222 |
| Despesas rescisórias | 865 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 10.412 |
| Outros benefícios - Corrente | 15.686 |
| Outros (a) | (44.327) |
| Subtotal | 63.685 |
| <u>Administradores</u> | |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 4.579 |
| Benefícios dos administradores | 2.693 |
| Subtotal | 7.272 |
| Total | 70.958 |

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

(26) RESULTADO FINANCEIRO

| | <u>Controladora</u> |
|--|---------------------|
| | <u>2020</u> |
| Receitas | |
| Rendas de aplicações financeiras | 5.807 |
| Atualizações monetárias, juros e multas | 8.692 |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras | (1.269) |
| Receita decorrente de liquidações CCEE | 14.083 |
| Outros | 1.038 |
| Total | 28.352 |
| Despesas | |
| Encargos de dívidas | (101.754) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (25.538) |
| Juros sobre contratos de mútuo | (63.490) |
| Atualização de débitos fiscais | (2.223) |
| Ajuste a valor presente | (4.261) |
| Comissoes, encargos e tarifas bancarias | (5.252) |
| Despesa decorrente de liquidações CCEE | (4.465) |
| Pré pagamento de dívidas | (767) |
| Outros | (151) |
| Total | (207.901) |
| Resultado financeiro | (179.548) |

Foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de despesa com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.

- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até Dezembro de 2021, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.084.052, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1%.

| Ativo | | Passivo | |
|--|-------------------|--|-------------------|
| Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 |
| SPE Bio Alvorada S.A. | 20.908 | State Grid Power Participações S.A. | 2.025.022 |
| SPE Bio Coopcana S.A. | 19.393 | CPFL Energia S.A. | - |
| Ventos de Santo Dimas SA. | 17.037 | PCH Holding S.A. | - |
| São Benedito Energias S.A | 15.455 | CIA Hidroel Figueirópolis | 79.644 |
| MATA VELHA ENERGÉTICA S.A | 14.942 | SPE Alto Irani S.A. | 56.490 |
| São Domingos Energias S.A | 14.047 | Santa Clara VI Energ. Ren | - |
| Campo dos Ventos I | 13.403 | Santa Clara IV Energ. Ren | - |
| Santa Úrsula Energias S.A | 13.296 | CPFL Bio Pedra Ltda. | - |
| Santa Mônica Energias S.A | 12.133 | Santa Clara V Energ Renov | - |
| SPE Salto Góes S.A. | 11.972 | Santa Clara II Energ. Ren | - |
| Campo dos Ventos III | 11.337 | CPFL Bio Buriti Ltda. | - |
| ATLANTICA IV PQ EOLICO SA | 9.848 | SPE Plano Alto S.A. | 33.326 |
| Campo dos Ventos V | 8.940 | Santa Clara III Energ Ren | - |
| Pedra Cheirosa I S.A. | 6.805 | Santa Clara I Energ Renov | - |
| ATLANTICA II PQ EOLICO SA | 6.556 | Eólica Paracuru SA | - |
| DESA EURUS III S.A. | 6.245 | Siif Cinco SA | - |
| Ventos de São Martinho SA | 6.031 | Eurus VI Energ Renováveis | - |
| Pedra Cheirosa II S.A. | 5.925 | SPE Ninho da Águia S.A. | - |
| Campo dos Ventos II S/A | 3.148 | CPFL Bio Ipê Ltda. | - |
| ATLANTICA I PQ EOLICO SA. | 3.139 | Pedra Cheirosa II S.A. | - |
| ATLANTICA V PQ EOLICO SA. | 2.985 | SPE Arvoredo Energia S.A. | - |
| SPE Varginha Energia S.A. | 2.839 | SPE Cocais Grande E. S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven II S.A | 2.795 | SPE São Gonçalo S.A. | - |
| CIA Energé Novo Horizonte | 2.417 | SPE Barra Paciência S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven IX S.A | 2.199 | SPE Varginha Energia S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven III S. | 1.880 | Outras controladas | - |
| DESA EURUS I S.A. | 1.869 | Total | 2.194.481 |
| DESA Morro dos Ven IV S.A | 991 | | |
| DESA Morro dos Ven I S.A. | 20 | Circulante | 2.026.115 |
| Total | 238.558 | Não Circulante | 168.367 |

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 8.304 (R\$ 12.057 em 2019), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

| | <u>DESPESA</u> |
|---|----------------|
| | <u>2020</u> |
| Compra e venda de energia e encargos | |
| Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China) | 10.908 |
| Araraquara Transmissora de Energia S.A. | 66 |
| Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energ | 15 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 1.770 |
| Canarana Transmissoras de Energia S.A. | 181 |
| Caxexere Transmissora de Energia S.A. | 176 |
| Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. | 308 |
| Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. | 121 |
| Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A | 281 |
| Iracema Transmissora de Energia S.A. | 75 |
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | 700 |
| Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. | 105 |
| Linhas de Transmissão do Itatim S.A. | 143 |
| Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A. | 13 |
| Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. | 16 |
| Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. | 585 |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A. | 425 |
| Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S | 1.137 |
| Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. | 120 |
| Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. | 322 |
| Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. | 107 |
| Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. | 393 |
| Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A | 107 |
| Xingu Rio Transmissora de Energia S.A | 3.742 |

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

| | <u>Ativo</u> | <u>Passivo</u> | <u>Receita</u> | <u>Despesa/Custo</u> |
|--|--------------|----------------|----------------|----------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2020 | 2020 | 2020 |
| Alocação de despesas (a) | | | | |
| CPFL Comercialização Brasil S.A. | - | (3) | - | - |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 36 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | - | - | 85 |
| Nect Serviços Administrativos Ltda. | - | (1) | - | - |
| Adiantamentos | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | 92 | - | - |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | 426 | - | - |
| Companhia Jaguari de Energia | - | 11 | - | - |
| ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. | - | 57 | - | - |
| Compra e venda de energia e encargos (d) | | | | |
| CPFL Comercialização Brasil S.A. | 11.189 | - | 95.301 | - |
| Companhia Paulista de Força e Luz | (30) | - | 43.629 | 5.471 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | 110 | - | 26.544 | - |
| Companhia Jaguari de Energia | 3 | - | 425 | 349 |
| Rio Grande Energia S.A. | - | - | - | 1 |
| RGE Sul Distribuidora Energia S.A. | (4) | - | 1.217 | 101 |
| CPFL Transmissora Piracicaba S.A. | - | - | - | 2 |
| CPFL Transmissora Morro Agudo | - | - | - | 2 |
| Imobilizado, materiais e prestação de serviços | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 7 |
| CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A. | - | 572 | - | 10.555 |
| Nect Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | 405 |
| Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda. | - | - | - | 894 |
| Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda. | - | - | - | 7.825 |
| Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda. | - | 28 | - | 119 |
| BAESA – Energética Barra Grande S.A. | - | - | - | (35) |
| Ceran - Companhia Energetica Rio das Antas | - | - | - | (60) |
| Chapecoense Geração S.A. | - | - | - | (49) |
| ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. | - | - | - | (57) |
| EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba | - | - | - | (22) |
| Aluguel | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 107 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | - | - | 75 |
| CPFL Geração Energia S.A. | - | - | - | 11 |
| Mútuo (c) | | | | |
| CPFL Geração Energia S.A. | - | - | - | 29 |
| CPFL Energia S.A. | - | - | - | 1.618 |
| State Grid Brazil | - | - | - | 15.026 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar | | | | |
| CPFL Energia S.A. | - | 4.749 | - | - |

(28) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

| Descrição | Ramo da apólice | 31/12/2020 |
|------------------------|---|-------------------------|
| Ativo imobilizado | Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco | 2.408.465 |
| Transporte | Nacional e Internacional | 69.101 |
| Automóveis | Cobertura Compreensiva | - |
| Responsabilidade civil | Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA | 140.000 |
| Pessoas | Vidas em grupo e acidentes pessoais | 124.060 |
| Garantia | Seguro Garantia | 559.707 |
| Outros | Outros | 150.000 |
| Total | | <u>3.451.334</u> |

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Competia, até 30 de dezembro de 2020 ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia competia, até 30 de dezembro de 2020, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas possuem uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | Nota explicativa | Categoria / Mensuração | Nível (*) | Controladora 31/12/2020 | |
|---|------------------|------------------------|---------------|----------------------------|------------------|
| | | | | Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (a) | Nível 2 | 178.865 | 178.865 |
| Titulos e valores mobiliarios | 6 | (a) | Nível 1 | 7.426 | 7.426 |
| Derivativos | 29 | (a) | Nível 2 | 88.079 | 88.079 |
| Total | | | | 274.370 | 274.370 |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | (b) | Nível 2 (***) | 380.671 | 380.899 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**) | 16 | (a) | Nível 2 | 317.538 | 317.538 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | (b) | Nível 2 | 1.129.619 | 1.123.401 |
| Total | | | | 1.827.828 | 1.821.838 |

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.739 em 2020.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que os derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia | Valores de mercado (contábil) | | | Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾ | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nocional |
|---|-------------------------------|----------|--------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|----------|
| | Ativo | Passivo | Valores justos, líquidos | | | | | | |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo | | | | | | | | | |
| Hedge variação cambial | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | US\$ + de 2,07% a 3,29% | 104,8% CDI ou CDI + 0,8% | Abr/21 a fev/25 | 232.705 |
| Total | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | | | | |
| Circulante | 60.338 | | | | | | | | |
| Não circulante | 27.741 | | | | | | | | |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

| | Saldo em 31/12/2019 | Atualização monetária e cambial e marcação a mercado | Liquidação | Saldo em 31/12/2020 |
|---------------------------------------|---------------------|--|----------------|---------------------|
| Derivativos | | | | |
| Valores a custo, líquidos | | | | |
| Para dívidas designadas a valor justo | - | 87.447 | (2.004) | 85.443 |
| Marcação a mercado (*) | - | 2.636 | - | 2.636 |
| Total | - | 90.083 | (2.004) | 88.079 |

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o período findo em 31

de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado |
|-----------------------------------|---|
| | 2020 |
| Varição cambial | 11.674 |
| Marcação a mercado | 681 |
| | 12.355 |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

| Instrumentos | Exposição (a) | Risco | Receita (despesa) | | |
|---|----------------------|--------------|------------------------------------|---|---|
| | | | Depreciação cambial (b) | Apreciação cambial de 25%(c) | Apreciação cambial de 50%(c) |
| Instrumentos financeiros passivos | (317.537) | | (6.587) | 74.444 | 155.475 |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | 325.141 | | 6.745 | (76.227) | (159.198) |
| | 7.604 | baixa dólar | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Total | 7.604 | | 158 | (1.783) | (3.723) |

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30, e a depreciação cambial de 2,07% do dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos | Exposição | Risco | Receita (despesa) | | | Elevação/Redução de índice em 25% (b) | Elevação/Redução de índice em 50% (b) |
|---|--------------------|------------|-------------------|---------------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | | taxa no período | taxa cenário provável (a) | Cenário provável | | |
| Instrumentos financeiros ativos | 256.759 | | | | 7.574 | 9.468 | 11.362 |
| Instrumentos financeiros passivos | (3.034.598) | | | | (89.521) | (111.901) | (134.281) |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | (237.062) | | | | (6.993) | (8.742) | (10.490) |
| | (3.014.902) | alta CDI | 2,78% | 2,95% | (88.940) | (111.175) | (133.409) |
| Instrumentos financeiros passivos | (38.922) | | | | 1.425 | 1.068 | 712 |
| | (38.922) | alta IGP-M | 23,14% | -3,66% | 1.425 | 1.068 | 712 |
| Instrumentos financeiros passivos | (341.877) | | | | (15.008) | (18.761) | (22.513) |
| | (341.877) | alta TJLP | 4,87% | 4,39% | (15.008) | (18.761) | (22.513) |
| Instrumentos financeiros passivos | (292.988) | | | | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| | (292.988) | alta IPCA | 4,52% | 4,63% | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| Total | (3.688.689) | | | | (116.089) | (145.823) | (175.558) |

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 8 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

| | <u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|--|
| Transações oriundas de incorporação: | |
| Contas a receber | 87.973 |
| Dividendos e JCP a receber | 3.987 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 |
| Impostos a recuperar | 23.685 |
| Derivativos | 77.728 |
| Outros créditos | 8.997 |
| Depósitos judiciais | 1.746 |
| Baixas de AFAC em subsidiárias | 2.858 |
| Investimentos em joint ventures | 125.772 |
| Baixa de investimentos em subsidiárias | 4.990 |
| Imobilizado líquido de depreciação | 937.862 |
| Intangível líquido de amortização | 75.583 |
| Fornecedores | 5.089 |
| Empréstimos e financiamentos | 190.222 |
| Impostos diferidos passivo | 192.874 |
| Previdência privada | 33.574 |
| Obrigações tributárias | 126.554 |
| Obrigações trabalhistas | 3.021 |
| Outros passivos | 13.275 |
| Provisões para contingências | 270 |
| Empréstimos com controladas e controladora | 1.269 |
| | <u>1.917.401</u> |
| Outras transações: | |
| Transferência entre imobilizado e intangível | 3.971 |
| Dividendos deliberados com controladas | 375.623 |
| Provisão para perda de investimentos | 254 |
| Reversão de custos socioambientais no imobilizado | (13.106) |

(32) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

32.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

32.2 Movimentações dos planos de benefício definido

| | |
|---|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 175.300 |
| Valor justo dos ativos do plano | (122.879) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 52.421 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>) | - |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 52.421 |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano, conforme laudo Mercer, já contempla CPFL Geração até setembro de 2020 e CPFL Renováveis a partir de 01 de outubro de 2020, e são como segue:

| | |
|---|----------------|
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019 | 152.254 |
| Custo do serviço corrente bruto | 108 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 11.274 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 22.053 |
| Benefícios pagos no ano | (10.371) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020 | 175.300 |

| | |
|--|------------------|
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019 | (105.914) |
| Rendimento esperado no ano | (8.400) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Contribuições de patrocinadoras | (3.037) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.899) |
| Benefícios pagos no ano | 10.371 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020 | (122.879) |

32.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| | |
|---|---------------|
| Passivo atuarial líquido em 30/09/2020 | 33.638 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 704 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício | (1.330) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 34.578 |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.151) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2020 | 52.421 |
| Outras contribuições | 26 |
| Total passivo | 52.447 |
| Circulante | 3.149 |
| Não Circulante | 49.298 |

32.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

| | |
|-------------------------|----------------|
| Ano de pagamento | |
| 2021 | 13.321 |
| 2022 | 13.578 |
| 2023 | 13.850 |
| 2024 | 14.074 |
| 2025 a 2030 | 87.983 |
| Total | 142.806 |

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

32.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 são como segue:

| | |
|--|------------------|
| | 2021 |
| | estimadas |
| Custo do serviço | 149 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 13.019 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (9.141) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | 4.027 |

| | 2020 |
|--|-------------------|
| | realizadas |
| Custo do serviço | 108 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 11.274 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (8.400) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | 2.982 |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

| | 31/12/2020 |
|--|---|
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: | 7,72% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano: | 7,72% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários: | 5,31% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: | 3,75% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima): | 3,75% a.a. |
| Tábua biométrica de mortalidade geral: | AT-2000 (-10) |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez: | Light fraca (-30) |
| Taxa de rotatividade esperada: | ExpR_2012 |
| Probabilidade de ingresso na aposentadoria: | Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres |

32.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

| | 2020 |
|---|-------------|
| Renda fixa | 77% |
| Títulos públicos federais | 65% |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1% |
| Títulos privados (instituições não financeiras) | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 2% |
| Outros investimentos de renda fixa | 9% |
| Renda variável | 18% |
| Ações da CPFL Energia | 0% |
| Fundos de investimento em ações | 18% |
| Investimentos estruturados | 1% |
| Fundos de participação | 0% |
| Fundos imobiliários | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 1% |
| Cotados em mercado ativo | 96% |
| Imóveis | 3% |
| Operações com participantes | 1% |
| Outros ativos | 1% |
| Depósitos judiciais e outros | 1% |
| Não cotados em mercado ativo | 4% |

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

| | Meta para 2021 |
|------------------------------|-----------------------|
| Renda Fixa | 77,6% |
| Renda variável | 18,6% |
| Imóveis | 2,3% |
| Empréstimos e financiamentos | 1,5% |
| Investimentos estruturados | 0,0% |
| Investimentos no exterior | 0,0% |
| | 100,00% |

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência determinam a alocação de recursos de cada plano e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez

dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios, o planejamento de desinvestimento em ativos menos líquidos e o plano de realocação dos recursos advindos dos vencimentos dos títulos presentes no portfólio atual.

32.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

| | <u>Aumento (redução)</u> | <u>CPFL Renováveis</u> |
|--------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Taxa de desconto nominal* | -0,25 p.p. | 4.457 |
| | +0,25 p.p. | (4.263) |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano | (4.525) |
| | -1 ano | 4.504 |

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

32.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(33) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

35.1 Balanço Patrimonial

| | 31/12/2020 | | | |
|---|-------------------|-------------------------|----------------|-------------------|
| | Regulatório | Reclassificações (a) | Ajustes (b.1) | Societário |
| Ativo | | | | |
| Ativo Circulante | 673.684 | - | - | 673.684 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 178.865 | - | - | 178.865 |
| Títulos e valores mobiliários | 7.426 | - | - | 7.426 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 201.793 | - | - | 201.793 |
| Dividendo e juros sobre capital próprio | 75.907 | - | - | 75.907 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.770 | - | - | 10.770 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 | - | - | 40.695 |
| Derivativos | 60.338 | - | - | 60.338 |
| Outros ativos | 97.892 | - | - | 97.892 |
| Ativo Não Circulante | 9.570.143 | (91.079) | 504.381 | 9.983.445 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 8.582 | - | - | 8.582 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 68.294 | - | - | 68.294 |
| Coligadas, controladas e controladora | 238.558 | - | - | 238.558 |
| Depósitos Judiciais | 2.320 | - | - | 2.320 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.730 | - | - | 43.730 |
| Derivativos | 27.741 | - | - | 27.741 |
| Tributos Diferidos | 91.079 | (91.079) | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 528.914 | - | - | 528.914 |
| Outros ativos | 24.978 | - | - | 24.978 |
| Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 6.880.310 | (7.385.082) | 504.773 | - |
| Participações Societárias Permanentes | 5.384.871 | (5.418.718) | 33.847 | - |
| Propriedade para investimento - Bens de Renda | 423.139 | (894.065) | 470.926 | - |
| Ágio de Incorporação | 1.072.299 | (1.072.299) | - | - |
| Investimentos | - | 6.491.017 | - | 6.491.017 |
| Imobilizado | 784.077 | 894.065 | (392) | 1.677.751 |
| Intangível | 871.559 | - | - | 871.559 |
| Total do Ativo | 10.243.827 | (91.079) | 504.381 | 10.657.129 |

31/12/2020

| | Regulatório | Reclassificações (a) | Ajustes (b.1) | Societário |
|---|-------------------|-------------------------|----------------|-------------------|
| Passivo | | | | |
| Passivo Circulante | 2.811.186 | - | - | 2.811.186 |
| Fornecedores | 139.496 | - | - | 139.496 |
| Empréstimos e Financiamentos | 230.111 | - | - | 230.111 |
| Debêntures | 8.294 | - | - | 8.294 |
| Entidade de previdência privada | 3.149 | - | - | 3.149 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 | - | - | 878 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 | - | - | 56.475 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 2.026.115 | - | - | 2.026.115 |
| Dividendos | 188.218 | - | - | 188.218 |
| Contas a pagar de aquisições | 9.838 | - | - | 9.838 |
| Obrigações estimadas com pessoal | 10.423 | - | - | 10.423 |
| Adiantamentos | 98.070 | - | - | 98.070 |
| Outros contas a pagar | 40.119 | - | - | 40.119 |
| Passivo Não Circulante | 1.912.639 | (91.079) | 159.982 | 1.981.542 |
| Fornecedores | 2.756 | - | - | 2.756 |
| Empréstimos e Financiamentos | 468.098 | - | - | 468.098 |
| Debêntures | 1.121.326 | - | - | 1.121.326 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 168.367 | - | - | 168.367 |
| Entidade de previdência privada | 49.298 | - | - | 49.298 |
| Tributos Diferidos | 39.958 | (91.079) | 159.982 | 108.861 |
| Provisões | 59.916 | - | - | 59.916 |
| Provisão para perda em investimento | 41 | - | - | 41 |
| Adiantamentos | 786 | - | - | 786 |
| Outros contas a pagar | 2.093 | - | - | 2.093 |
| Total do Passivo | 4.723.825 | (91.079) | 159.982 | 4.792.728 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital Social | 4.032.292 | - | - | 4.032.292 |
| Reservas de Capital | 590.379 | - | - | 590.379 |
| Reservas de Lucros | 954.621 | - | 8.157 | 962.778 |
| Resultado abrangente acumulado | (57.288) | - | 336.242 | 278.954 |
| Total do Patrimônio Líquido | 5.520.004 | - | 344.400 | 5.864.403 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 10.243.827 | (91.079) | 504.381 | 10.657.130 |

35.2 Demonstração do Resultado do Exercício

| | 2020 | | | Societário |
|---|------------------|------------------------|------------------|------------------|
| | Regulatório | Reclassificação (a) | Ajustes (b.2) | |
| Receita / Ingresso | 641.140 | 12.974 | - | 654.114 |
| Suprimento de Energia Elétrica | 615.728 | - | - | 615.728 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | 25.413 | - | - | 25.413 |
| Outras Receitas Vinculadas | - | 12.974 | - | 12.974 |
| Tributos | (62.973) | (1.200) | - | (64.173) |
| PIS-PASEP | (11.233) | (214) | - | (11.447) |
| COFINS | (51.740) | (986) | - | (52.726) |
| Encargos - Parcela "A" | (1.263) | - | - | (1.263) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (25) | - | - | (25) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | (85) | - | - | (85) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | (1.153) | - | - | (1.153) |
| Receita Líquida / Ingresso Líquido | 576.904 | 11.774 | - | 588.678 |
| Gastos Operacionais | (519.456) | (11.774) | (8.797) | (540.027) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (156.690) | - | - | (156.690) |
| Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição | (26.236) | - | - | (26.236) |
| Pessoal e Administradores | (69.784) | - | - | (69.784) |
| Entidade de previdência privada | (1.173) | - | - | (1.173) |
| Material | (16.077) | - | - | (16.077) |
| Serviços de Terceiros | (55.531) | - | - | (55.531) |
| Arrendamento e Aluguéis | (10.045) | - | - | (10.045) |
| Seguros | (2.419) | - | - | (2.419) |
| Provisões | (38.848) | - | - | (38.848) |
| Tributos | (776) | - | - | (776) |
| Depreciação e Amortização | (87.354) | - | (8.797) | (96.151) |
| Amortização de Ágio | (64.430) | - | - | (64.430) |
| Gastos Diversos | (1.866) | - | - | (1.866) |
| Outras Receitas Operacionais | 11.774 | (11.774) | - | - |
| Resultado da Atividade | 57.448 | - | (8.797) | 48.651 |
| Equivalência Patrimonial | 629.309 | (16) | 347 | 629.640 |
| Resultado Financeiro | (180.010) | 16 | 445 | (179.549) |
| Receitas Financeiras | 28.352 | - | - | 28.352 |
| Despesas Financeiras | (208.362) | 16 | 445 | (207.901) |
| Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro | 506.747 | - | (8.005) | 498.742 |
| Despesa com Impostos sobre o Lucro | 290.914 | - | 2.840 | 293.754 |
| Resultado Líquido do Exercício | 797.662 | - | (5.165) | 792.496 |

a) Reclassificações no Societário

b) Diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias. Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

| | <u>Conciliação</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|---|
| Patrimônio líquido societário | 5.864.403 |
| Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários | (335.948) |
| Ajustes regulatórios nas subsidiárias | (8.451) |
| Patrimônio líquido regulatório | 5.520.003 |

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

| | <u>Ajustes</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------------------------|
| Demonstração do Resultado | |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória: | |
| Depreciação/Amortização - Mais Valia | 8.797 |
| Outras receitas/despesas operacionais | - |
| Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa | - |
| Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas subsidiárias | (347) |
| Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | (445) |
| | <hr/> 8.005 |
| Tributos Diferidos | |
| Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34% | (2.840) |
| Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | |
| Efeito Líquido | <hr/> 5.165 <hr/> |

A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

| | <u>2020</u> |
|--|----------------------------|
| Lucro líquido conforme contabilidade societária | 792.496 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória: | |
| Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia | 5.957 |
| Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa | (347) |
| Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | (445) |
| Lucro líquido regulatório | <hr/> 797.662 <hr/> |

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.2.

DIRETORIA

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES

Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado, especialmente, pela realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, e subsequente resgate da totalidade das ações que remanesceram em circulação após a oferta, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" e saída do Novo Mercado da B3, realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis.

Em 30 de setembro de 2020, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que concluíram a segunda etapa do plano de integração da CPFL Renováveis mediante a Reestruturação Societária das empresas do Grupo CPFL ("Reestruturação Societária") a cisão parcial da CPFL Geração com a versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total, pela CPFL Renováveis, da CPFL Centrais Geradoras Ltda. ("CPFL Centrais Geradoras") e o aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração. A Reestruturação Societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas. A nova estrutura gera fortalecimento das estruturas administrativas e traz sinergias para o grupo.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbação de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de

medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid-19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

3. Desempenho operacional

A CPFL Renováveis possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHes) e é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH/CGH e solar.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.986 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHes (830 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 43 PCHs (473 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 6 CGHs (4 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos 2 projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, composto pelos parques Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021, cerca de 2,5 anos antes da data prevista inicialmente no projeto.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.338 milhões em 2020, representando um aumento de 14,5% (R\$ 295 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 140 milhões em 2020, representando um aumento de 21,5% (R\$ 25 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.199 milhões em 2020, representando um aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 1.464 milhões em 2020, representando um aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões), devido ao aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões) na receita líquida e uma variação de R\$ 45 milhões na Equivalência Patrimonial. Este resultado foi parcialmente compensado pelos seguintes aumentos: (i) de 6,3% (R\$ 20 milhões) no custo com Energia Elétrica; e (ii) de 8,8% (R\$ 35 milhões) em PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada), decorrente dos seguintes efeitos:

- ✓ Redução de 5,5% (R\$ 6 milhões) nas despesas com Pessoal;
- ✓ Aumento de 43,5% (R\$ 9 milhões) nas despesas com Material;
- ✓ Redução de 7,2% (R\$ 15 milhões) nas despesas com Serviços de Terceiros;
- ✓ Aumento de 70,1% (R\$ 46 milhões) em Outros Custos/Despesas Operacionais;
- ✓ Despesas de R\$ 1 milhão em Entidade de Previdência Privada.

| <i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i> | | |
|--|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 |
| Lucro Líquido | 806.006 | 107.024 |
| Depreciação e Amortização | 599.145 | 645.722 |
| Resultado Financeiro | 300.404 | 403.634 |
| Contribuição Social | (57.517) | 17.836 |
| Imposto de Renda | (184.247) | 29.316 |
| EBITDA | 1.463.792 | 1.203.532 |

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 806 milhões em 2020, representando um aumento de 653,1% (R\$ 699 milhões), refletindo o aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões) no EBITDA, a redução de 7,2% (R\$ 47 milhões) na depreciação e amortização, a variação de R\$ 289 milhões nas contas de Imposto de Renda e Contribuição Social e a redução de 25,6% (R\$ 103 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 4.084 milhões, uma redução de 18,4%.

5. Investimentos

Em 2020, foram investidos R\$ 271 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de Sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em 3 pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de Sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de Riscos e Oportunidades, Inovação, Engajamento e Divulgação.

Gestão Ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e requisitos legais, direcionando os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Também realiza projetos como monitoramentos dos meios físicos e bióticos, compensações ambientais e diversas ações de educação ambiental.

Relacionamento com a Comunidade: a empresa possui um Programa de Transformação Social junto a comunidades do entorno dos empreendimentos, com projetos nas frentes de (i) Segurança Hídrica, para promover o acesso à água nas residências e atividades produtivas; (ii) Compromissos com gerações futuras, visando o bem-estar, desde a gestação, passando pela primeira infância até a fase adulta; e (iii) Cadeias produtivas, fomentando a construção de legados produtivos. Em 2020, o investimento foi de R\$ 438 mil. Em implementação, destacam-se ações com comunidades do entorno do Completo Eólico Gameleira, realizadas através do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer uma boa relação. As ações sociais realizadas em 2020 abrangeram 6 comunidades no entorno do empreendimento e tiveram um investimento de cerca de R\$ 150 mil.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 524 pessoas, que representa 85% do quadro de colaboradores. Foram 4.273 horas totais de treinamento, sendo dessas 735 horas de treinamento em formato online.

7. Auditores independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

| Natureza | Contratação | Duração |
|---|--------------------|-------------------|
| Asseguração de <i>covenants</i> financeiros | 10/03/2020 | Exercício de 2020 |
| Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) | 10/03/2020 | Exercício de 2020 |

Contratamos um total de R\$ 138 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 10,7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 201.793 | 106.327 | 366.476 | 232.632 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio | 12 | 75.907 | 89.798 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 10.770 | 15.703 | 17.836 | 46.761 |
| Outros tributos a compensar | 9 | 40.695 | 25.351 | 114.395 | 52.168 |
| Derivativos | 31 | 60.338 | - | 60.338 | - |
| Outros ativos | 11 | 97.892 | 33.093 | 222.367 | 118.447 |
| Total do circulante | | 673.684 | 371.738 | 1.416.887 | 1.312.372 |
| Não circulante | | | | | |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 7 | 8.582 | 63.313 | 13.130 | 568.498 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 68.294 | 41.744 | 204.998 | 150.210 |
| Coligadas, controladas e controladora | 28 | 238.558 | - | - | - |
| Depósitos judiciais | 19 | 2.320 | 514 | 16.590 | 14.118 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 43.730 | 25.584 | 74.104 | 32.320 |
| Outros tributos a compensar | 9 | - | - | 3.580 | 3.580 |
| Derivativos | 31 | 27.741 | - | 27.741 | - |
| Créditos fiscais diferidos | 10 | - | - | 1.237 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 528.914 | 274.399 | - | - |
| Outros ativos | 11 | 24.978 | 10.960 | 56.602 | 69.157 |
| Investimentos | 12 | 6.491.017 | 6.238.267 | 171.129 | - |
| Imobilizado | 13 | 1.677.751 | 772.707 | 7.888.374 | 7.172.083 |
| Intangível | 14 | 871.559 | 863.210 | 2.394.934 | 2.486.385 |
| Total do não circulante | | 9.983.445 | 8.290.699 | 10.852.418 | 10.496.351 |
| Total do ativo | | 10.657.129 | 8.662.437 | 12.269.305 | 11.808.723 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 139.496 | 84.861 | 179.479 | 136.717 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 230.111 | 131.479 | 272.016 | 404.779 |
| Debêntures | 17 | 8.294 | 201.019 | 8.294 | 212.251 |
| Entidade de previdência privada | 34 | 3.149 | - | 3.149 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 878 | - | 32.832 | 25.395 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | 56.475 | 16.839 | 67.678 | 25.945 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 28 | 2.026.115 | 533.944 | 2.084.052 | 422.082 |
| Dividendos | 28 | 188.218 | - | 188.708 | 478 |
| Contas a pagar de aquisições | | 9.838 | 7.901 | 9.838 | 7.901 |
| Provisões | 19 | - | - | 19.946 | 24.485 |
| Obrigações estimadas com pessoal | | 10.423 | 6.902 | 10.423 | 6.902 |
| Adiantamentos | 20 | 98.070 | 67.263 | 444.640 | 248.883 |
| Outras contas a pagar | 21 | 40.119 | 13.654 | 75.279 | 29.922 |
| Total do circulante | | 2.811.185 | 1.063.860 | 3.396.333 | 1.545.741 |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 2.756 | 1.005 | 120.116 | 104.206 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 468.098 | 659.450 | 686.135 | 2.896.675 |
| Debêntures | 17 | 1.121.326 | 1.402.384 | 1.121.326 | 1.491.001 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 28 | 168.367 | 658.533 | - | - |
| Entidade de previdência privada | 34 | 49.298 | - | 49.298 | - |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | - | - | 839 | 805 |
| Débitos fiscais diferidos | 10 | 108.861 | 268.288 | 669.882 | 826.239 |
| Provisões | 19 | 59.916 | 63.216 | 223.388 | 228.823 |
| Provisão para perda em investimento | 12 | 41 | 295 | - | - |
| Adiantamentos | 20 | 786 | - | 24.626 | 43.248 |
| Outras contas a pagar | 21 | 2.093 | 972 | 7.308 | 25.565 |
| Total do não circulante | | 1.981.542 | 3.054.142 | 2.902.917 | 5.616.562 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 22 | 4.032.292 | 3.698.060 | 4.032.292 | 3.698.060 |
| Reserva de capital | | 590.379 | 592.347 | 590.379 | 592.347 |
| Reservas de lucros | | 962.778 | 224.956 | 962.778 | 224.956 |
| Resultado abrangente acumulado | | 278.954 | 29.070 | 278.954 | 29.070 |
| | | 5.864.403 | 4.544.433 | 5.864.403 | 4.544.433 |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | | - | - | 105.653 | 101.987 |
| Total do patrimônio líquido | | 5.864.403 | 4.544.433 | 5.970.055 | 4.646.421 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 10.657.129 | 8.662.437 | 12.269.305 | 11.808.723 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita operacional líquida | 24 | 588.678 | 409.577 | 2.198.696 | 1.928.011 |
| Custo com serviços | | | | | |
| Custo com energia elétrica | 25 | (182.925) | (135.136) | (339.928) | (319.634) |
| Custo com operação | | (129.427) | (113.913) | (689.167) | (726.527) |
| Depreciação e amortização | | (87.104) | (69.355) | (440.352) | (478.638) |
| Outros custos com operação | 26 | (42.323) | (44.558) | (248.815) | (247.889) |
| Lucro operacional bruto | | 276.326 | 160.528 | 1.169.601 | 881.850 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | 26 | (34) | (20) | (61) | (28) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | - | - | (27) | - |
| Outras despesas com vendas | | (34) | (20) | (34) | (28) |
| Despesas gerais e administrativas | | (129.549) | (137.391) | (141.100) | (154.085) |
| Depreciação e amortização | | (9.048) | (7.844) | 2.213 | (7.857) |
| Outras despesas gerais e administrativas | 26 | (120.501) | (129.547) | (143.313) | (146.228) |
| Outras despesas operacionais | | (98.090) | (72.624) | (209.151) | (169.924) |
| Amortização de intangível da concessão | | (64.430) | (64.432) | (161.006) | (159.227) |
| Outras despesas operacionais | 26 | (33.660) | (8.192) | (48.145) | (10.697) |
| Resultado do serviço | | 48.651 | (49.507) | 819.289 | 557.812 |
| Resultado de participações societárias | 12 | 629.640 | 401.934 | 45.357 | - |
| Resultado financeiro | 27 | | | | |
| Receitas financeiras | | 28.352 | 36.940 | 98.805 | 172.658 |
| Despesas financeiras | | (207.901) | (301.666) | (399.208) | (576.292) |
| | | (179.549) | (264.726) | (300.404) | (403.634) |
| Lucro antes dos tributos | | 498.742 | 87.701 | 564.243 | 154.176 |
| Contribuição social | 10 | 77.873 | 1.708 | 57.517 | (17.836) |
| Imposto de renda | 10 | 215.881 | 7.220 | 184.247 | (29.316) |
| | | 293.754 | 8.928 | 241.763 | (47.152) |
| Lucro líquido do exercício | | 792.496 | 96.628 | 806.006 | 107.024 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | | | | 792.496 | 96.628 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores | | | | 13.510 | 10.396 |
| Lucro líquido por ação | 23 | | | | |
| Lucro líquido básico por ação - R\$ | | | | 1,45 | 0,19 |
| Lucro líquido diluído por ação - R\$ | | | | 1,45 | 0,16 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>2020</u> | <u>2019</u> | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
| Lucro líquido do exercício | 792.496 | 96.628 | 806.006 | 107.024 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado: | | | | |
| - Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários | (22.768) | - | (22.768) | - |
| - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | 294 | - | 294 | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>770.022</u> | <u>96.628</u> | <u>783.532</u> | <u>107.024</u> |
| Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores | | | 770.022 | 96.628 |
| Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores | | | 13.510 | 10.396 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

| | Reserva de lucros | | | | | | Resultado abrangente acumulado | | | | | | Total | Participação de acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|-------------------|--------------------|---------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-----------------|--|------------------|-------------------|------------------|-----------------|--|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reforço de capital de giro | Reserva de incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Custo atribuído | Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | Perdas atuariais | Lucros acumulados | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 3.398.048 | 592.347 | 6.413 | 26.840 | 91.393 | - | - | 32.753 | - | - | - | 4.147.794 | 103.377 | 4.251.171 | |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 96.628 | 96.628 | 10.396 | 107.024 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 96.628 | 96.628 | 10.396 | 107.024 | |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 4.831 | 22.949 | 72.530 | - | - | (3.683) | - | - | (96.628) | - | - | - | |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | (3.683) | - | - | 3.683 | - | - | - | |
| Constituição de reserva legal | - | - | 4.831 | - | - | - | - | - | - | - | (4.831) | - | - | - | |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | 22.949 | - | - | - | - | - | - | (22.949) | - | - | - | |
| Constituição de reserva de reforço de capital de giro | - | - | - | - | 72.530 | - | - | - | - | - | (72.530) | - | - | - | |
| Transações de capital com os acionistas | 300.012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 300.012 | (11.786) | 288.226 | |
| Aumento de capital | 300.012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 300.012 | 111 | 300.123 | |
| Dividendos distribuídos a não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11.897) | (11.897) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 3.698.060 | 592.347 | 11.244 | 49.789 | 163.924 | - | - | 29.070 | - | - | - | 4.544.434 | 101.987 | 4.646.421 | |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | - | 294 | (22.768) | 792.496 | 770.022 | 13.510 | 783.532 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 792.496 | 792.496 | 13.510 | 806.006 | |
| Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | - | (22.768) | - | (22.768) | |
| Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | 294 | - | - | 294 | - | 294 | |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 39.625 | - | (116.120) | 116.120 | - | (9.482) | - | - | (30.143) | - | - | - | |
| Realização do custo atribuído de ativo imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | (9.482) | - | - | 9.482 | - | - | - | |
| Constituição de reserva de incentivos | - | - | - | - | (116.120) | 116.120 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Constituição de reserva legal | - | - | 39.625 | - | - | - | - | - | - | - | (39.625) | - | - | - | |
| Transações de capital com os acionistas | 334.232 | (1.968) | - | (49.789) | (318) | - | 748.303 | 316.359 | - | (34.519) | (762.354) | 549.947 | (9.844) | 540.102 | |
| Alteração em participação sem alteração no controle | - | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | 6.563 | 6.568 | |
| Resgate de ações | - | (1.973) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.973) | - | (1.973) | |
| Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 124.232 | - | - | - | - | - | - | 316.359 | - | (34.519) | 173.849 | 579.921 | - | 579.921 | |
| Aumento de capital direto por controladora | 210.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 210.000 | - | 210.000 | |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | (318) | - | 748.303 | - | - | - | (747.985) | - | - | - | |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (188.218) | (188.218) | (16.410) | (204.628) | |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | (49.789) | - | - | - | - | - | - | - | (49.789) | - | (49.789) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.032.292 | 590.379 | 50.869 | - | 47.486 | 116.120 | 748.303 | 335.947 | 294 | (57.287) | - | 5.864.403 | 105.653 | 5.970.055 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Lucro antes dos tributos | 498.742 | 87.701 | 564.243 | 154.176 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | | | |
| Depreciação e amortização | 160.584 | 141.631 | 598.465 | 645.722 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 5.256 | (167) | 20.098 | 46 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 27 | - |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | (4.304) | 258.944 | 289.644 | 422.989 |
| Despesa (receita) com entidade de previdência privada | 1.173 | - | 1.173 | - |
| Resultado de participações societárias | (629.640) | (401.934) | (45.357) | - |
| Perda na baixa de ativo não circulante | 19.982 | 8.176 | 15.426 | 10.202 |
| Outros | - | - | (8.679) | - |
| | 51.793 | 94.351 | 1.435.040 | 1.233.135 |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | (34.042) | (46.689) | (100.687) | 8.504 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos | 408.512 | 418.927 | - | - |
| Tributos a compensar | (123.126) | (1.938) | (186.213) | (27.396) |
| Depósitos judiciais | 224 | 72 | 100 | 50 |
| Adiantamentos de fornecedores | (30.493) | (7.377) | (30.342) | (11.568) |
| Outros ativos operacionais | 17.170 | 9.874 | (18.874) | (58.525) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | 51.297 | 29.501 | 53.582 | 51.753 |
| Outros tributos e contribuições sociais | 47.789 | 2.852 | 63.588 | (6.485) |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada | (706) | - | (706) | - |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (31) | (957) | (47) | (1.317) |
| Adiantamentos de clientes | 31.597 | (4.265) | 177.135 | 32.228 |
| Outros passivos operacionais | (47.687) | (75.453) | (13.865) | (41.301) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | 372.297 | 418.898 | 1.378.711 | 1.179.078 |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (95.867) | (132.866) | (208.464) | (354.550) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (59) | - | (75.464) | (86.544) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 276.371 | 286.032 | 1.094.783 | 737.984 |
| Atividades de investimentos | | | | |
| Aumento de capital em investidas | (552.809) | (23.385) | - | - |
| Redução de capital em subsidiárias | 592.940 | 184.073 | - | - |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária | 22.641 | - | 1.890 | - |
| Aquisições de imobilizado | (77.855) | (30.354) | (262.804) | (128.124) |
| Adições de Intangível | (8.113) | (5.989) | (8.350) | (6.032) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações) | (12.133) | (246.914) | (389.683) | (782.390) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates) | 104.276 | 297.270 | 1.088.999 | 361.655 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (257.372) | (270.182) | - | - |
| Mútuos concedidos a controladas e coligadas | (552.068) | 125 | - | - |
| Recebimento de mútuos com controladas e coligadas | 316.660 | - | - | - |
| Outros | (1.968) | - | (1.968) | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos | (425.801) | (95.356) | 428.084 | (554.891) |
| Atividades de financiamentos | | | | |
| Aumento de capital por acionistas não controladores | (5.859) | - | (5.859) | - |
| Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | (877.751) | (77.964) | (454.232) | (1.008) |
| Captação de empréstimos e debêntures | 120.000 | 837.996 | 123.000 | 836.352 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures | (917.896) | (1.002.386) | (3.280.791) | (1.466.947) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 12 | - | 12 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (49.789) | - | (66.188) | (15.494) |
| Aumento de caixa em função de aumento de participação societária | - | - | 6.563 | - |
| Liquidação de operações com derivativos | 2.004 | - | 2.004 | - |
| Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | 2.000.000 | - | 2.067.048 | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 270.709 | (242.342) | (1.608.455) | (647.085) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 121.279 | (51.666) | (85.588) | (463.992) |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 57.586 | 109.252 | 412.579 | 876.571 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| 1 - Receita | 738.108 | 540.358 | 2.606.555 | 2.289.576 |
| 1.1 Receita de venda de energia e serviços | 654.114 | 475.634 | 2.338.311 | 2.042.953 |
| 1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios | 83.995 | 64.724 | 268.271 | 246.624 |
| 1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (27) | - |
| 2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros | (399.179) | (305.038) | (905.408) | (840.938) |
| 2.1 Custo com energia elétrica | (200.135) | (148.146) | (354.736) | (328.384) |
| 2.2 Material | (58.158) | (28.301) | (129.888) | (86.256) |
| 2.3 Serviços de terceiros | (96.242) | (114.895) | (335.762) | (384.504) |
| 2.4 Outros | (44.644) | (13.696) | (85.022) | (41.794) |
| 3 - Valor adicionado bruto (1+2) | 338.929 | 235.320 | 1.701.147 | 1.448.638 |
| 4 - Retenções | (160.582) | (141.631) | (599.145) | (645.722) |
| 4.1 Depreciação e amortização | (96.152) | (77.199) | (438.139) | (486.495) |
| 4.2 Amortização do intangível de concessão | (64.430) | (64.432) | (161.006) | (159.227) |
| 5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4) | 178.347 | 93.689 | 1.102.002 | 802.916 |
| 6 - Valor adicionado recebido em transferência | 659.261 | 440.671 | 145.726 | 175.534 |
| 6.1 Receitas financeiras | 29.621 | 38.737 | 100.369 | 175.534 |
| 6.2 Equivalência patrimonial | 629.640 | 401.934 | 45.357 | - |
| 7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6) | 837.608 | 534.360 | 1.247.728 | 978.451 |
| 8 - Distribuição do valor adicionado | | | | |
| 8.1 Pessoal e encargos | 54.316 | 66.370 | 93.052 | 97.588 |
| 8.1.1 Remuneração direta | 29.653 | 41.505 | 68.177 | 72.582 |
| 8.1.2 Benefícios | 19.282 | 17.485 | 19.485 | 17.550 |
| 8.1.3 F.G.T.S | 5.381 | 7.381 | 5.390 | 7.456 |
| 8.2 Impostos, taxas e contribuições | (228.436) | 60.152 | (99.402) | 169.964 |
| 8.2.1 Federais | (228.436) | 60.152 | (99.694) | 169.095 |
| 8.2.2 Estaduais | - | - | 292 | 869 |
| 8.3 Remuneração de capital de terceiros | 219.232 | 311.210 | 448.070 | 603.875 |
| 8.3.1 Juros | 207.562 | 301.347 | 398.803 | 575.817 |
| 8.3.2 Aluguéis | 11.670 | 9.863 | 49.267 | 28.058 |
| 8.4 Remuneração de capital próprio | 792.496 | 96.628 | 806.008 | 107.024 |
| 8.4.1 Lucro do exercício | 44.193 | 96.628 | 41.295 | 107.024 |
| 8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto) | 748.303 | - | 764.713 | - |
| | 837.608 | 534.360 | 1.247.728 | 978.451 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

| Empreendimentos da Companhia | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|-------------------------------------|---|-------------|--------------|
| Bons Ventos | 50,0 | 07/03/2003 | 30 anos |
| Canoa Quebrada | 57,0 | 10/12/2002 | 30 anos |
| Enacel | 31,5 | 12/11/2002 | 30 anos |
| Taíba Albatroz | 16,5 | 23/12/2002 | 30 anos |
| Icaraizinho | 54,6 | 27/08/2002 | 30 anos |
| Praia Formosa | 105,0 | 04/06/2002 | 30 anos |
| Total | 314,6 | | |

Além dos empreendimentos acima, com as reestruturações ocorridas no exercício, conforme nota 1.6, a Companhia passou a deter:

- concessões que se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas das usinas hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco (2,4 MW) e Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogadas;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de concessão iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de concessão iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A UHE Macaco Branco encerrou suas operações em dezembro de 2020, devido as obras pela futura represa de Pedreira, projeto do governo do Estado de São Paulo, para garantir a segurança hídrica da região de Campinas.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|---------|--------------|
| Minas Gerais | | | | | | | | | | | |
| SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 12/1999 | 30 anos | Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 23,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2") | Sociedade limitada | Direta 100% | 29,9 | 11/2015 | 35 anos | | | | | | |
| SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,0 | 01/2000 | 30 anos | | | | | | |
| Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 24,0 | 05/2002 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 20,0 | 08/2002 | 30 anos | | | | | | |
| SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 11,0 | 01/2000 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 9,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 7,5 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| Mato Grosso e Rio Grande do Sul | | | | | | | | | | | |
| CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 7,0 | (**) | | | | | | | |
| Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 19,4 | 05/2004 | 30 anos | | | | | | |
| | | | | | | | | | Total | | 453,1 |

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 39 em operação (994 MW) e 4 em construção (81 MW), somando um total de capacidade instalada de 1.075,6 MW:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|------------|---------|
| Palmares do Sul (RS) | | | | | | Parazinho (RN) | | | | | |
| Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 28/02/2011 | 35 anos | Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Eurus V Energias Renováveis Ltda. ("Eurus V") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 27/03/2013 | 30 anos |
| Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI") | Sociedade limitada | Direta 100% | 8,0 | 25/08/2010 | 35 anos |
| Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 22/03/2011 | 35 anos | Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 05/08/2010 | 35 anos |
| Aracati (CE) | | | | | | João Câmara (RN) | | | | | |
| Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 13,7 | 19/06/2002 | 30 anos | Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Itarema (CE) | | | | | | Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV") | | | | | |
| Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 04/08/2014 | 35 anos | Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 30/07/2010 | 35 anos |
| Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 23,1 | 23/07/2014 | 35 anos | Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 11/10/2010 | 35 anos |
| Outras localidades (CE) | | | | | | DESA Morro dos Ventos IX S.A. ("Morro dos Ventos IX") | | | | | |
| Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 05/06/2002 | 30 anos | DESA Morro dos Ventos IX S.A. ("Morro dos Ventos IX") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 28/07/2010 | 35 anos |
| Edifica Paracuru Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 28/08/2002 | 30 anos | João Câmara (RN) | | | | | |
| Touros (RN) | | | | | | DESA Eurus I S.A. ("Eurus I") | | | | | |
| Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 01/04/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |
| Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ursula") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 27,3 | 31/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("São Martinho") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,7 | 21/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 18/04/2011 | 35 anos |
| São Miguel do Gostoso (RN) | | | | | | Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III") | | | | | |
| Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Santo Dimas") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 16,1 | 29/09/2011 | 35 anos |
| São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 10/03/2015 | 30 anos | SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 29/09/2011 | 35 anos |
| | | | | | | SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca") | | | | | |
| | | | | | | SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos I S.A. ("Morro dos Ventos I") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos II S.A. ("Morro dos Ventos II") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos III S.A. ("Morro dos Ventos III") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos IV S.A. ("Morro dos Ventos IV") | | | | | |
| | | | | | | DESA Morro dos Ventos VI S.A. ("Morro dos Ventos VI") | | | | | |
| | | | | | | Total | | | | | |
| | | | | | | 994,0 | | | | | |

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Os mencionados no quadro abaixo, já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com conclusão das obras e início de operação previstos para janeiro de 2024, cuja capacidade instalada prevista é de 69,3 MW.

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|------------|---------|
| Touros (RN) | | | | |
| SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95,1% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 90% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

| <u>Empreendimento</u> | <u>Tipo de sociedade</u> | <u>Participação societária</u> | <u>Localização (UF)</u> | <u>Capacidade de energia instalada (MW)</u> | <u>Data</u> | <u>Prazo</u> |
|--|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|---|-------------|--------------|
| SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada") | Sociedade limitada | Direta 100% | Minas Gerais | 50,0 | 29/10/2012 | 30 anos |
| SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana") | Sociedade limitada | Direta 100% | Paraná | 50,0 | 14/02/2012 | 30 anos |
| CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa") | Sociedade limitada | Direta 100% | Rio Grande do Norte | 40,0 | 15/05/2002 | 30 anos |
| CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 45,0 | 24/09/2009 | 30 anos |
| CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 40,0 | 21/05/1999 | 30 anos |
| CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 74,3 | 16/12/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 25,0 | 03/05/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 70,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Total | | | | 394,3 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| <u>Empreendimento</u> | <u>Tipo de sociedade</u> | <u>Participação societária</u> | <u>Atividade preponderante</u> | <u>Investidas</u> |
|---|--|--------------------------------|--|---|
| Sociedades de participação | | | | |
| PCH Holding S.A. ("PCH Holding") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Anvored, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca |
| SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho. |
| Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, Cherobim Energética e Varginha Energética, Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI. |
| Outros empreendimentos operacionais | | | | |
| SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos | (*) |
| Outros empreendimentos sem atividade produtiva | | | | |
| SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande") | Sociedade limitada | Direta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Cherobim Energética Ltda. ("Cherobim Energética") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Varginha Energética S/A ("Varginha Energética") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | Comercialização de energia elétrica | (*) |

(*) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(**) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

1.6 Reestruturações Societárias

1.6.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| Ativo | | Passivo | |
|---|------------------|--|----------------|
| Circulante | 194.156 | Circulante | 340.960 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 84.999 | Empréstimos e financiamentos | 191.697 |
| Derivativos | 77.728 | Outros impostos, taxas e contribuições | 104.282 |
| Outros Tributos a compensar | 22.897 | Outros passivos circulante | 44.981 |
| Outros Créditos | 8.532 | Não Circulante | 203.817 |
| Não Circulante | 1.125.563 | Débitos fiscais diferidos | 172.288 |
| Imobilizado | 922.332 | Outros passivos não circulante | 31.530 |
| Investimentos | 125.772 (a) | Total Passivo | 544.777 |
| Intangível | 75.579 | Efeito líquido oriundo da cisão | (210.824) (b) |
| Outros ativos não circulante | 1.880 | Acervo Líquido | 564.117 |
| Total Ativo | 1.319.719 | | |

(a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.

(b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|----------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 564.117 |
| Capital Social | 108.139 |
| Resultado abrangente acumulado | 281.839 |
| Lucros Acumulados | 174.139 |

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.6.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.6.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|---------------|--|---------------|
| Circulante | 2.846 | Circulante | 5.475 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.890 | Fornecedores | 59 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 40 | Outros impostos, taxas e contribuições | 30 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 370 | Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 5.356 |
| Outros Tributos a compensar | 513 | Outros passivos circulante | 31 |
| Outros Créditos | 32 | Total Passivo | 5.475 |
| Não Circulante | 18.436 | Acervo Líquido | 15.806 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 2.959 | | |
| Imobilizado | 15.360 | | |
| Intangível | 3 | | |
| Outros Ativos não circulante | 114 | | |
| Total Ativo | 21.281 | | |

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|---------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 15.806 |
| Capital Social | 16.093 |
| Lucros Acumulados | (287) |

1.6.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | 30/11/2020 | | | <u>Passivo</u> | 30/11/2020 | | |
|--|----------------|----------------|---------------|---|----------------|----------------|---------------|
| | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia | | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia |
| Circulante | 24.192 | - | 4 | Circulante | - | 9 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20.720 | - | - | Outras Contas a Pagar | - | 9 | 1 |
| Dividendos a receber | 3.408 | - | - | Não Circulante | 21.354 | 1 | - |
| Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar | 64 | - | - | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 1 | - |
| Não Circulante | 230.990 | 172 | - | Débitos fiscais diferidos | 21.354 | - | - |
| Investimentos | 230.990 | - | - | Total Passivo | 21.354 | 10 | 1 |
| Imobilizado | - | 172 | - | Acervo Líquido | 233.828 | 163 | 3 |
| Total Ativo | 255.182 | 172 | 4 | | | | |

1.6.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|----------------|---|----------------|
| Circulante | 4.949 | Circulante | 4.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 37 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | Outros impostos, taxas e contribuições | 2 |
| Dividendos a receber | 4.786 | Dividendo e juros sobre capital próprio | 4.207 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 48 | Outros passivos circulante | 5 |
| Outros Tributos a compensar | 8 | Não Circulante | 36.057 |
| Não Circulante | 276.479 | Adiantamento para futuro aumento de capital | 36.057 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 4.086 | Total Passivo | 40.309 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 60 | Acervo Líquido | 241.119 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 33.200 | | |
| Investimentos | 239.133 | | |
| Total Ativo | 281.428 | | |

1.6.5 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.137.501 e R\$ 1.961.420 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2021, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.7 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscam minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus.

No Brasil, tendo como objetivo minimizar as perdas de vidas e evitar danos econômicos, como perda de empregos e sobrevivência de empresas, a política fiscal tem sido amplamente utilizada, à medida que o aumento no gasto público no curto prazo se faz necessário. Com esse entendimento os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública, e dispensou o governo do cumprimento da meta permitindo uma política fiscal mais ativa, que representa a princípio, um certo desvio temporário da consolidação fiscal que se encontrava o país. Apesar do estado de calamidade pública deixar de ser reconhecido em dezembro de 2020, medidas sanitárias e econômicas adicionais têm sido adotadas visando minimizar os eventuais impactos negativos decorrentes da pandemia.

Adicionalmente, diversos governos vêm intensificando medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica. Além disso, as medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, com probabilidades de gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo prazos.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento e aprovação de vacinas, a curva referente ao número médio de mortes diárias causadas pelo vírus e novos casos de contaminação, em algumas regiões, sofreu fortes oscilações e apresenta dificuldades para declinar. Até o dia 26 de janeiro de 2021, o Brasil registrou mais de 218 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 2 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e apresentado resultados positivos, inclusive com alguns países iniciando campanhas de vacinação. No entanto, ao analisar de forma conjuntural, os resultados positivos com a vacina, eventuais riscos de suprimentos de recursos e impactos econômicos e sanitários, tudo indica uma possível mudança estrutural, e talvez temporária no médio prazo na economia e comportamento humano de forma generalizada.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;

- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, até o presente momento, entende não ser aplicável a renegociação de cláusulas contratuais específicas com seus credores e seguiu com os planos de financiamento aprovado para o exercício de 2020. Adicionalmente, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Nossas geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes. O percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações é inferior a 7,7%, e não representa um risco potencial para o negócio. No entanto até o momento todas realizaram os pagamentos na sua integralidade.

Como descrito acima, as notificações dos clientes referem-se à eventual necessidade de adequação de seus contratos, em função de uma possível retração macroeconômica e a conseqüente redução de consumo de energia. A expectativa da Administração é que medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e conseqüentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais. Adicionalmente, a Administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes a serem contemplados em suas demonstrações financeiras.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos).
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela

Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa, BAESA que foi integrada a CPFL Energias Renováveis S.A. com a reestruturação societária (vide nota 1.6.1 b), que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.19.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. |
| Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, o Grupo reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 16.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1% a 16,27%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 28.

3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização

financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo foi de 3,77% (3,22% em 2019) baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 14.

3.9 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("*EAD*" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Benefícios a empregados

Com a reestruturação societária citada na nota 1.6, a Companhia passou a possuir benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada

possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.17 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as

alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e

- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo

para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Saldos bancários | 176.672 | 19.545 | 224.693 | 158.806 |
| Aplicações financeiras | 2.193 | 38.041 | 102.298 | 253.773 |
| Títulos de crédito privado (a) | - | 464 | 11.092 | 6.570 |
| Fundos de investimento (b) | 2.193 | 37.577 | 91.206 | 206.801 |
| Operações compromissadas e debêntures (c) | - | - | - | 40.402 |
| Total | 178.865 | 57.586 | 326.991 | 412.579 |

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de 96,82% aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 98,11% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (97,08% em 31 de dezembro de 2019).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,03% do CDI (94,61% em 31 de dezembro de 2019).
- c) Em 2019, no consolidado, representa valores aplicados no Fundo Atlânticas (têm como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez), no Fundo BNB Institucional e no Fundo XP Top CDB. A taxa de remuneração média é 94,61% do CDI na data do balanço.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Através de fundos de investimentos | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |
| Total | 7.426 | 43.881 | 308.482 | 449.786 |

Em 31 de dezembro de 2020 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

| Agente financeiro | Tipo de aplicação | Vencimento | Indexador | Remuneração | Controladora | |
|-------------------|--------------------|------------|-----------|-------------|--------------|---------------|
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - | 21.727 |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 | 41.586 |
| | | | | | 8.582 | 63.313 |

| Agente financeiro | Tipo de aplicação | Vencimento | Indexador | Remuneração | Consolidado | |
|-------------------|-----------------------|------------|-----------|-------------|---------------|----------------|
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Banco do Brasil | Fundo aberto | Indefinido | Diversos | - | - | 4.760 |
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - | 31.244 |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 | 60.552 |
| Bradesco | (FIC) Federal | Indefinido | Diversos | 84,28% | 4.450 | 38.158 |
| Citibank | Fundo Citi Cash Blue | Indefinido | Diversos | - | - | 5.331 |
| Itaú | Fundo Soberano | Indefinido | Diversos | 90,13% | 99 | 427.203 |
| Itaú | CDB Op. Compromissada | Diversos | DI | - | - | 1.250 |
| | | | | | 13.130 | 568.498 |

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludesa, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

(8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| | Controladora | | | | | Consolidado | | | | |
|---|------------------|-------------|---------------|----------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Saldos vincendos | Vencidos | | Total | | Saldos vincendos | Vencidos | | Total | |
| | | até 90 dias | > 90 dias | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | até 90 dias | > 90 dias | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | 3.649 | 558 | 72 | 4.280 | 5.935 | 3.342 | 74.430 | 8.590 | 86.362 | 62.535 |
| Concessionárias e permissionárias | 135.328 | - | 58.159 | 193.487 | 100.392 | 249.241 | 17.685 | 13.203 | 280.129 | 170.085 |
| Outros | 4.050 | - | - | 4.050 | - | - | 12 | 24 | 37 | 12 |
| | 143.027 | 558 | 58.232 | 201.817 | 106.327 | 252.583 | 92.127 | 21.817 | 366.527 | 232.632 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | (25) | - | | | | (51) | - |
| Total | | | | 201.793 | 106.327 | | | | 366.476 | 232.632 |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 | - | - | 204.999 | 204.999 | 150.210 |
| | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 | - | - | 204.999 | 204.999 | 150.210 |
| Total | | | | 68.294 | 41.744 | | | | 204.999 | 150.210 |

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de

energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

| | Consumidores, concessionárias e permissionárias | Outros ativos (nota 11) | Total |
|--|---|----------------------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2019 | - | - | - |
| Reestruturação societária | (25) | (352) | (377) |
| Provisão revertida (constituída) liquida | (27) | - | (27) |
| Saldo em 31/12/2020 | (51) | (352) | (403) |
| Circulante | (51) | (352) | (403) |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(9) IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | |
| Antecipações de contribuição social - CSLL | - | - | 744 | 474 |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ | 312 | - | 1.760 | 1.638 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.455 | 15.703 | 15.332 | 44.649 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.767 | 15.703 | 17.836 | 46.761 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 7.681 | 10.349 | 57.496 | 22.148 |
| ICMS a compensar | 837 | 817 | 6.285 | 5.836 |
| Programa de integração social - PIS | 7.190 | 2.507 | 10.575 | 4.131 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 24.864 | 11.568 | 37.313 | 19.315 |
| Instituto nacional de seguridade social - INSS | 1 | - | 16 | - |
| Outros | 122 | 109 | 2.709 | 738 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 | 25.351 | 114.395 | 52.168 |
| Total circulante | 51.461 | 41.053 | 132.228 | 98.929 |
| Não circulante | | | | |
| Contribuição social a compensar - CSLL | - | - | 27 | 36 |
| Imposto de renda a compensar - IRPJ | 43.733 | 25.584 | 74.077 | 32.284 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.733 | 25.584 | 74.104 | 32.320 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | - | - | 50 | 50 |
| Outros | - | - | 3.530 | 3.530 |
| Outros tributos a compensar | - | - | 3.580 | 3.580 |
| Total não circulante | 43.733 | 25.584 | 77.687 | 35.900 |

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Crédito (Débito) de contribuição social</u> | | | | |
| Bases negativas | 94.119 | 23.234 | 94.119 | 23.234 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (125.493) | (94.252) | (274.086) | (241.944) |
| Subtotal | (31.374) | (71.018) | (179.966) | (218.710) |
| <u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u> | | | | |
| Prejuízos fiscais | 261.305 | 64.539 | 261.305 | 64.539 |
| Benefício fiscal do intangível incorporado | 9.800 | - | 9.800 | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (348.592) | (261.809) | (759.784) | (672.068) |
| Subtotal | (77.487) | (197.270) | (488.679) | (607.529) |
| Total | (108.861) | (268.288) | (668.645) | (826.239) |
| Total crédito fiscal | 91.079 | 95.562 | 159.653 | 95.562 |
| Total débito fiscal | (199.940) | (363.850) | (828.299) | (921.801) |

Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | | | | | | | | |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 159 | 442 | - | - | 159 | 442 | - | - |
| Provisão relacionada a pessoal | 502 | 1.395 | - | - | 502 | 1.395 | - | - |
| Derivativos - regime de caixa | (5.383) | (14.953) | - | - | (5.383) | (14.953) | - | - |
| Marcação a mercado - Derivativo | (181) | (503) | - | - | (181) | (503) | - | - |
| Marcação a mercado - Dívidas | (66) | (185) | - | - | (66) | (185) | - | - |
| Depreciação acelerada incentivada | (22.966) | (63.795) | (23.845) | (66.237) | (22.966) | (63.795) | (23.845) | (66.237) |
| Outras diferenças temporárias | 968 | 2.689 | (614) | (1.706) | 968 | 2.689 | (614) | (1.707) |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado | | | | | | | | |
| Perdas atuariais | 162 | 450 | - | - | 162 | 450 | - | - |
| Marcação a mercado - Derivativos | 21 | 60 | - | - | 21 | 60 | - | - |
| Marcação a mercado - Dívidas | (62) | (171) | - | - | (62) | (171) | - | - |
| Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído | (40.438) | (112.327) | - | - | (40.438) | (112.327) | - | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios: | | | | | | | | |
| Impostos diferidos - ativo: | | | | | | | | |
| Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos) | 13.583 | 37.731 | 14.770 | 41.027 | 16.965 | 47.125 | 18.344 | 50.955 |
| Impostos diferidos - passivo: | | | | | | | | |
| Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído | (13.652) | (37.922) | (15.203) | (42.231) | (18.323) | (50.897) | (19.177) | (53.270) |
| Intangível - direito de exploração/autorização | (58.142) | (161.505) | (69.359) | (192.663) | (205.445) | (569.116) | (216.651) | (601.809) |
| Total | (125.493) | (348.592) | (94.252) | (261.809) | (274.086) | (759.784) | (241.944) | (672.068) |

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| | Controladora | | | |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | | 2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 498.742 | 498.742 | 87.701 | 87.701 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Resultado de participações societárias | (719.730) | (719.730) | (401.934) | (401.934) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 192.988 | 194.228 | - | - |
| Base de cálculo | (28.000) | (26.760) | (314.233) | (314.233) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Débito fiscal apurado | 2.519 | 6.691 | 28.281 | 78.558 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 75.354 | 209.190 | (26.573) | (71.338) |
| Total | 77.873 | 215.881 | 1.708 | 7.220 |
| Corrente | (1.780) | (5.240) | - | - |
| Diferido | 79.653 | 221.121 | 1.708 | 7.220 |

| | Consolidado | | | |
|---|--------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | | 2019 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 564.243 | 564.243 | 154.176 | 154.176 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Resultado de participações societárias | (45.357) | (45.357) | - | - |
| Efeito regime lucro presumido | (473.293) | (545.421) | (312.337) | (368.786) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 126.374 | 102.983 | 15.283 | 15.165 |
| Base de cálculo | 171.967 | 76.448 | (142.878) | (199.445) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (15.476) | (19.112) | 12.859 | 49.861 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 72.993 | 203.359 | (30.695) | (79.176) |
| Total | 57.517 | 184.247 | (17.836) | (29.315) |
| Corrente | (29.290) | (62.901) | (32.932) | (73.724) |
| Diferido | 86.807 | 247.148 | 15.096 | 44.409 |

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 333.955, refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 267.652; (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 242; e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 66.545.

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 507.560 (R\$ 734.373 em 31 de dezembro de 2019), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 68.383 e R\$ 99.461 em 31 de dezembro de 2019. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Prejuízo Fiscal e Base Negativa: Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e em virtude de estudo de recuperabilidade do ano, em consequência da reestruturação societária. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

| | 2020 | |
|--|----------------|----------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Perdas/(ganhos) atuariais | 18.732 | 18.732 |
| Base de cálculo | 18.732 | 18.732 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Tributos apurados (*) | - | - |
| Baixa de créditos fiscais constituídos - reflexo incorporação | 1.069 | 2.967 |
| Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | 1.069 | 2.967 |
| Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros | (445) | (445) |
| Custo atribuído de ativo imobilizado | 14.363 | 14.363 |
| Subtotal | 13.918 | 13.918 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Tributos apurados | (1.253) | (3.479) |
| Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | (184) | (512) |

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para os ganhos atuariais, por não haver expectativa de realização.

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| Consolidado | |
|--------------------|----------------|
| 2021 | 52.201 |
| 2022 | 41.943 |
| 2023 | 37.313 |
| 2024 | 43.437 |
| 2025 | 52.693 |
| 2026 A 2028 | 127.836 |
| Total | 355.424 |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(11) OUTROS ATIVOS

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Créditos a receber | - | - | 22.008 | 2.634 | - | - | 32.301 | 24.416 |
| Créditos a receber - rateios | 53.920 | 21.736 | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamentos - Fundação CESP | 282 | - | 134 | - | 282 | - | 134 | - |
| Adiantamentos - fornecedores | 200 | 383 | - | - | 90.166 | 38.287 | - | - |
| Ordens em curso | - | 926 | - | - | - | 926 | - | - |
| Serviços prestados a terceiros | 572 | 572 | - | - | - | - | - | - |
| Estoque | 8.931 | 930 | - | - | 44.721 | 16.386 | - | - |
| Contratos de pré-compra de energia | - | - | - | - | 13.548 | 12.775 | 7.751 | 10.432 |
| Despesas antecipadas | 3.657 | 3.005 | 2.837 | 598 | 14.810 | 20.332 | 3.318 | 1.067 |
| Repactuação GSF | - | - | - | - | - | 1.716 | - | - |
| Adiantamentos a funcionários | 1.034 | 520 | - | - | 1.034 | 520 | - | - |
| Indenizações de sinistros | - | - | - | - | 2.015 | - | - | - |
| Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco | 12.257 | - | - | - | 12.257 | - | - | - |
| Outros | 17.390 | 5.022 | - | 7.728 | 43.886 | 27.506 | 13.098 | 33.242 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) | (352) | - | - | - | (352) | - | - | - |
| Total | 97.892 | 33.093 | 24.978 | 10.960 | 222.367 | 118.447 | 56.602 | 69.157 |

Créditos a receber : Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 19.090 (R\$ 11.206 em 31 de dezembro de 2019) .Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2019) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2019) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Estoque – Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 44.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas do grupo e consumo próprio, classificados como almoxarifado no total de R\$ 44.028.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(12) INVESTIMENTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial | | | | |
| Pelo patrimônio líquido da controlada | 5.418.718 | 5.213.596 | 170.166 | - |
| Subtotal | 5.418.718 | 5.213.596 | 170.166 | - |
| Mais valia de ativos, líquidos | 1.072.299 | 1.024.671 | 962 | - |
| Total | 6.491.017 | 6.238.267 | 171.129 | - |

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

| Controladora | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Investimentos | Participação no Capital % | 31/12/2020 | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial | | |
| Alto Irani | 100% | 114.043 | 2.114 | 47.748 | 23.727 | 47.748 | 63.399 | 23.726 | 22.461 |
| Atlântica I | 100% | 99.186 | 43.081 | 86.147 | 10.750 | 86.147 | 75.397 | 10.750 | 7.064 |
| Atlântica II | 100% | 101.407 | 42.895 | 82.016 | 10.758 | 82.016 | 71.257 | 10.758 | 5.975 |
| Atlântica IV | 100% | 108.792 | 45.781 | 81.560 | 11.009 | 81.560 | 68.457 | 11.009 | 6.400 |
| Atlântica V | 100% | 114.114 | 50.579 | 97.264 | 8.520 | 97.264 | 88.745 | 8.520 | 5.957 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | - | 45.357 | - |
| Baixa Verde | 95% | 342 | 432 | 312 | (42) | 181 | 148 | (40) | (61) |
| Bio Alvorada | 100% | 171.317 | 48.912 | 145.706 | 6.966 | 145.706 | 136.649 | 6.966 | 2.278 |
| Bio Burity | 100% | 87.180 | 72.070 | 79.506 | 10.795 | 79.506 | 144.380 | 10.795 | 9.509 |
| Bio Coopcana | 100% | 138.534 | 50.853 | 117.094 | 15.536 | 117.094 | 100.284 | 15.536 | 6.431 |
| Bio Ester | 100% | 97.941 | 43.512 | 83.434 | 23.275 | 83.434 | 79.159 | 23.275 | 1.861 |
| Bio Formosa | 100% | 120.692 | 70.991 | 86.359 | 14.782 | 76.214 | 94.678 | 14.782 | 5.283 |
| Bio Ipe | 100% | 19.077 | 14.349 | 16.123 | 5.057 | 16.123 | 26.426 | 5.057 | 5.224 |
| Bio Pedra | 100% | 168.305 | 129.950 | 169.025 | 37.995 | 169.025 | 244.585 | 37.995 | 36.632 |
| Bioenergia | 100% | 63.195 | 47.439 | 54.910 | 10.085 | 54.910 | 59.457 | 10.085 | 9.252 |
| Boa Vista 2 | 100% | 285.447 | 125.635 | 127.437 | 4.195 | 127.437 | 94.442 | 4.195 | (3.361) |
| Cachoeira Grande | 100% | 145 | 6.632 | 145 | 2 | 145 | 143 | 2 | 6 |
| Cajueiro | 95% | 573 | 199 | 567 | (28) | 288 | 294 | (26) | (50) |
| Chimay Empreendimentos | 100% | 122.574 | 48.021 | 89.449 | 39.264 | 89.449 | 90.170 | 39.264 | 22.055 |
| Costa Branca (b) | 95% | 91.060 | 21.639 | 59.499 | 5.141 | 54.666 | - | 3 | - |
| Costa das Dunas | 95,145% | 103.504 | 77.601 | 78.507 | 92 | 74.194 | 4.614 | 82 | (96) |
| Pedra Cheirosa I | 100% | 171.356 | 141.500 | 147.540 | (13.731) | 147.540 | 82.771 | (13.730) | (6.092) |
| Dobrevê | 100% | 1.058.972 | 758.916 | 821.365 | 76.334 | 814.017 | 884.490 | 76.680 | 51.728 |
| Eólica Paracuru | 100% | 42.345 | 22.230 | 32.970 | 18.287 | 32.970 | 24.221 | 19.144 | 19.281 |
| Eólica Holding | 100% | - | - | - | 22.098 | - | 219.130 | 22.098 | 13.586 |
| Eurus VI | 100% | 29.965 | 22.580 | 23.147 | 338 | 23.147 | 37.397 | 338 | 649 |
| Farol de Touros | 90% | 85.392 | 30.262 | 30.404 | - | 26.998 | 3.825 | (42) | (97) |
| Figueira Branca | 100% | 36.772 | 14.474 | 14.316 | 176 | 14.316 | 1.623 | 176 | (286) |
| Gameleira | 100% | 55.225 | 24.048 | 23.881 | 2 | 23.881 | 3.530 | 2 | (143) |
| Jayaditya Empreendimentos | 100% | 45.090 | 2.082 | 15.193 | 15.440 | 15.193 | 11.600 | 15.440 | 5.098 |
| Juremas (b) | 90% | 61.033 | 17.138 | 36.230 | 3.914 | 32.890 | - | 5 | - |
| Macacos (b) | 90% | 77.996 | 20.234 | 45.407 | 4.512 | 41.134 | - | 7 | - |
| Mohini Empreendimentos | 100% | 57.578 | 1.269 | 21.395 | 30.885 | 21.395 | 20.885 | 30.885 | 18.330 |
| Navegantes (a) | 95% | 5 | 366 | (2) | (46) | - | - | (43) | (36) |
| PCH Holding | 100% | 380.363 | 315.693 | 376.145 | 85.203 | 376.145 | 464.882 | 85.203 | 69.745 |
| PCH Holding 2 | 100% | - | - | - | 26.251 | - | 98.918 | 26.251 | 19.275 |
| Pedra Preta (b) | 100% | 84.926 | 20.969 | 57.959 | 7.420 | 53.057 | - | 4 | - |
| Penedo | 100% | - | - | - | - | (0) | 173 | (12) | (2) |
| Plano Alto | 100% | 73.823 | 1.527 | 25.042 | 17.101 | 25.042 | 30.852 | 17.101 | 16.495 |
| Pedra Cheirosa II | 100% | 153.623 | 114.500 | 132.915 | (2.542) | 132.915 | 83.958 | (2.543) | (4.353) |
| Rosa dos Ventos | 100% | 46.145 | 15.740 | 33.739 | 9.286 | 33.739 | 20.912 | 9.327 | 7.898 |
| Santa Clara I | 100% | 141.848 | 113.777 | 122.003 | 5.852 | 122.003 | 147.959 | 5.852 | 6.459 |
| Santa Clara II | 100% | 113.297 | 85.198 | 93.010 | 5.673 | 93.010 | 134.478 | 5.673 | 6.234 |
| Santa Clara III | 100% | 117.489 | 88.770 | 97.670 | 7.055 | 97.670 | 136.184 | 7.055 | 7.491 |
| Santa Clara IV | 100% | 108.332 | 80.722 | 87.062 | 4.882 | 87.062 | 138.599 | 4.882 | 5.637 |
| Santa Clara V | 100% | 111.192 | 82.976 | 90.434 | 6.084 | 90.434 | 139.645 | 6.084 | 6.505 |
| Santa Clara VI | 100% | 106.855 | 79.445 | 84.130 | 3.586 | 84.130 | 137.827 | 3.586 | 4.125 |
| Campos dos Ventos II (b) | 100% | 111.432 | 46.402 | 52.699 | 1.654 | 52.699 | - | - | - |
| Salto Góes | 100% | 110.031 | 76.400 | 95.370 | 13.616 | 95.370 | 61.282 | 13.616 | 13.631 |
| Santa Cruz | 100% | 24.286 | 29.920 | 24.117 | (31) | 24.117 | 729 | (33) | (33) |
| Santa Luzia (b) | 100% | 181.740 | 89.314 | 174.866 | 34.670 | 174.866 | - | 6.684 | - |
| SILF Cinco | 100% | 78.120 | 42.662 | 56.007 | 11.212 | 56.007 | 29.076 | 11.722 | 11.888 |
| Solar I (a) | 100% | 4.098 | 33 | - | 230 | - | - | 230 | (356) |
| Sul Centrais Elétricas | 100% | 28.953 | 14.183 | 17.677 | 599 | 17.677 | 18.208 | 599 | 2.555 |
| Tombo (a) | 100% | - | - | - | 5 | - | - | 5 | - |
| Turbina 16 | 100% | 1.145.519 | 635.875 | 903.351 | 67.399 | 903.351 | 836.452 | 67.399 | 35.777 |
| Turbina 17 | 100% | 64.393 | 51.903 | 52.669 | 871 | 52.669 | 1.305 | 871 | 298 |
| Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada | | 8.066.772 | 4.382.172 | 5.972.026 | 848.256 | 5.418.718 | 5.213.596 | 698.612 | 454.107 |
| Amortização de ágio, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | | (57.315) | (40.566) |
| Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | | (10.242) | (10.242) |
| Amortização de juros capitalizados | | | | | | | | (1.415) | (1.365) |
| Total | | | | | | 5.418.718 | 5.213.596 | 629.640 | 401.934 |

- (a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.
(b) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir da data de incorporação (vide nota 1.6.3 e 1.6.4)

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.315 (R\$ 40.566 no ano de 2019) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

| Investimentos | Participação no Capital % | Consolidado | | | | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial |
|------------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | | |
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | | |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | 45.357 |
| Total | | | | | | 170.166 | 45.357 |

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

| Investimento | Investimento em 31/12/2018 | Aumento / Integralização de capital | Redução de Capital | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2019 |
|---------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|
| | | | | | | | | |
| Alto Irani | 54.201 | - | - | - | - | 22.461 | (13.264) | 63.399 |
| Atlântica I | 70.010 | - | - | - | - | 7.064 | (1.678) | 75.397 |
| Atlântica II | 66.701 | - | - | - | - | 5.975 | (1.419) | 71.257 |
| Atlântica IV | 62.456 | 1.121 | - | - | - | 6.400 | (1.520) | 68.457 |
| Atlântica V | 84.277 | - | - | - | - | 5.957 | (1.489) | 88.745 |
| Baixa Verde | 160 | 49 | - | - | - | (61) | - | 148 |
| Bio Alvorada | 134.941 | - | - | - | - | 2.278 | (570) | 136.649 |
| Bio Burity | 138.023 | - | - | - | - | 9.509 | (3.152) | 144.380 |
| Bio Coopcana | 92.487 | 3.271 | - | - | - | 6.431 | (1.905) | 100.284 |
| Bioenergia | 50.205 | - | - | - | - | 9.252 | - | 59.457 |
| Bio Ester | 77.298 | - | - | - | - | 1.861 | - | 79.159 |
| Bio Formosa | 86.638 | 2.757 | - | - | - | 5.283 | - | 94.678 |
| Bio Ipê | 31.169 | - | - | (61) | - | 5.224 | (9.907) | 26.426 |
| Bio Pedra | 221.237 | - | - | (249) | - | 36.632 | (13.035) | 244.585 |
| Boa Vista 2 | 97.804 | - | - | - | - | (3.361) | - | 94.442 |
| Cachoeira Grande | 137 | - | - | - | - | 6 | - | 143 |
| Cajueiro | 344 | - | - | - | - | (50) | - | 294 |
| Chimay | 113.071 | - | (23.617) | - | - | 22.055 | (21.339) | 90.170 |
| Costa das Dunas | 4.251 | 459 | - | - | - | (96) | - | 4.614 |
| Dobrevê Energia | 842.456 | 12.508 | - | - | - | 51.728 | (22.204) | 884.488 |
| Eólica Holding | 205.544 | - | - | - | - | 13.586 | - | 219.130 |
| Eólica Paracuru | 19.518 | - | - | - | - | 19.281 | (14.578) | 24.221 |
| Eurus VI | 36.998 | - | - | (22) | - | 649 | (227) | 37.398 |
| Farol de Touros | 3.413 | 509 | - | - | - | (97) | - | 3.825 |
| Figueira Branca | 1.632 | 277 | - | - | - | (286) | - | 1.623 |
| Gameleira | 3.429 | 243 | - | - | - | (143) | - | 3.530 |
| Navegantes | - | - | - | - | 36 | (36) | - | - |
| Jayaditya | 36.030 | - | (18.740) | - | - | 5.098 | (10.789) | 11.600 |
| Mohini | 71.418 | - | (49.663) | - | - | 18.330 | (19.199) | 20.885 |
| PCH Holding | 475.212 | - | - | - | - | 69.745 | (80.075) | 464.882 |
| PCH Holding 2 | 83.581 | 880 | - | - | - | 19.275 | (4.819) | 98.918 |
| Pedra Cheirosa I | 88.863 | - | - | - | - | (6.092) | - | 82.771 |
| Pedra Cheirosa II | 88.311 | - | - | - | - | (4.353) | - | 83.958 |
| Penedo | 175 | - | - | - | - | (2) | - | 173 |
| Plano Alto | 28.821 | - | - | - | - | 16.495 | (14.464) | 30.852 |
| Rosa dos Ventos | 26.976 | - | - | - | - | 7.898 | (13.962) | 20.912 |
| Salto Góes | 80.448 | - | - | - | - | 13.631 | (32.796) | 61.282 |
| Santa Clara I | 143.527 | - | - | (238) | - | 6.459 | (1.789) | 147.959 |
| Santa Clara II | 130.175 | - | - | (215) | - | 6.234 | (1.717) | 134.478 |
| Santa Clara III | 130.881 | - | - | (185) | - | 7.491 | (2.003) | 136.184 |
| Santa Clara IV | 134.739 | - | - | (146) | - | 5.637 | (1.632) | 138.599 |
| Santa Clara V | 135.052 | - | - | (138) | - | 6.505 | (1.774) | 139.645 |
| Santa Clara VI | 135.220 | - | - | (110) | - | 4.125 | (1.407) | 137.828 |
| Santa Cruz | 467 | 295 | - | - | - | (33) | - | 729 |
| SILF Cinco | 31.058 | - | - | - | - | 11.888 | (13.870) | 29.076 |
| Solar 1 | 86 | - | - | - | 270 | (356) | - | - |
| Sul Centrais Elétricas | 17.325 | - | - | - | - | 2.555 | (1.671) | 18.208 |
| Turbina 16 | 992.716 | - | (183.544) | - | - | 35.777 | (8.497) | 836.452 |
| Turbina 17 | 7 | 1.000 | - | - | - | 298 | - | 1.305 |
| Subtotal do investimento | 5.329.492 | 23.369 | (275.564) | (1.364) | 306 | 454.107 | (316.751) | 5.213.596 |
| Navegantes * | (3) | 16 | - | - | (36) | - | - | (23) |
| Solar 1 * | - | - | - | - | (270) | - | - | (270) |
| Tombo * | (2) | - | - | - | - | - | - | (2) |
| Total do investimento | (5) | 16 | - | - | (306) | - | - | (295) |

| Controladora | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|---|-----------------|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|
| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Aumento / (Redução) Integralização de capital | Outros | Reestruturação societária | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2020 |
| Alto Irani | 63.399 | - | - | - | - | - | 23.726 | (39.378) | 47.748 |
| Atlântica I | 75.397 | - | - | - | - | - | 10.750 | - | 86.147 |
| Atlântica II | 71.257 | - | - | - | - | - | 10.758 | - | 82.016 |
| Atlântica IV | 68.457 | 2.093 | - | - | - | - | 11.009 | - | 81.560 |
| Atlântica V | 88.745 | - | - | - | - | - | 8.520 | - | 97.264 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | - | - | - | 124.809 | - | - | 45.357 | - | 170.166 |
| Baixa Verde | 148 | 72 | - | - | - | - | (40) | - | 181 |
| Bio Alvorada | 136.649 | 3.800 | - | - | - | - | 6.966 | (1.709) | 145.706 |
| Bio Buriti | 144.380 | (63.300) | - | - | - | - | 10.795 | (12.369) | 79.506 |
| Bio Coopcana | 100.284 | 5.800 | - | - | - | - | 15.536 | (4.526) | 117.094 |
| Bio Ester | 79.159 | - | - | - | - | - | 23.275 | (19.000) | 83.434 |
| Bio Formosa | 94.678 | (23.100) | (10.145) | - | - | - | 14.782 | - | 76.214 |
| Bio Ipê | 26.426 | (11.900) | - | - | (59) | - | 5.057 | (3.400) | 16.123 |
| Bio Pedra | 244.585 | (75.300) | - | - | (250) | - | 37.995 | (38.004) | 169.025 |
| Bioenergia | 59.457 | (4.300) | - | - | - | - | 10.085 | (10.332) | 54.910 |
| Boa Vista 2 | 94.442 | 28.800 | - | - | - | - | 4.195 | - | 127.437 |
| Cachoeira Grande | 143 | - | - | - | - | - | 2 | - | 145 |
| Cajueiro | 294 | 20 | - | - | - | - | (26) | - | 288 |
| Campos dos Ventos II | - | - | - | 52.699 | - | - | - | - | 52.699 |
| Chimay | 90.170 | (13.900) | - | - | - | - | 39.264 | (26.085) | 89.449 |
| Costa Branca | - | 54 | - | 55.835 | - | - | 3 | (1.225) | 54.666 |
| Costa das Dunas | 4.614 | 69.497 | - | - | - | - | 82 | - | 74.194 |
| Dobrevê Energia | 884.488 | 11.557 | - | - | (118.009) | - | 76.680 | (40.699) | 814.017 |
| Eólica Holding | 219.130 | - | - | (241.229) | - | - | 22.098 | - | - |
| Eólica Paracuru | 24.221 | - | - | - | - | - | 19.144 | (10.395) | 32.970 |
| Eurus VI | 37.398 | (13.915) | - | - | (26) | - | 338 | (648) | 23.147 |
| Farol de Touros | 3.825 | 23.214 | - | - | - | - | (42) | - | 26.998 |
| Figueira Branca | 1.623 | 12.517 | - | - | - | - | 176 | - | 14.316 |
| Gameleira | 3.530 | 20.349 | - | - | - | - | 2 | - | 23.881 |
| Navegantes | - | 65 | - | - | - | (22) | (43) | - | - |
| Jayaditya | 11.600 | - | - | - | - | - | 15.440 | (11.847) | 15.193 |
| Juremas | - | - | - | 33.771 | - | - | 5 | (886) | 32.890 |
| Macacos | - | - | - | 42.150 | - | - | 7 | (1.023) | 41.134 |
| Mohini | 20.885 | (9.000) | - | - | - | - | 30.885 | (21.374) | 21.395 |
| PCH Holding | 464.882 | (120.500) | - | - | - | - | 85.203 | (53.440) | 376.145 |
| PCH Holding 2 | 98.918 | 123.115 | - | (233.828) | - | - | 26.251 | (14.456) | - |
| Pedra Cheirosa I | 82.771 | 78.500 | - | - | - | - | (13.730) | - | 147.540 |
| Pedra Cheirosa II | 83.958 | 51.500 | - | - | - | - | (2.543) | - | 132.915 |
| Pedra Preta | - | 54 | - | 54.678 | - | - | 4 | (1.679) | 53.057 |
| Penedo | 173 | 2 | - | (163) | - | - | (12) | - | - |
| Plano Alto | 30.852 | - | - | - | - | - | 17.101 | (22.911) | 25.042 |
| Rosa dos Ventos | 20.912 | 3.500 | - | - | - | - | 9.327 | - | 33.739 |
| Salto Góes | 61.282 | 25.400 | - | - | - | - | 13.616 | (4.929) | 95.370 |
| Santa Clara I | 147.959 | (25.412) | - | - | (249) | - | 5.852 | (6.148) | 122.003 |
| Santa Clara II | 134.478 | (41.007) | - | - | (225) | - | 5.673 | (5.909) | 93.010 |
| Santa Clara III | 136.184 | (38.316) | - | - | (194) | - | 7.055 | (7.058) | 97.670 |
| Santa Clara IV | 138.599 | (50.945) | - | - | (153) | - | 4.882 | (5.321) | 87.062 |
| Santa Clara V | 139.645 | (48.999) | - | - | (144) | - | 6.084 | (6.152) | 90.434 |
| Santa Clara VI | 137.828 | (53.044) | - | - | (116) | - | 3.586 | (4.125) | 84.130 |
| Santa Cruz | 729 | 23.422 | - | - | - | - | (33) | - | 24.117 |
| Santa Luzia | - | - | - | 168.183 | - | - | 6.684 | - | 174.866 |
| SILF Cinco | 29.076 | 18.600 | - | - | - | - | 11.722 | (3.392) | 56.007 |
| Solar 1 | - | - | - | - | - | (230) | 230 | - | - |
| Sul Centrais Elétricas | 18.208 | - | - | - | - | - | 599 | (1.130) | 17.677 |
| Turbina 16 | 836.452 | - | - | - | - | - | 67.399 | (500) | 903.351 |
| Turbina 17 | 1.305 | 50.878 | - | - | - | - | 871 | (385) | 52.669 |
| Total dos investimentos | 5.213.596 | (40.131) | (10.145) | 56.905 | (119.426) | (252) | 698.606 | (380.435) | 5.418.718 |
| Navegantes * | (23) | - | - | - | - | 22 | - | - | (1) |
| Solar 1 * | (270) | - | - | - | - | 230 | - | - | (40) |
| Tombo * | (2) | - | - | (3) | - | - | 5 | - | - |
| Total da provisão para perdas com investimentos | (295) | - | - | (3) | - | 252 | 5 | - | (41) |

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

| Consolidado | | | | |
|------------------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------|
| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Reestruturação societária | Resultado de equivalência patrimonial | Investimento em 31/12/2020 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | - | 124.809 | 45.357 | 170.166 |
| Total dos investimentos | - | 124.809 | 45.357 | 170.166 |

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, o Grupo reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 14.

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

| Controladas | Dividendos | |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Alto Irani | 1.718 | 5.920 |
| Atlântica I | - | 870 |
| Atlântica II | - | 863 |
| Atlântica IV | - | 6.184 |
| Atlântica V | - | 935 |
| Baesa | 1 | - |
| Bio Alvorada | - | 570 |
| Bio Ipê | - | 2.800 |
| Boa Vista 2 | 10.200 | 12 |
| Costa Branca | 4.532 | - |
| Desa Eólica | 5.887 | - |
| Dobrevê Energia | 40.590 | 28.100 |
| Eólica Paracuru | - | 4.005 |
| Jayaditya | - | 2.200 |
| Juremas | 2.354 | - |
| Macacos | 1.028 | - |
| PCH Holding | 3.000 | 1.881 |
| PCH Holding 2 | - | 4.485 |
| PCH Participações | - | 10.607 |
| Pedra Cheirosa I | - | 77 |
| Pedra Cheirosa II | - | 101 |
| Pedra Preta | 1.685 | - |
| Rosa dos Ventos | - | 3.112 |
| Santa Luzia | 1.900 | - |
| Siif Cinco | 1.982 | 2.608 |
| Sul Centrais Elétricas | 1.030 | - |
| Turbina 16 | - | 14.468 |
| | 75.907 | 89.798 |

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 168.226 a título de dividendos referente ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 121.316 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 96.278 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 4.814 como dividendo mínimo obrigatório. Além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 408.512 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

| Controladas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Atlântica IV | 7.300 | 2.093 |
| Atlântica II | 1.000 | - |
| Baixa Verde | 24 | 53 |
| Boa Vista 2 | - | 39.000 |
| Cajueiro | - | 20 |
| Campos dos Ventos II | 33.200 | - |
| Costa Branca | 17.986 | - |
| Costa das Dunas | - | 17.589 |
| Dobrevê Energia | 111.450 | 1.157 |
| Eólica Holding | - | 617 |
| Farol de Touros | 26.487 | 16.210 |
| Figueira Branca | 12.045 | 8.432 |
| Gameleira | 29.599 | 11.248 |
| Juremas | 12.244 | - |
| Macacos | 20.798 | - |
| Navegantes | - | 65 |
| PCH Holding 2 | - | 123.115 |
| Pedra Preta | 14.780 | - |
| Santa Cruz | - | 3.922 |
| Turbina 16 | 242.001 | - |
| Turbina 17 | - | 50.878 |
| | 528.914 | 274.399 |

12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outros | Total |
|--|---------------------|----------------|----------------|--------------------|---------------|---------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 4.081 | 2.761 | 3.556 | 4.056 | 85.702 | 1.832 | 101.987 |
| Participação acionária e no capital votante | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 40,00% | 5 a 10% | |
| Resultado atribuído aos acionistas não controladores | 293 | 227 | 267 | 408 | 12.310 | 7 | 13.510 |
| Aumento de capital | 67 | 10 | 13 | 71 | - | 6.402 | 6.563 |
| Dividendos | - | - | - | - | (16.410) | - | (16.410) |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.441 | 2.997 | 3.835 | 4.535 | 81.601 | 8.241 | 105.653 |
| Participação acionária e no capital votante | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 40,00% | 5 a 10% | |

12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são como segue:

| | 31/12/2020 | | | | | |
|-------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|--------|---------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Ativo circulante | 5.293 | 3.420 | 4.319 | 6.359 | 10.470 | 102.647 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 379 | 277 | 320 | 266 | 2.918 | 19.727 |
| Ativo não circulante | 83.805 | 55.999 | 71.562 | 76.450 | 88.636 | 85.849 |
| Passivo circulante | 9.447 | 9.337 | 7.643 | 8.040 | 4.340 | 53.516 |
| Outros passivo financeiros | 9.447 | 9.337 | 7.643 | 8.040 | 4.340 | 53.516 |
| Passivo não circulante | 22.114 | 15.467 | 24.946 | 18.927 | - | 26.511 |
| Outros passivo financeiros | 22.114 | 15.467 | 24.946 | 18.927 | - | 26.511 |
| Patrimônio líquido | 57.537 | 34.615 | 43.292 | 55.842 | 94.767 | 108.469 |

| | 31/12/2019 | | | | | |
|--|--------------|---------|---------|-------------|--------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Ativo circulante | 4.856 | 4.112 | 5.405 | 5.101 | 7.702 | 16.327 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.507 | 1.362 | 1.991 | 1.066 | 566 | 6.505 |
| Ativo não circulante | 106.359 | 70.688 | 91.588 | 100.998 | 89.858 | 31.130 |
| Passivo circulante | 10.164 | 7.239 | 8.907 | 9.776 | 2.927 | 3.700 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 4.878 | 3.600 | 4.850 | 4.739 | - | - |
| Outros passivo financeiros | 5.286 | 3.639 | 4.057 | 5.037 | 2.927 | 3.700 |
| Passivo não circulante | 48.458 | 35.942 | 48.251 | 47.228 | - | 33.937 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 44.852 | 33.119 | 44.617 | 43.591 | - | - |
| Outros passivo financeiros | 3.606 | 2.823 | 3.634 | 3.637 | - | 33.937 |
| Patrimônio líquido | 52.593 | 31.619 | 39.836 | 49.096 | 94.634 | 9.819 |

| | 2020 | | | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Receita operacional líquida | 16.144 | 10.941 | 15.169 | 17.037 | 48.025 | - |
| Custo e despesa operacional | (3.689) | (2.202) | (4.408) | (3.623) | (1.100) | (243) |
| Depreciação e amortização | (3.830) | (2.620) | (3.329) | (3.403) | (4.953) | - |
| Receita de juros | 2.570 | 1.165 | 1.817 | 2.412 | 73 | 223 |
| Despesa de juros | (4.684) | (2.631) | (3.635) | (3.649) | (9) | (68) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (1.378) | (724) | (1.081) | (1.347) | (1.561) | (19) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 5.160 | 3.930 | 4.533 | 7.440 | 40.526 | (65) |

| | 2019 | | | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|--------|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outras |
| Receita operacional líquida | 17.282 | 11.446 | 15.160 | 17.568 | 46.897 | - |
| Custo e despesa operacional | (4.409) | (3.000) | (4.254) | (3.811) | (4.294) | (375) |
| Depreciação e amortização | (3.782) | (2.582) | (3.268) | (3.354) | (7.186) | - |
| Receita de juros | 5.969 | 2.736 | 4.323 | 5.812 | 721 | 5 |
| Despesa de juros | (9.052) | (5.125) | (7.429) | (8.516) | (306) | (3) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (2.559) | (1.274) | (1.932) | (2.515) | (1.719) | - |
| Lucro (prejuízo) líquido | 3.448 | 2.202 | 2.600 | 5.183 | 34.113 | (368) |

12.4.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, que partir da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, passou a ser controlado em conjunto pela CPFL Energias Renováveis S.A., são como segue:

| | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------------|-------------------|
| | <u>Baesa</u> |
| Ativo circulante | 88.780 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.338 |
| Ativo não circulante | 1.062.369 |
| Passivo circulante | 74.542 |
| Outros passivo financeiros | 74.542 |
| Passivo não circulante | 396.099 |
| Outros passivo financeiros | 396.099 |
| Patrimônio líquido | 680.508 |

| | <u>2020</u> |
|----------------------------------|--------------|
| | <u>Baesa</u> |
| Receita operacional líquida | 296.078 |
| Custo e despesa operacional | 61.621 |
| Depreciação e amortização | (51.701) |
| Receita de juros | 1.248 |
| Despesa de juros | (85.357) |
| Despesa de imposto sobre a renda | (75.762) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 146.090 |

12.5 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

(13) IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | | | Total |
|--|---------------|-------------------------------------|---|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|------------------|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | |
| Saldo em 31/12/2018 | 4.152 | - | 88.846 | 619.583 | 607 | 1.408 | 82.457 | 797.053 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 142.364 | 1.223.490 | 809 | 2.101 | 82.457 | 1.455.414 |
| Depreciação acumulada | (41) | - | (53.518) | (603.907) | (202) | (693) | - | (658.361) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 58.735 | 58.735 |
| Baixas | - | - | - | (17.552) | (213) | - | (165) | (17.930) |
| Transferências | - | - | 17.407 | 38.155 | 241 | 168 | (55.971) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | (71) | (71) |
| Depreciação | (4) | - | (8.333) | (65.142) | (131) | (132) | - | (73.741) |
| Baixa da depreciação | - | - | - | 8.573 | 87 | - | - | 8.661 |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.147 | - | 97.920 | 583.617 | 591 | 1.444 | 84.985 | 772.704 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 159.771 | 1.244.092 | 837 | 2.269 | 84.988 | 1.496.151 |
| Depreciação acumulada | (46) | - | (61.852) | (660.474) | (246) | (825) | - | (723.443) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 77.855 | 77.855 |
| Baixas | (189) | (1.344) | (13.954) | (25.516) | (114) | (20) | - | (41.137) |
| Transferências | - | - | 12.405 | 5.972 | - | 220 | (18.597) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.971 | 3.971 |
| Depreciação | (5) | (3.116) | (11.610) | (76.664) | (147) | (162) | - | (91.703) |
| Baixa da depreciação | - | 929 | 685 | 16.550 | 18 | 12 | - | 18.194 |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940 | 467.527 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.327 | 2.287.646 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (245.288) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | (1.349.782) |
| Saldo em 31/12/2020 | 18.894 | 218.708 | 255.283 | 1.028.564 | 954 | 1.805 | 153.544 | 1.677.751 |
| Custo histórico | 18.945 | 466.183 | 547.521 | 2.630.280 | 2.650 | 5.360 | 153.544 | 3.824.484 |
| Depreciação acumulada | (51) | (247.476) | (292.238) | (1.601.716) | (1.696) | (3.556) | - | (2.146.733) |
| Taxa média de depreciação 2020 | 4,52% | 2,84% | 4,83% | 13,67% | 14,29% | 6,27% | | |
| Taxa média de depreciação 2019 | 1% | 0% | 16,27% | 15,36% | 14,29% | 6,27% | | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------------------------|---|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|------------------|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total |
| Saldo em 31/12/2018 | 144.991 | 856.814 | 582.658 | 5.726.794 | 648 | 3.064 | 139.615 | 7.454.584 |
| Custo histórico | 183.418 | 1.287.038 | 836.066 | 7.946.776 | 1.042 | 6.193 | 139.615 | 10.400.148 |
| Depreciação acumulada | (38.427) | (430.224) | (253.408) | (2.219.982) | (394) | (3.129) | - | (2.945.564) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 240.594 | 240.594 |
| Baixas | - | (5) | (31.080) | (22.349) | (213) | - | (8) | (53.655) |
| Transferências | 603 | 15.744 | 48.146 | 69.211 | 260 | 390 | (134.354) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | (1.333) | (8.249) | (6.968) | 12.395 | - | (40) | 2.170 | (2.025) |
| Depreciação | (7.911) | (55.031) | (37.768) | (380.522) | (151) | (372) | - | (481.755) |
| Baixa da depreciação | - | 5 | 2.231 | 11.353 | 87 | - | - | 13.676 |
| Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação | (5) | - | 21 | 645 | - | - | - | 661 |
| Saldo em 31/12/2019 | 136.345 | 809.279 | 557.240 | 5.417.528 | 632 | 3.043 | 248.017 | 7.172.083 |
| Custo histórico | 182.688 | 1.294.527 | 846.164 | 8.006.034 | 1.090 | 6.543 | 248.017 | 10.585.063 |
| Depreciação acumulada | (46.343) | (485.249) | (288.924) | (2.588.506) | (458) | (3.500) | - | (3.412.981) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 262.804 | 262.804 |
| Baixas | (1.041) | (3.686) | (33.173) | (37.884) | (114) | (40) | - | (75.938) |
| Transferências | 852 | 2.135 | 69.395 | 27.445 | - | 264 | (100.092) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.930 | 3.930 |
| Depreciação | (2.142) | (26.991) | (33.058) | (373.085) | (167) | (416) | - | (435.859) |
| Baixa da depreciação | 40 | 1.814 | 691 | 21.077 | 18 | 24 | - | 23.664 |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940 | 467.527 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.155 | 2.287.474 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (245.288) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | (1.349.782) |
| Saldo em 31/12/2020 | 148.994 | 1.004.789 | 730.932 | 5.579.683 | 975 | 3.185 | 419.814 | 7.888.373 |
| Custo histórico | 197.440 | 1.778.757 | 1.283.287 | 9.501.883 | 3.084 | 9.791 | 419.814 | 13.194.056 |
| Depreciação acumulada | (48.445) | (773.968) | (552.355) | (3.922.200) | (2.109) | (6.606) | - | (5.305.682) |
| Taxa média de depreciação 2020 | 5,67% | 5,80% | 4,72% | 5,88% | 14,40% | 6,44% | | |
| Taxa média de depreciação 2019 | 3,86% | 3,89% | 3,88% | 4,44% | 13,25% | 9,18% | | |

O imobilizado em curso na controladora de R\$ 153.544 (R\$ 84.985 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente a obras de manutenção em unidades operacionais. No consolidado, o imobilizado em curso de R\$ 419.814 (R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019) refere-se principalmente às obras da controladora e aos projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 139.746 (R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019) cuja previsão de entrada em operação está para o segundo trimestre de 2021, antecipando a entrega em cerca de 2,5 anos do prazo oficial estabelecido pela ANEEL.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 818.561 (R\$ 3.908.099 em 31 de dezembro de 2019).

13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(14) INTANGÍVEL

| | Controladora | | |
|---------------------------------------|--|--------------------------------------|----------------|
| | Direito de concessão | | Total |
| | Adquirido em combinações de negócio | Outros ativos intangíveis | |
| Saldo em 31/12/2018 | 902.019 | 23.018 | 925.038 |
| Custo histórico | 916.736 | 32.402 | 949.139 |
| Amortização acumulada | (14.717) | (9.384) | (24.101) |
| Adições | - | 5.987 | 5.987 |
| Amortização | (64.431) | (3.455) | (67.886) |
| Baixa e transferência - outros ativos | - | 71 | 71 |
| Saldo em 31/12/2019 | 837.588 | 25.621 | 863.209 |
| Custo histórico | 916.736 | 38.460 | 955.196 |
| Amortização acumulada | (79.148) | (12.839) | (91.987) |
| Adições | - | 8.113 | 8.113 |
| Amortização | (64.430) | (4.451) | (68.881) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (2.493) | (3.971) | (6.464) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 846.245 | 25.314 | 871.559 |
| Custo histórico | 1.766.660 | 42.689 | 1.809.349 |
| Amortização acumulada | (920.416) | (17.374) | (937.790) |

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------------|--|--|---------------|--------------------------------------|
| | Direito de concessão | | Total | |
| | Adquirido em combinações de negócio | UBP/Intangível de concessão | | Outros ativos intangíveis |
| Saldo em 31/12/2018 | 2.602.625 | - | 40.333 | 2.642.958 |
| Custo histórico | 3.637.662 | - | 61.483 | 3.699.145 |
| Amortização acumulada | (1.035.037) | - | (21.150) | (1.056.187) |
| Adições | - | - | 6.030 | 6.030 |
| Amortização | (159.227) | - | (4.741) | (163.968) |
| Transferência de imobilizado | - | - | 1.365 | 1.365 |
| Saldo em 31/12/2019 | 2.443.398 | - | 42.987 | 2.486.385 |
| Custo histórico | 3.637.662 | - | 68.878 | 3.706.540 |
| Amortização acumulada | (1.194.264) | - | (25.891) | (1.220.155) |
| Adições | - | 8.679 | 8.350 | 17.029 |
| Amortização | (161.006) | - | (5.698) | (166.704) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (13.430) | - | (3.930) | (17.360) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | - | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 2.344.542 | 8.679 | 41.712 | 2.394.934 |
| Custo histórico | 4.040.580 | 8.679 | 73.386 | 4.122.644 |
| Amortização acumulada | (1.696.037) | - | (31.673) | (1.727.710) |

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como (i) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios; e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

| | Consolidado | | | | | | |
|---|------------------|-----------------------|------------------|------------------|------------|---------------------------|--|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | Taxa de amortização anual | |
| | Custo Histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Intangível adquirido em combinações de negócio | | | | | | | |
| Intangível adquirido não incorporado | | | | | | | |
| Alto Irani | 171.016 | (76.686) | 94.330 | 102.474 | 4,76% | 4,75% | |
| Anvored | 38.086 | (17.190) | 20.896 | 22.649 | 4,60% | 4,62% | |
| Atlântica I | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,13% | 3,79% | |
| Atlântica II | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Atlântica IV | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Atlântica V | 469 | (100) | 369 | 383 | 3,12% | 3,96% | |
| Baixa Verde | 4.981 | - | 4.981 | 4.981 | - | - | |
| Barra da Paciência | 82.973 | (50.741) | 32.232 | 35.813 | 4,32% | 4,33% | |
| Bio Ester | 15.874 | (7.780) | 8.094 | 9.037 | 5,94% | 5,84% | |
| Boa Vista 2 | 74.049 | (4.834) | 69.216 | 71.536 | 3,13% | 3,13% | |
| Cajueiro | 7.823 | - | 7.823 | 7.823 | - | - | |
| Campo dos Ventos I | 3.642 | (603) | 3.038 | 3.175 | 3,75% | 4,07% | |
| Campo dos Ventos II | 5.576 | (1.255) | 4.321 | 4.492 | 3,07% | 3,26% | |
| Campo dos Ventos III | 3.642 | (613) | 3.029 | 3.165 | 3,74% | 4,04% | |
| Campo dos Ventos V | 3.642 | (603) | 3.038 | 3.175 | 3,75% | 4,07% | |
| Cocais Grande | 29.297 | (15.285) | 14.012 | 15.569 | 5,31% | 5,28% | |
| Corrente Grande | 49.995 | (30.289) | 19.706 | 21.876 | 4,34% | 4,34% | |
| Costa Branca | 49.482 | (10.251) | 39.232 | 40.750 | 3,07% | 3,03% | |
| Costa das Dunas | 5.278 | - | 5.278 | 5.278 | - | - | |
| Eólica Paracuru | 234.646 | (102.717) | 131.929 | 143.238 | 4,82% | 4,83% | |
| Eurus I | 65.603 | (13.038) | 52.565 | 54.640 | 3,10% | 3,09% | |
| Eurus III | 65.603 | (13.038) | 52.565 | 54.640 | 3,10% | 3,09% | |
| Eurus VI | 1.311 | (336) | 975 | 1.015 | 3,02% | 3,92% | |
| Farol de Touros | 4.060 | - | 4.060 | 4.060 | - | - | |
| Figueira Branca | 2.436 | - | 2.436 | 2.436 | - | - | |
| Figueirópolis | 6.672 | (2.142) | 4.529 | 4.869 | 5,09% | 5,28% | |
| Gamelaíra | 3.248 | - | 3.248 | 3.248 | - | - | |
| Juremas | 40.751 | (8.464) | 32.288 | 33.542 | 3,08% | 3,03% | |
| Ludesa | 132.579 | (45.549) | 87.030 | 94.242 | 5,44% | 5,39% | |
| Macacos | 53.384 | (11.087) | 42.296 | 43.939 | 3,08% | 3,07% | |
| Mata Velha | 25.463 | (7.294) | 18.169 | 19.760 | 5,19% | 5,17% | |
| Morro dos Ventos I | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,16% | |
| Morro dos Ventos II | 3.169 | (561) | 2.608 | 2.707 | 2,41% | 2,64% | |
| Morro dos Ventos III | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos IV | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos VI | 50.926 | (10.368) | 40.558 | 42.207 | 3,16% | 3,20% | |
| Morro dos Ventos IX | 53.150 | (10.821) | 42.329 | 44.051 | 3,17% | 3,20% | |
| Ninho da Águia | 29.297 | (15.285) | 14.012 | 15.569 | 5,31% | 5,28% | |
| Paioi | 58.594 | (26.756) | 31.838 | 34.567 | 4,66% | 4,62% | |
| Pedra Cheirosa I | 30.773 | (4.380) | 26.394 | 37.019 | 4,07% | 3,12% | |
| Pedra Cheirosa II | 32.772 | (3.940) | 28.832 | 33.299 | 3,43% | 3,43% | |
| Pedra Preta | 53.390 | (11.060) | 42.330 | 43.968 | 3,07% | 3,04% | |
| Plano Alto | 127.249 | (57.060) | 70.189 | 76.249 | 4,76% | 4,76% | |
| Rosa dos Ventos | 67.741 | (25.249) | 42.492 | 46.187 | 5,45% | 5,45% | |
| Salto Góes | 55.442 | (16.198) | 39.243 | 41.247 | 3,61% | 3,61% | |
| Santa Clara I | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,16% | |
| Santa Clara II | 5.229 | (1.340) | 3.889 | 4.047 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara III | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara IV | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Clara V | 5.229 | (1.334) | 3.896 | 4.053 | 3,00% | 3,06% | |
| Santa Clara VI | 5.229 | (1.344) | 3.886 | 4.044 | 3,02% | 3,12% | |
| Santa Luzia | 88.167 | (25.597) | 62.570 | 65.414 | 3,23% | 3,21% | |
| Santa Mônica | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,33% | |
| Santa Ursula | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,33% | |
| Santo Dimas | 5.963 | (894) | 5.069 | 5.288 | 3,67% | 3,77% | |
| São Benedito | 5.963 | (909) | 5.054 | 5.272 | 3,66% | 3,74% | |
| São Domingos | 5.963 | (887) | 5.076 | 5.285 | 3,50% | 3,26% | |
| São Gonçalo | 32.226 | (16.739) | 15.487 | 17.192 | 5,29% | 5,30% | |
| São Martinho | 5.963 | (891) | 5.072 | 5.290 | 3,66% | 3,74% | |
| SIF Cinco | 139.766 | (61.678) | 78.088 | 84.878 | 4,86% | 4,85% | |
| Varginha | 26.367 | (13.757) | 12.610 | 14.012 | 5,31% | 5,28% | |
| Varzea Alegre | 21.973 | (11.464) | 10.509 | 11.676 | 5,31% | 5,37% | |
| Subtotal | 2.273.919 | (775.622) | 1.498.298 | 1.605.810 | | | |
| Intangível adquirido já incorporado - recomposto | | | | | | | |
| Eólica de Icarazinho | 353.069 | (154.556) | 198.512 | 215.528 | 4,82% | 4,82% | |
| Eólica de Formosa | 227.113 | (100.224) | 126.889 | 137.923 | 4,86% | 4,86% | |
| BVP Geradora | 760.029 | (312.273) | 447.756 | 484.137 | 4,79% | 4,79% | |
| Semesa | 426.450 | (353.363) | 73.087 | - | 2,34% | - | |
| Subtotal | 1.766.660 | (920.416) | 846.245 | 837.588 | | | |
| Total | 4.040.580 | (1.696.037) | 2.344.542 | 2.443.398 | | | |

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 UBP/Intangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.8, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 8.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%. Vide notas explicativas 14.1 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(15) FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Circulante</u> | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 100.513 | 55.393 | 87.589 | 50.487 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 122 | 239 | 786 | 1.277 |
| Materiais e serviços | 38.861 | 29.229 | 91.105 | 84.953 |
| Total | 139.496 | 84.861 | 179.479 | 136.717 |
| <u>Não circulante</u> | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | - | 1.005 | 117.360 | 104.206 |
| Materiais e serviços | 2.756 | - | 2.756 | - |
| Total | 2.756 | 1.005 | 120.116 | 104.206 |

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------------|----------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Amortização o principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Mensuradas ao custo | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | |
| Pré Fixado | 262.997 | (47.654) | 20.167 | (18.217) | 217.292 |
| Pós Fixado | | | | | |
| TJLP | 607.901 | (73.620) | 24.089 | (24.756) | 533.614 |
| CDI | 44.170 | (44.000) | 1.489 | (1.659) | - |
| IGPM | 51.663 | (11.142) | 6.161 | (4.076) | 42.606 |
| Total ao custo | 966.731 | (176.417) | 51.906 | (48.708) | 793.512 |
| Gastos com captação (*) | (3.058) | - | 475 | - | (2.583) |
| Total | 963.673 | (176.417) | 52.381 | (48.708) | 790.929 |
| Circulante | 174.291 | | | | 131.479 |
| Não Circulante | 789.382 | | | | 659.450 |

| Modalidade | Controladora | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|----------------|---------------------------|-----------------------|--|---------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 217.292 | - | - | (216.232) | 6.950 | - | (8.010) | - |
| TJLP e TLP | 533.614 | - | - | (191.086) | 29.341 | - | (29.991) | 341.877 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 793.512 | - | - | (419.886) | 48.672 | - | (41.497) | 380.799 |
| Gastos com captação (*) | (2.583) | - | - | - | 2.454 | - | - | (129) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 790.929 | 120.000 | 191.697 | (419.886) | 51.043 | 10.651 | (46.224) | 698.208 |
| Circulante | 131.479 | | | | | | | 230.111 |
| Não Circulante | 659.450 | | | | | | | 468.098 |

| Modalidade | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|----------------|-----------------------|----------------------------------|------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | |
| Pré Fixado | 543.240 | - | (75.312) | 37.114 | (40.692) | 464.351 |
| TJLP | 2.893.885 | - | (289.277) | 226.875 | (205.807) | 2.625.676 |
| IPCA | 32.785 | - | (711) | 1.473 | (1.735) | 31.813 |
| CDI | 267.793 | - | (105.200) | 6.997 | (11.809) | 157.781 |
| IGPM | 51.888 | - | (11.141) | 5.936 | (4.077) | 42.606 |
| Total ao custo | 3.789.591 | - | (481.641) | 278.395 | (264.120) | 3.322.227 |
| Gastos com captação (*) | (22.302) | (1.103) | - | 2.632 | - | (20.773) |
| Total | 3.767.289 | (1.103) | (481.641) | 281.027 | (264.120) | 3.301.454 |
| Circulante | 476.262 | | | | | 404.779 |
| Não Circulante | 3.291.027 | | | | | 2.896.675 |

| Consolidado | | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|----------------|---------------------------|-----------------------|--|---------------------|------------------|---------------------|
| Modalidade | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 464.351 | - | - | (462.424) | 15.087 | - | (17.013) | - |
| TJLP e TLP | 2.625.676 | 3.000 | - | (2.146.844) | 119.294 | - | (126.173) | 474.954 |
| IPCA | 31.813 | - | - | (31.706) | 804 | - | (911) | - |
| CDI | 157.781 | - | - | (26.000) | 3.929 | - | (5.868) | 129.842 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 3.322.227 | 3.000 | - | (2.679.542) | 151.495 | - | (153.461) | 643.718 |
| Gastos com captação (*) | (20.773) | - | - | - | 17.667 | - | - | (3.106) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 3.301.454 | 123.000 | 191.697 | (2.679.542) | 169.079 | 10.651 | (158.188) | 958.150 |
| Circulante | 404.779 | | | | | | | 272.016 |
| Não Circulante | 2.896.675 | | | | | | | 686.135 |

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | Consolidado | | Faixa de vencimento | Garantia |
|--|-----------------------------------|----------------|------------------|---------------------|--|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Mensuradas ao custo - Moeda Nacional | | | | | |
| Pré fixado | | | | | |
| FINEM | Pré fixado de 2,5% a 4,5% | - | 41.963 | 2014 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid |
| FINAME | Pré fixado de 2,5% a 5,5% | - | 30.179 | 2012 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid |
| BNB | Pré fixado de 9,5% a 10,14% | - | 392.209 | 2012 a 2020 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis |
| | | - | 464.351 | | |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | | | | | |
| FINEM | TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5% (a) | 474.288 | 2.623.868 | 2012 a 2039 | (i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária |
| FINEP | TJLP + 5% | 666 | 1.808 | 2019 a 2021 | Fiança Bancária |
| | | 474.954 | 2.625.676 | | |
| IPCA | | | | | |
| BNB | IPCA + 2,08% | - | 31.813 | 2038 | Fiança Bancária |
| CDI | | | | | |
| Empréstimos bancários | 105% do CDI e CDI + 1,9% (b) | 129.843 | 157.781 | 2016 a 2023 | Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis |
| IGPM | | | | | |
| Empréstimos bancários | IGPM + 8,63% | 38.922 | 42.606 | 2023 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação |
| Total moeda nacional | | 643.719 | 3.322.227 | | |
| Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira | | | | | |
| Dólar | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | US\$ + de (2,07% a 3,29%) | 319.277 | - | 2021 a 2025 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Marcação a mercado | | (1.739) | - | | |
| Total moeda estrangeira | | 317.538 | - | | |
| Gastos com captação (*) | | (3.106) | (20.773) | | |
| Total | | 958.150 | 3.301.454 | | |

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636, contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 4.375.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------|---------------------|--------------------|
| 2022 | 54.970 | 54.970 |
| 2023 | 100.024 | 148.626 |
| 2024 | 89.482 | 149.109 |
| 2025 | 89.482 | 96.482 |
| 2026 | 40.915 | 47.914 |
| 2027 a 2031 | 95.467 | 102.467 |
| 2032 a 2036 | - | 34.793 |
| 2037 a 2041 | - | 34.115 |
| 2042 a 2046 | - | 19.900 |
| Subtotal | 470.340 | 688.376 |
| Marcação a mercado | (2.242) | (2.242) |
| Total | 468.098 | 686.134 |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

| <u>Indexador</u> | <u>Variação acumulada %</u> | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|------------------|-----------------------------|-------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>2020</u> | <u>2019</u> | <u>% da dívida</u> | | <u>% da dívida</u> | |
| | | | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| IGP-M | 23,14 | 7,30 | 5,57 | 7,43 | 4,06 | 1,52 |
| TJLP | 4,87 | 6,30 | 48,95 | 92,57 | 49,25 | 92,86 |
| CDI | 2,78 | 5,97 | 45,48 | - | 46,69 | 5,62 |
| | | | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Principais adições no exercício

No exercício de 2020, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

| Modalidade Empresa | Montantes R\$ mil | | | Pagamento de juro | Amortização de Principal | Destinação do recurso | Encargo financeiro anual | Taxa efetiva anual | Taxa efetiva com derivativos | |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|---|-------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------|------------------------------|--|
| | Total aprovado | Liberado em 2020 | Liberado líquido dos gastos de captação | | | | | | | |
| TJLP - BNDES | 144.500 | 3.000 | 3.000 | Mensal | Mensal a partir de dezembro de 2019 | Investimento | TLPJ + 2,52% | TJLP + 3,27% | Não se aplica | |
| Moeda Estrangeira Lei 4131 | | | | | | | | | | |
| CPFL Renováveis | 120.000 | 120.000 | 120.000 | Semestral | Anual a partir de fevereiro de 2023 | Capital de Giro | USD + 2,07% | USD + 1,96% | CDI + 0,80% | |
| | 264.500 | 123.000 | 123.000 | | | | | | | |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.422.987 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Pós fixado | | | | | | |
| TJLP | 370.732 | - | (54.821) | 25.724 | (3.750) | 337.885 |
| CDI | 914.924 | 838.000 | (753.343) | 70.112 | (73.049) | 996.644 |
| IPCA | 270.431 | - | (16.140) | 33.767 | (7.360) | 280.699 |
| Total ao custo | 1.556.087 | 838.000 | (824.304) | 129.603 | (84.158) | 1.615.228 |
| Gastos com captação (*) | (18.484) | (229) | - | 6.887 | - | (11.826) |
| Total | 1.537.603 | 837.771 | (824.304) | 136.490 | (84.158) | 1.603.402 |
| Circulante | 285.931 | | | | | 201.019 |
| Não circulante | 1.251.672 | | | | | 1.402.384 |

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 337.885 | (345.010) | 9.238 | (2.111) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.672 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.615.228 | (498.010) | 65.532 | (49.643) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (11.825) | - | 8.339 | - | (3.486) |
| Total | 1.603.403 | (498.010) | 73.871 | (49.643) | 1.129.619 |
| Circulante | 201.019 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.402.384 | | | | 1.121.326 |

| Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|-------------------|------------------------|
| Modalidade | Saldo em 31/12/2018 | Captação | Amortização principal | Encargos e atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2019 |
| Pós fixado | | | | | | |
| TJLP | 481.100 | - | (70.761) | 33.386 | (4.732) | 438.993 |
| CDI | 1.060.614 | 838.000 | (898.405) | 74.773 | (78.338) | 996.644 |
| IPCA | 270.431 | - | (16.140) | 33.768 | (7.360) | 280.699 |
| Total ao custo | 1.812.145 | 838.000 | (985.306) | 141.927 | (90.429) | 1.716.336 |
| Gastos com captação (*) | (20.599) | (228) | - | 7.745 | - | (13.082) |
| Total | 1.791.545 | 837.772 | (985.306) | 149.672 | (90.429) | 1.703.254 |
| Circulante | 343.731 | | | | | 212.251 |
| Não circulante | 1.447.814 | | | | | 1.491.001 |

| Modalidade | Consolidado | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 438.991 | (448.249) | 12.001 | (2.744) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.671 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.716.334 | (601.249) | 68.294 | (50.276) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (13.082) | - | 9.596 | - | (3.486) |
| Total | 1.703.252 | (601.249) | 77.890 | (50.276) | 1.129.619 |
| Circulante | 212.251 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.491.001 | | | | 1.121.326 |

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | Consolidado | | Vencimento | Garantias |
|--|-------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Mensurado ao custo - Pós fixado | | | | | |
| TJLP | TJLP + 1% | - | 438.993 | 2009 a 2029 | Alienação fiduciária |
| CDI | De 106,00% a 110% do CDI | (a) 840.117 | 996.644 | 2020 a 2023 | Não existem garantias |
| IPCA | IPCA + 4,42 a 5,8% | (b) 292.988 | 280.699 | 2021 a 2027 | Fiança da CPFL Energia |
| | | 1.133.105 | 1.716.336 | | |
| | Custos de captação (*) | (3.486) | (13.082) | | |
| | Total | 1.129.619 | 1.703.252 | | |
| | Total | 1.129.619 | 1.703.252 | | |

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, para as captações realizadas no exercício de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora e Consolidado</u> |
|--------------------------|-----------------------------------|
| 2022 | 763.812 |
| 2023 | 357.514 |
| Total | 1.121.326 |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.474 de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| <u>Circulante</u> | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | - | - | 22.344 | 17.077 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 878 | - | 10.488 | 8.318 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 | - | 32.832 | 25.395 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 309 | 348 | 1.593 | 2.746 |
| Programa de integração social - PIS | 5.132 | 2.454 | 6.582 | 3.262 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 22.297 | 9.941 | 27.524 | 13.705 |
| Outros | 28.738 | 4.096 | 31.979 | 6.232 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 | 16.839 | 67.678 | 25.945 |
| Total Circulante | 57.353 | 16.839 | 100.509 | 51.340 |
| <u>Não circulante</u> | | | | |
| ICMS a pagar | - | - | 839 | 805 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | - | - | 839 | 805 |
| Total Não circulante | - | - | 839 | 805 |

O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|---|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1) | 6.474 | 928 | - | - | 38.432 | 24.979 |
| Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2) | 53.442 | 62.288 | 19.946 | 24.485 | 184.955 | 203.844 |
| Total | 59.916 | 63.216 | 19.946 | 24.485 | 223.388 | 228.823 |

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

| | Consolidado | | | |
|---------------------|--|---------------------|--|---------------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais |
| Trabalhistas | 8.077 | 1.923 | 2.270 | 1.567 |
| Cíveis | 26.718 | 3.435 | 20.679 | 3.351 |
| Fiscais | 3.637 | 11.149 | 2.029 | 9.200 |
| Outros | - | 83 | - | - |
| Total | 38.432 | 16.590 | 24.979 | 14.118 |

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | | | | | | |
|--------------|---------------------|---------------|----------------|-------------|-----------------------|------------------------|--------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualização monetária | Combinação de negócios | Incorporação | Saldo em 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 2.270 | 5.418 | (3) | - | 123 | - | 269 | 8.077 |
| Cíveis | 20.679 | 17.056 | (3.092) | (47) | (6.990) | (890) | - | 26.718 |
| Fiscais | 2.029 | 3.636 | - | - | - | (2.029) | 1 | 3.637 |
| Total | 24.979 | 26.110 | (3.095) | (47) | (6.867) | (2.919) | 270 | 38.432 |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

| | Consolidado | | |
|------------------|------------------|------------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Trabalhistas | 3.373 | 2.613 | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras |
| Cíveis | 381.890 | 343.785 | Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias |
| Fiscais | 1.379.283 | 344.594 | Imposto de renda e contribuição social (nota 18) |
| Fiscais - Outros | 968.376 | 465.258 | INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social |
| Regulatórios | 3.964 | 3.590 | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |
| Total | 2.736.886 | 1.159.840 | |

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006

referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

| | Controladora | | | | 31/12/2019 |
|--------------------------|---------------|---------------|-------------------------|--|---------------|
| | 31/12/2018 | Adições | Ajuste a valor presente | Efeitos da revisão da taxa de desconto | |
| Desmobilização de ativos | 29.235 | 16.571 | 4.672 | 11.811 | 62.288 |
| Total | 29.235 | 16.571 | 4.672 | 11.811 | 62.288 |

| Controladora | | | | |
|--------------------------|-------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |
| Total | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |

| Consolidado | | | | | | | |
|--------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2018 | Adições | Pagamentos | Baixas | Atualização monetária | Ajuste a valor presente | 31/12/2019 |
| Desmobilização de ativos | 108.711 | 43.377 | - | (28.848) | 12.570 | 67.513 | 203.323 |
| Custos socioambientais | 24.039 | 1.579 | (1.964) | - | 1.352 | - | 25.006 |
| Total | 132.750 | 44.956 | (1.964) | (28.848) | 13.923 | 67.513 | 228.329 |
| Circulante | 22.489 | | | | | | 24.485 |
| Não Circulante | 110.261 | | | | | | 203.844 |

| Consolidado | | | | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Pagamentos | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 203.323 | - | (32.400) | 13.906 | 184.829 |
| Custos socioambientais | 25.006 | (6.244) | - | 1.309 | 20.071 |
| Total | 228.329 | (6.244) | (32.400) | 15.215 | 204.900 |
| Circulante | 24.485 | | | | 19.946 |
| Não Circulante | 203.844 | | | | 184.955 |

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Biomassa | - | - | 7.640 | 7.334 |
| Eólicas | 98.856 | 67.263 | 383.738 | 225.343 |
| Pequenas Centrais Hidrelétricas | - | - | 77.888 | 59.454 |
| | 98.856 | 67.263 | 469.266 | 292.131 |
| Total do circulante | 98.070 | 67.263 | 444.640 | 248.883 |
| Total do não circulante | 786 | - | 24.626 | 43.248 |

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|---------------|---------------|----------------|------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Consumidores e Concessionárias | 1.317 | 1.123 | - | - | 14.743 | 242 | - | - |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 104 | - | - | - | 326 | 4.003 | 3.558 | - |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*) | 6 | - | - | - | 6 | - | - | - |
| Folha de pagamento | 1.588 | 1.459 | - | - | 1.588 | 1.487 | - | - |
| Participação nos lucros | 13.281 | 10.397 | 2.093 | 972 | 13.281 | 10.749 | 2.093 | 972 |
| Taxas regulamentares | 22.211 | - | - | - | 22.219 | 33 | - | - |
| Outros | 1.611 | 674 | - | - | 23.116 | 13.408 | 1.657 | 24.593 |
| Total | 40.118 | 13.653 | 2.093 | 972 | 75.279 | 29.922 | 7.308 | 25.565 |

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

| Acionistas | Quantidade de ações | | | |
|------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | Ordinárias | Participação % | Ordinárias | Participação % |
| CPFL Geração de Energia S.A. | 301.937.337 | 50,85% | 277.251.717 | 53,18% |
| CPFL Energia S.A. | 291.845.167 | 49,15% | 243.771.824 | 46,76% |
| Demais acionistas | - | - | 291.550 | 0,06% |
| Total | 593.782.504 | 100,00% | 521.315.091 | 100,00% |

Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, o capital social da CPFL Renováveis passou a ser de R\$ 4.032.292 com emissão de 72.575.424 novas ações.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração (“Ofertante”) adquiriu

183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 ("AGE"), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remaneceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 3.698.060 em 31 de dezembro de 2019), representado por 593.782.504 (521.315.091 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em decorrência das reestruturações societárias, houve aumento de capital conforme abaixo (vide nota 1.6):

- 1 - Aumento de capital no montante de R\$ 210.000, mediante a capitalização de créditos advindos do acervo cindido da CPFL Geração;
- 2 – Aumento de capital no montante de R\$ 108.139, mediante a incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A.
- 3 – Aumento de capital no montante de R\$ 16.093, mediante a incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22. 3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 962.778 (R\$ 224.956 em 31 de dezembro de 2019), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 50.869 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2019); ii) Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro de R\$ 47.486 (R\$ 163.924 em 31 de dezembro de 2019); iii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 748.303, constituído da seguinte forma: R\$ 747.985 a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2020 da Companhia, e R\$ 318, conforme conversão parcial da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 188.218, declarados a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 335.947, sendo R\$ 316.359, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 57.287, sendo R\$ 34.519, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2); e R\$ 22.768 de perda atuarial; e
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 no montante de R\$ 294.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2020 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 792.496 |
| (+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.482 |
| (+) Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 173.849 |
| Lucro base para destinação | 975.827 |
| Reserva legal | (39.625) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (188.218) |
| Dividendos adicionais propostos | (747.985) |

(23) LUCRO POR AÇÃO

Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do resultado por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|-------------|-------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 96.628 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações em poder dos acionistas | 545.470.895 | 513.827.439 |
| Lucro por ação - básico | 1,45 | 0,19 |
| Numerador | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 96.628 |
| Efeito dilutivo de debêntures conversíveis | - | (13.772) |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 792.496 | 82.856 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações em poder dos acionistas | 545.470.895 | 513.827.439 |
| Lucro por ação - diluído | 1,45 | 0,16 |

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita de operações com energia elétrica | | | | |
| Hidrelétrica | 161.544 | - | 161.544 | - |
| Biomassa | - | - | 304.074 | 286.065 |
| Eólicas | 479.587 | 471.802 | 1.280.470 | 1.180.740 |
| Pequenas Centrais Hidrelétricas | 9 | - | 577.436 | 569.834 |
| Solar | - | - | 426 | 386 |
| Fornecimento de energia elétrica | 641.140 | 471.802 | 2.323.950 | 2.037.025 |
| Outras receitas e rendas | 12.974 | 3.832 | 14.362 | 5.927 |
| Total da receita operacional bruta | 654.114 | 475.634 | 2.338.311 | 2.042.952 |
| Deduções da receita operacional | | | | |
| ICMS | - | - | (292) | - |
| PIS | (11.447) | (7.848) | (23.481) | (18.941) |
| COFINS | (52.726) | (36.148) | (108.258) | (87.338) |
| Reserva global de reversão - RGR | - | - | (152) | - |
| Programa de P & D e eficiência energética | (25) | - | (25) | - |
| CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (85) | - | (789) | - |
| Outros | (1.153) | (22.061) | (6.618) | (8.663) |
| | (65.436) | (66.057) | (139.615) | (114.942) |
| Receita operacional líquida | 588.678 | 409.577 | 2.198.696 | 1.928.011 |

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Energia comprada para revenda | 171.214 | 120.927 | 246.426 | 224.924 |
| Crédito de PIS e COFINS | (14.524) | (10.601) | (12.065) | (5.997) |
| Subtotal | 156.690 | 110.326 | 234.361 | 218.927 |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | 28.921 | 27.219 | 108.310 | 103.460 |
| Crédito de PIS e COFINS | (2.686) | (2.408) | (2.743) | (2.753) |
| Subtotal | 26.236 | 24.811 | 105.567 | 100.707 |
| Total | 182.925 | 135.136 | 339.928 | 319.634 |

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---|---------------------------|---------------|------------------------------|-------------|---------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
| | Custo com operação | | Despesas operacionais | | | | | | Total | |
| | | | Vendas | | Gerais e administrativas | | Outros | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal | 2.325 | 1 | - | - | 67.459 | 83.464 | - | - | 69.784 | 83.465 |
| Entidade de previdência privada | 1.173 | - | - | - | - | - | - | - | 1.173 | - |
| Material | 13.026 | 8.083 | - | - | 3.051 | 2.352 | - | - | 16.077 | 10.435 |
| Serviços de terceiros | 19.359 | 29.671 | 34 | 20 | 36.138 | 35.180 | - | - | 55.531 | 64.871 |
| Outros | 6.440 | 6.803 | - | - | 13.854 | 8.551 | 33.660 | 8.192 | 53.954 | 23.546 |
| Arrendamentos e aluguéis | 6.326 | 5.439 | - | - | 3.719 | 4.424 | - | - | 10.045 | 9.863 |
| Publicidade e propaganda | - | - | - | - | 423 | 560 | - | - | 423 | 560 |
| Legais, judiciais e indenizações | - | - | - | - | 5.659 | 739 | - | - | 5.659 | 739 |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | - | - | - | - | - | - | 33.588 | 8.192 | 33.588 | 8.192 |
| Outros | 114 | 1.364 | - | - | 4.053 | 2.828 | 72 | - | 4.239 | 4.192 |
| Total | 42.323 | 44.558 | 34 | 20 | 120.501 | 129.547 | 33.660 | 8.192 | 196.519 | 182.317 |

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---------------------------|----------------|------------------------------|-------------|---------------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Custo com operação | | Despesas operacionais | | | | | | Total | |
| | | | Vendas | | Gerais e administrativas | | Outros | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Pessoal | 39.022 | 30.195 | - | - | 69.523 | 84.675 | - | - | 108.545 | 114.870 |
| Entidade de previdência privada | 1.173 | - | - | - | - | - | - | - | 1.173 | - |
| Material | 24.549 | 18.195 | - | - | 5.063 | 2.441 | - | - | 29.612 | 20.636 |
| Serviços de terceiros | 143.644 | 156.847 | 34 | 28 | 44.823 | 46.322 | - | - | 188.501 | 203.197 |
| Outros | 40.426 | 42.652 | - | - | 23.904 | 12.790 | 48.145 | 10.697 | 112.475 | 66.139 |
| Arrendamentos e aluguéis | 22.449 | 18.759 | - | - | 6.203 | 7.150 | - | - | 28.652 | 25.909 |
| Publicidade e propaganda | 88 | - | - | - | 440 | 552 | - | - | 528 | 552 |
| Legais, judiciais e indenizações | - | - | - | - | 11.872 | 2.149 | - | - | 11.872 | 2.149 |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | - | - | - | - | - | - | 47.369 | 10.697 | 47.369 | 10.697 |
| Amortização de prêmio pago - GSF | 4.909 | 3.926 | - | - | - | - | - | - | 4.909 | 3.926 |
| Outros | 12.980 | 19.967 | - | - | 5.389 | 2.939 | 776 | - | 19.145 | 22.906 |
| Total | 248.815 | 247.889 | 34 | 28 | 143.313 | 146.228 | 48.145 | 10.697 | 440.306 | 404.842 |

(27) RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receitas | | | | |
| Rendas de aplicações financeiras | 5.807 | 15.604 | 32.723 | 73.216 |
| Atualizações monetárias, juros e multas | 8.692 | 1.320 | 7.211 | 2.363 |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras | (1.269) | (1.797) | (1.564) | (2.877) |
| Receita decorrente de liquidações CCEE | 14.083 | 20.496 | 50.753 | 89.510 |
| Outros | 1.038 | 1.317 | 9.680 | 10.446 |
| Total | 28.352 | 36.940 | 98.805 | 172.658 |
| Despesas | | | | |
| Encargos de dívidas | (101.754) | (155.299) | (221.760) | (372.548) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (25.538) | (35.210) | (27.894) | (48.471) |
| Juros sobre contratos de mútuo | (63.490) | (69.991) | (43.798) | (25.601) |
| Atualização de débitos fiscais | (2.223) | (578) | (3.064) | (1.241) |
| Ajuste a valor presente | (4.261) | (4.672) | (15.217) | (13.925) |
| Comissoes, encargos e tarifas bancarias | (5.252) | (10.727) | (10.945) | (21.167) |
| Despesa decorrente de liquidações CCEE | (4.465) | (21.731) | (15.163) | (81.883) |
| Pré pagamento de dívidas | (767) | (10) | (29.949) | (545) |
| Outros | (151) | (3.449) | (31.418) | (10.912) |
| Total | (207.901) | (301.666) | (399.208) | (576.292) |
| Resultado financeiro | (179.548) | (264.726) | (300.402) | (403.634) |

Foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de despesa com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até Dezembro de 2021, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.084.052, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1%.

| Ativo | | Passivo | | |
|--|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| SPE Bio Alvorada S.A. | 20.908 | State Grid Power Participações S.A. | 2.025.022 | - |
| SPE Bio Coopcana S.A. | 19.393 | CPFL Energia S.A. | - | 422.379 |
| Ventos de Santo Dimas SA. | 17.037 | PCH Holding S.A. | - | 87.672 |
| São Benedito Energias S.A | 15.455 | CIA Hidroel Figueirópolis | 79.644 | 77.549 |
| MATA VELHA ENERGÉTICA S.A | 14.942 | SPE Alto Irani S.A. | 56.490 | 76.285 |
| São Domingos Energias S.A | 14.047 | Santa Clara VI Energ. Ren | - | 51.652 |
| Campo dos Ventos I | 13.403 | Santa Clara IV Energ. Ren | - | 49.608 |
| Santa Úrsula Energias S.A | 13.296 | CPFL Bio Pedra Ltda. | - | 67.695 |
| Santa Mônica Energias S.A | 12.133 | Santa Clara V Energ Renov | - | 47.713 |
| SPE Salto Góes S.A. | 11.972 | Santa Clara II Energ. Ren | - | 39.931 |
| Campo dos Ventos III | 11.337 | CPFL Bio Burity Ltda. | - | 35.772 |
| ATLANTICA IV PQ EOLICO SA | 9.848 | SPE Plano Alto S.A. | 33.326 | 32.449 |
| Campo dos Ventos V | 8.940 | Santa Clara III Energ Ren | - | 37.312 |
| Pedra Cheirosa I S.A. | 6.805 | Santa Clara I Energ Renov | - | 24.745 |
| ATLANTICA II PQ EOLICO SA | 6.556 | Eólica Paracuru SA | - | 46.691 |
| DESA EURUS III S.A. | 6.245 | Siif Cinco SA | - | 12.912 |
| Ventos de São Martinho SA | 6.031 | Eurus VI Energ Renováveis | - | 13.549 |
| Pedra Cheirosa II S.A. | 5.925 | SPE Ninho da Águia S.A. | - | 13.250 |
| Campo dos Ventos II S/A | 3.148 | CPFL Bio Ipê Ltda. | - | 12.394 |
| ATLANTICA I PQ EOLICO SA. | 3.139 | Pedra Cheirosa II S.A. | - | 8.566 |
| ATLANTICA V PQ EOLICO SA. | 2.985 | SPE Avoredo Energia S.A. | - | 8.748 |
| SPE Varginha Energia S.A. | 2.839 | SPE Cocais Grande E. S.A. | - | 6.493 |
| DESA Morro dos Ven II S.A | 2.795 | SPE São Gonçalo S.A. | - | 5.871 |
| CIA Energé Novo Horizonte | 2.417 | SPE Barra Paciência S.A. | - | 3.396 |
| DESA Morro dos Ven IX S.A | 2.199 | SPE Varginha Energia S.A. | - | 3.159 |
| DESA Morro dos Ven III S. | 1.880 | Outras controladas | - | 6.686 |
| DESA EURUS I S.A. | 1.869 | Total | 2.194.481 | 1.192.477 |
| DESA Morro dos Ven IV S.A | 991 | Circulante | 2.026.115 | 533.944 |
| DESA Morro dos Ven I S.A. | 20 | Não Circulante | 168.367 | 658.533 |
| Total | 238.558 | | | |

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.

- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 8.304 (R\$ 12.057 em 2019), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|------------|---------------|-------|
| | PASSIVO | | DESPESA/CUSTO | |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 2020 | 2019 |
| Compra e venda de energia e encargos | | | | |
| Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China) | - | (61) | 10.908 | 8.842 |
| Araraquara Transmissora de Energia S.A. | - | - | 66 | 80 |
| Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia S.A. | - | - | 15 | 17 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | - | (15) | 1.770 | 1.958 |
| Canarana Transmissoras de Energia S.A. | - | - | 181 | 206 |
| Catxere Transmissora de Energia S.A. | - | - | 176 | 203 |
| Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. | - | - | 308 | 325 |
| Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. | - | - | 121 | 206 |
| Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. | - | - | 281 | 296 |
| Iracema Transmissora de Energia S.A. | - | - | 75 | 78 |
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | - | - | 700 | 759 |
| Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. | - | - | 105 | 114 |
| Linhas de Transmissão do Itatim S.A. | - | - | 143 | 165 |
| Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A. | - | - | 13 | 14 |
| Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. | - | - | 16 | 17 |
| Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. | - | - | 585 | 618 |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A. | - | - | 425 | 437 |
| Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. | - | (6) | 1.137 | 1.164 |
| Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. | - | - | 120 | 133 |
| Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. | - | - | 322 | 305 |
| Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. | - | - | 107 | 119 |
| Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. | - | - | 393 | 429 |
| Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. | - | - | 107 | 118 |
| Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. | - | (41) | 3.742 | 1.083 |

(29) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

| Descrição | Ramo da apólice | 31/12/2020 |
|------------------------|--|-------------------|
| Ativo imobilizado | Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirrisco | 2.408.465 |
| Transporte | Nacional e Internacional | 69.101 |
| Automóveis | Cobertura Compreensiva | - |
| Responsabilidade civil | Geral, Obras Civas Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA | 140.000 |
| Pessoas | Vidas em grupo e acidentes pessoais | 124.060 |
| Garantia | Seguro Garantia | 559.707 |
| Outros | Outros | 150.000 |
| Total | | 3.451.334 |

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Competia, até 30 de dezembro de 2020 ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia competia, até 30 de dezembro de 2020, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações

financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas possuem uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | Nota explicativa | Categoria / Mensuração | Nível (*) | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | | 31/12/2020 | | 31/12/2020 | |
| | | | | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (a) | Nível 2 | 178.865 | 178.865 | 326.991 | 326.991 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | (a) | Nível 1 | 7.426 | 7.426 | 308.482 | 308.482 |
| Derivativos | 29 | (a) | Nível 2 | 88.079 | 88.079 | 88.079 | 88.079 |
| Total | | | | 274.370 | 274.370 | 723.552 | 723.552 |
| Passivo | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | (b) | Nível 2 (***) | 380.671 | 380.899 | 640.613 | 638.504 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**) | 16 | (a) | Nível 2 | 317.538 | 317.538 | 317.538 | 317.538 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | (b) | Nível 2 | 1.129.619 | 1.123.401 | 1.129.619 | 1.123.401 |
| Total | | | | 1.827.828 | 1.821.838 | 2.087.770 | 2.079.443 |

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.739 em 2020.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. O Grupo possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial

líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que os derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia | Valores de mercado (contábil) | | Valores justos, líquidos | Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾ | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nacional |
|---|-------------------------------|----------|--------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|----------|
| | Ativo | Passivo | | | | | | | |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo Hedge variação cambial | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | US\$ + de 2,07% a 3,29% | 104,8% CDI ou CDI + 0,8% | Abr/21 a fev/25 | 232.705 |
| Total | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | | | | |
| Circulante | 60.338 | | | | | | | | |
| Não circulante | 27.741 | | | | | | | | |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nominal refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

| Derivativos | Consolidado | | | |
|---------------------------------------|---------------------|--|----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Atualização monetária e cambial e marcação a mercado | Liquidação | Saldo em 31/12/2020 |
| Valores a custo, líquidos | | | | |
| Para dívidas designadas a valor justo | - | 87.447 | (2.004) | 85.443 |
| Marcação a mercado (*) | - | 2.636 | - | 2.636 |
| Total | - | 90.083 | (2.004) | 88.079 |

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado | Ganho (Perda) no resultado abrangente |
|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| | 2020 | 2020 |
| Variação cambial | 11.674 | - |
| Marcação a mercado | 919 | (238) |
| | 12.593 | (238) |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

| Consolidado | | | | | |
|--|----------------------|--------------|--------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Receita (despesa) | | | | | |
| Instrumentos | Exposição (a) | Risco | Depreciação cambial (b) | Apreciação cambial de 25%(c) | Apreciação cambial de 50%(c) |
| Instrumentos financeiros passivos | (317.537) | | (6.587) | 74.444 | 155.475 |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | 325.141 | | 6.745 | (76.227) | (159.198) |
| | 7.604 | baixa dolar | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Total | 7.604 | | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Efeitos no resultado abrangente acumulado | | | 14 | (160) | (335) |
| Efeitos no resultado do período | | | 144 | (1.623) | (3.388) |

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30, e a depreciação cambial de 2,07% do dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos | Exposição | Risco | Consolidado | | | Elevação/Redução de índice em 25% (b) | Elevação/Redução de índice em 50% (b) |
|---|--------------------|------------|-----------------|---------------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | | taxa no período | taxa cenário provável (a) | Cenário provável | | |
| Instrumentos financeiros ativos | 134.519 | | | | 3.968 | 4.960 | 5.952 |
| Instrumentos financeiros passivos | (3.054.011) | | | | (90.093) | (112.617) | (135.140) |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | (237.062) | | | | (6.993) | (8.742) | (10.490) |
| | (3.156.554) | alta CDI | 2,78% | 2,95% | (93.118) | (116.399) | (139.678) |
| Instrumentos financeiros passivos | (38.922) | | | | 1.425 | 1.781 | 2.137 |
| | (38.922) | alta IGP-M | 23,14% | -3,66% | 1.425 | 1.781 | 2.137 |
| Instrumentos financeiros passivos | (474.954) | | | | (20.850) | (26.063) | (31.276) |
| | (474.954) | alta TJLP | 4,87% | 4,39% | (20.850) | (26.063) | (31.276) |
| Instrumentos financeiros passivos | (292.988) | | | | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| | (292.988) | alta IPCA | 4,52% | 4,63% | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| Total | (3.963.418) | | | | (126.108) | (157.638) | (189.165) |
| Efeitos no resultado abrangente acumulado | | | | | (7) | (9) | (11) |
| Efeitos no resultado do exercício | | | | | (126.101) | (157.629) | (189.154) |

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 8 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

| 31/12/2020 | Nota Explicativa | Consolidado | | | | | | Total |
|---|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | | Menos de 1 mês | 1-3 meses | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | |
| Fornecedores | 15 | 179.479 | - | - | 120.116 | - | - | 299.595 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | 29.604 | 20.816 | 271.713 | 549.175 | 387.742 | 511.443 | 1.770.493 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | 8.536 | - | 30.136 | 1.193.082 | - | - | 1.231.754 |
| Taxas regulamentares | | 22.219 | - | - | - | - | - | 22.219 |
| Outros | 20 | 14.750 | - | - | - | - | - | 14.750 |
| Consumidores e concessionárias | | 14.743 | - | - | - | - | - | 14.743 |
| EPE / FNDCT / PROCEL | | 7 | - | - | - | - | - | 7 |
| Total | | 254.587 | 20.816 | 301.849 | 1.862.373 | 387.742 | 511.443 | 3.338.810 |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------|------------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Transações oriundas de incorporação: | | | | |
| Contas a receber | 87.973 | - | 87.973 | - |
| Dividendos e JCP a receber | 3.987 | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | - | - | - |
| Impostos a recuperar | 23.685 | - | 23.506 | - |
| Derivativos | 77.728 | - | 77.728 | - |
| Outros créditos | 8.997 | - | 8.997 | - |
| Depósitos judiciais | 1.746 | - | 1.746 | - |
| Baixas de AFAC em subsidiárias | 2.858 | - | - | - |
| Investimentos em joint ventures | 125.772 | - | 125.772 | - |
| Baixa de investimentos em subsidiárias | 4.990 | - | - | - |
| Imobilizado líquido de depreciação | 937.862 | - | 937.690 | - |
| Intangível líquido de amortização | 75.583 | - | 75.583 | - |
| Fornecedores | 5.089 | - | 5.089 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 190.222 | - | 190.222 | - |
| Impostos diferidos passivo | 192.874 | - | 171.519 | - |
| Previdência privada | 33.574 | - | 28.802 | - |
| Obrigações tributárias | 126.554 | - | 126.513 | - |
| Obrigações trabalhistas | 3.021 | - | 3.021 | - |
| Outros passivos | 13.275 | - | 18.042 | - |
| Provisões para contingências | 270 | - | 270 | - |
| Empréstimos com controladas e controladora | 1.269 | - | 5.356 | - |
| | 1.917.401 | - | 1.887.829 | - |
| Outras transações: | | | | |
| Transferência entre imobilizado e intangível | 3.971 | 71 | 3.930 | 1.366 |
| Transferência de aplicações financeiras para cauções | - | 7.825 | - | 7.815 |
| Transferência entre imobilizado e outros créditos | - | 926 | - | 926 |
| Dividendos deliberados com controladas | 375.623 | 316.751 | - | - |
| Dividendos deliberados com minoritários | - | - | 65.946 | 11.897 |
| Provisão para perda de investimentos | 254 | 290 | - | - |
| Aumento de capital com AFACs com controladas | - | 4.217 | - | - |
| Aumento de capital com AFACs de minoritários | - | - | - | 111 |
| Aumento de capital com AFACs | - | 300.012 | - | 300.012 |
| Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários | - | - | - | 81 |
| Pagamento de mútuo com dividendos com controladas | - | 91.488 | - | - |
| Provisão de custos socioambientais no imobilizado | - | 28.382 | - | 83.620 |
| Reversão de custos socioambientais no imobilizado | (13.106) | - | (32.400) | - |

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

| Obrigações contratuais em 31/12/2020 | Duração | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|----------------|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------------|------------------|
| Arrendamentos e aluguéis | 29 anos | 25.139 | 50.434 | 42.714 | 287.590 | 405.877 |
| Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico | 26 anos | 11.610 | 24.309 | 25.838 | 164.767 | 226.523 |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | 31 anos | 123.372 | 245.510 | 243.313 | 3.740.181 | 4.352.376 |
| Projetos de construção de usina | 2 anos | 201.243 | 168.100 | - | - | 369.343 |
| Total | | 361.364 | 488.353 | 311.865 | 4.192.538 | 5.354.119 |

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas.

(34) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

34.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

34.2 Movimentações dos planos de benefício definido

| | |
|---|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 175.300 |
| Valor justo dos ativos do plano | (122.879) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 52.421 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>) | - |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 52.421 |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano, conforme laudo Mercer, já contempla CPFL Geração até setembro de 2020 e CPFL Renováveis a partir de 01 de outubro de 2020, e são como segue:

| | |
|---|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019 | 152.254 |
| Custo do serviço corrente bruto | 108 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 11.274 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 22.053 |
| Benefícios pagos no ano | (10.371) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020 | 175.300 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019 | (105.914) |
| Rendimento esperado no ano | (8.400) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Contribuições de patrocinadoras | (3.037) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.899) |
| Benefícios pagos no ano | 10.371 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020 | (122.879) |

34.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| | |
|---|---------------|
| Passivo atuarial líquido em 30/09/2020 | 33.638 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 704 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício | (1.330) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 34.578 |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.151) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2020 | 52.421 |
| Outras contribuições | 26 |
| Total passivo | 52.447 |
| Circulante | 3.149 |
| Não Circulante | 49.298 |

34.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384. Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento

| | |
|--------------|-----------------------|
| 2021 | 13.321 |
| 2022 | 13.578 |
| 2023 | 13.850 |
| 2024 | 14.074 |
| 2025 a 2030 | <u>87.983</u> |
| Total | <u>142.806</u> |

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

34.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 são como segue:

| | 2021 |
|--|-------------------------|
| | <u>estimadas</u> |
| Custo do serviço | 149 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 13.019 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (9.141) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | <u>4.027</u> |

| | 2020 |
|--|--------------------------|
| | <u>realizadas</u> |
| Custo do serviço | 108 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 11.274 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (8.400) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | <u>2.982</u> |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

| | <u>31/12/2020</u> |
|--|---|
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: | 7,72% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano: | 7,72% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários: | 5,31% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: | 3,75% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima): | 3,75% a.a. |
| Tábua biométrica de mortalidade geral: | AT-2000 (-10) |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez: | Light fraca (-30) |
| Taxa de rotatividade esperada: | ExpR_2012 |
| Probabilidade de ingresso na aposentadoria: | Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres |

34.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

| | <u>2020</u> |
|---|-------------|
| Renda fixa | 77% |
| Títulos públicos federais | 65% |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1% |
| Títulos privados (instituições não financeiras) | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 2% |
| Outros investimentos de renda fixa | 9% |
| Renda variável | 18% |
| Fundos de investimento em ações | 18% |
| Investimentos estruturados | 1% |
| Fundos de participação | - |
| Fundos imobiliários | - |
| Fundos de investimento multimercado | 1% |
| Cotados em mercado ativo | 96% |
| Imóveis | 1% |
| Operações com participantes | 1% |
| Outros ativos | 1% |
| Depósitos judiciais e outros | 1% |
| Não cotados em mercado ativo | 3% |

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

| | Meta para 2021 |
|------------------------------|-----------------------|
| Renda Fixa | 77,6% |
| Renda variável | 18,6% |
| Imóveis | 2,3% |
| Empréstimos e financiamentos | 1,5% |
| Investimentos estruturados | 0,0% |
| Investimentos no exterior | 0,0% |
| | 100,00% |

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência determinarem a alocação de recursos de cada plano e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios, o planejamento de desinvestimento em ativos menos líquidos e o plano de realocação dos recursos advindos dos vencimentos dos títulos presentes no portfólio atual.

34.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

| | <u>Aumento (redução)</u> | <u>CPFL Renováveis</u> |
|--------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Taxa de desconto nominal* | -0,25 p.p. +0,25 p.p. | 4.457 (4.263) |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano -1 ano | (4.525) 4.504 |

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

34.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(35) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.2.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BO WEN
Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Vice-presidente

KARIN REGINA LUCHESI
YUNWEI LIU
FUTAO HUANG
EDUARDO DOS SANTOS SOARES

Conselheiros

DIRETORIA

FUTAO HUANG
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

FLÁVIO MARTINS RIBEIRO
Diretor de Engenharia Interino e Operação e
Manutenção Eólica, Biomassa e Solar

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Diretor de Engenharia e Obras

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente Assistente

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Demonstrações financeiras

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativos

Conforme divulgado nas notas explicativas 10.1 e 10.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 355.424 mil na controladora e no consolidado, relativo a imposto de renda (R\$ 261.305 mil) e contribuição social (R\$ 94.119 mil) diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela Administração sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar se forem aplicadas diferentes premissas para a projeção dos lucros tributáveis e a capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor recuperável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como os aspectos legais e formais que podem determinar a dedutibilidade ou não desses valores, sendo baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do tributos diferidos e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) com o apoio de nossas especialistas em avaliação, entendimento e validação das principais premissas utilizadas pela Administração nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das receita, custos e despesas, comparando, quando disponível, com outras fontes externas, bem como a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Administração; (ii) o envolvimento de nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise da adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais, e nos efeitos sobre a base fiscal das reversões das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos tributos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 05 de março de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 10 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



| DECLARAÇÃO | STATEMENT |
|---|---|
| <p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Campinas, 10 de março de 2021.</p> | <p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renováveis S.A, a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S on the financial statements of CPFL Energias Renováveis, for the year ended December 31, 2020;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energias Renováveis, for the year ended December 31, 2020;</p> <p>Campinas, March 10, 2021.</p> |

Huang Futao
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 27 de abril de 2021.

Concessionária: CPFL Energias Renováveis S.A.

TERM OF RESPONSABILITY

By this Termo f Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the informations submitted to the Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as sciencie of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amount received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 27, 2021.

Concessionaire: CPFL Energias Renováveis S.A.

Yuehui Pan

Chief Executive Officer and Chief Financial
Officer

Márcio Célio Porphirio Mendes

Accounting Services Coordinator
CT CRC 1SP251520/O-0

Demonstrações contábeis regulatórias

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A CPFL Energias Renováveis S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'José Antonio de Andrade Navarrete', is written over a light grey oval-shaped background.

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Sumário

| | |
|---|----|
| ATIVO | 5 |
| PASSIVO..... | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 7 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 8 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PL..... | 9 |
| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA..... | 10 |
| (1) CONTEXTO OPERACIONAL..... | 11 |
| (2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS..... | 21 |
| (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS | 23 |
| (4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO | 29 |
| (5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 29 |
| (6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS..... | 29 |
| (7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS..... | 30 |
| (8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS | 30 |
| (9) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS..... | 31 |
| (10) TRIBUTOS DIFERIDOS..... | 32 |
| (11) OUTROS ATIVOS..... | 35 |
| (12) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA..... | 36 |
| (13) IMOBILIZADO..... | 41 |
| (14) INTANGÍVEL..... | 42 |
| (15) FORNECEDORES..... | 44 |
| (16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 44 |
| (17) DEBÊNTURES..... | 47 |
| (18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER..... | 49 |
| (19) PROVISÕES..... | 49 |
| (20) ADIANTAMENTOS | 53 |
| (21) OUTRAS CONTAS A PAGAR | 53 |
| (22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 53 |
| (23) RECEITA / INGRESSO | 56 |
| (24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA..... | 56 |
| (25) PESSOAL E ADMINISTRADORES | 57 |
| (26) RESULTADO FINANCEIRO..... | 58 |
| (27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 58 |
| (28) SEGUROS..... | 62 |
| (29) GESTÃO DE RISCOS..... | 62 |
| (30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS..... | 64 |
| (31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA..... | 68 |
| (32) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA | 69 |
| (33) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO | 74 |
| (34) EVENTOS SUBSEQUENTES | 78 |

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota Explicativa | 31/12/2020 |
|---|-----------------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 178.865 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 7.426 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 201.793 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio | 12 | 75.907 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 10.770 |
| Outros tributos a compensar | 9 | 40.695 |
| Derivativos | 30 | 60.338 |
| Outros ativos | 11 | 97.892 |
| Total do circulante | | 673.683 |
| Não circulante | | |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 7 | 8.582 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 8 | 68.294 |
| Coligadas, controladas e controladora | 27 | 238.558 |
| Depósitos judiciais | 19 | 2.320 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9 | 43.730 |
| Derivativos | 30 | 27.741 |
| Créditos fiscais diferidos | 10 | 91.079 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 528.914 |
| Outros ativos | 11 | 24.978 |
| Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 12 | 6.880.310 |
| Participações Societárias Permanentes | | 5.384.871 |
| Propriedade para investimento - Bens de Renda | | 423.139 |
| Ágio de Incorporação | | 1.072.299 |
| Imobilizado | 13 | 784.077 |
| Intangível | 14 | 871.559 |
| Total do não circulante | | 9.570.143 |
| Total do ativo | | 10.243.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | 31/12/2020 |
|---|-------------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Fornecedores | 15 | 139.496 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 230.111 |
| Debêntures | 17 | 8.294 |
| Entidade de previdência privada | 32 | 3.149 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 18 | 878 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 18 | 56.475 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 27 | 2.026.115 |
| Dividendos | 27 | 188.218 |
| Contas a pagar de aquisições | | 9.838 |
| Obrigações estimadas com pessoal | | 10.423 |
| Adiantamentos | 20 | 98.070 |
| Outras contas a pagar | 21 | 40.119 |
| Total do circulante | | 2.811.186 |
| Não circulante | | |
| Fornecedores | 15 | 2.756 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 468.098 |
| Debêntures | 17 | 1.121.326 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 27 | 168.367 |
| Entidade de previdência privada | 32 | 49.298 |
| Débitos fiscais diferidos | 10 | 39.958 |
| Provisões | 19 | 59.916 |
| Provisão para perda em investimento | 12 | 41 |
| Adiantamentos | 20 | 786 |
| Outras contas a pagar | 21 | 2.093 |
| Total do não circulante | | 1.912.639 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 22 | 4.032.292 |
| Reserva de capital | | 590.379 |
| Reservas de lucros | | 954.621 |
| Resultado abrangente acumulado | | (57.288) |
| Total do patrimônio líquido | | 5.520.002 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 10.243.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | <u>Nota Explicativa</u> | <u>2020</u> |
|---|-----------------------------|------------------|
| Receita / Ingresso | 23 | 641.140 |
| Suprimento de Energia Elétrica | | 615.728 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | 25.413 |
| Tributos | | (62.973) |
| PIS-PASEP | | (11.233) |
| COFINS | | (51.740) |
| Encargos - Parcela "A" | | (1.263) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (25) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (85) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | | (1.153) |
| Receita Líquida / Ingresso Líquido | | 576.904 |
| Gastos Operacionais | | (182.926) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 24 | (156.690) |
| Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição | 24 | (26.236) |
| Custos Gerenciáveis - Parcela "B" | | |
| Pessoal e Administradores | 25 | (69.784) |
| Entidade de previdência privada | 25 | (1.173) |
| Material | | (16.077) |
| Serviços de Terceiros | | (55.531) |
| Arrendamento e Aluguéis | | (10.045) |
| Seguros | | (2.419) |
| Provisões | | (38.848) |
| Tributos | | (776) |
| Depreciação e Amortização | | (87.354) |
| Amortização de Ágio | | (64.430) |
| Gastos Diversos | | (1.866) |
| Outras Receitas Operacionais | | 11.774 |
| Resultado da Atividade | | 57.448 |
| Equivalência Patrimonial | 12.1.1 | 629.309 |
| Resultado Financeiro | 26 | (180.010) |
| Receitas Financeiras | | 28.352 |
| Despesas Financeiras | | (208.362) |
| Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro | | 506.747 |
| Despesa com Impostos sobre o Lucro | 10 | 290.914 |
| Resultado Líquido do Exercício | | 797.662 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

| | <u>2020</u> |
|---|------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 797.662 |
| Outros resultados abrangentes | |
| Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado: | |
| - Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários | (22.768) |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>774.894</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

| | <u>Reserva de lucros</u> | | | | | | <u>Resultado abrangente acumulado</u> | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Total do patrimônio líquido</u> | |
|--|--------------------------|---------------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|------------------------------------|-------------------------|
| | <u>Capital social</u> | <u>Reserva de capital</u> | <u>Reserva legal</u> | <u>Reserva de lucros a realizar</u> | <u>Reforço de capital de giro</u> | <u>Reserva de incentivos fiscais</u> | <u>Dividendos</u> | | | <u>Perdas atuariais</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 3.698.060 | 592.347 | 11.244 | 49.789 | 160.084 | - | - | - | - | 4.511.524 |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | 797.662 | 774.894 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 797.662 | 797.662 |
| Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | (22.768) | - | (22.768) |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | 39.625 | - | (120.437) | 116.120 | - | - | (35.308) | - |
| Constituição de reserva de incentivos | - | - | - | - | (116.120) | 116.120 | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | 39.625 | - | - | - | - | - | (39.625) | - |
| Reversão de reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório | - | - | - | - | (4.317) | - | - | - | 4.317 | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transações de capital com os acionistas | 334.232 | (1.968) | - | (49.789) | (318) | - | 748.303 | (34.519) | (762.354) | 233.587 |
| Alteração em participação sem alteração no controle | - | 5 | - | - | - | - | - | - | - | 5 |
| Resgate de ações | - | (1.973) | - | - | - | - | - | - | - | (1.973) |
| Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 124.232 | - | - | - | - | - | - | (34.519) | 173.849 | 263.561 |
| Aumento de capital direto por controladora | 210.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | 210.000 |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | (318) | - | 748.303 | - | (747.985) | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | (188.218) | (188.218) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | - | - | - | (49.789) | - | - | - | - | - | (49.789) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.032.292 | 590.379 | 50.869 | - | 39.329 | 116.120 | 748.303 | (57.288) | - | 5.520.002 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

| | <u>2020</u> |
|--|------------------|
| Lucro antes dos tributos | 506.747 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | |
| Depreciação e amortização | 151.787 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 5.256 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | (3.843) |
| Despesa (receita) com entidade de previdência privada | 1.173 |
| Resultado de participações societárias | (629.309) |
| Perda na baixa de ativo não circulante | 19.982 |
| | <u>51.793</u> |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | (34.042) |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos | 408.512 |
| Tributos a compensar | (123.126) |
| Depósitos judiciais | 224 |
| Adiantamentos de fornecedores | (30.493) |
| Outros ativos operacionais | 17.170 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais | |
| Fornecedores | 51.297 |
| Outros tributos e contribuições sociais | 47.789 |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada | (706) |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (31) |
| Adiantamentos de clientes | 31.597 |
| Outros passivos operacionais | (47.687) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | 372.297 |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (95.867) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (59) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 276.371 |
| Atividades de investimentos | |
| Aumento de capital em investidas | (552.809) |
| Redução de capital em subsidiárias | 592.940 |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária | 22.641 |
| Aquisições de imobilizado | (77.855) |
| Adições de Intangível | (8.113) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações) | (12.133) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates) | 104.276 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (257.372) |
| Mútuos concedidos a controladas e coligadas | (552.068) |
| Recebimento de mútuos com controladas e coligadas | 316.660 |
| Outros | (1.968) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos | (425.801) |
| Atividades de financiamentos | |
| Aumento de capital por acionistas não controladores | (5.859) |
| Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | (877.751) |
| Captação de empréstimos e debêntures | 120.000 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures | (917.896) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (49.789) |
| Aumento de caixa em função de aumento de participação societária | - |
| Liquidação de operações com derivativos | 2.004 |
| Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora | 2.000.000 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 270.709 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 121.279 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 57.586 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 178.865 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.137.501 e R\$ 1.961.420 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2021, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.

- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de Power Purchase Agreement - PPAs e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que compram energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Recolocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2. Autorizações de exploração

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

| Empreendimentos da Companhia | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|-------------------------------------|---|-------------|--------------|
| Bons Ventos | 50,0 | 07/03/2003 | 30 anos |
| Canoa Quebrada | 57,0 | 10/12/2002 | 30 anos |
| Enacel | 31,5 | 12/11/2002 | 30 anos |
| Taíba Albatroz | 16,5 | 23/12/2002 | 30 anos |
| Icaraizinho | 54,6 | 27/08/2002 | 30 anos |
| Praia Formosa | 105,0 | 04/06/2002 | 30 anos |
| Total | 314,6 | | |

Além dos empreendimentos acima, com as reestruturações ocorridas no exercício, conforme nota 1.6, a Companhia passou a deter:

- Concessões que se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas das usinas hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco (2,4 MW) e Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogadas;
- Parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de concessão iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de concessão iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A UHE Macaco Branco encerrou suas operações em dezembro de 2020, devido as obras pela futura represa de Pedreira, projeto do governo do Estado de São Paulo, para garantir a segurança hídrica da região de Campinas.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.3. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|---|--|-------------------------|--------------------------------------|---------|---------|
| Minas Gerais | | | | | | Paraná | | | | | |
| SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 12/1999 | 30 anos | Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 23,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2") | Sociedade limitada | Direta 100% | 29,9 | 11/2015 | 35 anos | | | | | | |
| SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | | | | | | |
| SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,0 | 01/2000 | 30 anos | Santa Catarina | | | | | |
| Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 24,0 | 05/2002 | 30 anos | SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 21,0 | 10/2002 | 30 anos |
| SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos | SPE Anoredo Energia Ltda. ("Anoredo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 13,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 20,0 | 08/2002 | 30 anos | Ludesa Energética S.A. ("Ludesa") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 60% | 30,0 | 12/2002 | 30 anos |
| SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 11,0 | 01/2000 | 30 anos | SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 16,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 9,0 | 12/1999 | 30 anos | SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes") | Sociedade limitada | Direta 100% | 20,0 | 08/2010 | 30 anos |
| SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 7,5 | 12/1999 | 30 anos | Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 28,5 | 12/2007 | 35 anos |
| Mato Grosso e Rio Grande do Sul | | | | | | São Paulo | | | | | |
| CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 7,0 | (**) | | Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 38,1 | | |
| Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 19,4 | 05/2004 | 30 anos | Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,2 | | |
| | | | | | | Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,5 | | |
| | | | | | | Total | | | 453,1 | | |

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.4. Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 39 em operação (994 MW) e 4 em construção (81 MW), somando um total de capacidade instalada de 1.075,6 MW:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo | Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|--|--|-------------------------|--------------------------------------|------------|---------|
| Palmares do Sul (RS) | | | | | | Parazinho (RN) | | | | | |
| Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 28/02/2011 | 35 anos | Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 27/03/2013 | 30 anos |
| Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 8,0 | 25/08/2010 | 35 anos |
| Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos | Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 30,0 | 22/03/2011 | 35 anos | Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 05/08/2010 | 35 anos |
| Aracati (CE) | | | | | | João Câmara (RN) | | | | | |
| Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 13,7 | 19/06/2002 | 30 anos | DESA Eurus I S.A. ("Eurus I") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 20/04/2011 | 35 anos |
| Itarema (CE) | | | | | | São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | |
| Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 04/08/2014 | 35 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |
| Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 23,1 | 23/07/2014 | 35 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |
| Outras localidades (CE) | | | | | | Touros (RN) | | | | | |
| Sif Cinco Geração e Comercialização de Energia Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 05/06/2002 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Touros (RN) | | | | | | São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | |
| Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 01/04/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 18/04/2011 | 35 anos |
| Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ursula") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 27,3 | 31/03/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,7 | 21/03/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | | São Miquel do Gostoso (RN) | | | | | |
| Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,4 | 07/03/2014 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 10/03/2015 | 30 anos | DESA Eurus III S.A. ("Eurus III") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 30,0 | 26/03/2013 | 30 anos |
| | | | | | | Total | | | | | |
| | | | | | | 994,0 | | | | | |

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Os mencionados no quadro abaixo, já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com conclusão das obras e início de operação previstos para janeiro de 2024, cuja capacidade instalada prevista é de 69,3 MW.

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|------------|---------|
| Touros (RN) | | | | |
| SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95,1% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 90% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |

1.5. Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Localização (UF) | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|--|--------------------------|--------------------------------|-------------------------|---|-------------|--------------|
| SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada") | Sociedade limitada | Direta 100% | Minas Gerais | 50,0 | 29/10/2012 | 30 anos |
| SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana") | Sociedade limitada | Direta 100% | Paraná | 50,0 | 14/02/2012 | 30 anos |
| CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa") | Sociedade limitada | Direta 100% | Rio Grande do Norte | 40,0 | 15/05/2002 | 30 anos |
| CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 45,0 | 24/09/2009 | 30 anos |
| CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 40,0 | 21/05/1999 | 30 anos |
| CPFL Bio Burity Ltda. ("Bio Burity") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 74,3 | 16/12/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 25,0 | 03/05/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 70,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Total | | | | 394,3 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Burity a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.6. Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.7. Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Atividade preponderante | Investidas |
|---|--|--------------------------------|--|--|
| Sociedades de participação | | | | |
| PCH Holding S.A. ("PCH Holding") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Avoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca |
| SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho. |
| Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Sociedade de participação | Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludes, Mata Velha, Cherobim Energética e Varginha Energética, Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI. |
| Outros empreendimentos operacionais | | | | |
| SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos | (*) |
| Outros empreendimentos sem atividade produtiva | | | | |
| SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande") | Sociedade limitada | Direta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Cherobim Energética Ltda. ("Cherobim Energética") | Sociedade limitada | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (*) |
| Varginha Energética S/A ("Varginha Energética") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | Geração de energia elétrica | (**) |
| SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | Comercialização de energia elétrica | (*) |

(*) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(**) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor"). Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

1.8. Reestruturações Societárias

1.8.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas ("UHEs"), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS") e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|---|------------------|--|----------------|
| Circulante | 194.156 | Circulante | 340.960 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 84.999 | Empréstimos e financiamentos | 191.697 |
| Derivativos | 77.728 | Outros impostos, taxas e contribuições | 104.282 |
| Outros Tributos a compensar | 22.897 | Outros passivos circulante | 44.981 |
| Outros Créditos | 8.532 | Não Circulante | 203.817 |
| Não Circulante | 1.125.563 | Débitos fiscais diferidos | 172.288 |
| Imobilizado | 922.332 | Outros passivos não circulante | 31.530 |
| Investimentos | 125.772 (a) | Total Passivo | 544.777 |
| Intangível | 75.579 | Efeito líquido oriundo da cisão | (210.824) (b) |
| Outros ativos não circulante | 1.880 | Acervo Líquido | 564.117 |
| Total Ativo | 1.319.719 | | |

- (a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.
- (b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Patrimônio Líquido | 564.117 |
| Capital Social | 108.139 |
| Resultado abrangente acumulado | 281.839 |
| Lucros Acumulados | 174.139 |

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.8.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.8.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|---------------|--|---------------|
| Circulante | 2.846 | Circulante | 5.475 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.890 | Fornecedores | 59 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 40 | Outros impostos, taxas e contribuições | 30 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 370 | Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 5.356 |
| Outros Tributos a compensar | 513 | Outros passivos circulante | 31 |
| Outros Créditos | 32 | Total Passivo | 5.475 |
| Não Circulante | 18.436 | Acervo Líquido | 15.806 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 2.959 | | |
| Imobilizado | 15.360 | | |
| Intangível | 3 | | |
| Outros Ativos não circulante | 114 | | |
| Total Ativo | 21.281 | | |

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

| | |
|---------------------------|---------------|
| <u>Patrimônio Líquido</u> | 15.806 |
| Capital Social | 16.093 |
| Lucros Acumulados | (287) |

1.8.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | 30/11/2020 | | | <u>Passivo</u> | 30/11/2020 | | |
|--|----------------|----------------|---------------|---|----------------|----------------|---------------|
| | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia | | PCH Holding 2 | Penedo Energia | Tombo Energia |
| Circulante | 24.192 | - | 4 | Circulante | - | 9 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20.720 | - | 4 | Outras Contas a Pagar | - | 9 | 1 |
| Dividendos a receber | 3.408 | - | - | Não Circulante | 21.354 | 1 | - |
| Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar | 64 | - | - | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 1 | - |
| Não Circulante | 230.990 | 172 | - | Débitos fiscais diferidos | 21.354 | - | - |
| Investimentos | 230.990 | - | - | Total Passivo | 21.354 | 10 | 1 |
| Imobilizado | - | 172 | - | Acervo Líquido | 233.828 | 163 | 3 |
| Total Ativo | 255.182 | 172 | 4 | | | | |

1.8.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| <u>Ativo</u> | | <u>Passivo</u> | |
|--|----------------|---|----------------|
| Circulante | 4.949 | Circulante | 4.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | 37 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 | Outros impostos, taxas e contribuições | 2 |
| Dividendos a receber | 4.786 | Dividendo e juros sobre capital próprio | 4.207 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 48 | Outros passivos circulante | 5 |
| Outros Tributos a compensar | 8 | Não Circulante | 36.057 |
| Não Circulante | 276.479 | Adiantamento para futuro aumento de capital | 36.057 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 4.086 | Total Passivo | 40.309 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 60 | Acervo Líquido | 241.119 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 33.200 | | |
| Investimentos | 239.133 | | |
| Total Ativo | 281.428 | | |

1.9 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações contábeis regulatórias. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscam minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus.

No Brasil, tendo como objetivo minimizar as perdas de vidas e evitar danos econômicos, como perda de empregos e sobrevivência de empresas, a política fiscal tem sido amplamente utilizada, à medida que o aumento no gasto público no curto prazo se faz necessário. Com esse entendimento os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública, e dispensou o governo do cumprimento da meta permitindo uma política fiscal mais ativa, que representa a princípio, um certo desvio temporário da consolidação fiscal que se encontrava o país. Apesar do estado de calamidade pública deixar de ser reconhecido em dezembro de 2020, medidas sanitárias e econômicas adicionais têm sido adotadas visando minimizar os eventuais impactos negativos decorrentes da pandemia.

Adicionalmente, diversos governos vêm intensificando medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica. Além disso, as medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, com probabilidades de gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo prazos.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento e aprovação de vacinas, a curva referente ao número médio de mortes diárias causadas pelo vírus e novos casos de contaminação, em algumas regiões, sofreu fortes oscilações e apresenta dificuldades para declinar. Até o dia 26 de janeiro de 2021, o Brasil registrou mais de 218 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 2 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e apresentado resultados positivos, inclusive com alguns países iniciando campanhas de vacinação. No entanto, ao analisar de forma conjuntural, os resultados positivos com a vacina, eventuais riscos de suprimentos de recursos e impactos econômicos e sanitários, tudo indica uma possível mudança estrutural, e talvez temporária no médio prazo na economia e comportamento humano de forma generalizada.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;
- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, até o presente momento, entende não ser aplicável a renegociação de cláusulas contratuais específicas com seus credores e seguiu com os planos de financiamento aprovado para o exercício de 2020. Adicionalmente, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Nossas geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes. O percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações é inferior a 7,7%, e não representa um risco potencial para o negócio. No entanto até o momento todas realizaram os pagamentos na sua integralidade.

Como descrito acima, as notificações dos clientes referem-se à eventual necessidade de adequação de seus contratos, em função de uma possível retração macroeconômica e a conseqüente redução de consumo de energia. A expectativa da Administração é que medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e conseqüentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais. Adicionalmente, a Administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes a serem contemplados em suas demonstrações contábeis regulatórias.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias .

(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações Contábeis regulatórias. Há diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira, e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa nº35, para melhor entendimento do leitor.

Conforme demonstrado na nota 1.8, a Companhia passou a ter a obrigação de entrega das demonstrações contábeis regulatórias a partir de setembro de 2020, por isso os saldos de anos anteriores não estão sendo apresentados, sendo que os mesmos podem ser identificados nas demonstrações financeiras societárias disponíveis no site da Companhia (ri.cpflrenovaveis.com.br).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 30 de abril de 2021. Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado e intangível.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis regulatórias que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos).
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2020 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 13).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem. Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Instrumentos financeiros

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. |
| Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 16.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

3.6 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

3.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis regulatórias como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------------|------------------------------|
| Saldos bancários | 176.672 |
| Aplicações financeiras | <u>2.193</u> |
| Fundos de investimento (a) | <u>2.193</u> |
| Total | <u><u>178.865</u></u> |

- a) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,03% do CDI (94,61% em 31 de dezembro de 2019).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Títulos e valores mobiliários | |
| Através de fundos de investimentos | <u>7.426</u> |
| Total | <u><u>7.426</u></u> |

Em 31 de dezembro de 2020 representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

| <u>Agente financeiro</u> | <u>Tipo de aplicação</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Indexador</u> | <u>Remuneração</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------|--------------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| BNB | LFTs | Indefinido | DI | - | - |
| BNB | Fundo aberto e CDB | Indefinido | Diversos | 86,54% | 8.582 |
| | | | | | 8.582 |

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludesa, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

No ano de 2020 houve resgates referentes aos fundos do BNB, Bradesco, Santander e Itaú para utilização nos pré-pagamentos das dívidas do BNDES (FINEM/FINAME) a eles vinculados.

(8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| | <u>Saldos</u> | <u>Vencidos</u> | | <u>Total</u> | |
|---|------------------|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>vincendos</u> | <u>até 90 dias</u> | <u>> 90 dias</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Circulante | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | 3.649 | 558 | 72 | 4.280 | 5.935 |
| Concessionárias e permissionárias | 135.328 | - | 58.159 | 193.487 | 100.392 |
| Outros | 4.050 | - | - | 4.050 | - |
| | 143.027 | 558 | 58.232 | 201.817 | 106.327 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | (25) | - |
| Total | | | | 201.793 | 106.327 |
| Não circulante | | | | | |
| Operações realizadas na CCEE | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 |
| | - | - | 68.294 | 68.294 | 41.744 |
| Total | | | | 68.294 | 41.744 |

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

| | Consumidores, concessionárias e permissionárias | Outros ativos (nota 11) | Total |
|--|--|--|--------------|
| Saldo em 31/12/2019 | - | - | - |
| Reestruturação societária | (25) | (352) | (377) |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (27) | - | (27) |
| Saldo em 31/12/2020 | (51) | (352) | (403) |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(9) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|
| <u>Circulante</u> | |
| Antecipações de contribuição social - CSLL | - |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ | 312 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.455 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.767 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 7.681 |
| ICMS a compensar | 837 |
| Programa de integração social - PIS | 7.190 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 24.864 |
| Instituto nacional de seguridade social - INSS | 1 |
| Outros | 122 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 |
| Total circulante | 51.461 |
| <u>Não circulante</u> | |
| Contribuição social a compensar - CSLL | - |
| Imposto de renda a compensar - IRPJ | 43.733 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.733 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | - |
| Outros | - |
| Outros tributos a compensar | - |
| Total não circulante | 43.733 |

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(10) TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|----------------------|
| <u>Crédito (Débito) de contribuição social</u> | |
| Bases negativas | 94.119 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | <u>(83.145)</u> |
| Subtotal | 10.974 |
| <u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u> | |
| Prejuízos fiscais | 261.305 |
| Benefício fiscal do intangível incorporado | 9.800 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | <u>(230.959)</u> |
| Subtotal | 40.147 |
| Total | <u>51.121</u> |
| Total crédito fiscal | 91.079 |
| Total débito fiscal | (39.958) |

Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

| | 31/12/2020 | |
|---|-----------------|------------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | | |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 159 | 442 |
| Provisão relacionada a pessoal | 502 | 1.395 |
| Derivativos - regime de caixa | (5.383) | (14.953) |
| Marcação a mercado - Derivativo | (160) | (443) |
| Marcação a mercado - Dívidas | (128) | (356) |
| Depreciação acelerada incentivada | (22.966) | (63.795) |
| Outras diferenças temporárias | 968 | 2.689 |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado | | |
| Perdas atuariais | 162 | 450 |
| Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído | - | - |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios: | | |
| Impostos diferidos - ativo: | | |
| Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos) | 13.583 | 37.731 |
| Impostos diferidos - passivo: | | |
| Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído | (11.740) | (32.616) |
| Intangível - direito de exploração/autorização | (58.142) | (161.505) |
| Total | (83.145) | (230.959) |

10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020:

| | 2020 | |
|---|----------------|----------------|
| | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 506.747 | 506.747 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | |
| Resultado de participações societárias | (629.309) | (629.309) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 192.988 | 194.228 |
| Base de cálculo | 70.426 | 71.666 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% |
| Débito fiscal apurado | 6.338 | 17.917 |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 70.783 | 195.877 |
| Total | 77.121 | 213.794 |
| Corrente | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 78.901 | 219.033 |

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 333.955, refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 267.652; (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 242; e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 66.545.

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 507.560, por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 68.383. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Prejuízo Fiscal e Base Negativa: Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e em virtude de estudo de recuperabilidade do ano, em consequência da reestruturação societária. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| Consolidado | |
|-------------|----------------|
| 2021 | 52.201 |
| 2022 | 41.943 |
| 2023 | 37.313 |
| 2024 | 43.437 |
| 2025 | 52.693 |
| 2026 A 2028 | 127.836 |
| Total | <u>355.424</u> |

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(11) OUTROS ATIVOS

| | <u>Circulante</u> <u>31/12/2020</u> | <u>Não</u> <u>circulante</u> <u>31/12/2020</u> |
|--|--|--|
| Créditos a receber | - | 22.008 |
| Créditos a receber - rateios | 53.920 | - |
| Adiantamentos - Fundação CESP | 282 | 134 |
| Adiantamentos - fornecedores | 200 | - |
| Serviços prestados a terceiros | 572 | - |
| Estoque | 8.931 | - |
| Despesas antecipadas | 3.657 | 2.837 |
| Adiantamentos a funcionários | 1.034 | - |
| Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco | 12.257 | - |
| Outros | 17.390 | - |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) | (352) | - |
| Total | <u>97.892</u> | <u>24.978</u> |

Créditos a receber : Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 19.090. Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.842 conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém

provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Estoque – Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 44.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas do grupo e consumo próprio, classificados como almoxarifado no total de R\$ 44.028.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(12) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

12.1 Participações Societárias Permanentes

| | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|
| Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial Pelo patrimônio líquido da controlada | 5.384.871 |
| Subtotal | 5.384.871 |
| Ágio de Incorporação | 1.072.299 |
| Total | 6.457.170 |

12.1.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

| Investimentos | Participação no Capital % | 31/12/2020 | | | | 31/12/2020 | 31/12/2020 |
|--|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | | Total do ativo | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Participação patrimônio líquido | Resultado de equivalência patrimonial |
| Alto Irani | 100% | 114.043 | 2.114 | 47.748 | 23.727 | 47.748 | 23.726 |
| Atlântica I | 100% | 99.186 | 43.081 | 86.147 | 10.750 | 86.147 | 10.750 |
| Atlântica II | 100% | 101.407 | 42.895 | 82.016 | 10.758 | 82.016 | 10.758 |
| Atlântica IV | 100% | 108.792 | 45.781 | 81.560 | 11.009 | 81.560 | 11.009 |
| Atlântica V | 100% | 114.114 | 50.579 | 97.264 | 8.520 | 97.264 | 8.520 |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A. | 25,0059% | 1.151.148 | 398.381 | 680.505 | 146.090 | 170.166 | 45.357 |
| Baixa Verde | 95% | 342 | 432 | 312 | (42) | 181 | (40) |
| Bio Alvorada | 100% | 171.317 | 48.912 | 145.706 | 6.966 | 145.706 | 6.966 |
| Bio Buriti | 100% | 87.180 | 72.070 | 79.506 | 10.795 | 79.506 | 10.795 |
| Bio Coopcana | 100% | 138.534 | 50.853 | 117.094 | 15.536 | 117.094 | 15.536 |
| Bio Ester | 100% | 97.941 | 43.512 | 83.434 | 23.275 | 83.434 | 23.275 |
| Bio Formosa | 100% | 120.692 | 70.991 | 86.359 | 14.782 | 76.214 | 14.782 |
| Bio Ipe | 100% | 19.077 | 14.349 | 16.123 | 5.057 | 16.123 | 5.057 |
| Bio Pedra | 100% | 168.305 | 129.950 | 169.025 | 37.995 | 169.025 | 37.995 |
| Bioenergia | 100% | 63.195 | 47.439 | 54.910 | 10.085 | 54.910 | 10.085 |
| Boa Vista 2 | 100% | 285.447 | 125.635 | 127.437 | 4.195 | 127.437 | 4.195 |
| Cachoeira Grande | 100% | 145 | 6.632 | 145 | 2 | 145 | 2 |
| Cajueiro | 95% | 573 | 199 | 567 | (28) | 288 | (26) |
| Chimay Empreendimentos | 100% | 89.535 | 48.021 | 67.667 | 33.780 | 67.667 | 33.780 |
| Costa Branca (b) | 95% | 91.060 | 21.639 | 59.499 | 5.141 | 54.666 | 3 |
| Costa das Dunas | 95,145% | 103.504 | 77.601 | 78.507 | 92 | 74.194 | 82 |
| Pedra Cheirosa I | 100% | 171.356 | 141.500 | 147.540 | (13.731) | 147.540 | (13.730) |
| Dobrevê | 100% | 1.058.972 | 758.916 | 821.365 | 76.334 | 814.017 | 76.680 |
| Eólica Paracuru | 100% | 42.345 | 22.230 | 32.970 | 18.287 | 32.970 | 19.144 |
| Eólica Holding | 100% | - | - | - | 22.098 | - | 22.098 |
| Eurus VI | 100% | 29.965 | 22.580 | 23.147 | 338 | 23.147 | 338 |
| Farol de Touros | 90% | 85.392 | 30.262 | 30.404 | - | 26.998 | (42) |
| Figueira Branca | 100% | 36.772 | 14.474 | 14.316 | 176 | 14.316 | 176 |
| Gameleira | 100% | 55.225 | 24.048 | 23.881 | 2 | 23.881 | 2 |
| Jayaditya Empreendimentos | 100% | 32.168 | 2.082 | 6.716 | 15.204 | 6.716 | 15.204 |
| Juremas (b) | 90% | 61.033 | 17.138 | 36.230 | 3.914 | 32.890 | 5 |
| Macacos (b) | 90% | 77.996 | 20.234 | 45.407 | 4.512 | 41.134 | 7 |
| Mohini Empreendimentos | 100% | 55.587 | 1.269 | 20.110 | 32.895 | 20.110 | 32.895 |
| Navegantes (a) | 95% | 5 | 366 | (2) | (46) | - | (43) |
| PCH Holding | 100% | 380.363 | 315.693 | 376.145 | 85.203 | 376.145 | 85.203 |
| PCH Holding 2 | 100% | - | - | - | 26.251 | - | 26.251 |
| Pedra Preta (b) | 100% | 84.926 | 20.969 | 57.959 | 7.420 | 53.057 | 4 |
| Penedo | 100% | - | - | - | - | (0) | (12) |
| Plano Alto | 100% | 73.823 | 1.527 | 25.042 | 17.101 | 25.042 | 17.101 |
| Pedra Cheirosa II | 100% | 153.623 | 114.500 | 132.915 | (2.542) | 132.915 | (2.543) |
| Rosa dos Ventos | 100% | 46.145 | 15.740 | 33.739 | 9.286 | 33.739 | 9.327 |
| Santa Clara I | 100% | 141.848 | 113.777 | 122.003 | 5.852 | 122.003 | 5.852 |
| Santa Clara II | 100% | 113.297 | 85.198 | 93.010 | 5.673 | 93.010 | 5.673 |
| Santa Clara III | 100% | 117.489 | 88.770 | 97.670 | 7.055 | 97.670 | 7.055 |
| Santa Clara IV | 100% | 108.332 | 80.722 | 87.062 | 4.882 | 87.062 | 4.882 |
| Santa Clara V | 100% | 111.192 | 82.976 | 90.434 | 6.084 | 90.434 | 6.084 |
| Santa Clara VI | 100% | 106.855 | 79.445 | 84.130 | 3.586 | 84.130 | 3.586 |
| Campos dos Ventos II (b) | 100% | 111.432 | 46.402 | 52.699 | 1.654 | 52.699 | - |
| Salto Góes | 100% | 110.031 | 76.400 | 95.370 | 13.616 | 95.370 | 13.616 |
| Santa Cruz | 100% | 24.286 | 29.920 | 24.117 | (31) | 24.117 | (33) |
| Santa Luzia (b) | 100% | 181.740 | 89.314 | 174.866 | 34.670 | 174.866 | 6.684 |
| SILF Cinco | 100% | 78.120 | 42.662 | 56.007 | 11.212 | 56.007 | 11.722 |
| Solar I (a) | 100% | 4.098 | 33 | - | 230 | - | 230 |
| Sul Centrais Elétricas | 100% | 25.411 | 14.183 | 15.375 | (656) | 15.375 | (656) |
| Tombo (a) | 100% | - | - | - | 5 | - | 5 |
| Turbina 16 | 100% | 1.145.519 | 635.875 | 903.351 | 67.399 | 903.351 | 67.399 |
| Turbina 17 | 100% | 64.393 | 51.903 | 52.669 | 871 | 52.669 | 871 |
| Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada | | 8.015.279 | 4.382.172 | 5.938.180 | 843.291 | 5.384.871 | 693.646 |
| Amortização de ágio, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | (57.315) |
| Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais | | | | | | | (5.607) |
| Amortização de juros capitalizados | | | | | | | (1.415) |
| Total | | | | | | 5.384.871 | 629.309 |

- (a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.
(b) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir da data de incorporação (vide nota 1.6.3 e 1.6.4)

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.315 é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

| Investimento | Investimento em 31/12/2019 | Aumento / (Redução) Integralização de capital | Outros | Reestruturação societária | Amortização/ Capitalização de Juros | Transferência de Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos | Investimento em 31/12/2020 | |
|--|-------------------------------------|---|-----------------|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------------------|------------------|
| G039 | Alto Irani | 63.399 | - | - | - | - | 23.726 | (39.378) | 47.748 | |
| G060 | Atlântica I | 75.397 | - | - | - | - | 10.750 | - | 86.147 | |
| G061 | Atlântica II | 71.257 | - | - | - | - | 10.758 | - | 82.016 | |
| G062 | Atlântica IV | 68.457 | 2.093 | - | - | - | 11.009 | - | 81.560 | |
| G063 | Atlântica V | 88.745 | - | - | - | - | 8.520 | - | 97.264 | |
| G900 | BAESA-Energética Barra Grande S. A. | - | - | 124.809 | - | - | 45.357 | - | 170.166 | |
| G052 | Baixa Verde | 148 | 72 | - | - | - | (40) | - | 181 | |
| G059 | Bio Alvorada | 136.649 | 3.800 | - | - | - | 6.966 | (1.709) | 145.706 | |
| G017 | Bio Burity | 144.380 | (63.300) | - | - | - | 10.795 | (12.369) | 79.506 | |
| G064 | Bio Coopcana | 100.284 | 5.800 | - | - | - | 15.536 | (4.526) | 117.094 | |
| G085 | Bio Ester | 79.159 | - | - | - | - | 23.275 | (19.000) | 83.434 | |
| G014 | Bio Formosa | 94.678 | (23.100) | (10.145) | - | - | 14.782 | - | 76.214 | |
| G015 | Bio Ipê | 26.426 | (11.900) | - | - | (59) | 5.057 | (3.400) | 16.123 | |
| G016 | Bio Pedra | 244.585 | (75.300) | - | - | (250) | 37.995 | (38.004) | 169.025 | |
| G003 | Bioenergia | 59.457 | (4.300) | - | - | - | 10.085 | (10.332) | 54.910 | |
| G043 | Boa Vista 2 | 94.442 | 28.800 | - | - | - | 4.195 | - | 127.437 | |
| G044 | Cachoeira Grande | 143 | - | - | - | - | 2 | - | 145 | |
| G053 | Cajueiro | 294 | 20 | - | - | - | (26) | - | 288 | |
| G021 | Campos dos Ventos II | - | - | 52.699 | - | - | - | - | 52.699 | |
| G026 | Chimay | 73.872 | (13.900) | - | - | - | 33.780 | (26.085) | 67.667 | |
| G048 | Costa Branca | - | 54 | 55.835 | - | - | 3 | (1.225) | 54.666 | |
| G054 | Costa das Dunas | 4.614 | 69.497 | - | - | - | 82 | - | 74.194 | |
| H019 | Dobrevê Energia | 884.488 | 11.557 | - | (118.009) | - | 76.680 | (40.699) | 814.017 | |
| H008 | Eólica Holding | 219.130 | - | (241.229) | - | - | 22.098 | - | - | |
| G074 | Eólica Paracuru | 24.221 | - | - | - | - | 19.144 | (10.395) | 32.970 | |
| G007 | Eurus VI | 37.398 | (13.915) | - | - | (26) | 338 | (648) | 23.147 | |
| G055 | Farol de Touros | 3.825 | 23.214 | - | - | - | (42) | - | 26.998 | |
| G056 | Figueira Branca | 1.623 | 12.517 | - | - | - | 176 | - | 14.316 | |
| G057 | Gameleira | 3.530 | 20.349 | - | - | - | 2 | - | 23.881 | |
| G058 | Navegantes | - | 65 | - | - | (22) | (43) | - | - | |
| G028 | Jayaditya | 3.359 | - | - | - | - | 15.204 | (11.847) | 6.716 | |
| G049 | Juremas | - | - | 33.771 | - | - | 5 | (886) | 32.890 | |
| G050 | Macacos | - | - | 42.150 | - | - | 7 | (1.023) | 41.134 | |
| G027 | Mohini | 17.590 | (9.000) | - | - | - | 32.895 | (21.374) | 20.111 | |
| H006 | PCH Holding | 464.882 | (120.500) | - | - | - | 85.203 | (53.440) | 376.145 | |
| H007 | PCH Holding 2 | 98.918 | 123.115 | (233.828) | - | - | 26.251 | (14.456) | - | |
| G071 | Pedra Cheirosa I | 82.771 | 78.500 | - | - | - | (13.730) | - | 147.540 | |
| G075 | Pedra Cheirosa II | 83.958 | 51.500 | - | - | - | (2.543) | - | 132.915 | |
| G051 | Pedra Preta | - | 54 | 54.678 | - | - | 4 | (1.679) | 53.057 | |
| G045 | Penedo | 173 | 2 | (163) | - | - | (12) | - | - | |
| G040 | Plano Alto | 30.852 | - | - | - | - | 17.101 | (22.911) | 25.042 | |
| G086 | Rosa dos Ventos | 20.912 | 3.500 | - | - | - | 9.327 | - | 33.739 | |
| G041 | Salto Góes | 61.282 | 25.400 | - | - | - | 13.616 | (4.929) | 95.370 | |
| G008 | Santa Clara I | 147.959 | (25.412) | - | (249) | - | 5.852 | (6.148) | 122.003 | |
| G009 | Santa Clara II | 134.478 | (41.007) | - | (225) | - | 5.673 | (5.909) | 93.010 | |
| G010 | Santa Clara III | 136.184 | (38.316) | - | (194) | - | 7.055 | (7.058) | 97.670 | |
| G011 | Santa Clara IV | 138.599 | (50.945) | - | (153) | - | 4.882 | (5.321) | 87.062 | |
| G012 | Santa Clara V | 139.645 | (48.999) | - | (144) | - | 6.084 | (6.152) | 90.434 | |
| G013 | Santa Clara VI | 137.828 | (53.044) | - | (116) | - | 3.586 | (4.125) | 84.130 | |
| G046 | Santa Cruz | 729 | 23.422 | - | - | - | (3) | - | 24.117 | |
| G083 | Santa Luzia | - | - | 168.183 | - | - | 6.684 | - | 174.866 | |
| G082 | SILF Cinco | 29.076 | 18.600 | - | - | - | 11.722 | (3.392) | 56.007 | |
| H010 | Solar 1 | - | - | - | - | (230) | 230 | - | - | |
| G002 | Sul Centrais Elétricas | 17.162 | - | - | - | - | (656) | (1.130) | 15.376 | |
| H012 | Turbina 16 | 836.452 | - | - | - | - | 67.399 | (500) | 903.351 | |
| H013 | Turbina 17 | 1.305 | 50.878 | - | - | - | 871 | (385) | 52.669 | |
| Total dos investimentos | | 5.184.715 | (40.130) | (10.145) | 56.905 | (119.425) | (252) | 693.640 | (380.435) | 5.384.872 |
| G058 | Navegantes * | (23) | - | - | - | - | 22 | - | (1) | |
| H010 | Solar 1 * | (270) | - | - | - | - | 230 | - | (40) | |
| G047 | Tombo * | (2) | - | (3) | - | - | - | 5 | - | |
| Total da provisão para perdas com investimentos | | (295) | - | (3) | - | - | 252 | 5 | (41) | |

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, a Companhia reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 14.

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações contábeis regulatórias estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

| Controladas | Dividendos |
|------------------------|----------------------|
| | 31/12/2020 |
| Alto Irani | 1.718 |
| Baesa | 1 |
| Boa Vista 2 | 10.200 |
| Costa Branca | 4.532 |
| Desa Eólica | 5.887 |
| Dobrevê Energia | 40.590 |
| Juremas | 2.354 |
| Macacos | 1.028 |
| PCH Holding | 3.000 |
| Pedra Preta | 1.685 |
| Santa Luzia | 1.900 |
| Siif Cinco | 1.982 |
| Sul Centrais Elétricas | 1.030 |
| | <u>75.907</u> |

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 168.226 a título de dividendos referente ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 121.316 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 96.278 decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 4.814 como dividendo mínimo obrigatório. Além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 408.512 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

| | AFAC |
|----------------------|-------------------|
| Controladas | 31/12/2020 |
| Atlântica IV | 7.300 |
| Atlântica II | 1.000 |
| Baixa Verde | 24 |
| Campos dos Ventos II | 33.200 |
| Costa Branca | 17.986 |
| Dobrevê Energia | 111.450 |
| Farol de Touros | 26.487 |
| Figueira Branca | 12.045 |
| Gameleira | 29.599 |
| Juremas | 12.244 |
| Macacos | 20.798 |
| Pedra Preta | 14.780 |
| Turbina 16 | 242.001 |
| | 528.914 |

12.4 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para a Companhia.

12.5 Propriedade para Investimento – Bens de Renda

| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Total |
|---|--------------|---|---|----------------------------|------------------------|----------------|
| Saldo incorporação em 30/09/2020 | 4.675 | 144.131 | 66.587 | 217.397 | 69 | 432.859 |
| Custo histórico incorporação | 4.675 | 311.759 | 156.014 | 488.563 | 567 | 961.577 |
| Depreciação acumulada incorporação | - | (167.628) | (89.427) | (271.166) | (498) | (528.718) |
| Baixa | - | (99) | - | (2.855) | - | (2.954) |
| Depreciação | - | (2.203) | (1.012) | (3.574) | (5) | (6.794) |
| Baixa da depreciação | - | - | - | 28 | - | 28 |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.675 | 141.829 | 65.575 | 210.997 | 64 | 423.139 |
| Custo histórico | 4.675 | 311.660 | 156.014 | 485.708 | 567 | 958.623 |
| Depreciação acumulada | - | (169.831) | (90.439) | (274.711) | (503) | (535.484) |

(13) IMOBILIZADO

| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total |
|--|-----------------|--|--|------------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 4.147 | - | 97.920 | 583.617 | 591 | 1.444 | 84.988 | 772.707 |
| Custo histórico | 4.193 | - | 159.771 | 1.244.092 | 837 | 2.269 | 84.988 | 1.496.150 |
| Depreciação acumulada | (46) | - | (61.852) | (660.474) | (246) | (825) | - | (723.443) |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 77.855 | 77.855 |
| Baixas | (189) | (1.344) | (13.956) | (25.516) | (114) | (20) | - | (41.140) |
| Transferências | - | - | 12.405 | 5.972 | - | 220 | (18.597) | - |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | 99 | - | 2.827 | - | - | 3.971 | 6.897 |
| Depreciação | (5) | (33) | (9.103) | (66.672) | (147) | (150) | - | (76.110) |
| Baixa da depreciação | - | 929 | 685 | 16.550 | 18 | 12 | - | 18.194 |
| Reestruturação Societária - custo | 3.996 | 8.006 | 6.072 | 22.819 | 2.028 | 1.724 | 5.327 | 49.973 |
| Reestruturação Societária - depreciação | - | (4.213) | (4.192) | (12.932) | (1.422) | (1.540) | - | (24.299) |
| Saldo em 31/12/2020 | 7.949 | 3.443 | 89.830 | 526.667 | 954 | 1.690 | 153.544 | 784.077 |
| Custo histórico | 8.000 | 6.761 | 164.291 | 1.250.222 | 2.751 | 4.193 | 153.544 | 1.589.763 |
| Depreciação acumulada | (51) | (3.317) | (74.462) | (723.556) | (1.797) | (2.503) | - | (805.686) |

O imobilizado em curso na controladora de R\$ 153.530 refere-se principalmente a obras de manutenção em unidades operacionais.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos foram capitalizados durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis e em 31 de dezembro de 2019, não houve registro de juros capitalizados.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 818.561.

13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(14) INTANGÍVEL

| | <u>Direito de concessão</u> Adquirido em combinações de negócio | Outros ativos intangíveis | Total |
|---------------------------------------|--|------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 837.588 | 25.621 | 863.209 |
| Custo histórico | 916.736 | 38.460 | 955.196 |
| Amortização acumulada | (79.148) | (12.839) | (91.987) |
| Adições | - | 8.113 | 8.113 |
| Amortização | (64.430) | (4.451) | (68.881) |
| Baixa e transferência - outros ativos | (2.493) | (3.971) | (6.464) |
| Reestruturação Societária | 75.581 | 3 | 75.584 |
| Saldo em 31/12/2020 | 846.245 | 25.314 | 871.559 |
| Custo histórico | 1.766.660 | 42.689 | 1.809.349 |
| Amortização acumulada | (920.416) | (17.374) | (937.790) |

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

| | 31/12/2020 | | | Taxa de amortização anual |
|---|------------------|--------------------------|----------------|---------------------------------|
| | Custo Histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | 31/12/2020 |
| Intangível adquirido já incorporado - recomposto | | | | |
| Eólica de Icarazinho | 353.069 | (154.556) | 198.512 | 4,82% |
| Eólica de Formosa | 227.113 | (100.224) | 126.889 | 4,86% |
| BVP Geradora | 760.029 | (312.273) | 447.756 | 4,79% |
| Semesa | 426.450 | (353.363) | 73.087 | 2,34% |
| Total | 1.766.660 | (920.416) | 846.245 | |

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 UBPIntangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme mencionado na nota explicativa 3.8, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.
- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 8.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%. Vide notas explicativas 14.1 e 25.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes a passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(15) FORNECEDORES

| | Controladora 31/12/2020 |
|----------------------------------|--|
| Circulante | |
| Suprimento de energia elétrica | 100.513 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 122 |
| Materiais e serviços | 38.861 |
| Total | 139.496 |
| Não circulante | |
| Suprimento de energia elétrica | - |
| Materiais e serviços | 2.756 |
| Total | 2.756 |

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|----------------|------------------------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Captação | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Mensuradas ao custo | | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| Pré Fixado | 217.292 | - | - | (216.232) | 6.950 | - | (8.010) | - |
| TJLP e TLP | 533.614 | - | - | (191.086) | 29.341 | - | (29.991) | 341.877 |
| IGP-M | 42.606 | - | - | (12.568) | 12.381 | - | (3.496) | 38.922 |
| Total ao custo | 793.512 | - | - | (419.886) | 48.672 | - | (41.497) | 380.799 |
| Gastos com captação (*) | (2.583) | - | - | - | 2.454 | - | - | (129) |
| Mensuradas ao valor justo | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Dólar | - | 120.000 | 189.205 | - | 4.148 | 10.651 | (4.727) | 319.277 |
| Marcação a mercado | - | - | 2.492 | - | (4.231) | - | - | (1.739) |
| Total ao valor justo | - | 120.000 | 191.697 | - | (83) | 10.651 | (4.727) | 317.538 |
| Total | 790.929 | 120.000 | 191.697 | (419.886) | 51.043 | 10.651 | (46.224) | 698.208 |
| Circulante | 131.479 | | | | | | | 230.111 |
| Não Circulante | 659.450 | | | | | | | 468.098 |

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | | 31/12/2020 | Faixa de vencimento | Garantia |
|--|-------------------------------|-----|----------------|---------------------|--|
| Mensuradas ao custo - Moeda Nacional | | | | | |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | | | | | |
| FINEM | TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5% | (a) | 341.877 | 2012 a 2039 | (i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária |
| | | | 341.877 | | |
| IPCA | | | | | |
| IGPM | | | | | |
| Empréstimos bancários | IGPM + 8,63% | | 38.922 | 2023 | (i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação |
| Total moeda nacional | | | 380.799 | | |
| Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira | | | | | |
| Dólar | | | | | |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131) | US\$ + de (2,07% a 3,29%) | | 319.277 | 2021 a 2025 | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| Marcação a mercado | | | (1.739) | | |
| Total moeda estrangeira | | | 317.538 | | |
| Gastos com captação (*) | | | (129) | | |
| Total | | | 698.208 | | |

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.739 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.636, contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 4.375.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> |
|--------------------------|---------------------|
| 2022 | 54.970 |
| 2023 | 100.024 |
| 2024 | 89.482 |
| 2025 | 89.482 |
| 2026 | 40.915 |
| 2027 a 2031 | 95.467 |
| Subtotal | 470.340 |
| Marcação a mercado | (2.242) |
| Total | 468.098 |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

| <u>Indexador</u> | <u>Varição acumulada %</u> | <u>Controladora</u> | |
|------------------|----------------------------|---------------------|-------------------|
| | | <u>% da dívida</u> | |
| | | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| IGP-M | 23,14 | 5,57 | 7,43 |
| TJLP | 4,87 | 48,96 | 92,57 |
| CDI | 2,78 | 45,46 | - |
| | | 100,00 | 100,00 |

Principais adições no exercício

No exercício de 2020, a Companhia obteve novas liberações de empréstimos e financiamentos.

| <u>Modalidade Empresa</u> | <u>Montantes R\$ mil</u> | | | <u>Pagamento de juro</u> | <u>Amortização de Principal</u> | <u>Destinação do recurso</u> | <u>Encargo financeiro anual</u> | <u>Taxa efetiva anual</u> | <u>Taxa efetiva com derivativos</u> |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------|--|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| | <u>Total aprovado</u> | <u>Liberado em 2020</u> | <u>Liberado líquido dos gastos de captação</u> | | | | | | |
| TJLP - BNDES | 144.500 | 3.000 | 3.000 | Mensal | Mensal a partir de dezembro de 2019 | Investimento | TLPJ + 2,52% | TJLP + 3,27% | Não se aplica |
| Moeda Estrangeira Lei 4131 | | | | | | | | | |
| CPFL Renováveis | 120.000 | 120.000 | 120.000 | Semestral | Anual a partir de fevereiro de 2023 | Capital de Giro | USD + 2,07% | USD + 1,96% | CDI + 0,80% |
| | 264.500 | 123.000 | 123.000 | | | | | | |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.422.987 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade | Controladora | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2020 |
| Pós fixado | | | | | |
| TJLP | 337.885 | (345.010) | 9.238 | (2.111) | - |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.672 | (32.199) | 840.117 |
| IPCA | 280.699 | - | 27.622 | (15.333) | 292.988 |
| Total ao custo | 1.615.228 | (498.010) | 65.532 | (49.643) | 1.133.105 |
| Gastos com captação (*) | (11.825) | - | 8.339 | - | (3.486) |
| Total | 1.603.403 | (498.010) | 73.871 | (49.643) | 1.129.619 |
| Circulante | 201.019 | | | | 8.293 |
| Não Circulante | 1.402.384 | | | | 1.121.326 |

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| <u>Modalidade</u> | <u>Encargos financeiros anuais</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Garantias</u> |
|--|------------------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------|
| Mensurado ao custo - Pós fixado | | | | |
| CDI | De 106,00% a 110% do CDI | (a) 840.117 | 2020 a 2023 | Não existem garantias |
| IPCA | IPCA + 4,42 a 5,8% | (b) 292.988 | 2021 a 2027 | Fiança da CPFL Energia |
| | | <u>1.133.105</u> | | |
| | Custos de captação (*) | (3.486) | | |
| | Total | <u>1.129.619</u> | | |
| | Total | <u>1.129.619</u> | | |

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, para as captações realizadas no exercício de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Controladora</u> |
|--------------------------|-------------------------|
| 2022 | 763.812 |
| 2023 | 357.514 |
| Total | <u>1.121.326</u> |

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 423.474 de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Controladora |
|---|---------------------|
| | 31/12/2020 |
| Circulante | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | - |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 878 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 |
| | |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 309 |
| Programa de integração social - PIS | 5.132 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 22.297 |
| Outros | 28.738 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 |
| | |
| Total Circulante | 57.353 |

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

| | Não circulante |
|---|-----------------------|
| | 31/12/2020 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1) | 6.474 |
| Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2) | 53.442 |
| Total | 59.916 |

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

| Controladora | | |
|---------------------|---|--------------------------------|
| 31/12/2020 | | |
| | Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | Depósitos judiciais |
| Trabalhistas | 6.485 | 613 |
| Cíveis | (10) | (8) |
| Fiscais | (1) | 1.716 |
| Outros | - | - |
| Total | 6.474 | 2.320 |

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | | | | | Saldo em 31/12/2020 |
|--------------|--------------------------------|----------------|------------------|-------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualização monetária | Combinação de negócios | Incorporação | |
| Trabalhistas | 928 | 5.221 | - | - | 65 | - | 269 | 6.484 |
| Cíveis | - | 7.037 | - | (47) | (7.000) | - | - | (10) |
| Fiscais | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Total | 928 | 12.259 | - | (47) | (6.935) | - | 270 | 6.474 |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas

questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

| <u>Controladora</u> | | |
|---------------------|----------------|--|
| <u>31/12/2020</u> | | |
| Trabalhistas | 492 | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras |
| Cíveis | 204 | Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias |
| Fiscais | 348.335 | Imposto de renda e contribuição social (nota 18) |
| Regulatórios | 3.719 | INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social |
| Total | 352.750 | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis regulatórias continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro

de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

| | Controladora | | | |
|--------------------------|---------------------|--|------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | Efeitos da revisão da taxa de juros | Ajuste a valor presente | 31/12/2020 |
| Desmobilização de ativos | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |
| Total | 62.288 | (13.106) | 4.260 | 53.442 |

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2020 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

| | Controladora | |
|---------|---------------------|--|
| | 31/12/2020 | |
| Eólicas | 98.857 | |
| | 98.857 | |

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | |
|----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não circulante |
| | 31/12/2020 | 31/12/2020 |
| Consumidores e Concessionarias | 1.317 | - |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 104 | - |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*) | 6 | - |
| Folha de pagamento | 1.588 | - |
| Participação nos lucros | 13.281 | 2.093 |
| Taxas regulamentares | 22.211 | - |
| Outros | 1.611 | - |
| Total | 40.118 | 2.093 |

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

| | Quantidade de ações | |
|------------------------------|----------------------------|---------------------|
| | 31/12/2020 | |
| Acionistas | Ordinárias | Participação |
| | | % |
| CPFL Geração de Energia S.A. | 301.937.337 | 50,85% |
| CPFL Energia S.A. | 291.845.167 | 49,15% |
| Demais acionistas | - | - |
| Total | 593.782.504 | 100,00% |

Em decorrência da reestruturação societária mencionada na nota 1.6, o capital social da CPFL Renováveis passou a ser de R\$ 4.032.292 com emissão de 72.575.424 novas ações.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração,

acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" ("OPA Conversão de Registro") e saída do Novo Mercado ("OPA Saída do Novo Mercado", e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, "OPA" e "Leilão", respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração ("Ofertante") adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 ("AGE"), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 3.698.060 em 31 de dezembro de 2019), representado por 593.782.504 (521.315.091 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em decorrência das reestruturações societárias, houve aumento de capital conforme abaixo (vide nota 1.6):

- 1 - Aumento de capital no montante de R\$ 210.000, mediante a capitalização de créditos advindos do acervo cindido da CPFL Geração;
- 2 – Aumento de capital no montante de R\$ 108.139, mediante a incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A.
- 3 – Aumento de capital no montante de R\$ 16.093, mediante a incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o ICPC 09 (R2) / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 962.778 (R\$ 224.956 em 31 de dezembro de 2019), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 50.869 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2019); ii) Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro de R\$ 47.486 (R\$ 163.924 em 31 de dezembro de 2019); iii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iv) Dividendos adicionais propostos de R\$ 748.303, constituído da seguinte forma: R\$ 747.985 a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2020 da Companhia, e R\$ 318, conforme conversão parcial da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 188.218, declarados a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 335.947, sendo R\$ 316.359, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 57.287, sendo R\$ 34.519, referente à reestruturação societária descrita na nota 1.6, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o CPC 33 (R2); e R\$ 22.768 de perda atuarial; e
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o CPC 48 no montante de R\$ 294.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido societário do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2020 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 792.496 |
| (+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.482 |
| (+) Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração | 173.849 |
| Lucro base para destinação | 975.827 |
| Reserva legal | (39.625) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (188.218) |
| Dividendos adicionais propostos | (747.985) |

(23) RECEITA / INGRESSO

| | <u>R\$ mil</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|
| | <u>2020</u> |
| Suprimento de energia elétrica | |
| Suprimento de Energia Elétrica | 615.728 |
| Energia elétrica de curto prazo | 25.413 |
| Total da receita / ingresso | <u><u>641.140</u></u> |

(24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

| | <u>Controladora</u> |
|--|-----------------------|
| | <u>2020</u> |
| Energia comprada para revenda | 171.214 |
| Crédito de PIS e COFINS | (14.524) |
| Subtotal | <u>156.690</u> |
| | |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição | 28.921 |
| Crédito de PIS e COFINS | (2.686) |
| Subtotal | <u>26.236</u> |
| | |
| Total | <u><u>182.925</u></u> |

(*) Conta de energia de reserva

(25) PESSOAL E ADMINISTRADORES

| Pessoal e Administradores | 2020 |
|---|---------------|
| <u>Pessoal</u> | |
| Remuneração | 58.853 |
| Encargos | 19.806 |
| Previdência privada - Corrente | 169 |
| Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial | 2.222 |
| Despesas rescisórias | 865 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 10.412 |
| Outros benefícios - Corrente | 15.686 |
| Outros (a) | (44.327) |
| Subtotal | 63.685 |
| <u>Administradores</u> | |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 4.579 |
| Benefícios dos administradores | 2.693 |
| Subtotal | 7.272 |
| Total | 70.958 |

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

(26) RESULTADO FINANCEIRO

| | <u>Controladora</u> |
|--|---------------------|
| | <u>2020</u> |
| Receitas | |
| Rendas de aplicações financeiras | 5.807 |
| Atualizações monetárias, juros e multas | 8.692 |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras | (1.269) |
| Receita decorrente de liquidações CCEE | 14.083 |
| Outros | 1.038 |
| Total | 28.352 |
| Despesas | |
| Encargos de dívidas | (101.754) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (25.538) |
| Juros sobre contratos de mútuo | (63.490) |
| Atualização de débitos fiscais | (2.223) |
| Ajuste a valor presente | (4.261) |
| Comissoes, encargos e tarifas bancarias | (5.252) |
| Despesa decorrente de liquidações CCEE | (4.465) |
| Pré pagamento de dívidas | (767) |
| Outros | (151) |
| Total | (207.901) |
| Resultado financeiro | (179.548) |

Foram capitalizados juros durante o exercício de 2020, no montante de R\$ 88, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). Em 31 de dezembro de 2019, não houve capitalizações.

A rubrica de despesa com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.

- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até Dezembro de 2021, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.084.052, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1%.

| Ativo | | Passivo | |
|--|-------------------|--|-------------------|
| Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 | Mútuo com controladas e coligadas | 31/12/2020 |
| SPE Bio Alvorada S.A. | 20.908 | State Grid Power Participações S.A. | 2.025.022 |
| SPE Bio Coopcana S.A. | 19.393 | CPFL Energia S.A. | - |
| Ventos de Santo Dimas SA. | 17.037 | PCH Holding S.A. | - |
| São Benedito Energias S.A | 15.455 | CIA Hidroel Figueirópolis | 79.644 |
| MATA VELHA ENERGÉTICA S.A | 14.942 | SPE Alto Irani S.A. | 56.490 |
| São Domingos Energias S.A | 14.047 | Santa Clara VI Energ. Ren | - |
| Campo dos Ventos I | 13.403 | Santa Clara IV Energ. Ren | - |
| Santa Úrsula Energias S.A | 13.296 | CPFL Bio Pedra Ltda. | - |
| Santa Mônica Energias S.A | 12.133 | Santa Clara V Energ Renov | - |
| SPE Salto Góes S.A. | 11.972 | Santa Clara II Energ. Ren | - |
| Campo dos Ventos III | 11.337 | CPFL Bio Buriti Ltda. | - |
| ATLANTICA IV PQ EOLICO SA | 9.848 | SPE Plano Alto S.A. | 33.326 |
| Campo dos Ventos V | 8.940 | Santa Clara III Energ Ren | - |
| Pedra Cheirosa I S.A. | 6.805 | Santa Clara I Energ Renov | - |
| ATLANTICA II PQ EOLICO SA | 6.556 | Eólica Paracuru SA | - |
| DESA EURUS III S.A. | 6.245 | Siif Cinco SA | - |
| Ventos de São Martinho SA | 6.031 | Eurus VI Energ Renováveis | - |
| Pedra Cheirosa II S.A. | 5.925 | SPE Ninho da Águia S.A. | - |
| Campo dos Ventos II S/A | 3.148 | CPFL Bio Ipê Ltda. | - |
| ATLANTICA I PQ EOLICO SA. | 3.139 | Pedra Cheirosa II S.A. | - |
| ATLANTICA V PQ EOLICO SA. | 2.985 | SPE Arvoredo Energia S.A. | - |
| SPE Varginha Energia S.A. | 2.839 | SPE Cocais Grande E. S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven II S.A | 2.795 | SPE São Gonçalo S.A. | - |
| CIA Energé Novo Horizonte | 2.417 | SPE Barra Paciência S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven IX S.A | 2.199 | SPE Varginha Energia S.A. | - |
| DESA Morro dos Ven III S. | 1.880 | Outras controladas | - |
| DESA EURUS I S.A. | 1.869 | Total | 2.194.481 |
| DESA Morro dos Ven IV S.A | 991 | | |
| DESA Morro dos Ven I S.A. | 20 | Circulante | 2.026.115 |
| Total | 238.558 | Não Circulante | 168.367 |

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 8.304 (R\$ 12.057 em 2019), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

| | <u>DESPESA</u> |
|---|----------------|
| | <u>2020</u> |
| Compra e venda de energia e encargos | |
| Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China) | 10.908 |
| Araraquara Transmissora de Energia S.A. | 66 |
| Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energ | 15 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 1.770 |
| Canarana Transmissoras de Energia S.A. | 181 |
| Caxexere Transmissora de Energia S.A. | 176 |
| Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. | 308 |
| Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. | 121 |
| Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A | 281 |
| Iracema Transmissora de Energia S.A. | 75 |
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | 700 |
| Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. | 105 |
| Linhas de Transmissão do Itatim S.A. | 143 |
| Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A. | 13 |
| Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. | 16 |
| Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. | 585 |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A. | 425 |
| Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S | 1.137 |
| Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. | 120 |
| Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. | 322 |
| Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. | 107 |
| Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. | 393 |
| Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A | 107 |
| Xingu Rio Transmissora de Energia S.A | 3.742 |

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

| | <u>Ativo</u> | <u>Passivo</u> | <u>Receita</u> | <u>Despesa/Custo</u> |
|--|--------------|----------------|----------------|----------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2020 | 2020 | 2020 |
| Alocação de despesas (a) | | | | |
| CPFL Comercialização Brasil S.A. | - | (3) | - | - |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 36 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | - | - | 85 |
| Nect Serviços Administrativos Ltda. | - | (1) | - | - |
| Adiantamentos | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | 92 | - | - |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | 426 | - | - |
| Companhia Jaguari de Energia | - | 11 | - | - |
| ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. | - | 57 | - | - |
| Compra e venda de energia e encargos (d) | | | | |
| CPFL Comercialização Brasil S.A. | 11.189 | - | 95.301 | - |
| Companhia Paulista de Força e Luz | (30) | - | 43.629 | 5.471 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | 110 | - | 26.544 | - |
| Companhia Jaguari de Energia | 3 | - | 425 | 349 |
| Rio Grande Energia S.A. | - | - | - | 1 |
| RGE Sul Distribuidora Energia S.A. | (4) | - | 1.217 | 101 |
| CPFL Transmissora Piracicaba S.A. | - | - | - | 2 |
| CPFL Transmissora Morro Agudo | - | - | - | 2 |
| Imobilizado, materiais e prestação de serviços | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 7 |
| CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A. | - | 572 | - | 10.555 |
| Nect Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | 405 |
| Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda. | - | - | - | 894 |
| Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda. | - | - | - | 7.825 |
| Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda. | - | 28 | - | 119 |
| BAESA – Energética Barra Grande S.A. | - | - | - | (35) |
| Ceran - Companhia Energetica Rio das Antas | - | - | - | (60) |
| Chapecoense Geração S.A. | - | - | - | (49) |
| ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. | - | - | - | (57) |
| EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba | - | - | - | (22) |
| Aluguel | | | | |
| Companhia Paulista de Força e Luz | - | - | - | 107 |
| Companhia Piratininga de Força e Luz | - | - | - | 75 |
| CPFL Geração Energia S.A. | - | - | - | 11 |
| Mútuo (c) | | | | |
| CPFL Geração Energia S.A. | - | - | - | 29 |
| CPFL Energia S.A. | - | - | - | 1.618 |
| State Grid Brazil | - | - | - | 15.026 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar | | | | |
| CPFL Energia S.A. | - | 4.749 | - | - |

(28) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

| Descrição | Ramo da apólice | 31/12/2020 |
|------------------------|---|-------------------------|
| Ativo imobilizado | Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco | 2.408.465 |
| Transporte | Nacional e Internacional | 69.101 |
| Automóveis | Cobertura Compreensiva | - |
| Responsabilidade civil | Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA | 140.000 |
| Pessoas | Vidas em grupo e acidentes pessoais | 124.060 |
| Garantia | Seguro Garantia | 559.707 |
| Outros | Outros | 150.000 |
| Total | | <u>3.451.334</u> |

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Competia, até 30 de dezembro de 2020 ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia competia, até 30 de dezembro de 2020, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles, após esta data as atribuições passaram a ser do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas possuem uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | Nota explicativa | Categoria / Mensuração | Nível (*) | Controladora 31/12/2020 | |
|---|------------------|------------------------|---------------|----------------------------|------------------|
| | | | | Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (a) | Nível 2 | 178.865 | 178.865 |
| Titulos e valores mobiliarios | 6 | (a) | Nível 1 | 7.426 | 7.426 |
| Derivativos | 29 | (a) | Nível 2 | 88.079 | 88.079 |
| Total | | | | 274.370 | 274.370 |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | (b) | Nível 2 (***) | 380.671 | 380.899 |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**) | 16 | (a) | Nível 2 | 317.538 | 317.538 |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | (b) | Nível 2 | 1.129.619 | 1.123.401 |
| Total | | | | 1.827.828 | 1.821.838 |

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.739 em 2020.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que os derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia | Valores de mercado (contábil) | | | Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾ | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nocional |
|---|-------------------------------|----------|--------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|----------|
| | Ativo | Passivo | Valores justos, líquidos | | | | | | |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo | | | | | | | | | |
| Hedge variação cambial | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131 | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | US\$ + de 2,07% a 3,29% | 104,8% CDI ou CDI + 0,8% | Abr/21 a fev/25 | 232.705 |
| Total | 88.079 | - | 88.079 | 85.443 | 2.636 | | | | |
| Circulante | 60.338 | | | | | | | | |
| Não circulante | 27.741 | | | | | | | | |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

| | Saldo em 31/12/2019 | Atualização monetária e cambial e marcação a mercado | Liquidação | Saldo em 31/12/2020 |
|---------------------------------------|---------------------|--|----------------|---------------------|
| Derivativos | | | | |
| Valores a custo, líquidos | | | | |
| Para dívidas designadas a valor justo | - | 87.447 | (2.004) | 85.443 |
| Marcação a mercado (*) | - | 2.636 | - | 2.636 |
| Total | - | 90.083 | (2.004) | 88.079 |

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o período findo em 31

de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado |
|-----------------------------------|---|
| | 2020 |
| Variação cambial | 11.674 |
| Marcação a mercado | 681 |
| | 12.355 |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

| Instrumentos | Exposição (a) | Risco | Receita (despesa) | | |
|---|----------------------|--------------|------------------------------------|---|---|
| | | | Depreciação cambial (b) | Apreciação cambial de 25%(c) | Apreciação cambial de 50%(c) |
| Instrumentos financeiros passivos | (317.537) | | (6.587) | 74.444 | 155.475 |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | 325.141 | | 6.745 | (76.227) | (159.198) |
| | 7.604 | baixa dólar | 158 | (1.783) | (3.723) |
| Total | 7.604 | | 158 | (1.783) | (3.723) |

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,30, e a depreciação cambial de 2,07% do dólar em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos | Exposição | Risco | Receita (despesa) | | | Elevação/Redução de índice em 25% (b) | Elevação/Redução de índice em 50% (b) |
|---|--------------------|------------|-------------------|---------------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | | taxa no período | taxa cenário provável (a) | Cenário provável | | |
| Instrumentos financeiros ativos | 256.759 | | | | 7.574 | 9.468 | 11.362 |
| Instrumentos financeiros passivos | (3.034.598) | | | | (89.521) | (111.901) | (134.281) |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i> | (237.062) | | | | (6.993) | (8.742) | (10.490) |
| | (3.014.902) | alta CDI | 2,78% | 2,95% | (88.940) | (111.175) | (133.409) |
| Instrumentos financeiros passivos | (38.922) | | | | 1.425 | 1.068 | 712 |
| | (38.922) | alta IGP-M | 23,14% | -3,66% | 1.425 | 1.068 | 712 |
| Instrumentos financeiros passivos | (341.877) | | | | (15.008) | (18.761) | (22.513) |
| | (341.877) | alta TJLP | 4,87% | 4,39% | (15.008) | (18.761) | (22.513) |
| Instrumentos financeiros passivos | (292.988) | | | | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| | (292.988) | alta IPCA | 4,52% | 4,63% | (13.565) | (16.957) | (20.348) |
| Total | (3.688.689) | | | | (116.089) | (145.823) | (175.558) |

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 8 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2020 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

| | <u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|--|
| Transações oriundas de incorporação: | |
| Contas a receber | 87.973 |
| Dividendos e JCP a receber | 3.987 |
| Títulos e valores mobiliários | 72 |
| Impostos a recuperar | 23.685 |
| Derivativos | 77.728 |
| Outros créditos | 8.997 |
| Depósitos judiciais | 1.746 |
| Baixas de AFAC em subsidiárias | 2.858 |
| Investimentos em joint ventures | 125.772 |
| Baixa de investimentos em subsidiárias | 4.990 |
| Imobilizado líquido de depreciação | 937.862 |
| Intangível líquido de amortização | 75.583 |
| Fornecedores | 5.089 |
| Empréstimos e financiamentos | 190.222 |
| Impostos diferidos passivo | 192.874 |
| Previdência privada | 33.574 |
| Obrigações tributárias | 126.554 |
| Obrigações trabalhistas | 3.021 |
| Outros passivos | 13.275 |
| Provisões para contingências | 270 |
| Empréstimos com controladas e controladora | 1.269 |
| | <u>1.917.401</u> |
| Outras transações: | |
| Transferência entre imobilizado e intangível | 3.971 |
| Dividendos deliberados com controladas | 375.623 |
| Provisão para perda de investimentos | 254 |
| Reversão de custos socioambientais no imobilizado | (13.106) |

(32) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

32.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 1.7.1, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

32.2 Movimentações dos planos de benefício definido

| | |
|---|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 175.300 |
| Valor justo dos ativos do plano | (122.879) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 52.421 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>) | - |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 52.421 |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano, conforme laudo Mercer, já contempla CPFL Geração até setembro de 2020 e CPFL Renováveis a partir de 01 de outubro de 2020, e são como segue:

| | |
|---|----------------|
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019 | 152.254 |
| Custo do serviço corrente bruto | 108 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 11.274 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 22.053 |
| Benefícios pagos no ano | (10.371) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020 | 175.300 |

| | |
|--|------------------|
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019 | (105.914) |
| Rendimento esperado no ano | (8.400) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - |
| Contribuições de patrocinadoras | (3.037) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.899) |
| Benefícios pagos no ano | 10.371 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020 | (122.879) |

32.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| | |
|---|---------------|
| Passivo atuarial líquido em 30/09/2020 | 33.638 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 704 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício | (1.330) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 34.578 |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.151) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2020 | 52.421 |
| Outras contribuições | 26 |
| Total passivo | 52.447 |
| Circulante | 3.149 |
| Não Circulante | 49.298 |

32.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas no montante de R\$ 4.384.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

| | |
|-------------------------|----------------|
| Ano de pagamento | |
| 2021 | 13.321 |
| 2022 | 13.578 |
| 2023 | 13.850 |
| 2024 | 14.074 |
| 2025 a 2030 | 87.983 |
| Total | 142.806 |

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

32.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 são como segue:

| | |
|--|------------------|
| | 2021 |
| | estimadas |
| Custo do serviço | 149 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 13.019 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (9.141) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | 4.027 |

| | 2020 |
|--|-------------------|
| | realizadas |
| Custo do serviço | 108 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 11.274 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (8.400) |
| Efeito do limite do ativo a ser registrado | - |
| Total da despesa (receita) | 2.982 |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

| | 31/12/2020 |
|--|---|
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: | 7,72% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano: | 7,72% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários: | 5,31% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: | 3,75% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima): | 3,75% a.a. |
| Tábua biométrica de mortalidade geral: | AT-2000 (-10) |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez: | Light fraca (-30) |
| Taxa de rotatividade esperada: | ExpR_2012 |
| Probabilidade de ingresso na aposentadoria: | Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres |

32.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

| | 2020 |
|---|-------------|
| Renda fixa | 77% |
| Títulos públicos federais | 65% |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1% |
| Títulos privados (instituições não financeiras) | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 2% |
| Outros investimentos de renda fixa | 9% |
| Renda variável | 18% |
| Ações da CPFL Energia | 0% |
| Fundos de investimento em ações | 18% |
| Investimentos estruturados | 1% |
| Fundos de participação | 0% |
| Fundos imobiliários | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 1% |
| Cotados em mercado ativo | 96% |
| Imóveis | 3% |
| Operações com participantes | 1% |
| Outros ativos | 1% |
| Depósitos judiciais e outros | 1% |
| Não cotados em mercado ativo | 4% |

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

| | Meta para 2021 |
|------------------------------|-----------------------|
| Renda Fixa | 77,6% |
| Renda variável | 18,6% |
| Imóveis | 2,3% |
| Empréstimos e financiamentos | 1,5% |
| Investimentos estruturados | 0,0% |
| Investimentos no exterior | 0,0% |
| | 100,00% |

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência determinarem a alocação de recursos de cada plano e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez

dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios, o planejamento de desinvestimento em ativos menos líquidos e o plano de realocação dos recursos advindos dos vencimentos dos títulos presentes no portfólio atual.

32.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

| | <u>Aumento (redução)</u> | <u>CPFL Renováveis</u> |
|--------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Taxa de desconto nominal* | -0,25 p.p. | 4.457 |
| | +0,25 p.p. | (4.263) |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano | (4.525) |
| | -1 ano | 4.504 |

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

32.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.9.

(33) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

35.1 Balanço Patrimonial

| | 31/12/2020 | | | |
|---|-------------------|-------------------------|----------------|-------------------|
| | Regulatório | Reclassificações (a) | Ajustes (b.1) | Societário |
| Ativo | | | | |
| Ativo Circulante | 673.684 | - | - | 673.684 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 178.865 | - | - | 178.865 |
| Títulos e valores mobiliários | 7.426 | - | - | 7.426 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 201.793 | - | - | 201.793 |
| Dividendo e juros sobre capital próprio | 75.907 | - | - | 75.907 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 10.770 | - | - | 10.770 |
| Outros tributos a compensar | 40.695 | - | - | 40.695 |
| Derivativos | 60.338 | - | - | 60.338 |
| Outros ativos | 97.892 | - | - | 97.892 |
| Ativo Não Circulante | 9.570.143 | (91.079) | 504.381 | 9.983.445 |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | 8.582 | - | - | 8.582 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 68.294 | - | - | 68.294 |
| Coligadas, controladas e controladora | 238.558 | - | - | 238.558 |
| Depósitos Judiciais | 2.320 | - | - | 2.320 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 43.730 | - | - | 43.730 |
| Derivativos | 27.741 | - | - | 27.741 |
| Tributos Diferidos | 91.079 | (91.079) | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 528.914 | - | - | 528.914 |
| Outros ativos | 24.978 | - | - | 24.978 |
| Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 6.880.310 | (7.385.082) | 504.773 | - |
| Participações Societárias Permanentes | 5.384.871 | (5.418.718) | 33.847 | - |
| Propriedade para investimento - Bens de Renda | 423.139 | (894.065) | 470.926 | - |
| Ágio de Incorporação | 1.072.299 | (1.072.299) | - | - |
| Investimentos | - | 6.491.017 | - | 6.491.017 |
| Imobilizado | 784.077 | 894.065 | (392) | 1.677.751 |
| Intangível | 871.559 | - | - | 871.559 |
| Total do Ativo | 10.243.827 | (91.079) | 504.381 | 10.657.129 |

31/12/2020

| | Regulatório | Reclassificações (a) | Ajustes (b.1) | Societário |
|---|-------------------|-------------------------|----------------|-------------------|
| Passivo | | | | |
| Passivo Circulante | 2.811.186 | - | - | 2.811.186 |
| Fornecedores | 139.496 | - | - | 139.496 |
| Empréstimos e Financiamentos | 230.111 | - | - | 230.111 |
| Debêntures | 8.294 | - | - | 8.294 |
| Entidade de previdência privada | 3.149 | - | - | 3.149 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 878 | - | - | 878 |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher | 56.475 | - | - | 56.475 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 2.026.115 | - | - | 2.026.115 |
| Dividendos | 188.218 | - | - | 188.218 |
| Contas a pagar de aquisições | 9.838 | - | - | 9.838 |
| Obrigações estimadas com pessoal | 10.423 | - | - | 10.423 |
| Adiantamentos | 98.070 | - | - | 98.070 |
| Outros contas a pagar | 40.119 | - | - | 40.119 |
| Passivo Não Circulante | 1.912.639 | (91.079) | 159.982 | 1.981.542 |
| Fornecedores | 2.756 | - | - | 2.756 |
| Empréstimos e Financiamentos | 468.098 | - | - | 468.098 |
| Debêntures | 1.121.326 | - | - | 1.121.326 |
| Mútuos com coligadas, controladas e controladora | 168.367 | - | - | 168.367 |
| Entidade de previdência privada | 49.298 | - | - | 49.298 |
| Tributos Diferidos | 39.958 | (91.079) | 159.982 | 108.861 |
| Provisões | 59.916 | - | - | 59.916 |
| Provisão para perda em investimento | 41 | - | - | 41 |
| Adiantamentos | 786 | - | - | 786 |
| Outros contas a pagar | 2.093 | - | - | 2.093 |
| Total do Passivo | 4.723.825 | (91.079) | 159.982 | 4.792.728 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital Social | 4.032.292 | - | - | 4.032.292 |
| Reservas de Capital | 590.379 | - | - | 590.379 |
| Reservas de Lucros | 954.621 | - | 8.157 | 962.778 |
| Resultado abrangente acumulado | (57.288) | - | 336.242 | 278.954 |
| Total do Patrimônio Líquido | 5.520.004 | - | 344.400 | 5.864.403 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 10.243.827 | (91.079) | 504.381 | 10.657.130 |

35.2 Demonstração do Resultado do Exercício

| | 2020 | | | Societário |
|---|------------------|------------------------|------------------|------------------|
| | Regulatório | Reclassificação (a) | Ajustes (b.2) | |
| Receita / Ingresso | 641.140 | 12.974 | - | 654.114 |
| Suprimento de Energia Elétrica | 615.728 | - | - | 615.728 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | 25.413 | - | - | 25.413 |
| Outras Receitas Vinculadas | - | 12.974 | - | 12.974 |
| Tributos | (62.973) | (1.200) | - | (64.173) |
| PIS-PASEP | (11.233) | (214) | - | (11.447) |
| COFINS | (51.740) | (986) | - | (52.726) |
| Encargos - Parcela "A" | (1.263) | - | - | (1.263) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (25) | - | - | (25) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | (85) | - | - | (85) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | (1.153) | - | - | (1.153) |
| Receita Líquida / Ingresso Líquido | 576.904 | 11.774 | - | 588.678 |
| Gastos Operacionais | (519.456) | (11.774) | (8.797) | (540.027) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (156.690) | - | - | (156.690) |
| Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição | (26.236) | - | - | (26.236) |
| Pessoal e Administradores | (69.784) | - | - | (69.784) |
| Entidade de previdência privada | (1.173) | - | - | (1.173) |
| Material | (16.077) | - | - | (16.077) |
| Serviços de Terceiros | (55.531) | - | - | (55.531) |
| Arrendamento e Aluguéis | (10.045) | - | - | (10.045) |
| Seguros | (2.419) | - | - | (2.419) |
| Provisões | (38.848) | - | - | (38.848) |
| Tributos | (776) | - | - | (776) |
| Depreciação e Amortização | (87.354) | - | (8.797) | (96.151) |
| Amortização de Ágio | (64.430) | - | - | (64.430) |
| Gastos Diversos | (1.866) | - | - | (1.866) |
| Outras Receitas Operacionais | 11.774 | (11.774) | - | - |
| Resultado da Atividade | 57.448 | - | (8.797) | 48.651 |
| Equivalência Patrimonial | 629.309 | (16) | 347 | 629.640 |
| Resultado Financeiro | (180.010) | 16 | 445 | (179.549) |
| Receitas Financeiras | 28.352 | - | - | 28.352 |
| Despesas Financeiras | (208.362) | 16 | 445 | (207.901) |
| Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro | 506.747 | - | (8.005) | 498.742 |
| Despesa com Impostos sobre o Lucro | 290.914 | - | 2.840 | 293.754 |
| Resultado Líquido do Exercício | 797.662 | - | (5.165) | 792.496 |

a) Reclassificações no Societário

b) Diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias. Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

| | <u>Conciliação</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|---|
| Patrimônio líquido societário | 5.864.403 |
| Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários | (335.948) |
| Ajustes regulatórios nas subsidiárias | (8.451) |
| Patrimônio líquido regulatório | 5.520.003 |

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

| | <u>Ajustes</u> <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------------------------|
| Demonstração do Resultado | |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória: | |
| Depreciação/Amortização - Mais Valia | 8.797 |
| Outras receitas/despesas operacionais | - |
| Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa | - |
| Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas subsidiárias | (347) |
| Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | (445) |
| | <hr/> 8.005 |
| Tributos Diferidos | |
| Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34% | (2.840) |
| Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | |
| Efeito Líquido | <hr/> 5.165 <hr/> |

A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

| | <u>2020</u> |
|--|----------------------------|
| Lucro líquido conforme contabilidade societária | 792.496 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória: | |
| Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia | 5.957 |
| Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa | (347) |
| Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros | (445) |
| Lucro líquido regulatório | <hr/> 797.662 <hr/> |

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.2.

DIRETORIA

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES

Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 27 de abril de 2021.

Concessionária: CPFL Energias Renováveis S.A.

TERM OF RESPONSABILITY

By this Termo f Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the informations submitted to the Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as sciencie of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amount received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 27, 2021.

Concessionaire: CPFL Energias Renováveis S.A.

Yuehui Pan

Chief Executive Officer and Chief Financial
Officer

Márcio Célio Porphirio Mendes

Accounting Services Coordinator
CT CRC 1SP251520/O-0